

ÁLVARO DOMINGUES
**PATRIMÓNIO
E TURISMO.
DE UM CASAMENTO
PROMISSOR A UM
DIVÓRCIO LITIGIOSO**

NUNO RIBEIRO LOPES
**PAISAGENS
CULTURAIS:
TENDÊNCIAS,
RISCOS
E DESAFIOS**

IRIS CRISTINA / JORGE CUSTÓDIO
**O ASSOCIATIVISMO
NA CONSTRUÇÃO DA
SALVAGUARDA
E CONSERVAÇÃO DO
PATRIMÓNIO CULTURAL/
NATURAL**

JOSÉ BRAGANÇA DE MIRANDA
**O PATRIMÓNIO
DIGITAL COMO
POLÍTICA
DO COMUM**



**REVISTA
PATRIMÓNIO
NÚMERO CINCO
2017-2018
15€**

GRAÇA FILIPE/
CLARA FRAYÃO CAMACHO
**QUE FUTURO
QUEREMOS DAR
AO(S) MUSEU(S)?**

CLAIRE GIRAUD-LABALTE
**A ESTRATÉGIA PARA O
PATRIMÓNIO CULTURAL
NA EUROPA DO SÉCULO
XXI. DOS PRINCÍPIOS À
REALIDADE**

JORGE FIGUEIRA
**O RESTAURO
DA CASA DE
CHÁ DA BOA
NOVA**

PIER LUIGI SACCO
**O FUTURO DA CULTURA,
O FUTURO DO
PATRIMÓNIO CULTURAL:
CONSIDERAÇÕES
PRELIMINARES**

editorial

As alterações globais nos domínios económico, social, político e ambiental motivaram a mudança dos paradigmas da perceção do mundo. O século XXI, para além do aumento da velocidade com que se verificam essas mudanças, trouxe profundas transformações no modo como a sociedade se relaciona com a cultura e com o património cultural. A ideia de que o património faz já parte de tudo, que abarca infinitas memórias e também inclui já o presente - que pode ser olhado sob inúmeras perspetivas - e o reconhecimento do papel fulcral que representa para a estabilidade, para a coerência e para o desenvolvimento da sociedade, veio desordenar as peças de um enorme *puzzle* de conhecimento, que deixou de ser possível compor tal como sempre o tínhamos concebido. Novas prioridades e emergências sociais obrigam a reequacionar o lugar da cultura e do património. Foram também estas preocupações que estiveram na base da decisão da Comissão Europeia de instituir o Ano Europeu do Património Cultural em 2018; a cultura no fundamento da estrutura e da coesão das sociedades, na afirmação da especificidade de um continente mesclado por relações interculturais construídas ao longo de muitos séculos, na base de um formato de desenvolvimento económico e social baseado em valores fundamentais centrados no ser humano, colocando-nos perante desafios que apelam à abertura de perspetivas, à resiliência e à inovação.

O Caderno desta revista é dedicado a alguns desses desafios. Inicia com o tratamento da relação entre o património e o turismo, dos malefícios de uma sobrecarga sobre as cidades e o património, com as graves consequências visíveis para as populações residentes e para o seu comércio tradicional, com aumentos inoportáveis de rendas e especulação imobiliária, motivando extensos e acelerados processos de gentrificação e perda de valores e identidades. No domínio das paisagens culturais são equacionadas as mesmas questões, num artigo que nos desenha o arco da evolução da discussão em torno da perda de função e de residentes nos territórios urbanos e rurais. Segue-se uma reflexão a partir da recente recomendação da UNESCO sobre a paisagem histórica urbana e as suas cidades-piloto, problematizando a questão do património na gestão sustentável dos recursos urbanos. A arqueologia urbana é objeto de análise, tendo por referência o período de 1970 a 2014 em Portugal, culminando com propostas de modelos de gestão. A relação entre o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e o património cultural e digital é abordada noutro artigo, dando conta da enorme diversidade de estratégias de preservação, de realização e partilha do pa-

trimónio digital, colocando em causa ideias de propriedade e da política do que é bem comum. O presente e o futuro dos museus e da sociedade, que, andando a par, nos fazem questionar as práticas atuais, os modelos de gestão, o papel social e a função destas instituições, é abordado, de forma prospetiva, num outro artigo. Por último, no Caderno, o associativismo no cerne da relação entre os poderes políticos e a sociedade civil no campo do património cultural é analisado noutro texto, que conclui pela necessidade de as ONG incorporarem, cada vez mais, uma visão integrada do património nos seus objetivos, na sua estrutura e na sua ação.

A rubrica Pensamento traz-nos o tema do crescente acesso a informação através da Internet, e da potencialidade da disponibilização de conteúdos por parte das organizações que trabalham no âmbito do património cultural; uma outra reflexão, a partir da Estratégia do Património Cultural na Europa no Século XXI, centrando-se especificamente sobre o tema do Conhecimento e da Educação, completa esta rubrica.

Em Projetos são apresentadas cinco reflexões em áreas bem distintas: a recuperação da Casa de Chá da Boa Nova, projeto singular de Siza Vieira; a nova musealização do Piso 3 do Museu Nacional de Arte Antiga; a adaptação de parte do Convento de Nossa Senhora da Boa-Hora, em Lisboa, para a instalação da Escola Maria Barroso; no âmbito do património paisagístico, uma nova proposta de metodologia, envolvendo novos conceitos, novo corpo teórico, novos instrumentos e aproximações comparativas de base estatística em função dos valores do património em presença, e, por fim, uma reflexão sobre a relação entre projeto, património arquitetónico e regulamentação contemporânea, aplicada a edifícios correntes com interesse patrimonial mas não protegidos.

A rubrica Opinião introduz-nos ao conceito Património 3.0, revelando-nos um cenário que aborda não só a conservação e a transmissão dos legados culturais e históricos mas a sua própria produção, como um desígnio coletivo, chamando os indivíduos e as comunidades a um papel ativo na partilha de responsabilidades e de participação.

Por último, em Sociedade, duas reflexões: a relação território, comunidades de proximidade e património militar, nas suas componentes de conhecimento, salvaguarda, recuperação e valorização turística, analisada a partir do projeto da Rota Histórica das Linhas de Torres, e, por fim, a redescoberta dos cemitérios românticos em Portugal, dando-nos uma nova perspetiva sobre o futuro deste património.

Manuel Lacerda, diretor da RP

Índice

desafios do património

6

**Património e turismo:
de um casamento
promissor a um divórcio
litigioso**

Álvaro Domingues

14

**Paisagens culturais:
tendências, riscos
e desafios**

Nuno Ribeiro Lopes

20

**Recomendação
sobre a paisagem
histórica urbana**

Ana Tarrafa Silva
Isabel Valverde
Ana Pereira Roders

30

**Arqueologia urbana em
Portugal, hoje**
Jacinta Bugalhão

40

**O património
digital como política
do comum**

José Bragança de Miranda

48

**Que futuro queremos dar
ao(s) museu(s)?**

Graça Filipe
Clara Frayão Camacho

60

**O associativismo
na construção da
salvaguarda e conservação
do património
cultural/natural**

João Caninas
Jorge Custódio

pensamento

72

**Plataformas museológicas,
coleções virtuais,
monumentos em 3D,
emojis renascentistas
e o mundo fabuloso do
património digital**

Luís Ramos Pinto

78

**A estratégia
para o património
cultural na Europa
do século XXI.
Dos princípios
à realidade**

Claire Giraud-Labelte

projetos

84

**O restauro da Casa
de Chá da Boa Nova**

Jorge Figueira

90

**A nova exposição
de pintura e escultura
portuguesas do Museu
Nacional de Arte Antiga**

Anísio Franco

José Alberto Seabra Carvalho

Maria João Vilhena
de Carvalho

96

**Escola Maria
Barroso: adaptação
parcial do extinto Tribunal
da Boa Hora**

Ana Lúcia Barbosa

106

**Salvaguarda de
património paisagístico:
da excecionalidade
à representatividade
tipológica de jardins**

Mário Fortes

Deolinda Folgado

122

**Projeto, património
arquitetónico e
regulamentação
contemporânea:
sobre práticas
de reabilitação
no edificado corrente**

Nuno Valentim Lopes

opinião

138

**O futuro da
cultura, o futuro
do património
cultural: considerações
preliminares**

Pier Luigi Sacco

sociedade

144

**Rota Histórica
das Linhas
de Torres:
génese, consolidação
e desafios**

Florbela Estêvão

150

**O cemitério
romântico: cidade
dos mortos,
património dos vivos**

Sílvia Leite

acontece

158

abstracts

171

N.º 5 – 2017–2018

Diretora-Geral do Património Cultural

Paula Araújo da Silva

Produção editorial

Direção-Geral do Património Cultural – Divisão de Documentação, Comunicação e Informática

Diretor

Manuel Lacerda

Coordenação editorial

Deolinda Folgado

Apoio editorial

António Faria

Tradução/Abstracts

Cíntia Sousa

Colaboraram neste número

Ana Lúcia Barbosa

Ana Pereira Roders

Ana Tarrafa Silva

Anísio Franco

Álvaro Domingues

Claire Giraud-Labalte

Clara Frayão Camacho

Deolinda Folgado

Florabela Estêvão

Graça Filipe

Isabel Valverde

Jacinta Bugalhão

João Caninas

Jorge Custódio

Jorge Figueira

José Alberto Seabra Carvalho

José Bragança de Miranda

Luís Ramos Pinto

Maria João Vilhena de Carvalho

Mário Fortes

Nuno Ribeiro Lopes

Nuno Valentim Lopes

Pier Luigi Sacco

Sílvia Leite

Colaboraram na secção Acontece

Aida Rechená (AR), DGPC/MNAC

Ana Catarina Parada (ACP), DGPC/DDCI

Ana Mântua (AM), DGPC/CMAG

Ana Pagará (AP), DGPC/MA

Ana Alcoforado (AA), DGPC/MNMC

Anabela Carvalho (AC), DGPC/MNAC

Ângelo Silveira (AS), DGPC/DEPOF

Anouk Faria da Costa (AFC), DGPC/DPIMI

António Carvalho (AC), DGPC/MNA

António Faria (AF), DGPC/DDCI

Carla Lopes (CL), DGPC/DDCI

Catarina Oliveira (CO), DGPC/DPIMI

Clara Camacho (CC), DGPC/DMCC

Clara Vaz Pinto (CVP), DGPC/MNT

Elsa Duarte (ED), DGPC/DEPOF

Filipa Neto (FN), DGPC/DBC

Graça Mendes Pinto (GMP), DGPC/MNM

Humberto Rendeiro (HR), DGPC/MMC

Isabel Melo (IM), DGPC/PN

Irene Frazão (IF), DGPC/DEPOF

Joaquim Ruivo (JR), DGPC/MB

José Alberto Ribeiro (JAR), DGPC/PNA

Manuel Lacerda (ML), DGPC/DDCI

Margarida Donas Botto (MDB), DGPC/DDCI

Mário Fortes (MF), DGPC/DPIMI

Mário Pereira (MP), DGPC/PNM

Paula Medori (PM), DGPC/MNAA

Paula Noé (PN), DGPC/DPIMI

Paula Tereno (PT), DGPC/DPIMI

Paulo Costa (PC), DGPC/MNE

Silvana Bessone (SB), DGPC/MC

Teresa Abreu (TA), DGPC/DDCI

Teresa Mourão (TM), DGPC/DMC

Design gráfico

Silvadesigners

Revisão de texto

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

Pré-impressão e impressão

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

Distribuição

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A./HT – Dist.

Comercialização de Produtos Culturais

Edição

Direção-Geral do Património Cultural

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

ISSN

2182-9330

Depósito legal n.º

365161/13

N.º de edição

1022186

RP – Revista Património

Publicação da DGPC – Direção-Geral do Património

Cultural

Palácio Nacional da Ajuda

1349-021 Lisboa

Tel: +351 213614336

Fax: +351 213628472

Email: dgpc@dgpc.pt

www.patrimoniocultural.pt

Os artigos da RP – Revista Património são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores, e não refletem, necessariamente, o ponto de vista da direção da publicação ou da DGPC.

© Copy RP/DGPC

© Copy textos e imagens DGPC e respetivos autores

Imagens de capa e contracapa retiradas dos artigos constantes desta edição da Revista.

N I M P R E N S A
N A C I O N A L



desafios do património



Património e turismo: de um casamento promissor a um divórcio litigioso

Álvaro Domingues

Geógrafo, professor
na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto





J. H. W. Tischbein.

Goethe no campo romano de 1787.

Getty Images.



O património e o turismo possuem uma já longa história em comum. Quando os *happy few* do *Grand Tour* demandavam as ruínas da antiguidade na bacia do Mediterrâneo para educar os jovens infantes da elite europeia, o turismo era coisa distinta como se depreende do escrito na capa do livro de Richard Lassels (1670): «[...] que viajou através da Itália como tutor de muitos dos da nobreza e da *gentry* inglesas». A *gentry*, de onde vem o anglicismo *gentrificação*, era a nobreza menor, de menos posses ou de linhagem duvidosa¹ em todo o caso, gente de dinheiro e estatuto social. O título completo do livro era: *A Viagem em Itália, ou, Uma Jornada Completa através de Itália: em duas partes — incluindo as características do povo e a descrição das principais cidades, igrejas, mosteiros, túmulos, livrarias, palácios, jardins de villas, pinturas, estátuas e antiguidades*². O livro era dedicado a Lord Richard Lumley, visconde de Waterford. Acerca das vantagens do *Grand Tour*, dizia-se, logo na sexta página do prefácio, entre outras coisas: «Travelling preserves my young nobleman from surfeiting of his parents, and weans him from the dangerous fondness of his Mother. It teacheth him wholesome hardship; to lye in beds that are none of his acquaintance; to speak to men he never saw before; to travel in the morning before day; and in the evening after day; to endure any horse and weather as well as any meat and drinks [...]»

Continuando com a descrição de todas as vantagens que os jovens retirariam da viagem, a lista é variada: autoestima, orgulho, conhecimento do mundo, modéstia, respeito pelos seus inferiores, consciência da sua grandeza, o conhecimento de outras línguas e culturas, a capacidade de sociabilização e

Património e turismo, uma associação habitualmente aceite como natural, está a tornar-se um campo de batalha onde se confrontam questões, interesses e atores diversos e contraditórios. É fácil de compreender que o regime de exceção que caracteriza tudo aquilo que é patrimonializado funcione como amplificador da visibilidade e da notoriedade dessa distinção. Do seu lado, todos os turismos se focam também em lugares e experiências extraordinárias, nem que seja só para espalhar nas redes sociais provas da alegria do viajante.

Antes os patrimónios eram poucos e os turistas ainda menos. Agora multiplicam-se os dois, democratizam-se práticas sociais que eram exclusivas de determinadas minorias, e baixam os custos das viagens. É a tempestade perfeita. Desaguam turistas em regime de aluvião sobre as delicadezas do património que assim se torna cobiçado e perde a solenidade. Eis a questão.

de conversação, a diversidade dos humanos; a viagem informa o comerciante acerca da diversidade do comércio e dos mercados, permite que o militar se saiba mover em países estrangeiros, evitando emboscadas e conhecendo os caminhos e a linguagem do inimigo; permite que o aristocrata se prepare para as suas profissões como embaixador do seu rei em países estrangeiros; que seja desejado enquanto não regressa como um «sol glorioso»; que se torne perspicaz a distinguir o bem e o mal; que seja admirado pelo seu semelhante e invejado pelo seu inferior; que saiba contar histórias aos seus filhos, etc., etc. Contra uma certa libertinagem de costumes por terras do Sul, criticam-se aqueles que viajam para Veneza só porque ouviram dizer que por lá há mulheres impudicas com quem passar umas noites, «and thus by a false aiming at breeding abroad, they return with those diseases which hinder them from breeding at home»³.

Em Richard Lassels não era de mulheres e vinho que se tratava, mas de educação. A expressão *Grand Tour* entrou pela primeira vez no *Oxford Dictionary* em 1670, precisamente o ano de publicação deste livro. Mais tarde, a estética do romantismo tirará bom proveito deste mundo das viagens, das ruínas, do exotismo.

Passados cerca de 160 anos, é Stendhal (Henri-Marie Beyle, 1783-1842) que define o *touriste* em toda a sua dimensão ao mesmo tempo romântica e outras vezes claramente documental, realista, crítica⁴.

Mémoires d'un Touriste cria um género de literatura de viagem de alguém bastante culto, curioso e aberto a todos os estímulos da viagem, daquilo que se vê, se pensa ou é sugerido

por algum pormenor, conversa ou acontecimento. A propósito de Lyon, pode-se ver a lista de assuntos que constam num pequeno capítulo das *Mémoires*:

«[...] Lyon, le 15 mai 105

L'île Barbe, Neuville, Bords de la Saône, Lyon, le Café, la Garde nationale, un Libraire lyonnais, le Proconsul Plancus, Lyon, l'Ouvrier de Lyon, Organisation d'un Ministère, un Puritain, Fourvières, Aqueducs romains, Jeux de Caligula, Saint-Jean, Saint-Nizier, René, un Oncle anglais, Connaître la France, Farce du Midi, l'Amour est ridicule, les Races d'Hommes, Race Gaël, Race Kymri, Race Ibère, Prêt sur gage, les Frères ignorants, une simple Religieuse, Éducation des Filles, Gallia Christiana, Régner et non Aimer, Musée de Lyon, le Taurobole, la Perfection du Valet de Chambre, un Ami, Brémont»⁵.

Para além dos lugares visitados, os cafés, as livrarias, o caráter dos Lioneses, o rio e as margens, o aqueduto romano, as raças e as etnias, as considerações sobre o amor ou sobre a educação das meninas, a Guarda Nacional de Lyon, a vida de salão e o passeio; a organização de um ministério, os chefes de divisão e os empregados de escritório; os criados de quarto; os museus; as conversas com amigos; os de Paris, que não sabem nada da França..., tudo faz parte do repertório do turista permanentemente atento e ativo.

Nas suas viagens a Itália (Roma, Nápoles e Florença), é a arte que mais o inspira e emociona, ao ponto de uma psiquiatra italiana Graziela Magherini ter denominado a «síndrome de Stendhal» a um conjunto de sensações — profunda emoção, vivências estranhas, sintomas físicos como um leve entorpecimento, desorientação, etc. — experimentadas durante a contemplação de uma obra de arte.

Noutro registo, veja-se uma passagem a propósito de Nantes:

«Passei duas horas nesta colina. Existem algumas árvores alinhadas e estátuas de qualidade abaixo do mínimo crítico. Na parte baixa, na direção do Loire, reparei em duas ou três casas

que uma cidade tão rica e bela como Nantes não deveria ter deixado construir. Mas a beleza não é o forte dos vereadores que administram as nossas; basta ver o que se permite fazer nas avenidas de Paris! Na Alemanha, as cidades mais pequenas possuem aspetos encantadores; estão decoradas de modo a fazer inveja ao melhor arquiteto, e tudo isso sem paredes, sem edifícios, sem despesas extraordinárias, apenas com o Sol e as árvores: é que os alemães possuem alma. Pintada por M. Cornélius não parece boa, mas eles sentem-na com entusiasmo; quanto a nós, tentamos entender a nossa com grande empenhamento de espírito.»⁶

Afora as comparações entre a alma alemã ou a francesa, o espírito crítico de Stendhal não se coíbe de misturar questões de gosto com críticas à gestão urbanística de Nantes ou de Paris. Depois dos monumentos e das sobras de arte, ser-se turista implicava expandir o conhecimento, observar, comparar..., atitudes em tudo contrárias ao olhar distraído e superficial.

Assim seria o turista perfeito: atento, crítico, sonhador, ativo, culto e filho de família. Para as mulheres era mais complicado.

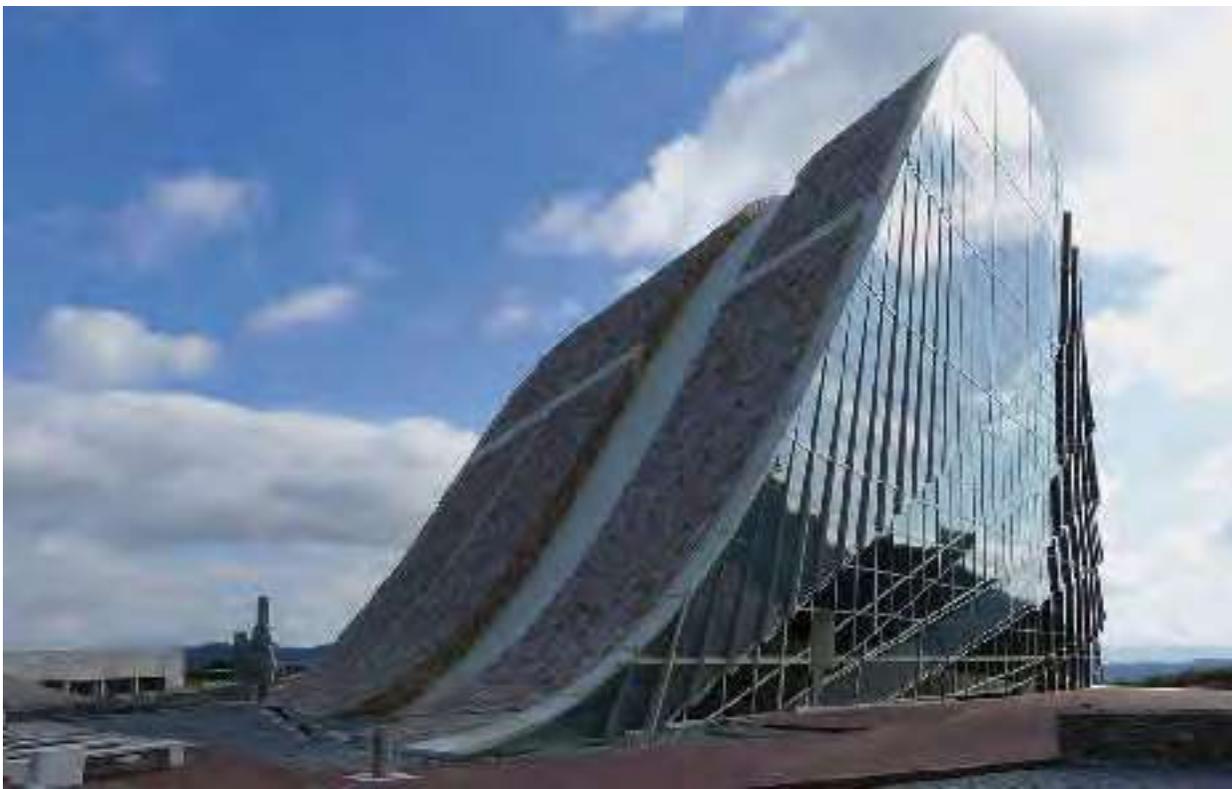
O *Grand Tour* e o *tourisme* romântico e elitista do passado são uma espécie de pré-história do turismo de hoje. A visita às cidades monumentais e as «estâncias de turismo» nas termas, na praia ou na montanha, popularizadas pelo caminho-de-ferro, corresponderam a uma nova vaga, mas ainda de gente endinheirada que se fazia acompanhar por criados e motoristas.

Na Europa próspera do pós-Segunda Guerra, a verdadeira massificação começa com a democratização da possibilidade de viajar e passar férias. A regulação dos direitos do trabalhador — contratos, negociação salarial, férias remuneradas, segurança social, reforma — durante os «trinta gloriosos» do crescimento económico na Europa possibilitou a popularização das viagens, um privilégio antes reservado a gente distinta e, por isso, conferidor de distinção.

Os turistas de hoje provêm de amplos setores da sociedade que foram aumentando com a expansão das classes médias



←
Paderne, algures no claustro: «Ó 'miga, achas isto lindo?»
A. Domingues, junho de 2017.



←

Santiago de Compostela: já havia a catedral e o casco velho..., era escusado.
A. Domingues, março de 2015.

e que são beneficiados com a redução dramática dos custos das viagens e estadas. A emergência de novas potências económicas — a China, por exemplo — vai alimentando esta vaga de forma crescente. Com o aumento dos turistas, aumentam também os investimentos nos destinos muito valorizados, desde o imobiliário às modalidades infindas de negócio, tão variadas, quanto a variedade de turismos, interesses, práticas e consumos associados.

Hoje é difícil precisar o que é o turismo e o turista. Mais fácil é a ideia de senso comum que se banalizou a partir da opinião de certos aristocratas fora de prazo que pensavam ter o monopólio das viagens, conservadores da visão distinta e romântica do viajante aventureiro e do culto do *Grand Tour* da aristocracia e da alta burguesia de outrora, e que passaram a classificar o turista como uma massa ruidosa, uma «carneirada» inculta, ávida de fotografias e recordações, tão disponível para o monumento conhecido quanto para os músicos de rua, acrobatas ou homens-estátua, igualmente entusiasmados com genuinidade e com o simulacro, completamente distraídos com as *selfies*, com a «arte pública» e as *concept stores*.

Quando, em meados do século passado, Walt Disney imaginou o negócio dos parques temáticos, estava-se longe de pensar que esse seria o modelo para a «festivalização» do turismo urbano que hoje se espalha pelas cidades do mundo inteiro. A cidade antiga reabilitada e qualificada — os denominados *Centros Históricos* — é uma das expressões mais radicais desta cidade dos eventos onde deambulam multidões em permanente estado de excitação. Não é coisa que não se esperasse. Há décadas que o património e o turismo dito cultural fazem parte de qualquer estratégia de promoção turística genérica, ou de atração de investimento, de estudantes, de eventos, o que quer que seja que sirva no jogo do capital simbólico investido na concorrência entre cidades em tempos de capitalismo global. Viajar tornou-se um hábito comum, mil vezes amplificado pela circulação das imagens e das mensagens nas redes sociais.

O aumento exponencial do turismo provocou uma viragem radical na avaliação social do fenómeno: enquanto o *snoob* e as elites compõem o seu padrão de «bom gosto» e consumo em função do inverso/diferente dos gostos e consumos generalizados e banais, o turismo de massas faz o contrário, repetindo e ampliando gostos e consumos dominantes. Distinção social e procura de identificação com modelos intensamente partilhados dominam, no turismo como em outras práticas sociais, este jogo. Não poderia ser de outra forma. «Turista» nunca pode ser entendido no singular. A condição de turista inscreve-se na complexidade e na contradição do que é a própria sociedade, as visões do mundo, os referentes culturais. Por isso, e ao mesmo tempo, se pode combinar a mais intensa massificação com a permanente emergência de nichos, tendências, lugares ou experiências procurados e respetivas práticas⁷.

É comum procurar-se na condição de turista (como noutras) a ambiência e as experiências esperadas porque fortemente (pre)formatadas pelos *media* ou pela propaganda constante nos «pacotes» e «produtos» turísticos: o prazer, o diferente do quotidiano em escala, intensidade ou dissonância, o consumo e, cada vez mais, aquilo que foi programado — o que ver, o que fazer —, estereotipado e previamente estruturado, avaliado e difundido. Em todo o caso, a busca do prazer e da curiosidade sobrepõem-se à do conhecimento e do verdadeiro interesse pelo outro, pelo exótico (aquilo que se desconhece). A superficialidade e o *zapping* dominam sobre a intensidade e a permanência; a procura constante de temas, experiências ou destinos novos constitui uma vertigem permanente e vai a par e passo com a procura do único e excepcional ou do totalmente esperado e predefinido.

A verdade é que é igualmente frequente, a propósito do turismo, ouvir-se falar de coisas e julgamentos completamente diferentes deste. Como fenómeno social é natural que assim seja. Jean-Didier Urbain identifica quatro desígnios distintos que são comuns na antropologia do turismo: «o apelo do deserto» (uma terra sem gente; um lugar de afastamento e iso-

lamento para estar consigo próprio); «o turismo terapia» (só ou com semelhantes para finalidades específicas); «a tentação societal» (desde a insularização coletiva num festival de verão multitudinário, ao clube de férias ou à noite branca, ao megafestival); e «o sonho altruísta» (completamente voltado para o outro, para o voluntariado, para o contacto estreito com a alteridade). Todas estas categorias se podem, no entanto, baralhar. Muitas experiências de viajantes por causas em situações e lugares problemáticos — territórios em guerra, bairros de lata, lugares fustigados por calamidades, etc. — são facilmente convertidas em novos «destinos» radicais juntamente com a lista do *resort* tropical do costume.

Por isso, o regime de visibilidade do turismo e toda a argumentação que daí decorre varia bastante consoante a posição social de quem toma a palavra, o seu estilo de vida, os valores, as profissões, o dinheiro, a instrução ou a falta de ambos. «Quem classifica, classifica-se», como escrevia Bourdieu. Estamos longe do *tourist gaze* no singular do celebrado livro de John Urry.

Do que agora mais se ouve, vai um certo azedume no horizonte. Turismo é negócio e capitalismo; é ilusão de bem-estar e felicidade; é simulacro e consumo; é identidade trocada por espetáculo, parques temáticos e «cultura *light*». A utopia cosmopolita da modernidade e a sua utopia de emancipação global desembocaram numa indústria para embalar indivíduos na vertigem das imagens, dos destinos e das emoções programadas. Caberão aí todas as ambivalências: a segurança e a aventura, o individualismo e o grupo, a alteridade e um profundo narcisismo⁸.

Das favelas do Rio ou dos *slums* de Bombaim, até aos prodígios do Dubai, dos hotéis no fundo do mar ao turismo nas regiões em guerra, há para toda a variedade de emoções de que os humanos se alimentam. Quando algo está já muito visto, inventa-se outra coisa que se encaixe facilmente no ar do tem-

po — o *slow travel*, o *rough luxe*, o *staycation*, as *nano breaks*, os *geeky travelers* e outros mistérios, marcas e produtos.

Depois é só imaginar o apetite da máquina de turistificar em modo descontrolado a processar tudo através de formatos e modelos certificados e garantidos consoante o sonho do cliente e as suas posses. É preciso manter o cenário limpo, higienizar a ruína, espalhar cartazes em estrangeiro, iluminar, animar, encenar, estimular, distrair, encontrar todas as possibilidades que a tecnologia possui para criar realidades «aumentadas» que acabam por ser também realidades simplificadas — assim tudo será mais autêntico e livre de contradições e situações embaraçosas. Só há turistas felizes — descentrados mas felizes. Antecipando o potencial dos estragos e das contradições, a Organização Mundial do Turismo já há muito o aspergiu devidamente de bênçãos, sustentabilidade, ambiente, respeito pela diferença, luta contra a pobreza, contra a exploração e outras palavras adequadas e corretas. Oremos, pois.

No caso dos Centros Históricos, a patrimonialização veio a instituir e a dramatizar a excecionalidade e o valor sagrado dos espaços e edifícios classificados e, em muitos casos, em risco de desfuncionalização, abandono e ruína. Em tempos de banalização, globalização e crise de identidade, a cidade histórica funciona como um bastião de resistência e prova daquilo que se chama autenticidade. A questão é que para a maioria das formas massificadas de turismo, o que interessa é a festa, e mais do que a «autenticidade», o simulacro da autenticidade ou a autenticidade construída ao contrário, isto é, a partir das imagens prévias que o turista já tem e que espera experienciar. Ao mesmo tempo, o aumento da procura intensifica a mercantilização, quer de edifícios e espaços públicos, quer das práticas urbanas. Apesar disso, muitos questionam se a expressão «cidade mercantilizada» não é ela própria um pleonasma, uma vez que a mercantilização está no próprio ADN da condição urbana (humana?),

→

Atenas: houve tempos melhores.

A. Domingues,
fevereiro de 2012.



→

Vila Nova de Gaia:
há lugares onde
a história acabou.

A. Domingues, abril
de 2017.



embora tomando sempre diferentes expressões e modos de ver e julgar.

No Porto, como em Lisboa ou Algueiros, a mudança da condição decadente do Centro Histórico para a sua patrimonialização e, quase ao mesmo tempo, o crescimento em flecha do turismo, foram rapidíssimos e radicais. Não se estranhe por isso um misto de perplexidade, desconhecimento, radicalidade ou contradição. Essa é a matéria do turismo, dos turistas, dos indígenas, de quem faz negócios, dos políticos, dos meios de comunicação social... do que chamamos a sociedade em toda a sua variedade e contradição. A questão é que a radicalidade dos processos de transformação urbana despoletados pelo turismo vieram extremar dinâmicas já presentes mas diluídas, lentas e de pequena escala — património e canibalização do património; valorização imobiliária e expulsão de grupos sociais frágeis e atividades obsoletas; políticas públicas e interesses privados, mudança de agendas, prioridades e práticas, e muitos outros temas inflamantes.

Umberto Eco diz que não podemos viver sem o inimigo e por isso, não havendo ou sendo difícil de precisar, é necessário inventá-lo⁹. Se uma determinada sociedade não se reconhece como um todo mas como um arquipélago de grupos, lugares, interesses e formas de ver o mundo; se as mudanças são tão rápidas, complexas e contraditórias; se temos cada vez mais a sensação de que não temos a menor capacidade de nos organizarmos para contrariar dinâmicas globais; se o Estado se afundou na dívida, na burocracia, no centralismo, nos especialistas e políticos tecnocráticos, no mundo voraz das televisões e das redes sociais... construir o turista enquanto inimigo é o bode expiatório quase perfeito — o turista é estrangeiro, ocasional, inofensivo; dá para falar de regulação urbanística, especulação imobiliária, ruído e confusão, salários baixos e precários; dá para falar radicalmente contra ou a favor, desde as invasões bárbaras aos que nos salvam a economia moribunda.

Não creio que esta situação possa resolver o que quer

que seja, mas deixa algumas questões em aberto para abrir caminhos. Na falta de uma teoria geral do turismo que sirva para pensar e guiar a ação, resta-nos navegar à vista e ir construindo estratégias e respostas à medida das possibilidades, da diversidade da casuística, do jogo, ora mimético, ora inesperado dos atores em presença. A relação entre «turismo» e «património» não é coisa que se consiga objetivar e isolar no tumulto dos dias e dos lugares. Reflexiva e bastante indeterminada, como tudo o que diz respeito às dinâmicas sociais, a dinâmica da relação transforma-se quando se lhe toca. Vejamos algumas contradições e opacidades:

— O património cultural evoluiu rapidamente das coisas raras que só os especialistas conheciam e valorizavam para uma expansão rápida acompanhada de uma forte diversificação e fragmentação. O processo de banalização em curso é em si mesmo contrário ao regime de exceção que caracteriza o património.

— A um regime de visibilidade único e quase consensual — o que é, como se protege, como se regula, etc. — seguiu-se a pluralidade dos patrimónios locais e mundiais, materiais e imateriais, até a um nível perigoso de banalização em que tudo é património (ou pode vir a ser).

— Esta vertigem faz-se acompanhar da diversidade das instâncias e dispositivos de legitimação (antes só os oficiais eram reconhecidos) e respetivas estratégias: a legislação (a transbordar...), as campanhas para as assinaturas públicas, a divulgação nas redes sociais ou na TV, enfim, algo entre a democracia (às vezes só na aparência) e o ruído ou a intoxicação. Nesta geometria móvel em que se sobrepõem (ou opõem) grandes consensos e grossas discordâncias, aconselha-se uma atenção permanente, firmeza e bastante experimentalismo.

— A tradição das políticas públicas em ambiente de social-democracia era a de proteger, salvaguardar, recuperar, valorizar; depois da dobra liberal, o dinheiro é a medida única do valor e por isso o património deve rendibilizar-se. Ar do tempo.

Das operações de grande visibilidade como o quarteirão das Cardosas ou o Hotel Fladgate, por exemplo, ficou uma imagem contraditória da ineficácia e contradição do Estado (para uns), ou do seu alinhamento pela febre liberal (para outros). Quem nunca andou nas já antigas e constantes discussões sobre património e a valorização do património acha, simplesmente, bonito. Não caberá ao Estado um esforço de pedagogia? Que crise vai nos referentes culturais coletivos que tão bem se vê nestes jogos sem fronteiras sobre o património?

— O património — noção vaga, já se vê — desconfinou-se. *Slogans* como «o destino Porto» e as suas distinções podem corresponder à seguinte lista do *European Best Destination 2017* — Serralves, Passeio Alegre, estrelas Michelin, comer barato, o Porto património UNESCO e o velho elétrico, a arquitetura e os Pritzker do Porto, as pessoas (inclui polícias e ladrões), a francesinha, o Vinho do Porto, os Jardins do Palácio de Cristal, a noite, o Majestic, a Lello, a oferta vegetariana, hotéis e *hostels*, a Estação de São Bento, o Teatro São João, a arte urbana, as vistas¹⁰.

Por isso, é impossível falar de património com a ilusão de que se está a falar de algo concreto, isolável ou claro. É um embrulho. Um labirinto. Neste caso que engloba dois municípios, Porto e Vila Nova de Gaia, é urgente uma concertação política que se ocupe da questão turística e patrimonial, sob pena de, numa geografia tão escassa entre ribeiras com tanta visibilidade mútua e assuntos em comum, ninguém, em definitivo, percebe o que é que o Estado faz em matéria de políticas públicas para o turismo e para o património. Valha-nos o São Pedro da Afurada!

— Frente à facilidade com que nomeamos e caracterizamos o turista e o turismo, não sabemos quase nada sobre os turistas e os turismos, as suas práticas, consumos, modos de estar. Sabemos apenas da pressão sobre uma parte mínima da cidade — a mais congestionada, por sinal, e do paradoxo de ainda se usarem regimes de exceção para a chamada reabilitação (do tempo em que a cidade velha era uma ruína em abandono) em tempos de espiral inflacionária longe ainda de esgotar.

— Enfim, não tínhamos plano para a passagem rápida de milhares para milhões; não sabíamos do peso e dos diversos interesses suscitados; não sabemos quantidades acerca do que está em jogo; não existe nenhum inquérito minimamente representativo dos interesses dos «cidadãos». Fala quem tem acesso aos meios de comunicação de massas, e a Internet tanto dá para difundir uma questão em uníssono, como para dissipar e encavalitar mil assuntos e razões até ao infinito. A coisa a discutir (já de si instável e polissémica) muda radicalmente com o modo como pode ser discutida. Antes pensava-se que tudo podia ser organizado em tipologias, cada qual com seu sistema de venenos, remédios e legislação própria e que haveria um modo único de regular de preferência técnico-burocrático e centralizado. Onde isso vai.

Depois do casamento perfeito e alguns casos de violência doméstica e de canibalismo, anuncia-se o divórcio litigioso entre património e turismo.

Cada um continuará com as suas coisas e, por isso, que trate delas. Entretanto, uma vez que o turismo está muito para lá das questões estritamente patrimoniais (também *elas coisa pública*), talvez fosse boa ideia usar este tema para discutir... o Estado, por exemplo, a partir de muitas das ideias e práticas que já por aí existem (mas que o Estado não desvie as questões para reuniões de condomínios): um euro por dormida; um período de negociação mais alargado para ações de despejo e elevação de rendas; o uso do direito preferencial na compra de edifícios; a fiscalização das condições de trabalho no setor da hotelaria e restauração; a construção de imaginários e narrativas diferentes sobre o que visitar, como e onde.

NOTAS

1. Para uma discussão sobre os vários significados de *gentry*, v. Alison James, *To Knowe a Gentleman—Men and Gentry Culture in Fifteenth-Century Yorkshire*.
2. LASSELS, Richard - *The Voyage of Italy, or, A Compleat Journey through Italy*.
3. Idem, *ibidem*, p. 37.
4. STENDHAL: 1829.
5. Idem, *ibidem*, índice, p. 360.
6. STENDHAL: 1829, p. 301.
7. URBAIN: 1991.
8. Cf. URBAIN, Jean-Didier, *Le voyage était presque parfait. Essai sur les voyages ratés*.
9. Cf. ECO: 2011, pp. 11-36.
10. <http://observador.pt/2017/02/09/20-razoes-que-fazem-do-porto-o-melhor-destino-europeu/>. Consultado em outubro de 2017.

BIBLIOGRAFIA

- ECO, Umberto - *Construir o Inimigo. Construir o Inimigo e outros escritos ocasionais*. Lisboa: Gradiva, 2011.
- JAMES, Alison - *To Knowe a Gentleman - Men and Gentry Culture in Fifteenth-Century Yorkshire*. York: PhD Centre for Medieval Studies University of York, 2012. Consultado em outubro de 2017. Disponível em <http://etheses.whiterose.ac.uk/3819/2/Thesis.pdf>.
- LESSELS, Richard - *The Voyage of Italy, or, A Compleat Journey through Italy*. In two parts, Paris: 1670. Consultado em outubro de 2017. Disponível em https://ia801904.us.archive.org/27/items/gri_33125009310760/gri_33125009310760.pdf.
- Observador* - edição de 9 de fevereiro de 2017. Disponível em <http://observador.pt/2017/02/09/20-razoes-que-fazem-do-porto-o-melhor-destino-europeu/>. Consultado em outubro de 2017.
- STENDHAL - *Mémoires d'un touriste*. Paris: Le divan, 1829.
- URBAIN, Jean-Didier - *L'idiote du voyage - Histoires de touristes*. Paris: Plon, 1991.
- URBAIN, Jean-Didier - *Le voyage était presque parfait. Essai sur les voyages ratés*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2008.





Paisagens culturais: tendências, riscos e desafios

Nuno Ribeiro Lopes

Arquiteto. Diretor regional da Cultura – Governo Regional dos Açores

Ontem discutíamos o ordenamento rural, *versus* desenvolvimento, *versus* turismo. Ontem discutíamos a falta de competitividade económica, baseada numa agricultura tradicional, *versus* um turismo patrimonial, desenhador de paisagens artificializadas e sem custo de exploração. Ontem discutíamos a intervenção urbana, *versus* periferização, *versus* contemporaneidade. Hoje discutimos a vocação turística do património urbano e dos centros das cidades, baseada numa necessidade de rentabilização do património para a sua salvaguarda. Hoje discutimos a gentrificação e a perda de identidade das zonas antigas, provocada pelo turismo e pelo aumento do valor patrimonial. Nos diferentes territórios e realidades que acontecem por todo o país, o imobiliário e o turismo tendem a ocupar o lugar deixado vago pela perda da função e/ou perda dos residentes.

←

Évora, vista aérea.

José Manuel Rodrigues, 2001.

As paisagens culturais são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza», a que se refere o artigo 1.º da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Ilustram a evolução da sociedade e dos povoamentos ao longo dos tempos, sob a influência de constrangimentos físicos e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, internas e externas.

Devem ser escolhidas com base no seu valor universal excecional e na sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida e da sua capacidade de ilustrar os elementos essenciais e distintivos de tais regiões.

A expressão «paisagem cultural» abarca uma grande variedade de manifestações interativas entre o homem e o seu ambiente natural.

As paisagens culturais frequentemente refletem técnicas específicas de utilização sustentável das terras, tomando em consideração as características e os limites do ambiente natural em que são estabelecidas, bem como uma relação espiritual específica com a natureza. A proteção das paisagens culturais pode contribuir para técnicas modernas de utilização sustentável das terras e para a manutenção dos valores naturais da paisagem. A existência continuada de formas tradicionais de utilização das terras mantém a diversidade biológica em muitas regiões do mundo. Daí que a proteção das paisagens culturais tradicionais seja útil para a manutenção da diversidade biológica.

Consideram-se três tipos de paisagens culturais:

«1. Paisagens desenhadas e criadas intencionalmente pelo Homem — compreendendo jardins e parques construídos, muitas vezes associados a edifícios monumentais ou religiosos e a conjuntos.

2. Paisagens que evoluíram organicamente — resultado de imperativos socioeconómicos, administrativos e/ou religiosos e que desenvolveram a sua forma atual em resposta ao ambiente natural. Paisagens que refletem o processo evolutivo através da sua forma e dos componentes que integram.

Distinguindo:

Paisagem fóssil ou relíquia — aquela na qual o processo evolutivo chegou ao fim numa determinada altura do passado, de forma abrupta, ou durante um período. As distintas componentes que a caracterizam continuam visíveis e materializadas.

Paisagem em continuidade — aquela que mantém um papel social ativo na sociedade contemporânea, estreitamente associado a modos de vida tradicionais e cujo processo evolutivo se encontra ainda em curso. Exibe evidências do seu processo evolutivo ao longo do tempo.

3. Paisagem cultural associativa — na existência de fortes valores relacionados com associações religiosas, artísticas ou culturais a elementos naturais.»

Excertos das Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial (UNESCO, 2017).

Olhamos uma primeira vez para este país e assalta-nos uma sensação de enorme satisfação porque, hoje, se vive incomparavelmente melhor e com mais alegria. Se não nos deixarmos prender nessa primeira impressão, olharemos uma segunda vez e assaltar-nos-á invariavelmente a sensação triste de termos quase perdido a batalha do equilíbrio e do desenvolvimento sustentável. Ficar-nos-á o orgulho de, apesar de tudo, este ser um território magnífico e variado. Ficar-nos-á a culpa pela construção de um presente cada vez mais feio e desinteressante, em oposição ao mais belo que perdura da

construção contínua e progressiva de outras gerações.

Sabemos todos que um país pobre sempre sofre perdas e provações, e que somos resultado daquilo que conseguimos fazer ou deixamos fazer.

A falta de competitividade da agricultura, a concentração de propriedade ou a sua utilização extensiva provocaram falta de emprego e falta de futuro. A emigração para a Europa e a migração para os grandes centros urbanos esvaziaram o Interior do País e acentuaram os problemas estruturais. O ordenamento existente, fruto da vocação agrícola sabiamente aplicada pelos nossos antecessores, foi-se diluindo e desaparecendo progressivamente. Das paisagens humanizadas na estreita colaboração do homem e da natureza, de organização simples e resposta eficaz, capazes na sua variedade coerente de unir Portugal de norte a sul, ficaram resquícios isolados.

A pobreza crónica e a ausência de uma educação generalizada e democrática até 1974 criaram as condições férteis para a alteração de valores culturais. Floresceu então uma cultura importada e mal apropriada, descaracterizadora das estruturas urbanas, onde o dinheiro assumia timidamente a primazia sobre a cultura transmitida.

O respeito pela natureza, fruto da dependência meteorológica e do trabalho manual, foi progressivamente substituído pela novidade, pela força das máquinas e pela evolução tecnológica. A arrogância que daí tem derivado encontrou na disponibilidade financeira que a comunidade europeia nos ofereceu o argumento para jogarmos o jogo sem regras e a nosso bel-prazer.

A continuidade dos modelos estéticos e dos sistemas construtivos foi posta em causa por um processo de globalização total, que não deixou nenhum setor ou país indiferente. A aparente liberdade resultante desse processo tem-nos levado à negação do nosso mais profundo sentir e tem-nos encaminhado para o gratuito e fugaz. A vontade de esquecer um passado próximo, de dificuldades e subdesenvolvimento, motiva-nos para o novo, desprezando o antigo.

Têm sobrado quer territórios rurais, quer conjuntos ou fragmentos urbanos capazes de nos fazer entender o nosso percurso comum, espalhados pelo território continental e insular, consequência da periferização, pela interioridade ou pela insularidade, nos processos de desenvolvimento.

A ocupação e o desenvolvimento do território português têm vindo desde há muitos anos a desequilibrar-se, fruto de uma excessiva ocupação do litoral e um progressivo abandono do Interior.

Este processo de centrifugação tem sido contrariado esporadicamente por projetos e ações de dimensão local ou regional, consequência de políticas preocupadas e participadas. Estes exemplos bem-sucedidos têm feito a diferença e demonstrado que é possível conciliar o antigo com o contemporâneo sem minorizar nenhum deles. A manutenção das paisagens urbanas ou rurais, conciliando com as modernas técnicas ou exigências de conforto, suportam projetos de desenvolvimento com base no património.

Mas aquilo que é um ato de sobrevivência cultural e identitário, suportado num processo contínuo de exercício democrático, assente nas populações locais, é facilmente encurralado nos galardões que conseguiu ou conseguirá obter. Hoje,



Por detrás de cada paisagem cultural evolutiva, existe o Homem, que se adaptou àquele ambiente específico e, redesenhando continuamente aquela paisagem, a transformou num lugar único.



←

**Paisagem da vinha,
Pico, Açores.**

José Carlos Silva, 2001.

→

**Largo da Oliveira
e Praça de Santiago,
Guimarães.**

Paulo Pacheco, CMG,
2002.



tudo o que sobressaia ou resistia à moda e ao lugar-comum da globalização é realce e descoberta de todos nós, atribuindo-lhe competências e atributos que na maior parte das vezes não possui.

Cada vez mais o que sobrou de uma construção sustentável ou de um desenvolvimento harmonioso e equilibrado, em que a natureza desempenhou sempre o papel principal, é considerado de valor universal e rapidamente transformado em excecional e notícia de primeira página.

Esta perspetiva de prémio a curto prazo, ou nada, tem barrado a perceção da valia do lugar ou do bem, e permitido excluir o processo contínuo de simples afirmação no anonimato.

Continuamos presos à ideia da impossibilidade e do fatalismo, em que tudo já está escrito e decidido. Imensos territórios rurais são abandonados, porque não rentáveis, e abertos à especulação turística e imobiliária. Imensos conjuntos ou fragmentos urbanos são deixados para as populações pobres porque muito degradados e/ou antigos. Também aqui sobram no final habitações abandonadas prontas para a especulação turística ou imobiliária.

Ontem discutíamos o ordenamento rural, *versus* desenvolvimento, *versus* turismo. Ontem discutíamos a falta de competitividade económica, baseado numa agricultura tradicional, *versus* um turismo patrimonial, desenhador de paisagens artificializadas e sem custo de exploração. O projeto de desenvolvimento que sustentou a inscrição na lista do Património da Humanidade das vinhas da ilha do Pico tem vindo a demonstrar que uma reutilização do território para o mesmo fim, conciliando velhas práticas e novas tecnologias, é alternativa credível economicamente, quer no resultado agrícola quer na atratividade turística que o modelo de ocupação/exploração territorial subjacente proporciona.

Ontem discutíamos a intervenção urbana, *versus* periferização, *versus* contemporaneidade. Hoje discutimos a vocação turística do património urbano e dos centros das cidades, baseada numa necessidade de rentabilização do património para a sua salvaguarda. Hoje discutimos a gentrificação e perda de identidade das zonas antigas, provocada pelo turismo e pelo aumento do valor patrimonial. O projeto de desenvolvimento que sustentou a classificação do centro histórico de Guimarães tem vindo a demonstrar que a manutenção dos residentes nos centros antigos é possível mantendo o trabalho e a habitação nas suas tipologias tradicionais, e desejável para o equilíbrio da cidade.

Nos diferentes territórios e realidades que acontecem por todo o país, o imobiliário e o turismo tendem a ocupar o

lugar deixado vago pela perda da função e/ou perda dos residentes. Tal situação justifica dura batalha entre visões e projetos diferenciados e, muitas vezes, opostos.

Em qualquer das situações, estamos perante problemas que não são seguramente de hoje. Estes serão sempre fruto de governança, por ausência de estratégia ou por adoção de políticas de desenvolvimento erradas.

Estamos cada vez mais negadores dos nossos valores civilizacionais, enquanto participantes na construção da identidade mediterrânica. Estamos apaixonados pela Europa, esquecendo-nos que dela sempre fizemos parte em pleno. Aceitamos o nosso lugar periférico definido pelo poder financeiro, esquecendo-nos da nossa centralidade mediterrânica e atlântica. Estamos, portanto, numa fase de negação, de baixa autoestima, destruindo ou adulterando todos os dias os nossos valores materiais identitários, correndo o risco de progressivamente desaparecermos enquanto cultura.

Projetos de grande mérito acontecem atualmente por todo o país. Exemplos como os apontados, há-os de diferente dimensão. Em todos eles o património é motor de entendimento e promotor de autoestima. Haja visão, identificação da missão e definição de objetivos. Para tal basta existir vontade política e um processo amplamente participado. A disponibilidade financeira e a rentabilidade do projeto serão sempre importantes. O primeiro na temporização das ações e da realização, o segundo como fator de sustentabilidade.

Desta discussão, não podem os técnicos demitir-se. Cada um de nós é ator essencial e, por formação, agente pedagógico privilegiado nestes processos de desenvolvimento.

Não leiamos as definições e orientações transmitidas pelo Comité do Património Mundial como mera orientação para o que é excecional. Este é um país único, de múltiplas matizes, que importa evidenciar e conhecer. Façamos de cada quinhão deste território um lugar pelo qual vale a pena lutar, um projeto especial onde a salvaguarda do património cultural, material e imaterial, é fator de desenvolvimento para as populações locais e contributo indispensável para nos assegurar um futuro comum.

Por detrás de cada paisagem cultural evolutiva, existe o Homem, que se adaptou àquele ambiente específico e, redesenhando continuamente aquela paisagem, a transformou num lugar único, onde primeiro se sobrevive e depois se vive e se desfruta. Será esta convivência salutar e parceria frutuosa que nos identifica e singulariza perante um mundo global. É isto que o turismo procura, pois, o mais importante, no fim, são as pessoas na paisagem.



Recomendação sobre a paisagem histórica urbana

Ana Tarrafa Silva

Licenciada em Património Cultural, mestranda em Urbanismo e Ordenamento do Território, IST, UL/IST

Isabel Valverde

Arquiteta. Coordenadora do Gabinete de Reabilitação Urbana de Albufeira (GRU), Câmara Municipal de Albufeira

Ana Pereira Roders

Professora associada em Património e Sustentabilidade, Eindhoven University of Technology, NL
Editora do *Journal Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, Emerald, UK

Ao invés de uma crítica aos «sintomas» latentes, como o mau estado de conservação ou as intervenções inadequadas em recursos patrimoniais, este artigo propõe-se dissecar a «doença»: questionando o modelo instalado que assenta no consumo de recursos excessivo, realizado de forma irresponsável, em que a conservação de recursos urbanos se cinge muitas vezes ao património edificado, em particular ao classificado. Pretende-se promover uma reflexão, onde se apresenta e discute a mais recente Recomendação da UNESCO, sobre a paisagem histórica urbana e

O património como um recurso estratégico para a cidade sustentável

O património e o seu processo de classificação são produto de um modelo disfuncional de gestão e intervenção em que se consomem recursos em excesso e de forma irresponsável. Por regra, tudo no parque edificado pode ser destruído; a menos que classificado como património. Nesses casos excecionais, as intervenções são mais cuidadas e objeto de estudos de suporte aos projetos de conservação, como o restauro e a reabilitação. Um modelo controverso, pois nem todos entendem o porquê destas exceções à regra e veem a conservação de bens patrimoniais como uma obrigação, herdada da geração passada. Trata-se assim de um modelo que prefere ignorar, tal qual na dicotomia da «galinha» e do «ovo», quem nasceu primeiro; se as obrigações derivadas de uma classificação patrimonial, ou a ambição de conservar determinados recursos que leva uma comunidade a classificá-los como património, seja qual for a sua categoria. Afinal, na ausência da ambição em conservar, poderia assumir-se o sentido original da sua atribuição da classificação patrimonial como perdido e proceder-se à sua anulação. Uma dicotomia com uma ténue diferença no campo linguístico, mas com um profundo impacto no seu entendimento e ação na gestão de recursos urbanos e sua eficiência.

A seleção de recursos classificados tem vindo a expandir-se por mais categorias e valores patrimoniais—natural, cultural ou misto, tangível ou intangível, móvel ou imóvel, analógico ou digital (Veldpaus: 2015). Verificando-se, inclusivamente, avanços no reconhecimento e valorização da diversidade cultural que caracteriza as cidades, numa crescente tolerância em aceitar a polissemia inerente aos recursos urbanos, com uma multiplicidade de interpretações, valores e conotações. Este alargamento traduz as atuais tendências neoliberais, onde o setor privado (comunidades, investidores e visitantes) adquire uma maior responsabilidade e poder de decisão, coproduzindo e cofinanciando o desenvolvimento sustentável das cidades, conjuntamente com o setor público (local, regional ou nacional). No entanto, estes avanços têm-se demonstrado maioritariamente teóricos, ou se porventura também práticos,

as suas cidades-piloto, bem como um exercício que sucintamente explora a sua compatibilidade com o modelo de gestão de recursos urbanos que vigora em Portugal, contribuindo assim para os objetivos de disseminação, adaptação, implementação e desenvolvimento nos diversos Estados-Membros. Concomitantemente, pretende-se que este documento venha a constituir um contributo para a reflexão sobre o tema da otimização da gestão dos recursos urbanos deste país, e das vias de que dispõe para atingir um patamar de eficiência compatível com os desígnios do século XXI.

são mais frequentemente identificados em projetos-piloto do que plenamente integrados em estratégias e políticas territoriais. Sendo que, globalmente, continuam a escassear exemplos de cidades com processos de classificação patrimonial inclusivos, que resultem de uma discussão alargada, quer no seio da comunidade, quer entre todas as partes interessadas na conservação urbana e no desenvolvimento sustentável da cidade.

Os critérios para a classificação patrimonial, geralmente, limitam-se à avaliação mediante parâmetros que valorizam a antiguidade, a componente estética ou a histórica, científica ou social, reconhecidos apenas por alguns, fruto de um discurso institucionalizado há décadas, definido em representação da comunidade, assumida como pouco informada e sensibilizada para estas questões. Noutros casos, a classificação resulta de uma reação a ameaças iminentes quer de ordem natural quer humana, que colocam os bens patrimoniais em risco de delapidação ou extinção. Consta-se, em ambas as situações identificadas, que as tomadas de decisão, relativas ao conhecimento dos bens em causa, à proposta de intervenção e/ou formação neste domínio do conhecimento da comunidade ou de um pequeno grupo que a representa, são, por vezes, manipuladas e instrumentalizadas por terceiros, com interesses e objetivos individuais. Estas posturas têm invariavelmente implicações, que por vezes resultam em situações drásticas, para o património e para a sua comunidade, ao nível da conservação urbana e do desenvolvimento sustentável da cidade.

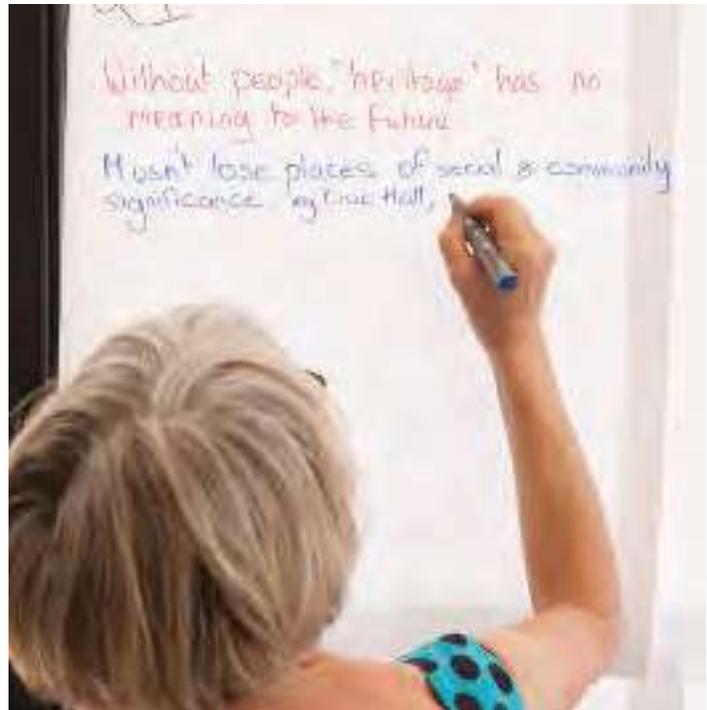
Curiosamente, o aumento de património classificado pelo mundo fora deveria ter, mas nem sempre tem, o reflexo direto no incremento de intervenções que promovem a conservação urbana. Nem a conservação do património mundial é exceção, muitas vezes, refletindo o que se passa ao nível da conservação urbana a nível nacional e local. Comparado com outros campos estratégicos do desenvolvimento urbano, como a mobilidade e as infraestruturas, o investimento público na conservação urbana encontra-se normalmente desproporcionado, e com tendência a diminuir, seja por cortes orçamentais, despedimentos nos corpos técnicos, seja pelo simples aumento dos recursos classificados como património e respetivas intervenções de conservação, pelos quais os mesmos financiamentos escassos devem ser divididos.

Acompanhando os ventos de mudança do século XXI, este artigo relembra e reflete sobre a forma consumista e irresponsável como se encara o futuro do planeta e a gestão dos seus recursos. O alerta mundial, derivado de estudos científicos e de fenômenos anômalos, que têm vindo a ocorrer com alguma frequência, são a prova da crescente escassez de recursos não renováveis e das alterações climáticas. Se a tudo isto associarmos o aumento da população urbana, as migrações massivas, e outros acontecimentos recentes ao nível político/social/económico, verificamos que estamos perante um sistema ineficiente e que urge ser repensado de forma integrada. É tempo de colocar em causa os presentes modelos de desenvolvimento nas suas diversas dimensões, e de testar novos modelos de gestão de recursos. E no que diz respeito às medidas a adotar ao nível da conservação urbana, que estas venham a ser sustentáveis e eficientes, e que não se restrinjam a uma exclusiva seleção de recursos patrimoniais, mas, pelo contrário, que venham a ser integradas em estratégias e políticas de desenvolvimento sustentável (UN-Habitat: 2016), interligando-se quer verticalmente, e designadamente nas escalas locais, regionais, nacionais e internacionais; quer horizontalmente mediante a gestão dos diferentes recursos e dos distintos domínios do conhecimento a estes associados.

Modelos inovadores que propõem o fim do conflito entre a conservação urbana e o desenvolvimento urbano e regional, encarado hoje como uma falácia, a partir do momento em que a gestão das áreas urbanas, é entendida como a «gestão consciente da mudança», isto é, a aceitação da mudança como parte do processo de desenvolvimento sustentável da cidade, onde a conservação urbana contribui para uma maior eficiência no uso de recursos culturais e poupa os recursos naturais. A devolução do património à sua natureza evolutiva (Martini: 2013). Uma abordagem focada na cidade como um todo, reflexo do seu contexto, cultural, climático, natural e rural, e não como um conjunto de edifícios e áreas de conservação, entre elas as zonas especiais de proteção. Uma abordagem que venha a reconhecer a complexidade das relações urbanas e dos desafios contemporâneos, onde a mudança deverá ser encarada como parte de um processo evolutivo e não como uma ameaça, e os bens patrimoniais como recursos estratégicos para o desenvolvimento sustentável da cidade.

A recomendação sobre a paisagem histórica urbana

O conceito de paisagem histórica urbana resulta de um processo evolutivo, observado na literatura, e também nas cartas e convenções internacionais associadas à conservação do património cultural e à gestão urbanas (Bandarin & Oers: 2012). Este legado constituiu a base do movimento internacional subsequente ao *Memorandum de Viena*¹ (UNESCO: 2005), que difundiu a primeira definição do conceito. O seu apuramento foi objeto de inúmeros encontros, *workshops* e projetos de pequena escala, organizados pela UNESCO e Estados-Membros, em todas as regiões do globo, conjuntamente com a proposta de uma recomendação que viesse ajudar os Estados e as autarquias – e pelo reconhecimento internacional, a reconhecer a importância da integração da gestão do património para o desenvolvimento sustentável urbano (Whitrap: 2016). A proposta foi então submetida a votação na 36.ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, e adotada por unanimidade



↑
Estudo sobre o cadastro e estado de conservação da Ilha de Moçambique, Moçambique.
Rob Derks, 2011.

Workshop integrado no simpósio Paisagens Históricas Urbanas que decorreu em Ballarat, na Austrália, em 2015.
Susan Fayad, 2015.

Sessão de discussão pública sobre a gestão da zona-tampão de Stone town of Zanzibar, Tanzânia.
Muhammad Juma, 2016.

Inventariar recursos

naturais, culturais e humanos

Avaliar valores

do que conservar: atributos e valores

Avaliar vulnerabilidade

de mudanças e desenvolvimento

Definir estratégias

informadas na gestão urbana e regional

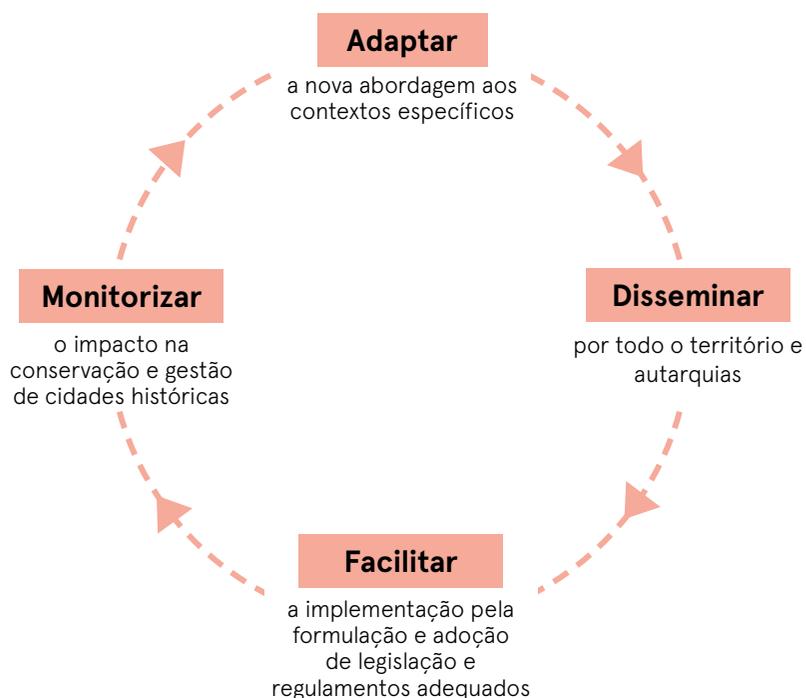
Prioritizar ações e políticas

para a conservação e desenvolvimento

Estabelecer parcerias

e modelos de gestão locais

Plano de ação e etapas recomendadas para a implementação da abordagem PHU.
UNESCO: 2011; Veldpaus: 2015; WHITRAP: 2016.



Ciclo evolutivo recomendado na implementação da abordagem PHU.
UNESCO: 2011; Veldpaus: 2015; Whitrap: 2016.

a 10 de novembro de 2011, como a Recomendação sobre as Paisagens Históricas Urbanas (Abordagem PHU em português, *HUL Approach* a nível internacional), a ser implementada de forma voluntária por todos os Estados-Membros da UNESCO.

A abordagem PHU assume, no entanto, um caráter mais operativo do que normativo, ao contrário dos documentos doutrinários anteriores (Pereira Roders: 2013). Não promove uma única solução, mas tantas soluções quantas forem necessárias a cada cidade, definidas em consenso pelas partes interessadas. Daí também a expectativa de que as cidades adaptem, comuniquem, facilitem e monitorem os seus modelos de gestão, para que estes se adequem à sua realidade da cidade e à evolução dos seus recursos ao longo dos tempos. Esta liberdade não agradou aos extremistas; nem os mais conservadores, que a consideram uma ameaça à conservação urbana, como uma carta-branca para o desenvolvimento urbano irresponsável; nem aos menos conservadores, que a consideram uma armadilha, uma carta-branca para o congelamento da cidade, com a introdução de mais uma categoria no rol de classificações de património.

No entanto, o intuito da abordagem PHU não era o de definir uma nova categoria, mas sim, um «novo modelo de desenvolvimento urbano orientado pelos valores patrimoniais» (Bandarin & Oers: 2012, p. 200). Sejam cidades sem património classificado, com monumentos isolados, centros históricos ou integradas em paisagens culturais, todas elas podem explorar a abordagem PHU, para as ajudar a definir em consenso com as partes interessadas como melhor integrar a gestão de recursos urbanos e atingir a eficiência necessária ao século XXI. Cabe às cidades definir as partes interessadas, públicas, privadas ou cooperativas, do local ao internacional, assim como nos mais diversos setores, do económico ao cultural, ao social e ao ambiental. Cabe às cidades também definir quais os recursos a classificar como património e seu modelo de gestão adequado.

Reconhecendo a cidade como o resultado da sobreposição histórica de valores e atributos, quer culturais quer naturais (Bandarin & Oers: 2012), a abordagem PHU ultrapassa conceitos como «centro ou conjunto histórico», expandindo-se para o contexto territorial, valorizando, entre outras, as características topográficas, geomorfológicas, hidrológicas e naturais autóctones, o tecido arquitetónico antigo ou contemporâneo, as infraestruturas de superfície e subterrâneas, os espaços abertos e jardins, os modelos de gestão territorial, e as relações visuais. Estende-se ainda à natureza intangível do território, às práticas culturais e sociais, aos processos económicos e à imaterialidade do património na sua identidade e diversidade (UNESCO: 2011).

A abordagem PHU recomenda um plano de ação, ainda que este não integre o texto oficial (UNESCO: 2011b), suportado por quatro conjuntos de instrumentos, cuja utilização deve, de acordo com a própria natureza da cidade e modelo de gestão adotado, adaptar-se ao contexto em que se insere, procurando sempre outros mecanismos inovadores e que melhor respondam à sua realidade e necessidades (UNESCO: 2011a; Veldpaus: 2015; Whitrap: 2016). Desenvolvendo-se em seis etapas, o plano de ação proposto começa com a identificação e inventário dos recursos paisagísticos (naturais, culturais e humanos), seguindo a avaliação dos valores e os atributos que os contêm, suscetíveis de serem preservados de acordo com o seu grau de vulnerabilidade aos agentes de mudança (ex.: ambientais, socioeconómicos). Esta catalogação facilita a sua integração nas estratégias de desenvolvimento urbano,

estabelecendo-se, simultaneamente, parcerias entre os diferentes atores no território e planos de desenvolvimento local, adaptados a cada projeto e de acordo com os atores e os objetivos propostos (Pereira Roders: 2013).

Os quatro conjuntos de instrumentos são respetivamente: instrumentos de inventário e gestão; participação da comunidade; legislação e regulamentos, e mecanismos de financiamento. Sejam inovadores ou tradicionais, o importante é o entendimento da sua transversalidade e a interdependência dos instrumentos de gestão do território que permitam um modelo de desenvolvimento urbano sustentável, mais eficiente e inclusivo, para com os seus recursos patrimoniais.

Cidades-piloto

Entende-se como cidades-piloto todas as cidades que trabalham proativamente na integração da gestão do património e do planeamento urbano e territorial, e que, consequentemente, contribuem com as suas experiências e lições para a definição, implementação e avaliação da abordagem PHU. Com algumas cidades-piloto, maioritariamente na Ásia, realizaram-se contratos de entendimento² entre a UNESCO, e o World Heritage Institute of Training and Research for Asia (Whitrap), coordenados pelo Dr. Van Oers e a sua equipa³. As restantes cidades-piloto constituíram casos de estudo, coordenados por universidades, ou projetos PHU, coordenados por autarquias locais e governos nacionais. Todas as cidades, mediante um trabalho em rede, aprendem umas com as outras, através da partilha de experiências, designadamente como melhorar os seus modelos de gestão de recursos urbanos.

Sete anos depois, com um crescente número de seminários, *workshops*, documentários e publicações, reportando, partilhando e discutindo as experiências e lições das cidades-piloto, são visíveis os resultados desta rede e da sua difusão (UNESCO: 2011; UNESCO: 2016; Whitrap: 2016). A liderança está nas cidades e nas suas autarquias, que querem evoluir mediante a aplicação dos conceitos associados à sustentabilidade, na tentativa de evitar o desperdício de recursos e a destruição da identidade cultural das suas comunidades.

Refira-se que, desde 2011, raros foram os Estados-Membro que iniciaram uma campanha nacional de sensibilização para a abordagem PHU e das respetivas vantagens na gestão de recursos urbanos. No entanto, a maioria esteve envolvida nas explorações da abordagem PHU das cidades-piloto. Por outro lado, o plano de ação e etapas recomendadas pela abordagem PHU foram reconhecidos por muitas cidades-piloto. No entanto, também reconheceram que nem sempre as etapas se seguem pela mesma ordem, nem mesmo na mesma cidade. Verificaram também, ao longo do plano de ação, muitas perdas de informação e falta de comunicação, visto não serem sempre as mesmas partes interessadas a participar nas diferentes etapas. Nesse sentido, foi necessário juntar os esforços de todos, agora fragmentados, através da abordagem PHU, e este mesmo esforço de integração foi entendido pelas diferentes cidades-piloto e comunidades como uma das suas maiores vantagens.

Apesar disso, as prioridades e agendas políticas parecem liderar os planos de ação e ordem das etapas da gestão patrimonial e territorial, contribuindo para que estes continuem numa ação reativa e de curto prazo, dependentes de processos eleitorais, inversamente à proatividade recomendada pela abordagem PHU. Situação dificultada pela crescente escassez

Exemplos de cidades-piloto na abordagem PHU

Regiões da UNESCO	Cidades-Piloto	
África (AFR)	Ilha de Moçambique e Maputo (Moçambique) Lamu (Quênia) Zanzibar (República da Tanzânia)	Dakar e Saint Louis (Senegal) Cidade Velha (Cabo Verde)
América Latina e Caraíbas (LAC)	La Plata (Argentina) Brasília, Recife e Rio de Janeiro (Brasil) Valparaíso (Chile) Bogotá, Ambalema (Colômbia) Havana Velha (Cuba)	Cuenca e Quito (Equador) Guatemala Velha (Guatemala) Tegucigalpa (Honduras) Cidade do México, Puebla e Queretaro (México) Lima (Peru)
Ásia e Pacífico (APA)	Ballarat e Canberra (Austrália) Levuka (Fiji) Ajmer-Pushkar, Alwar, Amaravathi, Hyderabad, Varanasi e Jaipur (Índia) Jakarta e Yogyakarta (Indonésia) Luang Prabang (Laos) Katmandu (Nepal) Rawalpindi (Paquistão)	Dujiangyan, Guangzhou, Hangzhou, Macau, Shanghai, Shuang Wan, Suzhou, Tongli, and Yangzhou (República da China) Gale (Sri Lanka) Taipei (Taiwan) Bangkok (Tailândia) Samarkand (Uzbequistão) Hanói (Vietname)
Estados Árabes (ARB)	Muharrag (Bahrain) Cairo (Egito) Beirute (Líbano)	Rabat (Marrocos) Cidade de Kuwait (Kuwait) Sfax (Tunísia)
Europa e América do Norte (EUR)	Berat (Albânia) Regensburg (Alemanha) Baku (Azerbaijão) Graz (Áustria) Bruges (Bélgica) Mostar (Bósnia) Edmonton e Québec (Canadá) Bordeaux, Le Havre, Lyon, Paris e Poitiers (França) Edimburgo (Escócia) Cordoba, Madrid, Salamanca e Sevilha (Espanha) Mtskheta (Geórgia) Durham e Liverpool Galway (Irlanda)	Assis, Castel San Pietro Romano, Ferrara, Nápoles, Palestrina, Pompeia, Priverno, Roma e Urbino (Itália) Jerusalém (Jerusalém) Amesterdão, Beemster e Willemstad (Países Baixos) Évora, Guimaráes e Porto (Portugal) Istambul (Turquia) Valetta (Malta) Lublin (Polónia) Kolomna (Rússia) New Jersey, Chicago (USA) Vilnius (Lituânia)

Ordenados alfabeticamente, respetivamente, por país e cidade (adaptado de Turner *et al.*: 2015; GO-HUL: 2017, Siguencia: 2018)



←
**Torre Annunziata,
Nápoles, Itália,
cidade-piloto da
abordagem PHU.**
Mariarosaria
Angrisano, 2017.

de recursos técnicos e financeiros, agravada pela perda de trabalhos que se repetem por novas equipas, sem a devida ligação e avaliação. A maior inércia e barreira parece ser, no entanto, a legislação e regulamentos, que promovem ainda apenas a conservação das tradicionais categorias de património e sua interpretação mais historicista, condicionando autarquias em diferentes locais do mundo, mesmo as cidades-piloto, que tentam proativamente avançar e modernizar os seus modelos de gestão.

Potencialidades em Portugal

A gestão dos recursos urbanos em Portugal evoluiu de um modelo de gestão de recursos urbanos marcado pela expansão urbana e abandono da cidade consolidada — com profundos impactos económicos, sociais, culturais e ecológicos — para a reabilitação e regeneração urbanas, tanto no debate político, económico e científico, traduzindo-se esta evolução como a resposta aos problemas e conflitos gerados pela anterior lógica consumista e às exigências contemporâneas de um desenvolvimento urbano sustentável. Segundo dados do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), em maio de 2017, sinalizavam-se quase 800 áreas de reabilitação urbana (ARU) aprovadas. Substituindo as antigas ACRRU⁴ e ZIP⁵, é relevante a quantidade de ARU cujos limites coincidem com os designados «centros históricos» (IHRU: 2017), ou outras áreas classificadas como são as zonas de proteção.

Portugal detém hoje 15 áreas inscritas⁶ no Património Mundial da UNESCO, 7 bens na lista de Património Imaterial da UNESCO, e 3 na lista de Marca do Património Europeu do Conselho da Europa, 871 monumentos nacionais, 2356 de interesse público, 549 de interesse municipal e 505 em vias de classificação. Na sua maioria, recursos naturais, como as reservas ecológicas e jardins botânicos, ou recursos culturais materiais, como conjuntos e edifícios históricos (Bernardes, Oliveira, Moreira: 2014).

Tendo sido uma prioridade dos últimos governos, a reabilitação urbana já havia ganho alguma projeção no âmbito da alteração ao Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU)⁷, pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que permitiu operacionalizar, aligeirar e acelerar os procedimentos a cumprir no âmbito do RJRU. Uma abordagem que, em teoria, aposta não só na reabilitação do edificado, classificado ou não, mas tam-

bém na «qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano»⁸; permitindo a delimitação das já referidas ARU e em alguns casos das respetivas ORU⁹, a desenvolver nas áreas delimitadas, através de instrumento próprio ou de um PP de reabilitação urbana.

Qualquer que seja a estratégia adotada, esta nova abordagem alterou o paradigma, tornando mais vantajoso reabilitar do que construir obra nova, nomeadamente para o setor privado e proprietários, através da atribuição de benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, isenções ou redução de taxas municipais, ou através da articulação do Estatuto dos Benefícios Fiscais às políticas de reabilitação urbana. Paralelamente, a reabilitação urbana ganha no atual quadro de financiamento europeu (Portugal 2020) um enorme incremento através dos planos de ação de regeneração urbana (PARU) e os planos estratégicos de desenvolvimento urbano (PEDU). Uma tipologia de financiamento absolutamente inovadora, em que para cada unidade de investimento público terão de corresponder duas de investimento privado, associada a um plano de gestão, implementação e monitorização dos referidos planos, aprovados com uma dotação orçamental própria, a ser aplicada das mais diversas formas mas sempre com o propósito de promover o investimento na reabilitação junto da comunidade (ex.: ações colaborativas com a população, formação, publicidade, etc.). Da parte do setor público, o financiamento destas operações surge sob a forma de subvenção não reembolsável, com um cofinanciamento de 65 % (FEDER). O investimento privado será garantido através do IFR-RU 2020¹⁰, cofinanciado pelos programas operacionais nacionais e por instituições financeiras europeias, e que se espera que vá para além do apoio à reabilitação e revitalização urbanas, mas incluindo a promoção da eficiência energética, criado no âmbito do Portugal 2020. As operações cofinanciáveis devem integrar-se nas ARU, delimitadas pelos municípios, tendo como objeto a reabilitação integral de edifícios, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação mau ou inferior¹¹.

Apesar destes avanços extremamente significativos, cuja possibilidade de uma análise de fundo seria ainda muito precoce, subsistem ainda insuficiências em etapas fulcrais como a implementação de processos de discussão pública durante as etapas de diagnóstico para a delimitação das áreas de intervenção. A identificação dos recursos a conservar, patrimoniais





Fotografia aérea da cidade de Edimburgo, Escócia, Reino Unido, cidade-piloto da abordagem PHU. Edinburgh World Heritage, 2017.

ou não, limita-se, em regra, à discussão científica e técnica, excluindo-se os restantes interessados. Da mesma forma, os recursos integrados na gestão territorial restringem-se aos bens materiais imóveis, omitindo-se as relações destes com os recursos imateriais ou móveis¹². Ainda, as memórias descritivas não são acompanhadas da indicação dos recursos e valores a proteger face a ameaças identificadas, isto é, uma avaliação dos limites das alterações aceitáveis, onde a classificação adquire uma relação direta com a sua conservação. Subsiste também uma intervenção fragmentada, plasmada numa diversidade de áreas de intervenção (ARU, PP), perdendo-se a natureza integral da cidade e da sua influência sobre a área envolvente. Por outro lado, apesar do financiamento já referido, fundamentalmente europeu, nem todos os municípios dispõem de uma equipa de técnicos capazes de promover e coordenar estas iniciativas, tornando-os ainda mais vulneráveis a pressões políticas e económicas.

Não obstante os desafios elencados, Portugal demonstra, quer na sua comunidade científica quer nos seus governantes, uma vontade de mudança. Uma oportunidade que se projeta na recente publicação da *Política Nacional de Arquitetura e Paisagem* (Maote: 2014), e na nova *Política Pública do Ordenamento do Território*¹³ que confirma o novo paradigma de desenvolvimento urbano baseado nas ações de reabilitação e regeneração. De resto, o recente interesse dos decisores locais sobre estas novas políticas deverá ser também encarado como uma oportunidade em se repensar a cidade, coisa que antes estava fora dos planos de qualquer autarca, cuja obra deveria ser reconhecida na «obra (nova) feita». Também, no seio do organismo que tutela o património cultural, destaca-se o inventário do património imaterial¹⁴, representando um esforço em integrar as múltiplas dimensões e tipologias patrimoniais associadas a um único recurso, uma abordagem que poderá ser adotada pelos outros inventários (ex., SIPA, Endovélico, património móvel, inventários municipais). Da mesma forma, os inventários municipais de património, que geralmente acompanham os PDM (ex., cartas municipais de património), surgem como instrumentos cruciais, revelando um reconhecimento mais alargado de tipologias patrimoniais (cultural, natural, intangível, material) do que as já referidas na legislação¹⁵ (Tarrafa Silva: 2017).

A adoção de um modelo de desenvolvimento urbano mais sustentável adquire um maior significado quando assistimos a um crescimento das ameaças que pairam sobre os recursos patrimoniais. A alteração do paradigma para o modelo da cidade compacta gera antigos e novos desafios, decorrentes do aumento da pressão sobre os recursos da cidade consolidada. Por outro lado, o crescimento sem precedentes do turismo, não obstante os benefícios económicos para o País, origina graves conflitos relacionados com a gestão do setor da habitação que se confunde com o turístico, como por exemplo o fenómeno Airbnb sentido em Lisboa e demais cidades mundiais. A gentrificação «de classes sociais» está hoje a ser substituída por uma gentrificação «de utilização», onde o tecido urbano consolidado é temporariamente preenchido. A busca pela competitividade e as externalidades do fenómeno da globalização criam cenários «fantasiosos» de uma tipicidade, que por vezes afronta as comunidades locais.

Aliado a este espírito empreendedor e competitivo, subsiste uma atitude ainda tradicional relativamente ao património, assumindo a conservação urbana como um obstáculo ao desenvolvimento sustentável. Uma certa desconfiança por

desconhecimento dos governos locais sobre o papel dos recursos patrimoniais no desenvolvimento das suas cidades, não apenas como recursos para o turismo, mas como elementos cruciais para a qualidade de vida e identidade dos seus cidadãos. Por isso mesmo, investigadores e técnicos questionam a recente intenção do governo de descentralizar as competências da gestão do património, dos organismos da tutela para as comissões de coordenação e desenvolvimento regional e autarquias. Uma decisão não necessariamente a condenar mas que pecou por à partida não ter envolvido todos os interessados e por não se fazer acompanhar de planos paralelos, como eventuais aumentos de financiamento e de conhecimentos técnicos locais, para continuar a promover a conservação do património classificado e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável das suas cidades com a mesma ou maior efetividade.

Conclusão

O reconhecimento da abordagem da PHU é uma questão cultural (Jokilehto: 2010), e a opção de explorar modelos de desenvolvimento urbano mais sustentáveis também. A opção implica o reconhecimento da necessidade de conservação dos recursos urbanos e da valorização de alguns em particular, por estes terem um maior significado cultural para a comunidade que os utiliza. Não existe certo ou errado, desde que a participação seja tão alargada e diversificada como a comunidade, e que todos estejam envolvidos nas tomadas de decisão. Consequentemente, os conflitos reduzem-se e o desenvolvimento é aceite por todos, mesmo aqueles que não beneficiam diretamente da decisão.

Portugal encontra-se num momento de transição. As operações de reabilitação urbana, que se libertaram do edifício para as áreas, estão ainda em fase de teste, sendo necessário proceder-se a uma análise comparativa dos seus resultados. Simultaneamente, urge a criação de processos de discussão pública não para a discussão sobre instrumentos urbanísticos, pois esses já existem, mas para a definição dos valores culturais reconhecidos por cada uma das comunidades. Por outro lado, a programação do desenvolvimento urbano não pode continuar a cingir-se a uma questão de zonamento, mas deve integrar toda a área. As avaliações de impacto patrimonial e o estabelecimento de limites para as alterações aceitáveis são mecanismos essenciais para que a gestão dos recursos urbanos se efetue e contribua para os objetivos de desenvolvimento urbano sustentáveis.

Muito trabalho há que fazer no mundo, não só em Portugal. As pressões aumentam, alteram-se, mas o seu reconhecimento é o primeiro passo para sabermos geri-las. Assim como o conhecimento daquilo que estamos a conservar, porquê e para quê. No fundo, ainda nos falta responder às questões que em 1975 Pais da Silva colocava: *Conservar para quê? Conservar o quê? Conservar porquê?* (Silva: 1975). A abordagem PHU apenas aponta um caminho, uma forma de tentar encontrar a resposta para os desafios do século XXI. Cabe às cidades e partes interessadas procurar a resposta, ou até várias respostas, até se acertar, relembrando, no entanto, de que não há certezas eternas, e que a eficiência de recursos pode ser temporária e mudar ao longo do tempo.

Por fim, é importante lembrar a diferença entre «sintomas» e «doenças». Enquanto modelos de gestão que cau-

sam «síntomas» — como o agravado estado de conservação e uso abusivo dos bens patrimoniais — não forem avaliados como tal, «doenças» — como o consumo e uso de recursos excessivo e irresponsável — não vão ser diagnosticadas, tratadas e/ou curadas atempadamente. Um raciocínio lógico para a sociedade e a sua saúde, e que pode também ajudar cidades e as suas comunidades a melhor integrar a gestão de recursos urbanos e atingir a eficiência necessária no século XXI.

NOTAS

1. Vienna Memorandum on World Heritage and Contemporary Architecture – Managing the Historic Urban Landscape.
2. Oficialmente, *Memorandum of Understanding*.
3. Dr. Ron van Oers foi um dos pioneiros e líderes no desenvolvimento, operacionalização e teste da abordagem PHU, tendo falecido inesperadamente em 2015, em trabalho de campo.
4. Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanas.
5. Zona de Intervenção Prioritária.
6. Zonas de proteção.
7. Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro.
8. N.º 3 do artigo 8.º da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, *ibidem*.
9. É o conjunto articulado de intervenções que, de uma forma integrada, visam a reabilitação urbana de uma determinada área. A cada ARU corresponde uma ORU [n.º 4 do artigo 7.º]. Se a ORU se dirige principalmente à reabilitação do património edificado, é enquadrada por uma estratégia de reabilitação e adota a designação de ORU simples. Quando a ORU envolve não só a reabilitação do edificado mas também a qualificação das infraestruturas, dos equipamentos, dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, tem associado um programa de investimento público, e é enquadrada por um programa estratégico de reabilitação, adotando a designação de ORU sistemática.
10. Instrumento financeiro: reabilitação e revitalização urbanas. <https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/ifrru/>.
11. Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro.
12. Exemplificando, estando o fado inscrito na Lista do Património Imaterial da Humanidade, a deslocação ou desaparecimento das casas de fado ou das suas características ameaça a integridade do bem.
13. Abreviado, refere-se à Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.
14. www.matrizpci.dgpc.pt/.
15. Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, J. — Após Veneza: do restauro estilístico para o restauro crítico. *100 anos de património: memória e identidade*, coord. J. Custódio. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, 2010.

BANDARIN, F.; VAN OERS, R. — *The Historic Urban Landscape: Managing Heritage in an Urban Century*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012.

BERNARDES, João Pedro; OLIVEIRA, Luís Filipe; MOREIRA, Ricardo — *Património e Território — Relatório Final*. Faro: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais da Secretaria de Estado da Cultura, 2014.

CoE – Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society [Em linha]. Council of Europe, 2005. <http://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/faro-convention>. Consultado em 20 de junho de 2017.

CoE — European Landscape Convention. Council of Europe, 2000. <http://www.coe.int/en/web/landscape>. Consultado em 20 de junho de 2017.

DGPC. MatrizPCI — Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Home.aspx>. Consultado em 20 de junho de 2017.

GETTY — Historic Urban Environment. Conservation Challenges and Priorities for Action. Meeting Report. Getty Conservation Institute, 2010. http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/historic_urban_environment.html. Consultado em 20 de junho de 2017.

GO-HUL — Global Observatory on the Historic Urban Landscape. Eindhoven: Eindhoven University of Technology. <https://go-hul.com/>. Consultado em 20 de junho de 2017.

IHRU. Áreas de Reabilitação Urbana – ARU. Portal da Habitação. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/homearu.html>. Consultado em 20 de junho de 2017.

JOKILEHTO, J. — *Notes on the Definition and Safeguarding of HUL*. City & Time. vol. 3, n.º 4, 2010. <http://www.ct.ceci-br.org>.

MAOTE — *Plano Nacional de Arquitetura e Paisagem*. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, 2014.

MARTINI, Viviana — *The conservation of Historic Urban Landscapes: an approach*. Venice: University of Nova Gorica. Graduate School, 2013.

PAIS DA SILVA, J. H. — *Pretérito presente: para uma teoria da preservação do património histórico-artístico*. Lisboa: J.H. Pais da Silva, 1975.

PEREIRA RODERS, A. — How can urbanization be sustainable? A reflection on the role of city resources in global sustainable development. BDC – Bollettino del Centro Calza Bini, vol. 13, n.º 1, 2013, pp. 79-90. <http://repository.tue.nl/2141e4ed-c653-4b59-b7f9-2e82488e18f9>. Consultado em 20 de junho de 2017.

SIGUENCIA AVILA, M. — *Historic Urban Landscape (HUL) approach for the conservation of the historic centre of Cuenca-Ecuador. PhD thesis working document*. Belgium: KU Leuven, 2017.

TARRAFA SILVA, A. — *Managing Change on Historic Urban Landscapes: PDM as a HUL tool. Master dissertation working document*. Lisboa: Universidade de Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2017.

UNESCO — *Culture Urban Future: Global Report on Culture for sustainable urban development*. Paris: UNESCO, 2016.

UNESCO — Recommendation on Historic Urban Landscapes (Recommendation text). Paris: UNESCO, 2011a. http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=48857&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Consultado em 20 de junho de 2017.

UNESCO — Recommendation on the Historic Urban Landscape (Background). Paris: UNESCO, 2011b. <http://whc.unesco.org/en/activities/706>. Consultado em 20 de junho de 2017.

UNESCO — Vienna Memorandum: World Heritage and Contemporary Architecture – Managing the Historic Urban Landscape (WHC-05/15.GA/INF.7). Paris: UNESCO, 2005. <http://whc.unesco.org/en/documents/5965>. Consultado em 20 de junho de 2017.

UN-HABITAT — New Urban Agenda: Quito Declaration on Sustainable Cities and Human Settlements for All. Quito: United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development (Habitat III), 2016. <http://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>. Consultado em 20 de junho de 2017.

VELDPAUS, Loes — *Historic urban landscapes: framing the integration of urban and heritage planning in multilevel governance*. Eindhoven: TU/e, 2015.

WHITRAP — The HUL guidebook. Shanghai: World Heritage Institute of Training and Research for the Asia and the Pacific Region, 2016. <https://go-hul.com/resources/>. Consultado em 20 de junho de 2017.

Arqueologia urbana em Portugal, hoje

Jacinta Bugalhão

Arqueóloga

Direção-Geral do Património Cultural

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa da FLUL
Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património

Balneário termal romano de Aquae Flaviae (Largo do Arrabalde, Chaves), aspetos do projeto de valorização/musealização promovido pela Câmara Municipal de Chaves, em curso.
Sérgio Carneiro, 2017.

Na sequência dos diversos estudos publicados sobre a curta história da arqueologia urbana em Portugal, propõe-se neste trabalho a análise da realidade nacional ao nível das características e tendências, tendo como referência o período de estudo entre 1970 e 2014. A realidade específica da arqueologia urbana é enquadrada na história recente da arqueologia portuguesa.

A reflexão crítica sobre os aspetos em análise culmina com propostas concretas sobre um modelo de gestão para a arqueologia urbana e sobre as problemáticas da produção do conhecimento com base nos *data* arqueológicos urbanos.



Arqueologia urbana

Os textos sobre arqueologia urbana em Portugal, quase invariavelmente, começam com uma clarificação de conceito. Sem mais delongas ou cuidados de referência e cumprindo a tradição, considera-se, nesta sede, *arqueologia urbana*, aquela que decorre em espaço urbano atual, incidindo essencialmente sobre contextos igualmente urbanos, anteriores.

Como é conhecido e amplamente exposto na literatura de referência, este setor da disciplina e atividade arqueológica surge na sequência da Segunda Guerra Mundial e consequentes devastação e reconstrução de um número considerável de cidades europeias (Martins: 1997, p. 91). O extraordinário desenvolvimento económico, social e cultural vivido na generalidade dos países europeus ocidentais no pós-guerra gerou uma forte e continuada pressão sobre os tecidos urbanos históricos. Esta realidade material, problemática e complexa, conjugada com a eclosão das teorias, práticas e métodos de intervenção no património cultural, veio a ser, de algum modo, conceptualizada e normalizada na *Carta de Veneza*, *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios* (1964), que amplia o conceito de monumento arquitetónico, com a asserção de *sítio urbano*, «inseparável da história de que é testemunho e do meio em que está inserido» (Carta de Veneza, artigos 1.º e 7.º) (Martins: 1997, p. 103).

Mais de duas décadas depois, duas outras convenções internacionais vieram a desempenhar um papel relevante na arqueologia urbana: a *Carta de Washington*, *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas* (1987) e a *Convenção de Malta*, *Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico* (1992).

As cidades portuguesas não sofreram com os bombardeamentos aéreos referidos. Também é certo que, devido a condicionalismos históricos bem conhecidos, Portugal tardaria a sentir os efeitos urbanos de um efetivo desenvolvimento económico, social e cultural, iniciado apenas a partir da democratização do País e, de forma mais intensa, da sua adesão à então Comunidade Económica Europeia (de meados dos anos 70 a meados dos anos 80 do século xx). Contudo e curiosamente, dois séculos antes das grandes e bélicas destruições urbanas europeias, o Terramoto de 1755 suscitou em Lisboa ocorrências algo semelhantes (descontadas as enormes diferenças de época). Importantes conjuntos arqueológicos ficaram expostos, motivando iniciativas voluntárias e muito meritórias, no sentido do seu registo e, por vezes, da sua preservação. Ou seja, ocorrências dramáticas e muito destrutivas abrem rasgos no subsolo urbano, colocando à vista o invisível: um enorme repositório material de memória, conhecimento e história, ou seja, de património urbano, sob a forma de vestígios arqueológicos.

Enquadramento: a arqueologia portuguesa nas últimas décadas

Para melhor compreender a curta história da arqueologia urbana em Portugal, torna-se imprescindível proceder ao seu enquadramento na evolução recente da arqueologia portuguesa (Bugalhão: 2011, pp. 39-41).

Entre 1970 e 1974, num contexto de forte transformação social, a arqueologia implanta-se lenta mas crescentemente. Com o regime democrático, os fatores de mudança e tran-

→

Trabalhos arqueológicos na Avenida Fernão de Magalhães, Coimbra, dirigidos por Vítor Dias e Ricardo Costeira da Silva, em 2008. Ruínas medievais do Convento Velho de São Domingos.

Ricardo Costeira da Silva.

sição acentuam-se. No final da década de 70, verifica-se um acentuado aumento da atividade arqueológica e do número de arqueólogos, relacionados com um emergente movimento de associativismo patrimonial (Caninas: 2000).

Entre 1980 e 1990, desenvolve-se a organização do setor do Estado com competência na gestão arqueológica. Entre o final dos anos 80 e meados da década de 90, verificam-se fortes investimentos públicos com grande expressão ao nível das infraestruturas e grandes obras públicas, com reflexo no setor privado da construção civil. Esta mudança de paradigma nacional, conjugada com uma reestruturação do aparelho de Estado com prejuízo para a área específica da arqueologia, motivou uma profunda crise no setor, com a falência das estratégias de salvaguarda arqueológica (de que é exemplo maior o caso do santuário rupestre do Vale do Côa). Mas nesta fase, na arqueologia, são também notórios os sinais de desenvolvimento positivo: a atividade arqueológica aumenta; na formação académica, surgem os graus de licenciatura e mestrado em Arqueologia; surge uma jovem geração de arqueólogos com ambições de profissionalização plena; a «arqueologia municipal» cresce com o recrutamento de arqueólogos ou mesmo a constituição de equipas de arqueologia; surgem as primeiras empresas de arqueologia; entra em vigor um conjunto de legislação (quase sempre de inspiração ou origem europeia) que mais tarde daria frutos positivos na gestão arqueológica (avaliação de impacte ambiental, ordenamento e gestão do território).

Entre meados dos anos 90 do século xx e 2002, verifica-se um conjunto de grandes e positivas mudanças na arqueologia portuguesa. Foi criado o Instituto Português de Arqueologia (IPA), sob inspiração da Convenção de Malta ratificada pelo Estado Português em 1997 e dos princípios orientadores da *arqueologia preventiva*, direcionados para estratégias de salvaguarda arqueológica em processos com impacto territorial profundo (avaliação de impacte ambiental, reabilitação urbana, gestão e ordenamento do território); foi renovado o aparelho legislativo e regulamentar; a estrutura do Estado desconcentra-se (extensões territoriais do IPA e direções regionais do IPPAR) e a arqueologia municipal continua a crescer, com consequências no incremento da fiscalização e acompanhamento da atividade arqueológica; a *Carta Arqueológica* é revitalizada e sistematizada.

O resultado mais evidente deste processo de mudança foi o extraordinário aumento da atividade arqueológica e do número de arqueólogos em pleno exercício profissional, que prossegue até cerca de 2007. O modelo de financiamento das intervenções arqueológicas (que são predominantemente preventivas) torna-se indireto (público ou privado), resultando dos projetos e obras que as motivam e enquadram (implementação do princípio do *poluidor-pagador*). A atividade arqueológica é maioritariamente desenvolvida por entidades privadas (empresas de arqueologia e arqueólogos em regime liberal). Promove-se a primeira experiência de atividade arqueológica de investigação programada, plurianual e financiada (os concursos de Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, entre 1998 e 2005). Mas os sinais disfuncionais são também emer-



gentes: embora se publique mais e mais regularmente, o fosso entre o que é publicado e o que permanece inédito aumenta; a gestão de espólios é caótica e sem ordenamento consistente.

A partir de 2002, acentuam-se sinais de regressão na arqueologia portuguesa. São implementadas reestruturações orgânicas no Estado que descaracterizam e fragmentam as competências de tutela arqueológica (com o conseqüente afrouxamento da regulação e fiscalização). As intervenções preventivas alcançam valores superiores a 90 % do total; a arqueologia vive do mercado, sendo essa a sua única regra.

A partir de 2008, a crise económica exerce forte influência sobre a arqueologia nacional, à semelhança do que ocorre noutros países europeus (Aitchison: 2009). O número de arqueólogos em atividade cresce, aparentemente até 2009, regredindo e estabilizando nos anos seguintes. O número de empresas de arqueologia em funcionamento alcança um valor máximo em 2006; posteriormente, decresce acentuadamente. Emerge a urgência de resolução de problemas crónicos, como a desregulação da atividade arqueológica, a deficiente gestão da informação arqueológica com recurso a suportes digitais, a falta de regulação e financiamento da investigação arqueológica, o *deficit* de publicação científica e, principalmente, a situação calamitosa dos espólios arqueológicos.

Como nota positiva, refira-se a revisão do *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos*, publicada no final de 2014, adaptando-o às enormes mudanças das duas décadas precedentes (Bugalhão: 2015).

Arqueologia urbana em Portugal: características e tendências

Foram publicados diversos trabalhos sobre a curta história da arqueologia urbana portuguesa. Entre os mais recen-

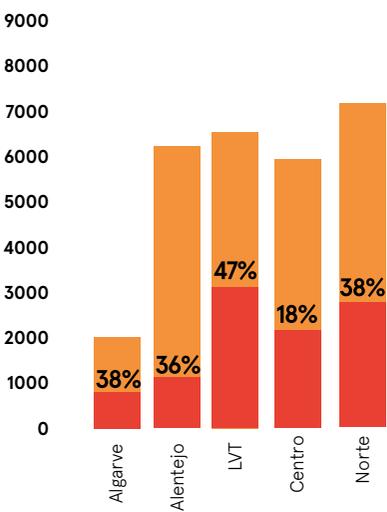
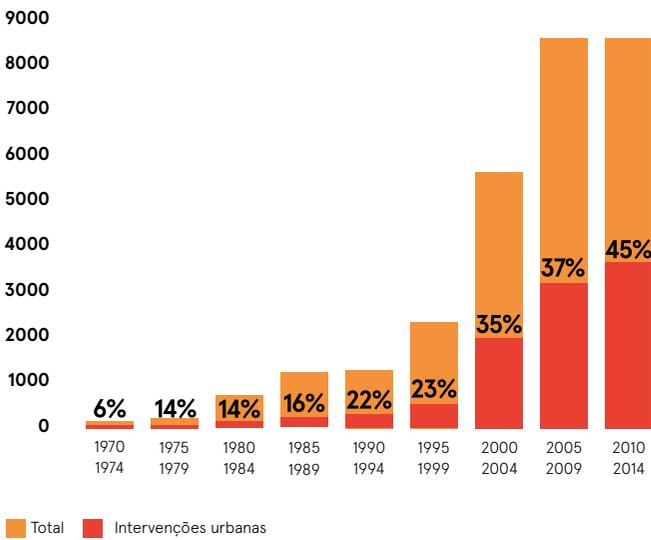
tes e completos, salientam-se os trabalhos de Manuela Martins (1997), Francisco Sande Lemos (2002 e 2004) e Manuela Martins e Maria do Carmo Ribeiro (2009-2010), que incluem as mais relevantes reflexões críticas e prospetivas sobre o tema, para além de abundante bibliografia.

Portanto, neste trabalho, abdica-se do exercício de reprodução da história já feita, optando-se em alternativa pela análise da realidade global nacional ao nível das características e tendências, tendo como referência o período entre 1970 e 2014.

De uma forma geral, pode afirmar-se que a arqueologia urbana em Portugal seguiu as principais tendências da atividade arqueológica global (referidas no ponto 2): crescimento até meados/finais do século xx e crescimento muito acentuado na primeira década e meia do século xxi. Contudo, uma análise mais fina revela igualmente algumas diferenças da arqueologia urbana relativamente à restante. A arqueologia nas cidades cresce continuamente, em algumas fases de forma mais acentuada. Na primeira metade dos anos 80 do século xx, as intervenções urbanas quase triplicam em relação ao quinquénio anterior, realidade relacionada essencialmente com os núcleos urbanos de Braga, Almada, Mértola e Tomar. Entre 2000 e 2004, verifica-se nova triplicação de número de intervenções, com relevância para as cidades de Lisboa, Porto e Coimbra. Salienta-se por fim que, ao contrário do que se regista para a atividade arqueológica global, entre 2010 e 2014, não se observa qualquer contração quantitativa na arqueologia urbana, verificando-se um crescimento de cerca de 14 % relativamente ao bloco temporal anterior.

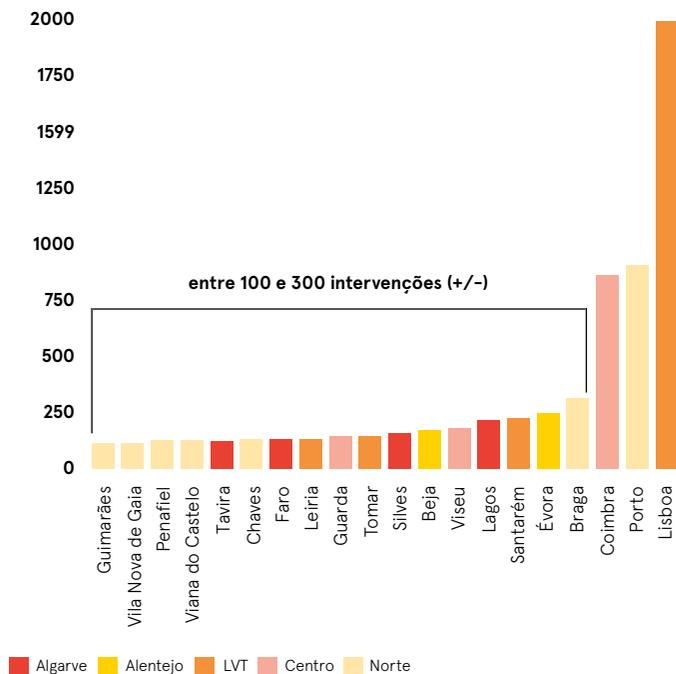
Mais relevante, contudo, na análise da evolução temporal, é o constante aumento de importância relativa da arqueologia urbana na atividade global. Esta realidade relaciona-se com a constante pressão de obras e intervenções em espaço urbano, onde, aparentemente, os efeitos da crise económica de 2008

Intervenções arqueológicas em Portugal



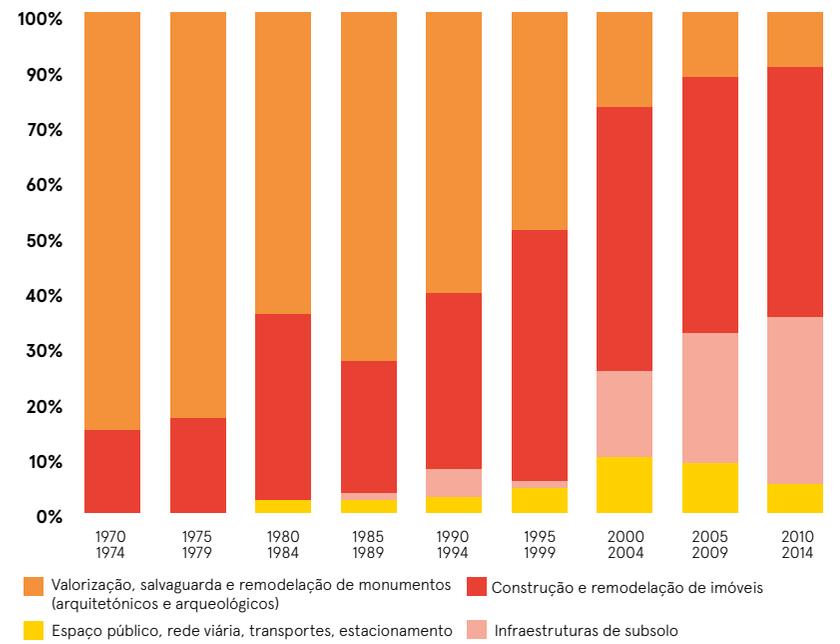
Intervenções arqueológicas em Portugal

Núcleos urbanos (com +100 intervenções)

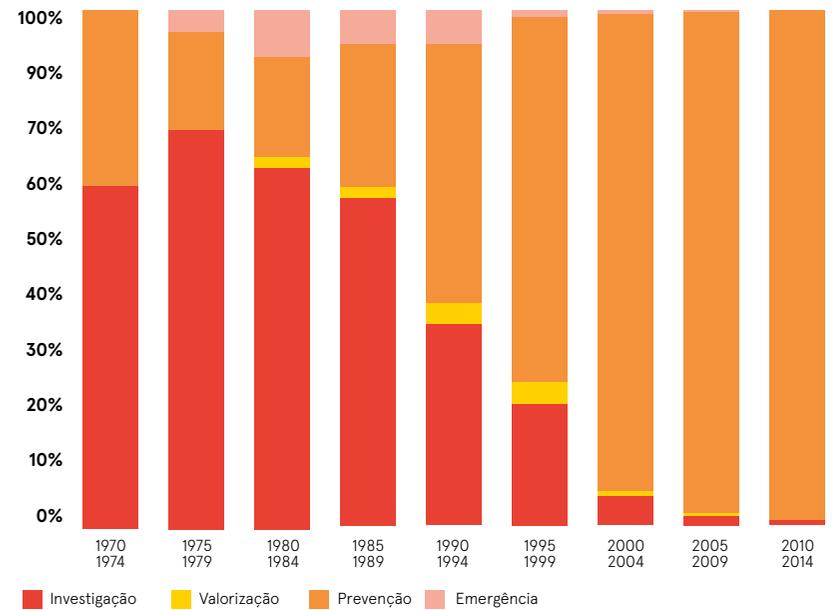


Intervenções arqueológicas urbanas em Portugal

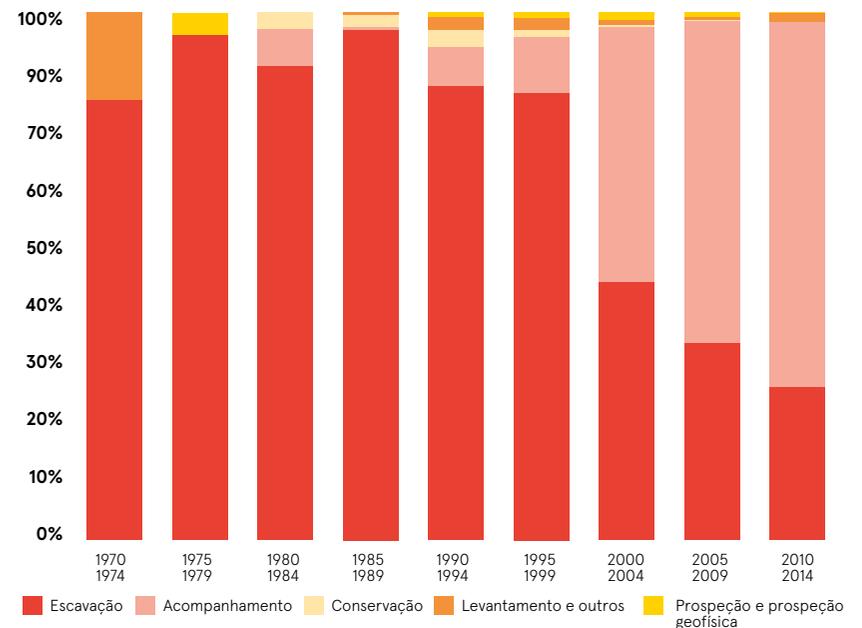
Tipo de projeto de enquadramento



Categoria de intervenção



Tipo de intervenção



(e anos seguintes) não se fizeram sentir de forma evidente, possivelmente, entre outros fatores, devido à sua simultaneidade com a expansão do setor turístico nas cidades portuguesas.

Relativamente à tipologia das intervenções arqueológicas urbanas, verificam-se igualmente significativas alterações ao longo do período em estudo. Quanto à categoria dos trabalhos, há de referir que a arqueologia preventiva marcou sempre presença significativa em ambiente urbano. Numa primeira fase, entre 1970 e 1984, a arqueologia na cidade decorre maioritariamente no âmbito de projetos de investigação e são frequentes as intervenções de emergência. A partir de 1990, as intervenções preventivas predominam, sendo que a sua proporção cresce até atingir mais de 98 % do total, entre 2010 e 2014. Os projetos de valorização registam sempre valores muito baixos, atingindo um máximo de cerca de 4 % entre 1990 e 1994.

Relativamente ao tipo de trabalho, o período em estudo pode dividir-se em duas fases: entre 1970 e 1999, os trabalhos de escavação são largamente maioritários; a partir de 2000 e após um curto período de equilíbrio, os acompanhamentos arqueológicos de obra tornam-se predominantes, representando, entre 2010 e 2014, 69 % da atividade arqueológica urbana.

Finalmente, relativamente aos projetos de enquadramento das intervenções, consideraram-se os tipos: valorização, salvaguarda e remodelação de monumentos (arquitetónicos e arqueológicos); construção e remodelação de imóveis; espaço público, rede viária, transportes e estacionamento; infraestruturas de subsolo. A análise desta variável é muito interessante e fornece elementos de reflexão que extravasam a arqueologia propriamente dita, refletindo a evolução da gestão do espaço urbano no seu todo. Até 1994, os projetos de valorização, salvaguarda e remodelação de monumentos (arquitetónicos e arqueológicos) abrangem a maioria das intervenções urbanas. Os projetos de construção e remodelação de imóveis marcam presença ao longo de todo o período em estudo, apresentando valores relativos crescentes. Os projetos de intervenção no espaço público, rede viária, transportes e estacionamento e de infraestruturas de subsolo implantam-se crescentemente a partir de 1990, representando no seu conjunto, entre 2010 e 2014, 39 % da atividade arqueológica urbana.

Outro aspeto que merece caracterização é a distribuição geográfica da atividade arqueológica urbana. Atendendo ao caráter de longa duração, tendencialmente estável, do povoamento urbano do território português, considera-se útil a observação global (não desdobrada cronologicamente) do peso da arqueologia urbana por regiões ao longo de todo o período em estudo. Como era eventualmente expectável, a preponderância da arqueologia urbana regista-se nas regiões mais intensamente urbanizadas e/ou de povoamento urbano mais denso: Norte, Algarve e, principalmente, Lisboa e Vale do Tejo.

Mas é de aglomerados urbanos, em concreto, que aqui se trata. Recorrendo mais uma vez à observação global (não desdobrada cronologicamente), cidade a cidade, observa-se uma realidade fortemente assimétrica. Se vista a cidade como «sítio arqueológico», e consideradas, conjugadamente, a sua dimensão (em termos urbanos históricos) e a estratégia (ou simples realidade) de gestão do património arqueológico urbano aí implementada (as cidades portuguesas apresentam discrepâncias muito significativas a este nível), verificam-se fortes diferenças de escala.

Em primeiro lugar, destaca-se Lisboa como o mais extenso e importante sítio arqueológico português. Não se preten-

de aqui caracterizar o complexo fenómeno arqueológico urbano de Lisboa, aliás já objeto de diversos estudos específicos (Bugalhão: 2011 e 2016). Mas é inegável a diferença de dimensão entre este aglomerado e as restantes realidades urbanas. No período em estudo, Lisboa regista um número de intervenções arqueológicas próximo dos dois milhares, partindo, nos primeiros anos do século XXI, de cerca de 5 % da atividade arqueológica nacional e atingindo, em 2016, 20 % da mesma.

Em segundo lugar, observam-se as cidades do Porto e de Coimbra, com valores na casa das oito centenas de intervenções arqueológicas. Por fim, enumeram-se 17 núcleos urbanos com mais de 100 intervenções, sendo que Braga regista cerca de 300 intervenções, e as cidades de Évora, Santarém e Lagos, valores ligeiramente superiores a 200 intervenções. Destes 20 núcleos urbanos, 7 integram a região Norte; 4, Lisboa e Vale do Tejo; 4, o Algarve; 3, o Centro; e 2, o Alentejo.

A arqueologia na cidade contemporânea

Na senda de processos europeus precedentes, a arqueologia é uma presença incontornável nas cidades portuguesas contemporâneas. A cidade, como espaço ocupado em permanência por grandes comunidades humanas num tempo tendencialmente longo, persiste, material e resilientemente, no subsolo urbano. Assim, a arqueologia urbana, nas suas vertentes patrimonial e científica, é um dos maiores repositórios para a história e identidade das cidades e dos cidadãos.

Mas a arqueologia e o património arqueológico urbanos detêm ainda um fortíssimo valor intangível. A cidade viva sobrepõe-se à cidade morta, recobrando-a e encobrindo-a. Como tal, a cidade, como sítio arqueológico, é um bem essencialmente invisível, e assim, de alguma forma, imaterial, mas claramente presente e inteligível para o cidadão. Tal é seguramente o caso de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Évora e Santarém. E também de Mértola, Silves, Chaves, Tavira, Ponte de Lima, Faro, Beja, Idanha-a-Velha, Palmela, Caminha, Serpa ou Freixo Numão. Para este efeito, não releva apenas o número de intervenções, mas também este em função da dimensão e população do aglomerado urbano, ou seja, algo que se pode denominar como *densidade arqueológica urbana*. Outras cidades podem igualmente aspirar a esta perceção patrimonial global, caso a arqueologia consolide nelas a sua presença, como Lagos, Viseu, Tomar, Guarda, Leiria, Viana do Castelo, Penafiel, Vila Nova de Gaia e Guimarães.

Na cidade, principal palco da *polis* (vida pública e publicamente organizada), concentra-se a maior complexidade e exigência do trabalho do arqueólogo. Neste sentido, a cidade é um espaço de grande conflito entre o valor arqueológico e a vida presente do cidadão. O solo urbano é caro; o espaço é limitado e muito disputado; a cidade é a sede do poder e são muitos os poderes que pretendem implantar-se materialmente nela... Trata-se, portanto, de um conflito com aspetos económicos, sociais e políticos (Martins: 1997, p. 96). Por todas estas razões, é nas cidades que se verificam os mais elevados riscos de destruição arqueológica (Correia: 2002, p. 165).

Esta realidade impõe ao arqueólogo e aos restantes intervenientes na vida urbana um esforço constante de negociação e compromisso, desenvolvido frequentemente em desigualdade relativa de circunstâncias. Não obstante a elevada dificuldade da sua tarefa, o arqueólogo tem a seu favor, neste contexto, um fator intrínseco. Na contemporaneidade, o arqueólogo



↑
Trabalhos arqueológicos na Avenida de Miguel Fernandes, Beja, no âmbito do Programa Polis – Beja, desenvolvidos pela empresa CRIVARQUE, em 2003-2004. Conjunto de silos tardomedievais.
 CRIVARQUE.



↑
Trabalhos arqueológicos no âmbito da requalificação urbana do Eixo Comercial de Mértola, desenvolvidos pelo Campo Arqueológico de Mértola, em 2008-2009. Mausoléu da Antiguidade Tardia.
 Virgílio Lopes/Campo Arqueológico de Mértola.

é um ser social essencialmente urbano. Quando trabalha no campo, em meio rural, o arqueólogo transporta a sua urbanidade para um ambiente que lhe é, geralmente, estranho e assume uma postura de aprendizagem. Na cidade, o arqueólogo trabalha no seu *habitat* natural, com conhecimento de códigos e processos.

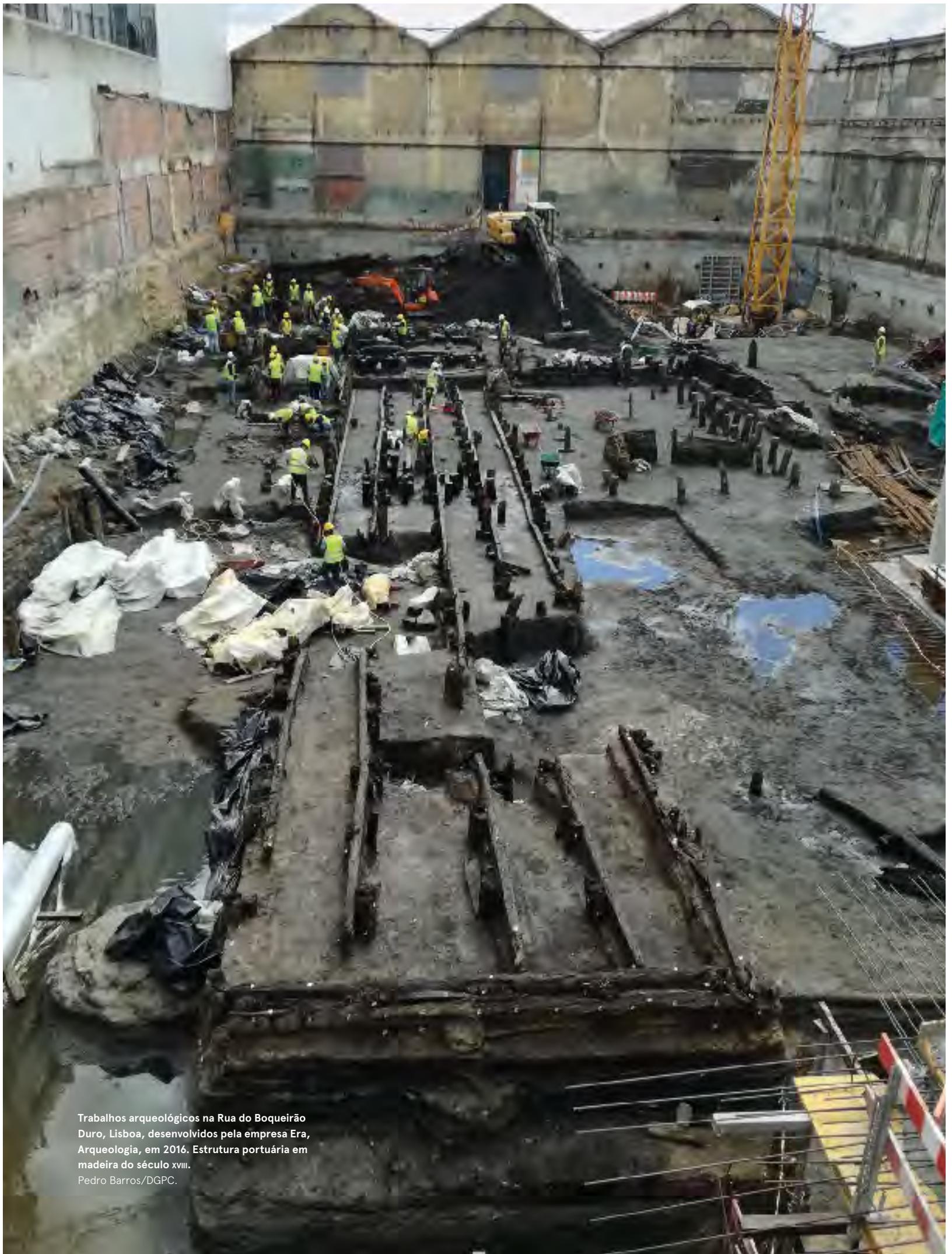
Modelos de gestão em arqueologia urbana

Pelos motivos atrás expostos, nas cidades, ganha especial relevância a implementação de modelos de gestão arqueológica que contemplem e compatibilizem as exigências da investigação arqueológica (que tem por base a problematização e questionários destinados ao aumento do conhecimento) e da arqueologia preventiva (que previne e evita destruições sem registo prévio).

Relativamente aos modelos de gestão em arqueologia urbana e analisadas as reflexões desenvolvidas em Portugal desde os anos 80 do século xx, verifica-se que, de uma forma geral, a realidade evoluiu espontaneamente em função de múltiplas condicionantes contextuais, e que os modelos teóricos de gestão que foram sendo propostos muito raramente foram alvo de implementação no terreno. Observada a realidade nacional ao longo do período em estudo, propõe-se aqui uma tipificação dos modelos de gestão observados.

O modelo de gestão *centralizado* é protagonizado pela mais antiga e consolidada experiência da arqueologia urbana portuguesa desenvolvida desde o final dos anos 70 do século xx, em Braga (cf. diversos textos, produzidos essencialmente por Manuela Martins e Francisco Sande Lemos; Lemos: 2000, p. 30). Este modelo pressupõe a existência de uma estrutura de projeto, baseada em pressupostos de natureza científica, com direção única, equipa estável e uniformidade de procedimentos. Realidade idêntica se observa também em Mértola. Para além das enormes diferenças entre estas duas realidades urbanas, sobressai o facto de a direção dos dois projetos ser assegurada por organismos de natureza muito distinta: em Braga, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (organismo público dedicado à investigação científica); em Mértola, o Campo Arqueológico de Mértola (associação de defesa do património, entidade de direito privado).

O modelo de gestão *disperso* tem a sua manifestação maior em Lisboa, a partir dos anos 90 do século xx (Lemos: 2000, p. 30; Bugalhão: 2008), encontrando-se em quase todas as cidades do País. Neste modelo, não há gestão nem direção centralizadas da atividade arqueológica urbana, que decorre em função das necessidades da arqueologia preventiva (obras, reabilitação urbana, ordenamento do espaço urbano, etc.). Verifica-se uma multiplicidade de arqueólogos e equipas (empresas, profissionais liberais, equipa municipal, universidades,



Trabalhos arqueológicos na Rua do Boqueirão Duro, Lisboa, desenvolvidos pela empresa Era, Arqueologia, em 2016. Estrutura portuária em madeira do século XVIII.
Pedro Barros/DGPC.

administração central, etc.) a intervir na cidade, normalmente sob contrato, sem qualquer estrutura de gestão ou integração global.

Os modelos de gestão *centralizado* e *disperso* têm, de alguma forma, paralelo com os dois principais modelos de gestão arqueológica observados a nível mundial, simplificadamente denominados como *socialista* e *capitalista* (Kristiansen: 2016).

O modelo de gestão *municipal* surge a partir de 1995 na maioria dos centros históricos urbanos. A arqueologia urbana é desenvolvida por equipas ligadas aos municípios, muitas vezes relacionadas com os então gabinetes técnicos locais. Pode dizer-se que há uma gestão concentrada numa só equipa, mas a estratégia de intervenção assenta essencialmente em procedimentos preventivos relacionados como os projetos municipais e, por vezes, direcionados para a valorização e divulgação. A partir de 2000, em muitas cidades, verifica-se a coexistência dos modelos de gestão *municipal* (Martins: 1997, p. 98; Soares: 2005) e *disperso*.

É importante salientar que na maior parte dos centros urbanos portugueses com práticas continuadas e consolidadas de arqueologia urbana se encontram traços dos três modelos enunciados, numa realidade mesclada e frequentemente desregulada.

Sobre a implementação destes modelos de gestão há alguns aspetos fundamentais a referir. Em primeiro lugar, o financiamento. Se parece claro que até ao final dos anos 80 do século xx o financiamento da atividade arqueológica urbana era essencialmente direto, público e executado por organismos públicos, a partir dos anos 90, e de forma sempre crescente, esta realidade muda. A partir dos anos 90 e mais intensamente no início do século xxi, o financiamento da arqueologia urbana passa a ser quase exclusivamente indireto (do âmbito do projeto/empreendimento que origina a necessidade da intervenção preventiva), de origem pública ou privada (conforme a natureza da entidade promotora do projeto) e executado crescentemente sob contrato por entidades privadas (empresas, profissionais liberais).

A nível europeu, na generalidade dos países, o financiamento indireto e privado da arqueologia urbana tem vindo a crescer nas últimas décadas (*Report on the Situation of Urban Archaeology in Europe*, elaborado pelo Conselho da Europa em 1999), independentemente da diversidade do enquadramento institucional — público ou privado — da mesma (Martins e Ribeiro: 2009-2010, pp. 152 e ss.; Lemos: 2004, pp. 34-36; *Discovering the Archaeologists of Europe*: 2014, pp. 48-49).

O enquadramento institucional da arqueologia urbana é precisamente um dos seus aspetos mais relevantes. É absolutamente incontestável que a arqueologia sob contrato/comercial, enquadrada por entidades privadas, está a crescer em todo o mundo (Bozóki-Ernyey: 2007; Aitchison: 2009; Bugalhão: 2011), por vezes com consequências extremas no que ao exercício profissional diz respeito (Everill: 2012). A expansão generalizada da arqueologia privada sob contrato/comercial resulta de múltiplos e complexos fatores, de entre os quais se destaca: um grande e rápido aumento da intervenção humana, crescentemente destrutiva sobre o território (construção, infraestruturas, gestão do território) ao qual os setores públicos não conseguiam acudir (Van den Dries: 2011); e uma tendência liberalizante na organização dos Estados. Os casos português e espanhol talvez sejam especialmente expressivos a este nível pois a infraestrutura institucional pública (nacional, regional e local) era, à partida, mais frágil e deficitária de recursos, ao contrário de outros casos europeus, (países nórdicos, Reino

Unido, França). Tal é aplicável à arqueologia urbana, seja a nível internacional (no caso de Boston, Santos: 1985, p. 198) ou nacional (no caso de Lisboa, Bugalhão: 2008).

Um aspeto que merece reflexão é a escala. Ou seja, será que o tamanho conta? Será possível em grandes cidades/sítios arqueológicos urbanos implementar um modelo de gestão *centralizado*? Em teoria sim, pelo menos tal foi possível em Londres. Na prática, e tendo em consideração as características contextuais da arqueologia portuguesa, tal não parece viável (Bugalhão: 2008, p. 229). Estarão as cidades portuguesas condenadas a uma prática arqueológica urbana desregulada? Não! Novos e diferentes modelos de gestão deverão ser estudados, propostos e implementados. Um modelo de gestão arqueológica urbana deve basear-se nos pressupostos:

- Existência e rigorosa aplicação de instrumentos de gestão e ordenamento do território urbano (PDM, planos de urbanização, planos de pormenor, planos de salvaguarda) explícitos e eficazes no que à estratégia de salvaguarda arqueológica do espaço urbano diz respeito.

- Promoção de estratégia de classificação de *conjuntos* urbanos, com a adequada valorização da componente arqueológica.

- Existência e funcionamento eficaz de uma entidade de tutela arqueológica, que logre implementar uma ação reguladora, normativa, licenciadora e, principalmente, fiscalizadora, ao nível da atividade arqueológica urbana.

- Existência, funcionamento e adequado aprovisionamento de recursos de um organismo de gestão da arqueologia da cidade. Poderá ser um serviço municipal ou não. As suas tarefas principais deverão ser: gestão da informação arqueológica da cidade (através de sistemas de informação e de informação geográfica); gestão de espólios (normas de organização de coleções; especificações para a documentação a acompanhar as coleções); definição e uniformização de procedimentos, formatos, boas práticas; apoio aos arqueólogos e investigadores; normalização de registos; discussão das problemáticas arqueológicas da cidade nas suas diversas áreas, nos diferentes períodos, apoiando as equipas na definição científica de objetivos para cada intervenção; apoio à investigação/relação com as universidades/contacto com arqueólogos e empresas; repositório digital; divulgação (científica e junto do grande público).

- Promoção da investigação científica arqueológica. Só com um investimento público, assertivo e estável, no financiamento de unidades de investigação e na definição de políticas estratégicas de investigação científica, os seus agentes poderão desempenhar o papel que lhes cabe na produção de conhecimento arqueológico e, em especial, sobre as cidades.

- Promoção, por organismos públicos e privados (no contexto das suas responsabilidades sociais), de projetos modelares de intervenção, investigação, valorização e divulgação patrimonial sobre contextos arqueológicos urbanos.

A produção de conhecimento em arqueologia urbana

É certo que em ambiente urbano é especialmente difícil a promoção de intervenções de campo programadas (Alarcão: 1994, p. 60). Mas nada obsta à implementação de projetos de investigação programada tendo por base a enorme quantidade de dados e espólio disponibilizados pelas intervenções arqueológicas preventivas.

Voltando ao início, na investigação arqueológica urbana,

a cidade é um sítio arqueológico. Daí a extraordinária importância da existência de uma infraestrutura organizacional que reúna, gira e disponibilize toda a informação arqueológica e espólio da cidade (Martins: 1997, p. 95; Muralha et al: 2003).

Por outro lado, impõe-se a implementação de critérios mais exigentes no licenciamento/autorização de trabalhos arqueológicos urbanos, ao nível da qualidade dos planos de trabalhos propostos e da habilitação curricular específica e multidisciplinar de diretores científicos e equipas. Existem propostas de fixação de critérios habilitacionais para direção de projetos de dimensão e complexidade superior, como é o caso da maioria dos projetos em arqueologia urbana.

Já foi referida a importância das políticas estratégicas de promoção da investigação científica nas cidades, como elemento essencial de um modelo consequente de gestão em arqueologia urbana e como única forma de alcançar a efetiva produção de conhecimento histórico com base no *data* arqueológico urbano. Adicionalmente, salienta-se a dificuldade, mas extrema importância, da produção de trabalhos científicos de síntese, que congreguem estudos arqueológicos urbanos, por natureza quase sempre monográficos, fragmentários e esparsos.

Como já foi referido noutra sede, «uma cidade [...] não pode ser pensada como um projeto de investigação, tradicionalmente considerado, [deve] constituir-se objeto de múltiplos projetos de investigação, de diversos e críticos olhares» (Bugalhão: 2008, p. 229).

Por fim, fica aqui expressa uma verdade insofismável: na sociedade contemporânea, a arqueologia urbana não será o que os arqueólogos desejarem mas sim aquilo que os cidadãos (a comunidade urbana no seu todo) quiserem.

BIBLIOGRAFIA

AITCHISON, Kenneth — After the «gold rush»: global archaeology in 2009. *World Archaeology*. Oxford: Taylor & Francis online, n.º 41:4, 2009, pp. 659-671.

ALARCÃO, Jorge — Arqueologia nas cidades. *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal de Braga (Encontro de Arqueologia Urbana/1994), vol. xlv, n.º 97 (110), s. d., pp. 59-62.

BOZÓKI-ERNYEY, Katalin (ed.) — *European Preventive Archaeology*. Hungary: National Office of Cultural Heritage, Hungary - Council of Europe, 2007, pp. 187-208.

BUGALHÃO, Jacinta — Lisboa e a sua arqueologia: uma realidade em mudança, *ERA Arqueologia*. Lisboa: Era, Arqueologia, n.º 8, 2008, pp. 218-230.

BUGALHÃO, Jacinta — Os desafios da arqueologia portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia e História*. Dossier «Materiais para Um Livro Branco da Arqueologia Portuguesa». Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.º 60-61, 2011, pp. 19-43.

BUGALHÃO, Jacinta — Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro): versão anotada. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2.ª série, n.º 19, 2015, pp. 40-48.

BUGALHÃO, Jacinta — Arqueologia urbana em Lisboa: da intervenção preventiva à divulgação pública. Inês Pinto Coelho (coord.), Joana Bento Torres (coord.), Luís Serrão Gil (coord.), Tiago Ramos (coord.) — *Entre Ciência e Cultura: Da Interdisciplinaridade à Transversalidade da Arqueologia*, *Actas das VIII Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica* (Coleção AqueoArte, 4). Lisboa: CHAM, IEM, 2016, pp. 467-474, ISBN: 9789898492449.

CANINAS, João Carlos — Associativismo e defesa do património (1980-2010). *100 anos de património: Memória e identidade*, coord. Jorge Custódio. Lisboa: Instituto de Gestão do Património

Arquitetónico e Arqueológico, 2010, pp. 281-293.

Council of Europe — *Report on the Situation of Urban Archaeology in Europe*. Strasbourg: Council of Europe, 1999, 249 p.

CORREIA, Virgílio Hipólito — Bases metodológicas para um programa nacional de arqueologia urbana. *Seminário Internacional «Gestão do Território na Europa»* (Área Domeniu, 1). Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2002, pp. 165-179.

Discovering the Archaeologists of Europe 2012-14: Transnational Report. York: York Archaeological Trust/Lifelong Learning Programme of the European Commission, 2014, 60 p.

EVERILL, Paul — *The Invisible Diggers. A Study of British Commercial Archaeology*. Oxford: Oxbow Books, 2012, 2.ª ed., ebook revisto, 216 p.

FABIÃO, Carlos — Ler as cidades antigas: arqueologia urbana em Lisboa. *Penélope*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, n.º 13, 1994, pp. 147-162.

KRISTIANSEN, Kristian — Trajectories towards a knowledge producing contract archaeology. *When Valletta meets Faro. The reality of European archaeology in the 21st century. Proceedings of the International Conference Lisbon, Portugal, 19-21 March 2015* (EAC Occasional Paper, 11)/ed. Paulina Florjanowicz. Namur: Europae Archaeologia Consilium (EAC), 2016, pp. 9-12.

LEMOS, Francisco Sande — Os caminhos da arqueologia urbana em Portugal: da década de 70 ao fim do milénio. *3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, Atas, vol. 8, «Terrenos» da Arqueologia da Península Ibérica*. Porto: ADECAP, 2000, pp. 21-36.

LEMOS, Francisco Sande — A arqueologia urbana em Portugal: A cidade, o poder e o conhecimento. *Arqueologia 2000. Balanço de Um Século de Investigação Arqueológica em Portugal* (Arqueologia e História, 54). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2002, pp. 245-253.

LEMOS, Francisco Sande — A salvaguarda do património arqueológico em contexto urbano. *Revista Património Estudos*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico, n.º 6, 2004, pp. 33-40.

MARTINS, Manuela — A gestão da arqueologia urbana. 1.º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico. *Perspetivas de Diálogo (Arkeos, 1)*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 1997, pp. 91-111.

MARTINS, Manuela, e RIBEIRO, Maria do Carmo — A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades. *Forum*. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, n.º 44-45, 2009-2010, pp. 149-177.

MURALHA, João, GOUVEIA, Mário, e GAMBOA, Nuno — Gestão da informação arqueológica: O caso do Museu da Cidade. *Atas do quarto encontro de arqueologia urbana*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora/Museu Municipal de Arqueologia/ Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora, 2003, pp. 199-207.

SANTOS, Nuno Carvalho dos — Arqueologia urbana em Boston. *Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal, 1985* (Trabalhos de Arqueologia, 3). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural/Ministério da Cultura, 1986, pp. 195-199.

SILVA, António Carlos — Arqueologia urbana em Portugal. Enquadramento jurídico e suporte financeiro. *Bracara Augusta* (Encontro de Arqueologia Urbana). Braga: Câmara Municipal de Braga, vol. xlv, 97 (110), 1994, pp. 43-55.

SOARES, António Monge — A arqueologia urbana — O quadro legal. *Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos. Arqueologia Urbana/Fórum Internacional de Urbanismo* (Coleção Fórum, 10). Lisboa: URBE, 2005, pp. 105-109.

VAN DEN DRIES, Monique — The good, the bad and the ugly? Evaluating three models of implementing the Valletta Convention. *World Archaeology*. Oxford: Taylor & Francis online, n.º 43(4), 2011, pp. 594-604.

O património digital como política do comum

José Bragança de Miranda

Professor associado
da FCSH/Universidade Nova de Lisboa



O digital corresponde a uma verdadeira mutação da técnica caracterizada pela virtualização, a reticularidade e a exploração algorítmica das bases de dados. Essa mutação coloca novos desafios ao património, e abre-lhe novas potencialidades, permitindo desenvolver uma enorme diversidade de estratégias de preservação, de realização e circulação geral. Está em causa a expansão dos objetos históricos, em que novas formas se acrescentam às formas herdadas. Longe da natureza estática tradicional, o monumental entra em movimento, e participa numa pluralidade de envios que se apoiam no espaço universal criado pelo digital. A ideia de um património da humanidade ganha assim uma outra consistência, longe dos vagos discursos humanistas, mas também numa certa tensão com as lógicas proprietárias e as mitologias nacionais. Trata-se de salvar o que é da ordem do comum.

Le dur désir de durer...

Paul Éluard

I.

As relações entre património e o digital abrem novas possibilidades ao mesmo tempo que revelam algumas das suas limitações, nomeadamente a sua determinação por uma certa compulsão de perduração, a qual arranca dos primórdios da metafísica¹, nomeadamente com Platão e a cultura grega. Apenas as ideias são eternas, e tudo o mais efêmero e ilusório. Isso não impede que a metafísica desenvolva uma estratégia fiscalista e que, por uma estranha reversão, a matéria sirva para representar a duração, caso da pedra, dos metais, etc. Escrever na pedra, construir em pedra, a lei da pedra vigorou muito tempo pois dava uma boa imagem do eterno. Todas as nossas imagens provêm de metáforas materiais, caso da madeira ou da pedra, mas também do perfume, matéria do etéreo. A pedra simulava o perdurável, e muitas das suas características penetraram na ideia do eterno e sustentaram simbolicamente uma certa eternização do poder, do soberano, da lei do mundo e das coisas, bem como o estabelecimento de uma hierarquia-base de todos os valores e juízos. Esta estrutura profunda ganha novos contornos na modernidade. Baudelaire descreveu-a a partir de uma nova articulação entre efêmero e durável, em que este último se traça a partir do contingente, do passageiro². As imagens antigas da perduração são abaladas pela nova efemeridade, que é inseparável da tendência para tudo registar, entretanto possibilitada pela fotografia, o gravador, etc.³. O perdurável perde-se no infindável registo de

tudo, abalando a hierarquia que regia a escolha do que merece perdurar e justificando o que pode desaparecer.

Sendo um fenómeno essencialmente moderno, o património cultural tem na sua génese a herança traumática do vandalismo revolucionário⁴, da iconoclastia protestante e da arqueologia das civilizações desaparecidas, mas também os efeitos destrutivos do capitalismo e da sua lógica de monetarização geral da vida. Sendo originalmente de forte teor político, rapidamente se tornou numa «ideologia», que está subjacente ao que Dominique Poulot definiu como «razão patrimonial». Na sua síntese: «Nos nossos dias, o património tornou-se sinónimo do laço social, acha-se por todo o lado, desde a mobilização dos corpos políticos à instituição cultural. O imperativo de conservação do herdado, material e também imaterial, assume a cada momento uma natureza mais geral e constringente, encarnada por dispositivos legislativos e regulamentares que alargam sem cessar o seu domínio de aplicação»⁵. O impulso para conservar e preservar, que se alarga dos objetos sublimes a todos os objetos, indo ainda dos genes às espécies animais⁶, tornou-se de tal forma obsidiante que, na sua evidência absoluta, se transforma num obstáculo à própria vida⁷. Esta razão que se expande universalmente, misturando o juridicismo, a estética e o nacionalismo, funda-se numa visão antropologista do património: «A preservação das obras do homem liga-se a uma necessidade antropológica de estabilidade do quadro material e de manutenção da memória.»

A ser verdadeira esta tese, nem sequer se perceberia a emergência do impulso patrimonial. Em vez da positividade do «humano», o património sustenta-se no drama do desaparecimento, como aliás se comprova na mística das ruínas⁸ que sucedeu ao período revolucionário europeu. Os modernos tiveram nítida consciência dessa pulsão de destruição, que tendia a generalizar-se. Victor Hugo, um indefetível da modernidade, deu-se conta da catástrofe, como também Marx com a haussmanização de Paris ou a crescente pressão dos proprietários para mercantilizar as obras herdadas da história. Com efeito, na modernidade intensifica-se e alteram-se os processos de circulação e de mobilização, por influxo da técnica — basta atentar nos efeitos do automóvel e dos aviões, para não falar dos envios digitais, quase instantâneos. Tende-se para uma mobilização geral, uma prioridade da circulação que não pôde deixar de afetar a razão patrimonial. Esse processo de mobilização é intensificado pela maneira como o capital, para referir uma frase de Marx, «dissolve tudo o que é sólido»⁹, implicando que nada fica estável, que tudo pode ser destruído, sendo essa a condição para poder entrar no mercado e realizar valor, implicando uma certa obsolescência programada¹⁰. Trata-se de retirar os objetos do circuito geral das trocas, das apropriações e das privatizações. Tudo se passa como se em torno de cada objeto ou momento a desaparecer houvesse uma luta que os protege num «espaço comum», cuja natureza é difícil de apreender, mas que é mais ampla que a mera vontade de preservação.

No desaparecimento está em ato o «inconsciente» do património, mesmo que aparentemente negativo. Este arranca menos de um valor positivo do que de uma dramatização do



←

A destruição dos Budas de Bamiyan em 2001.

UNESCO/A Lezine,
Creative Commons,
<http://creativecommons.org>.

A destruição dos Budas de Bamiyan em 2001.

Carl Montgomery,
Creative Commons
<http://creativecommons.org>.

negativo. A razão patrimonial na sua positividade, com a sua insistência na preservação em geral, é incapaz de dar conta da política arcaica que regressa uma e outra vez, que de tudo faz *tábula rasa* para inscrever a sua lei como se verifica na atual política do ISIS na Síria, bem como é incapaz de afrontar a entropia geral que provém da *Physis* e que está incessantemente ao trabalho¹¹. De Georg Simmel chegou-nos uma reflexão importante sobre este assunto. Como ele afirma, «a destruição da obra arquitetónica aparece como a vingança da natureza contra a violência que lhe fez o espírito, quando a moldou e a conformou à sua imagem e semelhança» (Simmel: 1911, pp. 137-144). Através do arruinamento, as forças naturais libertam-se da forma que as encadeava, como se em toda a obra estivesse ao trabalho uma espécie de história natural, corroendo a forma. Para Simmel, este decair da forma implica novas produções, pois «as ruínas de um edifício revelam que nas partes desaparecidas ou destruídas se desenvolveram outras forças e formas — as da natureza — de maneira que os elementos artísticos que ainda subsistem da obra primitiva e os elementos naturais que já se instalaram nela compõem um novo conjunto, uma unidade característica». A preservação patrimonial joga-se não no controle absoluto da natureza e da matéria, nem na eternização da forma, mas numa dinâmica que transforma o que foi historicamente realizado, produzindo sempre novas «obras». A entropia esteve sempre ao trabalho e faz parte da obra, não lhe sendo exterior¹². Basta ver um filme passado numa qualquer cidade para nos darmos conta que, encapsulada na história humana, existe uma história natural feita de desagregação, de arruinamento. Esse fundo «natural» deveria impedir que a ideologia patrimonial se feche sobre si própria, idealizando simultaneamente a natureza e a história. Quer por uma ilusão de poder absoluto perante o arruinamento físico, seja pelo delírio das grandezas sobre as potencialidades jurídicas, estéticas, etc. Deste ponto de vista, tem razão Robert Smithson ao descrever o existente como «ruínas ao avesso»¹³.

II.

A relação entre técnica e património revela-se decisiva para suspender os efeitos idealizantes que sempre assediaram a lógica da preservação. É a retórica da «autenticidade» que oblitera a fisicalidade e ao mesmo tempo dramatiza ex-

cessivamente o histórico¹⁴. Com efeito, a justificação sublime dos grandes objetos, dos monumentos das culturas nacionais acaba por os desproteger, abandonando-os ao sabor das teologias, das violências estatais, dos misticismos da *hybris* aurática. Depois da romantização das ruínas do século XIX, que de facto correspondiam a uma nostálgica invocação de um todo perfeito perdido algures no passado, a destruição em março de 2011 dos Budas de Bamiyan, no Afeganistão, «mudou para sempre a paisagem da preservação cultural, a arqueologia e o património»¹⁵. O facto de ter ocorrido aos olhos de todos e amplamente registada lançou uma nova luz sobre o ato de património, implicando uma mutação da própria ideia de preservação, a qual ganha novos contornos. Se, por um lado, alimenta a aura, própria da esteticização geral que caracteriza o contemporâneo, por outro, são as novas possibilidades do digital que suscitam uma nova relação ao «original», questionando a ideia de unicidade. De facto, o original não é testemunha do original, tal como «ninguém testemunha pela testemunha», como diz um verso do poeta Paul Celan (Celan: 2005, p. 53).

A relação ao digital tende a intensificar algo que esteve sempre subjacente à sua dimensão política, e que impende sobre a promessa histórica de salvar o comum. O preservar, para além da unicidade da obra, passa pelo pôr em comum, por um trabalho sobre o comum. Este tem de ser potenciado onde está o particular sem o abolir, até porque esta abolição começa mal algo se efetua no tempo. Está em causa uma série de clivagens em torno do comum¹⁶. Esta ambivalência está bem expressa num famoso dito de Walter Benjamin: «Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie.» (Benjamin: 1940, p. 12). Para ele, o património cultural e os monumentos magníficos são os despojos dos vencedores, tendo sido toda a história a produção do monumental pela servidão e a violência, pois o que se «pode abarcar desse património cultural provém, na sua globalidade, de uma tradição em que ele não pode pensar sem ficar horrorizado». A defesa das obras sublimes separadas da sua relação à história dos impérios e das nações tende a apagar este facto. Mas Benjamin reconhece que, ao lado do sofrimento da multidão, estão os grandes «génios» a que se devem tais obras. De certo modo, elas só podem abandonar a sua convivência com os vencedores se forem restituídas ao todo, se participarem do comum¹⁷.

O património desde os seus inícios, falando-se embora vagamente de «humano» e da «memória», é um momento decisivo desta clivagem que se joga em torno do comum e da necessidade de lhe conferir uma certa ontologia, quando no material histórico herdado tudo está dominado por particularismo, propriedade, mitologia nacional, etc. Mas o comum insiste. Se porventura todos os humanos desaparecessem, por uma catástrofe não antecipável¹⁸, o que restasse equivaleria ao traço deixado pelos humanos no cosmos. O atual debate sobre se existem bens comuns, não privatizáveis, como a água ou o ar, a cidade ou os chamados *digital commons*, não correspondem a uma separação no tempo, mas a uma clivagem no presente. Isso foi bem expresso por Toni Negri, que define o comum para além dos bens naturais como «os resultados da produção social que são necessários para a interação social e novas produções, tais como conhecimentos, linguagens, códigos, informações, afetos, e por aí fora. Esta noção do comum não posiciona a humanidade separada da natureza, focando-se nas práticas de interação, cuidado e coabitação num mundo comum»¹⁹.

A entrada na época do planetário²⁰, em muitos aspectos potenciada pelas redes digitais e os dispositivos técnicos atuais, cria novas oportunidades para a preservação do comum. Se a técnica é essencial, o problema é mais do que técnico. A entrada do digital no património assume várias formas, desde aquelas aparentemente mais banais, um *site* na Internet com textos e fotos, até à digitalização de acervos, caso de bibliotecas e museus, mas ainda disponibilização de obras, caso do *Google Art Project*, atualmente com cerca de 45 000 obras²¹ ou o projeto *Gallica* da Biblioteca Nacional de França, até projetos de simulação radicais, que vão da reconstituição de monumentos através de meios de realidade aumentada e de 3D, usando interfaces que vão desde os *smartphones* a diversos meios de realidade aumentada, como é o caso de *Heritage 3D* (Art Graphique et Patrimoine, XYZ, CNRS), passando por reconstituições dinâmicas, de que a digitalização das gravuras de Foz Côa são um exemplo. Uma multiplicidade de projetos de preservação estão a usar as técnicas digitais, de que um bom exemplo é o *Center for Virtualization and Applied Spatial Technologies* na Universidade da Flórida do Sul ou o *Initial Training Network for Digital Cultural Heritage* na Europa e outros inúmeros projetos (Loannides; 2016, p. 154).

As aplicações e procedimentos digitais inscrevem-se no espaço aberto pelas técnicas de reprodução, que tem um mo-

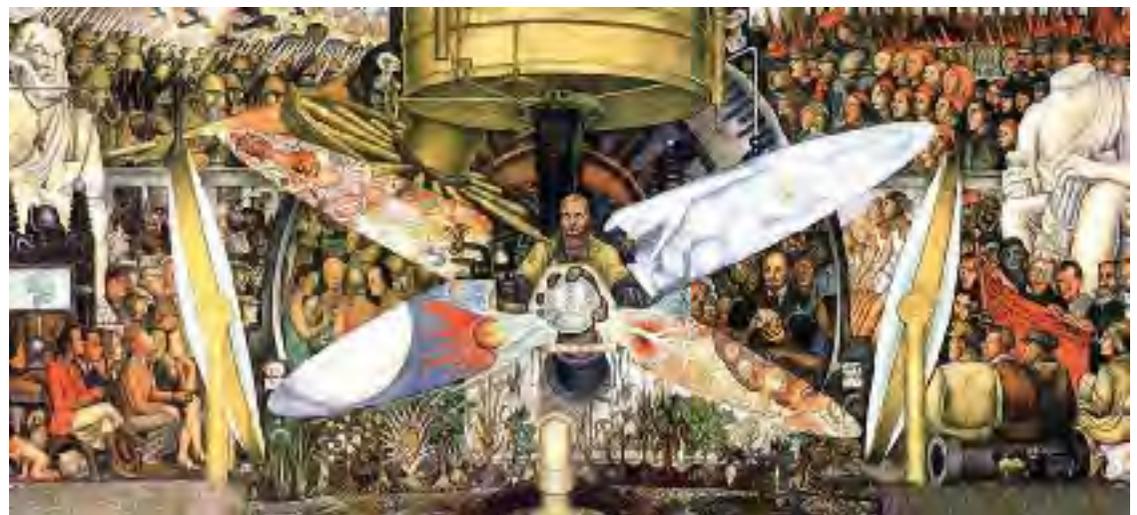
mento decisivo com a fotografia, mas também no gravador e em outras técnicas de registo e arquivo²². Com efeito, o registo fotográfico, a scannerização em 3D, a arquitetura digital, a utilização de fotografias e filmes antigos, mas também a «fotografização» do mundo feito pelo Instagram, o Facebook e similares, permitem salvar monumentos e obras essenciais, libertando-os das lógicas que os controlam pelo espetáculo, o comércio, ou o poder. A desencaminhadora oposição entre originais e cópias é superada pelo digital e outras técnicas de reprodução, se bem que esse tenha sido o papel da própria escrita. O que sabemos das 7 maravilhas da Antiguidade é o produto de *ekphrasis* fantásticas, mas preciosas. Por exemplo, é apenas através da fotografia que sobrevive o Mural de Diego Rivera encomendado para o Rockefeller Center e que foi destruído pelo proprietário por razões políticas. O mesmo ocorre com inúmeros monumentos e obras destruídos pelas guerras mundiais e o vandalismo. A reprodução, nomeadamente a digital, não cria «cópias» mas outros objetos, possibilidade que se revela essencial quando os originais desapareceram, mas que insiste mesmo na sua presença²³.

A mania da autenticidade que está na base da razão patrimonial desde a *Carta de Veneza* de 1964 sobre a *Conservation and Restoration of Monuments and Sites*, tem sido um obstáculo às estratégias de reconstrução, primeiramente digital, e depois materializadas, até aos nossos dias, onde se preferem as ruínas ou a reunião de partes desmembradas a qualquer reconstrução, como a que está a ocorrer em Mossul, ou a ponte de Mostar ou o símile do arco triunfal de Palmira em mármore de Carrara, etc., etc. Mas é a técnica computacional que está a questionar os princípios do romantismo europeu, bem expresso no aforismo de Ruskin onde se defende que «Restoration, so called, is the worst manner of Destruction»²⁴. Trata-se de uma resistência tenaz que leva nos nossos dias Richard Hughes do *Icomos-UK Digital Technology Committee*, ao afirmar sobre as obras antigas: «Existe nelas uma linguagem que está ausente na linguagem técnica. Quero a sensação, o cheiro, as infeções biológicas presentes na superfície da pedra. É isso que fornece o encanto, a disposição, o espírito do lugar»²⁵. Como é evidente, reduzir o problema ao momento do fazer, ou à instalação no sítio, implica apagar uma série de outras possibilidades que estão presentes no impulso patrimonial. Tal obra de arte antiga é a obra de todos²⁶, mas também aquilo em que ela se expressa é antes de mais a imagem, ou seja, uma imagem qual-

→

«Man at the crossroads looking with hope and high vision to the choosing of a new and better future».

Mural de Diego Rivera encomendado para o Rockefeller Center e destruído em 1933. Creative Commons, <https://commons.wikimedia.org>.





Acabamentos em réplica do arco triunfal de Palmira.
Marco Secchi, Getty Images.



→

Arquitetura imaginária.

Imagem de Metropolis, Fritz Lang, 1927.



quer, uma imagem comum. Nem mesmo as nossas memórias tornam presente a experiência de um dia de vida, formando uma névoa de imagens, afeções e transformações. Aliás, o que se chama património intangível, como o fado ou as paisagens do Douro, depende inteiramente das técnicas de registo. E estas não são simplesmente auxiliares, mas constitutivas de uma visão do património enquanto espaço do comum.

Também o cinema tem construído corpos, novas arquiteturas e experiências que são puramente imagéticas, sendo absurda a pergunta pela autenticidade. A coisa torna-se mais clara se atentarmos no paradoxo lógico que foi enunciado por Plutarco, quando perguntava se o navio de Teseu era o mesmo quando todas as tábuas tivessem sido substituídas, ou o paradoxo da navalha que muda de lâmina ano sim ano não, e é «sempre a mesma». O que é o mesmo e se mantém idêntico é a ideia que tudo domina e esta refrata-se numa infinidade de imagens. A realização material é mais uma imagem, e a realização histórica é apenas uma delas. Mesmo a digitalização mais perfeita em 3D e a reprodução material por impressoras cada vez mais potentes é essencialmente um trabalho sobre as imagens. Estas imagens podem ter diferente materialidade, mas o processo é globalmente o mesmo. Isso só é reconhecível quando acaba a idolatria ou o fetichismo do «realizado», para o qual as imagens são sempre o inimigo.

O digital, enquanto criação de um novo espaço de inscrição no espaço histórico, afetando o espaço e o tempo, potencia os elementos do comum, abolindo a unicidade e com isso o regime proprietário e prisão ao sítio, que é sempre o domínio dos *genii loci*²⁷. Mas a reprodução pela imagem dá-lhes nova vida, aí nada está em ruínas. O efeito da reprodução, que o digital tem vindo a intensificar, implica uma disseminação da obra segundo novas formas, uma maior efemeridade, mas também uma sobrevivência absoluta, não no espaço dos senhores e dos proprietários e das suas mitologias locais, mas no espaço geral dos humanos.

Em suma, de entre as várias estratégias possíveis sobre o património, no espaço de intervenção que constitui juridicamente, mas também pela economia, a política e estética, existe a possibilidade ínfima, mas efetiva da criação de um espaço para memória comum dos humanos, e que se torna apenas

possível pelo surgimento de técnicas de circulação, registo e transmissão digitais. Estas são uma condição necessária, mas não suficiente. Mas são elas que estão a sustentar esse novo espaço, com as suas características de expansividade, dinamismo e disseminação. Este espaço digital expande o espaço histórico, ao mesmo tempo que se inscreve materialmente neste último, promovendo novas formas de preservação. Cada uma das obras existentes, sublimes ou prosaicas, dependentes da contingência histórica e da entropia natural, torna-se numa espécie de interface entre o real, o mundo histórico e o espaço digital. Neste complexo de entrecruzamentos, cada um exigindo estratégias próprias, as obras entram num movimento em direção aos habitantes da Terra, a todos acolhendo no seu maravilhamento do mundo.

NOTAS

1. Por ser «metafísica» não implica que não visasse o mundo, pois a metafísica corresponde sempre a uma certa idealização da facticidade, da fisicalidade, acelerada e purificada pelas «ideias».
2. Como afirma Baudelaire: «A modernidade é o transitório, o fugitivo, o contingente, a metade da arte, cuja outra metade é o eterno e o imutável.» (Baudelaire: 1963, p. 22).
3. Para Baudelaire, a fotografia é uma mnemotécnica, que se baseia na «vontade de tudo ver e de nada esquecer». Op. ult. cit., p. 26.
4. Dominique Poulot analisa bem o contexto histórico do surgimento do património na sequência da revolução francesa. V. Dominique Poulot (2006).
5. POULOT, Dominique — *De la raison patrimoniale aux mondes du patrimoine*, 2006. <http://socio-anthropologie.revues.org/753>. Consultado em junho de 2017.
6. Uma das últimas trincheiras do patrimonialismo traça-se em torno do «aperfeiçoamento» genético, dos biomateriais, do desaparecimento de espécies, incluindo vírus e bactérias, etc. Para uma apreciação global do problema. V. por exemplo, Michael J. Sandel (2007), *The case against perfection: ethics in the age of genetic engineering*.
7. Aplica-se a este assunto o que Adorno escreve sobre os museus: «A palavra alemã museal serve para descrever objetos com os quais o observador já não tem uma relação vital e que estão em vias de morrer. ... Museu e mausoleum estão ligados por mais do que associação fonética. Os museus são os jazigos de família das obras de

arte.». V. Adorno: 1955, pp. 173-186.

8. Sabe-se da enorme influência do livro de Volney com o título *Les ruines, ou Méditations sur les révolutions des empires*, publicado em 1791.

9. Trata-se de uma frase do Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels. Para uma boa análise deste problema. V. Berman: 1988.

10. A obsolescência foi bem estudada por Marx, correspondendo à pressão para fazer desaparecer os objetos mal se realiza o valor. Esta tendência é reforçada pela insistência no «novo» e no original que, proveniente da arte, se foi generalizando. V. AA. VV. — Obsolescence: Special Issue. *Revista October*. N.º 100, 2002.

11. Wolfgang Ernst define como entrópico o que ocorre na história, fazendo valer o digital como uma oposição à entropia. V. Ernst: 2013, p. 175.

12. Poderíamos estender isso ao vandalismo e à destruição das obras pelos Estados em guerra, mas apesar de tudo esta é menos potente que a entropia da natureza.

13. Escrevendo sobre a sua viagem a Passaic, diz Smithson: «Esse panorama zero parecia conter ruínas às avessas, isto é, todas as novas edificações que eventualmente ainda seriam construídas. Trata-se do oposto da 'ruína romântica' porque as edificações não desmoronam em ruínas depois de serem construídas, mas se erguem em ruínas antes mesmo de serem construídas.». V. Smithson: 1967, p. 72.

14. Sobre os efeitos politicamente devastadores da mania da «autenticidade». V. Adorno: 1964 — *The Jargon of Authenticity*.

15. MASCHNER, Herbert — *Preservationists race to capture cultural monuments with 3D images*. <https://blogs.scientificamerican.com/guest-blog/3-d-scanners-race-to-monuments-before-terrorists-blow-them-up/>. Consultado em junho de 2017.

16. Na verdade, de pouco servem as ideologias sobre os bens comuns, como a água ou o ar, e outros recursos, pois é no *polemós* em torno do comum que se decide o que dele faz parte ou não.

17. Há evidentemente um fundo de verdade na ideia de património da humanidade promovido pela UNESCO, mas o património é o momento de uma luta mais complexa, ligada a outras dimensões, pelo que isoladamente corre o risco de se tornar numa «ideologia».

18. A ideia de uma extinção da espécie só é possível quando entramos na época planetária, se não mesmo cosmológica. Daí a insistência contemporânea sobre o problema da extinção, enquanto no século XIX tudo estava focado na «origem».

19. A ideia de que é na luta que se vai definindo o que participa ou não do comum é expressa noutra lugar: «a única continuidade real que se pode encontrar na miríade de lutas altamente descontínuas e heterogêneas passa-se em torno da constituição do comum». Cf. Casarino & Negri: 2008, p. 81.

20. O que significa que a dimensão nacional ou regional não constitui o espaço político dos humanos, sendo a terra o lugar comum. V. Elias & Moraru: 2015.

21. Cf. <https://www.google.com/culturalinstitute/about/artproject/>.

22. A possibilidade de replicar objetos e obras é uma constante da história, bem anterior aos meios modernos. Cf. Schwarz: 1996.

23. Ou nunca existiram, como as famosas sereias de Homero, que tiveram origem poética e depois se deslocaram para a pintura, o cinema, etc.

24. Cf. John Ruskin, *The Seven Lamps of Architecture*, uma obra de 1849.

25. LUKES, Ben — *Ruin or Rebuild? Conserving heritage in an age of terrorism*. *The Art newspaper*, 2017. <http://theartnewspaper.com/features/ruin-or-rebuild-conserving-heritage-in-an-age-of-terrorism/>.

26. Como afirma Hegel sobre a arte pré-moderna: «Esta obra de arte é possuída por todos, é a obra de todos», cf. Hegel: 1805, p. 36.

27. Numa crítica a Heidegger que denuncia a técnica planetária por ser desenraizadora, escreve Lévinas «A implantação numa paisagem, a ligação ao lugar... equivale à cisão da humanidade em autóctones e em estrangeiros. E nesta perspetiva a técnica é menos perigosa que os *genii loci*». Cf. Lévinas: 1976, p. 301.

BIBLIOGRAFIA

AA. VV. — Obsolescence: Special Issue. *Revista October*. Massachusetts: MIT Press, n.º 100, 2002.

ADORNO, Theodor — Valéry Proust Museum. *Prisms*. Londres: Spearman [1955], 1967, pp. 173-186.

ADORNO, Theodor — *The Jargon of Authenticity*. Evanston: Northwestern University Press [1964], 1973.

BAUDELAIRE, Charles — *O Pintor da Vida Moderna*, trad. Maria Teresa Cruz. Lisboa: Vega [1863], 2009, p. 22.

BENJAMIN, Walter — O Conceito de História. *O Anjo da História*, trad. João Barranto. Lisboa: Assírio & Alvim [1940], 2017, p. 12.

BERMAN, Marshall — *All That is Solid Melts into Air*. NY: Penguin Books, 1988.

CASARINO, Cesare e NEGRI, Antonio — *Praise of the Common*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

CELAN, Paul — *Selections*. Berkeley: University of California Press, 2005.

ELIAS, Amy J. and MORARU, Christian (eds.) — *The planetary turn: relationality and geoaesthetics in the twenty-first century*. Evanston: Northwestern University Press, 2015.

HEGEL, F. W. — *Über Mythologie, Volkgeist und Kunst*, apud VERENE, Donald Philip, *Hegel's Recollection*. NY: SUNY, 1985.

ERNST, Wolfgang — *Digital memory and the Archive*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.

LÉVINAS, Emmanuel — *Difficile liberté*. Paris: Albin Michel, 1976.

IOANNIDES, Marinos *et alii* (eds.) - Digital Heritage. Progress. *Cultural Heritage: Documentation*. 6th International Conference, EuroMed 2016, Nicosia, Cyprus, October 31 - November 5, 2016. Proceedings, *Parte 1*. Berlin: Springer International Publisher, 2016, p. 514.

LUKES, Ben — *Ruin or Rebuild? Conserving heritage in an age of terrorism*. *The Art newspaper*, 2017. <http://theartnewspaper.com/features/ruin-or-rebuild-conserving-heritage-in-an-age-of-terrorism/>.

POULOT, Dominique — *Une histoire du patrimoine en Occident, XVIII^e-XXI^e siècle*. PUF: Paris, 2006.

POULOT, Dominique — *De la raison patrimoniale aux mondes du patrimoine*, 2006. <http://socio-anthropologie.revues.org/753>. Consultado em junho de 2017.

SANDEL, Michael J. — *The case against perfection: ethics in the age of genetic engineering*. Cambridge: Harvard UP, 2007.

SIMMEL, Georg — A Ruína. *Simmel e a Modernidade*, Jessé Souza & Berthold Oelze (eds). Brasília: Universidade de Brasília [1911], 1988, pp. 137-144.

SMITHSON, Robert — *A tour of the monuments of Passaic*. New Jersey: *Artforum*. 1967, p. 72. <https://www.artforum.com/inprint/section=archive>. Consultado em junho de 2017.

MASCHNER, Herbert — *Preservationists race to capture cultural monuments with 3D images*. 2016. <https://blogs.scientificamerican.com/guest-blog/3-d-scanners-race-to-monuments-before-terrorists-blow-them-up/>. Consultado em junho de 2017.

SCHWARTZ, Hillel — *The Culture of the Copy: Striking Likenesses, Unreasonable Facsimiles*. Massachusetts: MIT Press, Mass., 1, 1996.

VOLNEY — *Les ruines, ou Méditations sur les révolutions des empires*. Paris, 1791: Hachette [1791], 2013.



Vista da exposição *A Imagem Paradoxal* –
Francisco Afonso Chaves, MNAC.
José Paulo Ruas/DGPC, 2017.

Que futuro queremos dar ao(s) museu(s)?

Graça Filipe

Investigadora. IHC-FCSH/NOVA

**Clara Frayão
Camacho**

Museóloga. Direção-Geral do Património Cultural



As entidades e os processos museais podem constituir-se focos de estudo e laboratórios em relação ao futuro da sociedade em que estão inseridos e cabe aos profissionais e a todos os usufrutuários da instituição museal um papel, reflexivo e crítico, sobre o presente e o futuro dos museus e da sociedade. Evidencia-se a importância de alguns estudos

levados a cabo neste âmbito em países como os EUA, a Holanda e o Reino Unido, entre outros, e dá-se um contributo para a análise de tendências, riscos e desafios, no panorama museológico português, para uma estratégia de mudança face a questões globais e a paradigmas que implicam os museus no mundo contemporâneo.



I. Introdução

Este texto nasce de uma inquietação cidadã e de uma atitude reflexiva sobre o estado do mundo, em que entendemos a razão de ser e o futuro dos museus equacionáveis num quadro global e local indissociável dos problemas contemporâneos. Enquanto profissionais questionamos a entidade museal em geral e vivemos com expectativa e preocupação a evolução e a atual situação do universo museológico português, com as crescentes dificuldades de levar à prática a função social dos museus e o paradigma de museu integral, presentes na definição do ICOM desde os anos 1970.

Creemos que, em alternativa a simplesmente esperar pelo futuro, visto como um acaso inevitável ou por que outros serão supostamente responsáveis, podemos contribuir para antecipar a(s) mudança(s), reconfigurando práticas e programas, se conhecermos as tendências do presente, analisarmos os riscos e identificarmos os desafios, dispostos a assumirmos uma estratégia de ação e de mudança. Se os museus lidam predominantemente com o presente e o passado, não deixam de se constituir como focos de estudo e laboratórios em relação ao futuro.

Em Portugal, a quem cabe preparar o futuro dos museus? Quando e como se faz isto? Em cada caso/museu, uma comunidade ou um coletivo tem a obrigação de (re)analisar pro-

gramaticamente o/um museu. Mas, e à escala do País, o que fazer? Para construir um melhor quadro de análise, procurámos conhecer e caracterizar experiências neste campo noutros países, bem como cruzar uma abordagem museológica com alguns princípios que se associam à prospetiva.

II. O futuro dos museus como tema de estudo

Ao longo da segunda década do século XXI, o tema dos museus e do futuro, e/ou do futuro dos museus, capturou o interesse de associações profissionais de vários países, bem como de museólogos e de académicos. Entre estas ações sobressai a criação, em 2011, pela American Alliance of Museums (AAM), do Center for the Future of Museums (CFM), que efetua a monitorização contínua de tendências culturais, tecnológicas, políticas e económicas, nos Estados Unidos da América e no mundo. O CFM publica semanalmente a *newsletter Dispatches from the Future of Museums* e o *TrendsWatch* anual, ambos coordenados por Elizabeth Merritt.

Na Europa, algumas associações profissionais de museus lançaram estudos prospetivos, fosse pela constatação das enormes transformações sociais e das interrogações colocadas pelos profissionais sobre o significado destas mudan-



A Association Générale des Conservateurs des Collections Publiques de France publicou em 2011 um diagnóstico extensivo da situação dos museus franceses, acompanhado de propostas para um plano estratégico nacional: *Le Livre Blanc des Musées de France*.

Os acervos (as coleções) dos museus constituem extraordinários recursos que potenciam o seu papel agenciador de interação com o meio e de mudança social, mas requerem uma dinâmica adequação de programas e uma estratégia de incorporação prospetiva.

Uma das principais referências de estudos sobre o futuro dos museus é, nos EUA, a American Alliance of Museums, com o Center for the Future of Museums. Com coordenação de Elizabeth Merritt, publica semanalmente o boletim *Dispatches from the Future of Museums* e anualmente o relatório *TrendsWatch*.

ças nas suas instituições, fosse pelas alterações orgânicas e políticas que o setor museológico tem atravessado. Três documentos, de promoção associativa, centraram a nossa atenção: *Agenda 2026: Study on the Future of the Dutch Museum Sector* (2010), conduzida pela Nederlandse Museumvereniging (Associação Holandesa de Museus); *Le Livre Blanc des Musées de France* (2011), da autoria da Association Générale des Conservateurs des Collections Publiques de France¹; *Museums Change Lives* (2013), liderado pela Museums Association, do Reino Unido.

Se os estudos holandês e britânico se assemelham na investigação documental, complementada e alimentada por sessões de *brainstorming*, *workshops*, reuniões e apresentações, no *Livro Branco* francês prevalece o diagnóstico extensivo da situação, avançando com propostas para um grande plano estratégico nacional. Não se pode deixar de referir que as associações profissionais mencionadas dispõem de pessoal a tempo inteiro, o que ajuda a explicar a capacidade de concretização dos estudos respetivos, sem esquecer a ampla participação dos profissionais de cada país.

No quadro dos projetos europeus, importa mencionar os relatórios finais de *The Learning Museum Project*, em que se ressalta um artigo referencial de Massimo Negri (2013), e *Museum of the Future* (2017), no âmbito do Mu.SA: *Museum Sector Alliance*. Ainda no âmbito geográfico europeu, merece referência o ensaio de Léontine Meijer-van Mensch e Peter van Mensch, *New Trends in Museology* (2011), sem esquecer que alguma comunicação social tratou este tema, e. g. *The Economist* (dezembro de 2013)².

Temas e tendências contemporâneos

Um denominador comum aos estudos promovidos pelas associações profissionais dos Estados Unidos, da Holanda e do Reino Unido, bem como ao artigo de Massimo Negri, é o de tomarem como ponto de partida uma seleção de tendências contemporâneas nos campos da demografia, da sociedade, da economia, da política e da tecnologia. Estas abordagens enunciam fatores de mudança predominantes na envolvente dos museus para de seguida equacionar, de forma integrada, quais os seus impactos nos próprios museus. Já o *Livro Branco* francês e o ensaio de Léontine e Peter van Mensch mergulham diretamente no coração da instituição museológica, no primeiro caso com um diagnóstico e propostas estratégicas e no se-

gundo evidenciando algumas tendências gerais, desdobradas em vários caminhos prospetivos.

Perante esta massa de informação e tendo em conta os propósitos do presente artigo, a nossa metodologia adotou as seguintes etapas: levantamento exaustivo dos temas elencados em cada estudo; identificação e sistematização dos temas comuns; escolha das tendências prevalentes e daquelas que potencialmente terão maior impacto nos museus, com vista a uma especial análise de tendências em Portugal. De fora desta abordagem ficou uma análise crítica das ausências e omissões detetadas nestes estudos, entre as quais avulta a falta de questionamento e contraposição do próprio conceito de museu.

Segundo estes critérios, enunciamos de seguida seis tendências globais que emanam da bibliografia analisada: 1) Alterações demográficas; 2) Incremento da mobilidade; 3) Evolução da tecnologia; 4) Retração das políticas públicas; 5) Paradigma da sustentabilidade; 6) Paradigma da participação. Importa agora verificar quais as repercussões que estas tendências podem ter nos setores museológicos no plano internacional e, de forma diferenciada, nos próprios museus.

Impacto nos museus

As enormes transformações demográficas que o mundo atravessa repartem-se, nos estudos abordados, por dois domínios principais: o crescimento da população e das cidades, em paralelo com o aumento da esperança de vida e o conseqüente envelhecimento da população.

Relativamente ao primeiro fator, a concentração urbana tem impacto no ordenamento e na hierarquização dos museus, de acordo com a sua localização. Neste contexto, os museus situados nas grandes capitais podem assumir a relevância de «museus-estrela», ao passo que os localizados em áreas demograficamente diminuídas tendem a declinar, sem que, contudo, deixem de emergir localmente projetos «de resistência». A este propósito, o artigo de *The Economist* (21 de dezembro de 2013) destaca três tipos de instituições, numa perspetiva competitiva: as «vencedoras», correspondendo a grandes museus das capitais e com forte poder de atração para o turismo; os museus pequenos, dotados de lideranças imaginativas e com potencial social para as respetivas comunidades, e os «museus enciclopédicos» e os de média dimensão, mas com recursos limitados, que poderão enfrentar problemas de sobrevivência.

No que toca às potencialidades do envelhecimento criativo, estas abrangem o voluntariado, o incremento dos amigos dos museus e de uma forma geral a maior participação nas atividades programadas. Já do ponto de vista das instalações e da comunicação, os requisitos necessários a públicos mais velhos requerem formas de acessibilidade integrada e o *design* universal. Face a estas realidades, os museus enfrentam desafios no desenvolvimento das políticas orientadas para os públicos, visando o aumento do acesso e maior atenção às desigualdades sociais.

Uma segunda tendência de ordem internacional diz respeito ao incremento da mobilidade, quer das pessoas, quer das coleções. No que toca à mobilidade humana, avulta o crescimento do turismo, com efeitos sobretudo nos museus de maior dimensão e situados nas grandes áreas urbanas, como já se referiu, com a conseqüente necessidade de adaptação de instalações a maiores fluxos de público e de comunicação diferenciada. O aumento da mobilidade abrange os próprios

profissionais, cujo impulso à constituição de redes nacionais e internacionais, intercâmbios, projetos conjuntos, reforço e alargamento de parcerias dão azo a uma maior difusão do conhecimento e à comparabilidade de boas práticas. À escala global, os movimentos migratórios e a mobilidade populacional forçada, designadamente as vagas de refugiados, levantam desafios à programação, incorporação e comunicação dos museus que desejavelmente não se mantenham à margem destes fenómenos e se constituam como espaços de inclusão e de promoção da tolerância. Quanto à dinâmica dos acervos, esta implica não apenas a facilitação da circulação das obras como a revisão das políticas de gestão das coleções, maior atenção à incorporação prospetiva e a discussão/implementação de formas responsáveis de desincorporação.

A evolução da tecnologia traz novas exigências à digitalização dos acervos, pedindo especialização, conhecimentos e recursos que nem sempre existem nos pequenos museus, o que pode ocasionar desigualdades entre instituições. Por outro lado, os museus devem abrir-se cada vez mais à coexistência de plataformas e de dispositivos variados, à potenciação dos serviços associados ao GPS e à programação de experiências dentro e fora do museu. O rápido avanço da tecnologia levanta igualmente questões e incertezas quanto ao rumo da sua evolução e ao seu papel nas funções museológicas da documentação, da conservação, da comunicação e da educação. Por outro lado, não se pode esquecer que a digitalização e a

O paradigma da sustentabilidade emerge no setor museológico a partir de uma pergunta central: estaremos a assistir ao fim de um ciclo de expansão do número de museus ao longo de décadas?³ Como se sabe, este número cresceu exponencialmente, a par da renovação das suas instalações e do significativo investimento de capital, frequentemente sem o concomitante investimento no funcionamento. O desenvolvimento sustentável do setor levanta um espetro vasto de questões, entre as quais as relativas aos cuidados com o ambiente e às mudanças climáticas. A necessidade de poupança de energia e a compatibilização com as regras e os requisitos de conservação dos acervos conduzem inexoravelmente a um planeamento de ações e de medidas de adaptação às alterações do meio. Por outro lado, no plano da gestão é indispensável avaliar continuamente os resultados das políticas implementadas, o que poderá repercutir-se na possível revisão de sistemas de credenciação e de padrões de referência no quadro de uma abordagem sistémica que promova a qualidade e a mensuração equilibrada de indicadores.

Se o paradigma da participação está em construção há algumas décadas, certo é que se assiste hoje a uma assimilação de alguns princípios das correntes de pensamento associadas às novas museologias, seja através de projetos colaborativos, seja de estratégias participativas em que os profissionais surgem crescentemente como facilitadores e mediadores. Assim, multiplicam-se as práticas de saída das paredes do museu, a utilização da rua e de locais públicos e as reações à globaliza-

Ao trabalhar com a sociedade, e não para a sociedade, alguns museus são agenciadores de uma mudança de atitude

conetividade das coleções exigem uma padronização avançada dos sistemas, a qual precisa de recursos avultados.

Entre as tendências elencadas, a retração das políticas públicas, na área da cultura em geral e no setor museológico em particular, tem impacto gestório na diminuição dos apoios e na busca de soluções híbridas de gestão. Em resposta, os museus procuram financiamentos alternativos, parcerias com empresas, *lobbying*, venda de produtos e de serviços e usam a tecnologia para a angariação de fundos. Também a fusão de museus e a desincorporação impendem sobre estas instituições. Em segundo lugar, os efeitos da vaga reformista repercutem-se ainda em fusões organizacionais, enfraquecimento dos organismos estatais e medidas de descentralização que levam à necessidade de clarificação do papel do Estado. Neste âmbito, o estímulo à maior cooperação e à formação de redes surge como uma possível reação no sentido da articulação entre os museus e do fortalecimento de parcerias. As perspetivas integradas do património completam este quadro: os museus prosseguem crescentemente abordagens pluridisciplinares, integram-se em redes patrimoniais e museológicas e ainda com outras instituições de conhecimento.

ção, mediante a promoção de experiências presenciais. Neste cenário, a mudança da noção de visitante para a de usufrutuário acarreta a participação crescente em número e em atividades dos públicos, das comunidades e das pessoas, por exemplo, em voluntariado físico e *online*, seleção de exposições e investigação partilhada.

Ao trabalhar com a sociedade, e não para a sociedade, alguns museus são agenciadores de uma mudança de atitude, reconhecendo que as pessoas não querem só ver mas também fazer e interagir, tornando-se produtoras de conhecimento. É claro que estes pressupostos exigem também novas competências ao nível da literacia cívica, digital e ambiental. A compatibilização de temas emergentes, como o bem-estar, a felicidade e a justiça social, com as áreas de *hardware* dos museus, como as reservas, a renovação dos edifícios e as exposições permanentes, vão requerer flexibilidade e uma eventual mudança de foco prioritário. De instituições didáticas, definitivas e fixas, que apresentam informação especializada e narrativas permanentes, os museus tendem a evoluir para entidades participativas, com responsabilidade partilhada, maior variedade de atividades e dinâmica programática.

Shop

museums

loja dos museus e monumentos

PTM dgrc

Shop

monuments

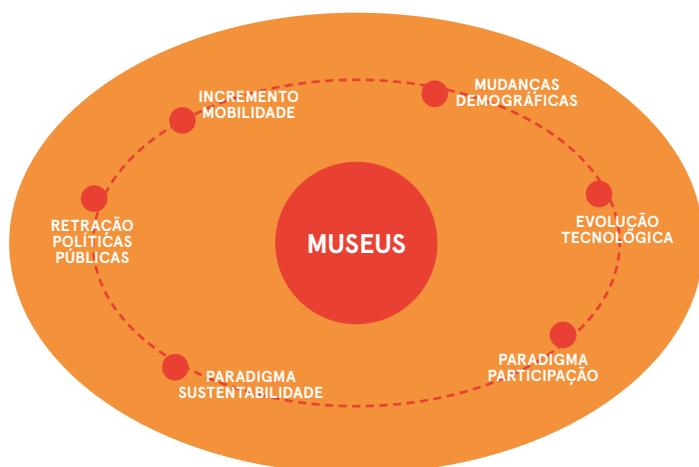
loja dos museus e monumentos

PTM dgrc

Lisboa, Palácio Foz,
loja da Direção-
-Geral do Património
Cultural.
José Paulo Ruas,
2014.



SOCIEDADE



↑

Os museus, juntamente com outras entidades, podem contribuir para o desenvolvimento da sociedade, conhecendo os seus principais problemas e desafios de futuro.

Graça Filipe, Clara Frayão Camacho, 2017.

III. Preparar o futuro dos museus em Portugal: como e com quem?

As tendências mencionadas e as visões prospetivas relativamente ao futuro dos museus são partilhadas também pelos museus portugueses? Ou detetamos outros focos de mudança? Revemo-nos no impacto que as mudanças sociais, económicas, políticas, demográficas e tecnológicas poderão ter no nosso setor museológico nacional? Porquê gastar tempo com um olhar prospetivo em direção ao futuro, quando os problemas do dia-a-dia consomem as nossas instituições e as suas equipas? Em Portugal, as práticas de planeamento estratégico são, desde logo, escassas, descontínuas e raramente sujeitas ao escrutínio da avaliação. Neste panorama nacional, como e com quem preparar o futuro dos museus?

Em primeiro lugar há que reconhecer a necessidade e os benefícios do debate sobre este tema e as problemáticas que abarca, não só por parte dos profissionais como também, em geral, pela sociedade. Desde logo estão em causa conceitos e práticas de participação e de sustentabilidade, a que já aludimos. Também por isso há que definir concretamente uma agenda (ou agendas transversais e partilhadas), de modo a implicar diversas instituições e pessoas, a que se ligam os museus e os patrimónios que lhes estão associados.

Em segundo lugar, assim como já vimos acontecer nos exemplos estrangeiros referidos, há a necessidade de conhecer sistematicamente as tendências e identificar os riscos no tocante aos processos e às instituições museais portuguesas. Para tal defendemos uma visão sistémica de análise e de conhecimento multiescalar da sociedade e dos museus, que nela se integram. Através de um posicionamento prospetivo (Berger: 1959) procurar-se-á compreender a realidade e o conjunto complexo de sistemas que se repercutem na criação, no funcionamento e nos ciclos de vida dos museus, antes de antecipar as suas evoluções. Em terceiro lugar — e aceitando o papel do prospetivista como influenciador ou conspirador do futuro — há um trabalho simultâneo, de definição de desafios e construção de linhas de ação para esse futuro. Só assim haverá a oportunidade de influenciar as políticas públicas neste setor.

A atitude prospetiva não consiste pois em esperar a mudança para reagir, mas sim em controlar a mudança, em duplo sentido: de pré-atividade (preparar uma mudança esperada); e de proatividade (provocar uma mudança desejada) (Godet: 2011).

IV. De tendências globais ao contexto e especificidades em Portugal

Retomando os temas identificados e sistematizados a partir dos estudos estrangeiros que seleccionámos, procuraremos levar a cabo um exercício reflexivo, crítico e experimental, quanto às tendências e aos riscos diagnosticáveis em museus portugueses, e quanto aos desafios e linhas de ação, primordialmente respeitantes às políticas públicas e ao papel dos profissionais, enquanto potenciais agenciadores de interação social e de mudança.

Contributo para a análise de tendências e riscos

No tocante às alterações demográficas, os museus portugueses e seus profissionais enfrentam os riscos decorrentes da falta de crescimento e do tendencial envelhecimento geral da população, das assimetrias demográficas, da sua concentração nas cidades, sobretudo no Litoral, e da desertificação do Interior do País.

Alguns projetos museais e patrimoniais surgiram ligados à ideia de combater essa desertificação, promovendo o desenvolvimento local, e registam-se experiências e processos museológicos enraizados em comunidades e meios rurais, muito embora não se conheçam instrumentos de acompanhamento e de monitorização, para avaliação de resultados e evolução da sua programação.

A par da escassez de estratégias regionais e territoriais publicamente consensualizadas, alguns projetos com financiamento de dimensão nacional não emergem de um plano integrado e do ordenamento estratégico de recursos endógenos. Um enfoque de políticas públicas em «equipamentos culturais-bandeira» parece-nos pois carecer de análise crítica.

Significativos investimentos em novos museus criados em territórios do Interior não se têm repercutido num anúncio de desenvolvimento local, com evidente desfasamento entre financiamento inicial e gestão de sustentabilidade, obrigando-nos a refletir sobre a (in)eficácia das políticas públicas e a difícil, mas imprescindível, integração das populações nos projetos patrimoniais.

Face aos dados disponíveis em estudos de públicos, o aumento de visitação aos museus é sobretudo decorrente do incremento de turistas e incidente naqueles que melhor divulgam a sua oferta cultural, continuando a haver vastos setores da população que ainda não usufruem destas instituições públicas de memória. Esta constatação deverá levar os seus responsáveis e os profissionais a procurar novos meios de conhecer os interesses e necessidades de todos os seus potenciais usufrutuários, tomando consciência de que o fenómeno de envelhecimento da população tem importante repercussão no nosso país e tende a agravar-se nas zonas de interior.

Também as questões de acessibilidade e de necessidades especiais dos usufrutuários dos museus, que potencialmente se tornam mais complexas em relação aos mais idosos, requerem preparação e recursos especializados, havendo que aprofundar e divulgar o conhecimento de projetos bem-sucedidos

ou em processo de implementação, e que poderiam até constituir casos-piloto.

No que respeita ao incremento da mobilidade, uma das principais observações a fazer nos museus é ao nível estrutural, na programação dos espaços e na composição das equipas. Não se pode generalizar um quadro de tendências, até porque cada entidade museal tem a sua missão e deve encarar de forma específica, segundo a envolvente e o contexto social de atuação, os seus objetivos e possibilidades de prever e de atender aos fenómenos de mobilidade, de pessoas e das próprias coleções. Parece-nos que a tendência geral é de falta de preparação quer para estas situações, quer para o impacto e o crescimento dos fluxos turísticos, já não esmiuçando outras situações pertinentes de serem equacionadas no panorama português, no que respeita a uma percentagem apreciável de população migrante.

Sabendo-se que o incremento do turismo tende a verificar-se principalmente em certas cidades e localidades e em museus que se apresentem minimamente preparados para tal, acresce o risco de agravamento de assimetrias, em função de critérios de atribuição de recursos para a valorização dos acervos e do acesso às populações.

Em relação à mobilidade de coleções, há que prestar atenção também às condições estruturais e à programação de museus em diversas áreas geográficas, contrariando a tendência de maior oportunidade para os maiores museus ou com localizações centrais em face da atração de públicos exteriores. Por outro lado, as políticas de incorporação, apesar de constituírem um dos principais requisitos de qualificação dos museus enunciados desde 2004 na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, permanecem débeis e a maioria dos museus não só não as implementou como não tem uma estratégia prospetiva para esta importante função museológica.

Quanto à mobilidade de profissionais, é ainda restrita e a tendência dos últimos anos foi de diminuição de contactos institucionais, apesar de se acentuar a interação direta a nível individual, sobretudo potenciada pelas tecnologias (porventura sem o devido e possível aproveitamento para os próprios museus, de forma continuada e sustentada).

No domínio da evolução da tecnologia verificam-se muitas iniciativas em Portugal no que concerne aos museus. Sendo muito difícil traçar um estado da arte, destacamos a necessidade de uma estratégia nacional, sem que se anulem esforços de entidades de pequena dimensão ou se minorizem as suas ações, porventura com maior criatividade e mais autonomia de experimentação.

Neste, como noutros domínios em análise, as universidades têm um papel irrefutável. Mas, entre os aspetos a equacionar em detalhe, apontamos o interesse em clarificar o que constitui projeto de investigação ou o que configura venda de serviços, até para que haja sustentabilidade nos processos de trabalho e nos sistemas tecnológicos implementados.

Há também que conhecer os riscos dos projetos «chave na mão» concebidos por empresas externas e insuflados com tecnologia nem sempre adaptada aos públicos e aos recursos de manutenção subsequentemente disponíveis nos museus.

Sendo pertinente reconhecer insuficiências de formação e uma lenta adaptação do setor profissional à evolução da tecnologia, apontam-se igualmente os riscos de exclusão pela hiperutilização dos meios tecnológicos, aos quais os museus devem recorrer mediante programação própria, em função da sua missão e atendendo aos segmentos de públicos e ao siste-



↑

Na Europa, um dos destaques de estudos prospetivos em museus incide na *Agenda 2026: Study on the Future of the Dutch Museum Sector* (2010), conduzida pela Nederlandse Museumvereniging (Associação Holandesa de Museus).

ma de acesso (interno e externo) que visem implementar. Por outro lado, as «redes sociais» e a Internet, só por si, arriscam ser sobrestimadas como estruturas de informação.

As tendências e os riscos inerentes à contração das políticas públicas têm sido objeto de atenção e de reflexão crítica (Camacho: 2015) mas haveria que desenvolver uma análise sistemática para traçar um quadro rigoroso da situação no País. Em termos gerais, há que salientar a descontinuidade e a vários níveis os aspetos contraditórios das próprias políticas, com variados casos e experiências de flagrante dissociação com as aquisições empíricas e a bibliografia museológica.

A preponderância de tutelas políticas e a falta de autonomia dos museus, a par da obstrução e do desenlace de carreiras profissionais, são tendências a merecerem estudos analíticos mais detalhados.

Podemos mesmo considerar os riscos de perda de conteúdo prático, no plano operacional, de um conceito de museu que se afirmou a partir da década de 1970 e em que assenta a sua função social, ainda que esta continue a ser invocada num plano formal. Perante a conjugação de tendências a que parcialmente se aludiu, haverá mesmo riscos de perda de relevância para muitos museus e de reconhecimento social destas entidades e dos seus acervos.

No atual quadro de situação, há também que enunciar os riscos de perda de iniciativa (e de reconhecimento social) dos profissionais, por um lado inerentes às aludidas alterações das políticas públicas, mas, por outro lado, indissociáveis do fraco reconhecimento público e de certas fragilidades das estruturas de carácter profissional associativo.

Outro aspeto, e mais do que risco, é já um facto, consiste na rotura geracional, de transmissão e de partilha de práticas profissionais que nos impõem uma avaliação profunda dos modelos de funcionamento e de gestão dos museus, pois nem um hipotético alargamento expressivo dos postos de trabalho superaria, por si só, este problema estrutural seriamente agravado nos últimos anos.

No que respeita ao paradigma de sustentabilidade, verifi-

→

Vista da exposição
*Adelino Lyon de Castro. O Fardo das
Imagens do Museu
Nacional de Arte
Contemporânea –
Museu do Chiado, 2011.*
Luís Piorro.



ca-se que, no nosso país, em teoria e por norma, é enfatizada a sustentabilidade económica das organizações e dos projetos, mas esta visão parcelar do problema não é acompanhada de estudos e diagnósticos adequados. Por vezes também se convocam os aspetos ambientais para enfatizar o tópico da sustentabilidade sem uma abordagem holística do conceito (Filipe: 2011).

Do quadro local (por exemplo, face ao invocado papel dos museus no desenvolvimento local) ao nacional (por exemplo, a participação dos cidadãos na constituição das coleções nacionais), há múltiplas experiências a serem observadas e analisadas por equipas e projetos dotados dos meios necessários. Apontamos pois a necessidade de compreender melhor e de procurar estabelecer os meios para que os museus portugueses se possam posicionar e caracterizar a sua situação em relação à sustentabilidade. Também, no que diz respeito aos museus e de forma abrangente ao património, o próprio défice de ordenamento e de planeamento estratégico (territorial) potencia as assimetrias, a instrumentalização política e outros riscos para os recursos do País e para a sustentabilidade.

A um nível particular de análise de políticas públicas que influenciam o papel dos museus em regime de sustentabilidade, tem interesse referir alguns aspetos e tendências, ainda que seja necessário estudá-los em detalhe. Um caso é a manutenção de desigualdade(s) de tratamento entre museus de arte e museus de outras tipologias (por regra, subestimando outros tipos de coleções ou acervos e nomeadamente os contextos sociais e culturais em que se valorizam). Outra situação a acompanhar e monitorizar relaciona-se com o incremento das oportunidades de desenvolvimento turístico e a intensificação dos fluxos turísticos nalgumas cidades e zonas do País, em que se acentuam os riscos de «turismificação» dos museus e do património.

Finalmente, nesta série de tópicos, abordamos o da participação, que se constitui paradigma sob uma diversidade de

conceções e de estratégias de operacionalização. Em relação a Portugal, o nosso breve enunciado de tendências e riscos assenta na constatação de que tem sido lento e difícil o reconhecimento prático do paradigma da participação, frequentemente evocado em função de comunidade(s), mas também no sentido em que é aplicável aos profissionais, na sua diversidade. Cremos que um dos problemas observáveis em vários processos e experiências ao longo das últimas décadas e no presente é que a participação de comunidades em processos de criação de museus não foi acompanhada da implementação de instrumentos de gestão participativa, acabando por se verificar a mesma tendência de prevalência política, de administração pública, em que os cidadãos têm um papel marginal, ainda que importante, nomeadamente no campo da mediação cultural.

Ou seja, cremos que, embora haja interessantes casos de participação comunitária, ora através de associações e grupos organizados, ora da ligação a iniciativas autárquicas, vários desses projetos evoluem aleatoriamente, condicionados por natural mudança geracional ao nível das equipas ou por ciclos de intervenção política.

Apesar de reconhecidos o papel e a participação de associações e de grupos de amigos, é uma área de intervenção de que não conhecemos uma análise aprofundada e sistemática que nos permita avaliar os modos de participação e de contributo à ativação da cidadania no setor dos museus.

As questões do voluntariado e da responsabilidade das instituições para com os voluntários carecem igualmente, a nosso ver, de análise e de reconhecimento sistematizado.

Desafios e linhas de ação

Quanto aos desafios respeitantes às problemáticas que tentámos ver refletidas no contexto da situação portuguesa, optaremos seguidamente por identificar algumas linhas orientadoras de ação, em dinâmicas complementares e transver-

sais aos vários aspetos enunciados e que nos parecem poder assumir um caráter prioritário do ponto de vista das políticas públicas e da iniciativa dos profissionais.

Um dos principais desafios consiste na elaboração de diagnósticos sistemáticos para que se possam delinear estratégias em consonância com a realidade e com as transformações operadas ao longo da última década, designadamente em consequência do já mencionado ciclo contrativo das políticas públicas. Em convergência com diagnósticos à escala nacional, é recomendável o desenvolvimento de investigações à escala territorial. Ao aprofundar e divulgar o conhecimento de projetos museais bem-sucedidos ou que evidenciam aspetos de inovação, será muito importante assegurar meios de os monitorizar e avaliar, valorizando, por exemplo, os chamados pequenos museus e as iniciativas de caráter comunitário.

Salientamos o interesse da partilha e da comparação de enquadramentos legislativos e de experiências entre várias áreas e meios profissionais, sobretudo aproveitando redes e projetos em que as instituições portuguesas já participem. Num olhar prospetivo, ainda nos parece importante refletir criticamente sobre o papel do património e dos museus com recurso aos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* da ONU para 2030.

Para repensar e desenvolver a formação profissional, vemos interesse numa dinâmica de sistemas de partilha de recursos e de trabalho em redes, procurando identificar projetos-piloto, avaliar e monitorizar processos e promover programas de mobilidade voluntária de profissionais. No tocante à formação de profissionais, vemos igualmente interesse em que se insiram novas problemáticas, como as que já foram valorizadas no nosso artigo e outras que no panorama nacional de diagnóstico e informação se identifiquem relevantes para a construção do futuro, face à diversidade natural e cultural do País.

Um plano de formação e de desenvolvimento profissional poderia incluir trabalhadores com diferentes tipos de vínculo às instituições, prever e incentivar o emprego jovem nos mu-

seus e no setor do património, com uma simultânea capitalização da experiência dos profissionais mais velhos e reforçar o uso de meios tecnológicos. O papel das associações profissionais pode ser decisivo nesta linha de ação.

A montante de uma dinâmica prospetiva, de planificação estratégica e de programação de museus, é fundamental reconhecer e inscrever nas políticas públicas a participação cidadã (por comunidades e por profissionais) na vida cultural e no funcionamento dos museus. Vistos caso a caso, os modelos de gestão refletirão especificamente um modo de participação, atendendo ao caráter das instituições de tutela.

O debate sobre novas visões induzíveis pelas políticas públicas passa pela integração do património e dos museus em modelos e parâmetros de desenvolvimento territorial e pelo papel dos profissionais dessas áreas na planificação em modo multiescalar.

Abordando a sustentabilidade dos museus numa perspetiva holística (abarcando os pilares ambiental, social, económico, cultural e de governação) e defendendo a clarificação e a transparência das políticas de património e de museus (tendo pois em conta os resultados de diagnósticos e estudos de avaliação), preconizamos o desenvolvimento de um plano de ordenamento museológico, de planificação estratégica e de reperspetivação dos modelos de gestão de museus (ou processos museais), em função das questões demográficas, das problemáticas da mobilidade e da acessibilidade, da participação e da evolução da tecnologia. Esta dinâmica de ação desafiaria concomitantemente a pluridisciplinaridade e o cruzamento de perspetivas de análise para avaliação de relevância das coleções/dos acervos e políticas de incorporação, quer por parte dos profissionais, quer de um vasto universo de usufrutuários. Cabe aqui enfatizar a importância de se implementar um sistema nacional integrado de inventário de património e de promover inventários participados, como componente de gestão patrimonial, de acordo com o quadro legal existente.

→

Desenhos à desgarrada,
Museu do Dinheiro.
Arquivo do Museu do Dinheiro, 2016.





Ana Hatziky 78

Saliente-se finalmente o desafio da educação patrimonial, também em contexto museal, com enfoque prospetivo e na educação para a sustentabilidade, quer do ponto de vista de temáticas globalmente respeitantes ao estado do mundo (algumas das quais abordadas neste artigo e de outras como o ambiente e as alterações climáticas), quer da cooperação e da articulação entre centros de recursos científicos e as mais diversas entidades.

V. Considerações finais

Preparar e provocar a mudança na área dos museus depende em primeiro lugar de dois fatores conexos: a atitude dos cidadãos e as políticas públicas. Aos profissionais cabe a difícil tarefa de clarificar a sua visão de futuro — para a sociedade e para os próprios museus — em modo conciliável com a formulação daquelas políticas e com o interesse de todos os cidadãos, ou que possa ser reconhecido da forma mais ampla possível.

Preparar o futuro dos museus sob uma visão induzida pela sua envolvente, implicando a perceção dos principais problemas e do impacto que, atingindo toda a sociedade contemporânea, atinge os próprios museus, parece-nos um motivo indutor ideal para que se possam arquitetar os processos de mudança. Porém, há que ser realista e simultaneamente ambicioso, ao comparar a situação portuguesa com os casos de estudo estrangeiros, sabendo-se que partimos de uma considerável desproporção de meios e como tal sendo ainda mais necessário convocar a participação de todas as partes interessadas, incluindo os profissionais, para a construção de um desígnio coletivo, de serviço público.

É muito importante que se identifiquem os temas pertinentes no nosso contexto (com bastante probabilidade de alguns estarem ausentes dos estudos anteriormente referidos) e traçar estratégias pluridisciplinares e multiescalares de ação (em termos tanto geográficos como administrativos e institucionais), valorizando o máximo de fatores de desenvolvimento territorial, sem perder de vista uma visão integral e solidária do todo nacional (Continente e Regiões Autónomas). Pensar o futuro dos museus implica analisar o presente contexto de cada museu, ousando questionar a sua razão de ser, para poder antecipar o seu futuro, agora, com medidas concretas, a serem levadas a cabo por pessoas que estejam comprometidas com uma visão claramente explicitada para cada um dos museus e que sejam igualmente responsáveis por a procurar alcançar.

Finalmente, refletir sobre a instituição museal, numa convergência espaço-tempo, estimula-nos a questionar o conceito de museu, olhando reflexivamente e comparando criticamente as configurações a que evolutivamente tem conduzido, em particular ao longo do último meio século. No quadro das suas atribuições, os organismos de profissionais e alguns académicos decerto vão continuar a questionar e a debater o caráter da instituição museal, mas só levando a cabo esse debate com os demais usufrutuários do património e dos museus conseguiremos que ganhe um verdadeiro interesse social.

NOTAS

1. No mesmo ano, também o Tribunal de Contas francês publicou um relatório assaz crítico sobre a gestão dos museus nacionais que aponta recomendações para o futuro destas instituições.
2. Neste artigo, optou-se por não incluir a análise de textos orientadores das próprias políticas museológicas e dirigidos às instâncias governamentais, como a *Recomendação Relativa à Proteção e Promoção dos Museus e das Coleções* (Unesco: 2015) e o *Relatório sobre Museus e Bibliotecas em Tempos de Mudança* (Parlamento Europeu: 2016), que careceriam de um distinto quadro analítico no âmbito das políticas públicas.
3. Noutras épocas, outros estudos e trabalhos académicos colocaram o mesmo tipo de interrogação, nomeadamente na viragem para o século XXI, antevendo o fim de um ciclo de crescimento e o início de um processo de racionalização no tocante aos museus (Walsh: 1992, p. 181), previsão não verificada.

BIBLIOGRAFIA

- AGCCPF — *Le Livre Blanc des Musées de France. N.º spécial de la revue Musées et collections publiques de France*, 2010–3. Paris: AGCCPF, n.º 260, 2011.
- BERGER, G. — L'attitude prospective, em Berger, G., Bourbon-Busset, J. de, e MASSÉ, P. — *De la prospective: Textes fondamentaux de la prospective française 1955–1966*. Paris: L'Harmattan, 2007 [1.ª ed. do artigo 1959], pp. 87–92.
- CAMACHO, C. F. — *Redes de Museus e Credenciação. Uma panorâmica europeia*. Lisboa: Caleidoscópio, 2015.
- Center for the Future of Museums, *TrendsWatch (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017)*, American Alliance of Museums. <http://www.aam-us.org/resources/center-for-the-future-of-museums/projects-and-reports/trendswatch>. Consultado em 19 de junho de 2017.
- FILIFE, G. — *O poder dos museus: Refletindo sobre as missões e a sustentabilidade dos museus, em teoria e na prática*. Comunicação no Encontro do ICOM-PT sobre Museus e Sustentabilidade Financeira, 7 de novembro de 2011. [http://icom-portugal.org/multimedia/Ficheiros/Filife %20G %20O %20poder %20dos %20museus.pdf](http://icom-portugal.org/multimedia/Ficheiros/Filife%20G%20O%20poder%20dos%20museus.pdf). Consultado em 19 de junho de 2017.
- GODET, M. — Prefácio: Prever o futuro ou construí-lo, em GODET, M. e DURANCE, P., *A prospectiva estratégica para as empresas e os territórios*, 2011, UNESCO/Dunod, XIII–XIX, 2011. <http://www.lapropective.fr/dyn/traductions/2unesco-dunod-tdm-ap-pt.pdf>. Consultado em 19 de junho de 2017.
- MEIJER, M., WEIDE, S. e KRABSHUIS, M. — *Agenda 2026: Study on the Future of the Dutch Museum Sector*. Amsterdão: Netherlands Museums Association, 2010.
- Mu.SA — *Museums of the Future. Insights and reflections from 10 international museums*, 2017. www.project-musa.eu. Consultado em 19 de junho de 2017.
- Museums Association, *Museums Change Lives*, 2013. Acessível em <http://www.museumsassociation.org/museums-change-lives>. Consultado em 19 de junho de 2017.
- NEGRI, M. — Emerging new trends in the European Museum Panorama, em Bourke, M. *LEM Report 7: New trends in museums of the 21st century*. Dublin: LEM Project, 2013, pp. 41–50.
- TAYLOR, M. — Museums in the next 25 years. *Neues Museum. Die Österreichische Museumszeitschrift*. Museumsbund Österreich. Graz: Museumsbund Österreich, 14–4, outubro de 2014, pp. 27–33.
- VAN MENSCH, P. e MEIJER-VAN MENSCH, L. — *New Trends in Museology*. Celje: Muzej novejše zgodovine, 2011.
- WALSH, K. — *The representation of the past: Museums and heritage in the post-modern world*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1992.

O associativismo na construção da salvaguarda e conservação do património cultural/natural

João Caninas¹

Arqueólogo.
Presidente do Conselho Fiscal da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

Jorge Custódio¹

Historiador. Investigador integrado no IHC/FCSH.
Ex-dirigente da APAI (tríénio de 2014-2016)

O Fórum do Património 2017 reabriu a discussão pública acerca das relações entre o poder político e a sociedade civil na construção do património, por via do lugar do associativismo na defesa da nossa herança comum, atendendo que continua a existir um divórcio entre o Estado e as ONG do património cultural, que tem a máxima expressão na falta de cumprimento do artigo 10.º da Lei n.º 13/2001, de 8 de setembro. Os autores estudam sucintamente as raízes do associativismo patrimonial e ambiental em Portugal, traçando a sua perspetiva histórica e analisando a atual conjuntura que motivou a reorganização de movimento associativo.

A mudança de paradigma do património cultural pressupõe uma visão integrada do associativismo como determina uma mudança de atitude do poder político para com as ONG patrimoniais e em sede de sua própria organização, atendendo às questões do ordenamento do território e da defesa dos valores naturais e culturais, cuja interligação se tornou cada vez mais evidente. Estando a decorrer o Ano Europeu do Património Cultural (2018), apresenta-se um roteiro que chame as associações para a participação inclusiva e ativa, de modo a proporcionar a conjugação entre património, cidadania e ética patrimonial.

Tema de atualidade, o associativismo patrimonial requer ser compreendido em face do direito que lhe assiste em sede da Constituição da República e na legislação de bases do património, conforme estipula do artigo 10.º da Lei n.º 13/2001, de 8 de setembro.

Existem estudos que demonstram que os serviços públicos do património nasceram depois da constituição do associativismo dito patrimonial. Ao último deve-lhe a construção dos conceitos-base, o pensamento e a ação, o posicionamento ético, a consciência social e uma mão-cheia de estratégias, moldadas ao longo do tempo histórico. Não se trata de uma questão de precedências ou de prioridades do associativismo em relação aos serviços públicos. Até porque antes de estes aparecerem contratualizados entre o poder político e a sociedade, existiram/em comissões públicas de diversos formatos para o património — suficientemente conhecidas² — com personalidades públicas nomeadas pelo Estado que, em princípio, eram/são emanações da sociedade civil, uma espécie de notáveis da elite patrimonial, a quem foi/é dada a voz (consulta)

nos primeiros tempos, um sistema de arregimentação disciplinar — contrário ao espírito crítico dos técnicos, do conhecimento objetivo dos assuntos, de informação técnica especializada livre e de atitude de ética patrimonial —, que parece ter-se acelerado a partir de 2007, à medida que os bens culturais passaram a ser cobiçados pelas suas vantagens mercantis.

Na história dos movimentos de salvaguarda e conservação do património o que sobressai é a afirmação do papel da sociedade civil, a sua consciente apreensão do fenómeno da herança comum e a sua participação espontânea ou organizada para travar as atitudes antipatrimoniais da indiferença, do vandalismo, da destruição (irracional, modelada ou consentida), das conceções erróneas de conservação e de gestão dolosa que, repetidas vezes, se verifica (Lacroix: 1997). Tudo isto explica a consagração do direito ao património e dos deveres dos cidadãos quanto à sua construção como coisa pública, a sua salvaguarda e valorização que as constituições democráticas aplaudiram e estipularam como essência da vida coletiva, da cooperação, da fruição cultural e da construção da paz.



←

**Fórum Património — 2017.
Unir as ONG em Defesa da
Nossa Herança Comum.**

Um aspeto da reunião do Fórum na Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 12 de abril. Fotografia cedida pela Organização do Fórum. Gentileza de Vítor Cóias.

em assuntos patrimoniais da responsabilidade do Estado. Também esta elite — não descurando a sua origem social — interfere na matéria patrimonial (melhor ou pior), nos diversos planos de intervenção definidos por lei.

A questão da contratualização de técnicos especializados em património — um assunto que ainda não se encontra cabalmente estudado na sua perspetiva histórica — não tinha, inicialmente, a expressão que adquiriu em Portugal, a partir da década de 1980. Primitivamente revelou-se por via de um voluntarismo de ação cívica agregado ao exercício profissional dos contratados/nomeados; era requerido para fazer funcionar os museus públicos, os monumentos históricos e as estações arqueológicas; impunha-se para garantir os trabalhos de conservação e restauro (arquitetos e obras) ou viabilizar direções de serviços de maior responsabilidade.

Depois de 1980, o corpo de funcionários cresceu, porque o património era na Europa um assunto de política cultural, assumido pelos Estados Membros. Mas a contratualização não criou,

Sociedade civil e associativismo patrimonial

Há um acordo unânime de que a consciência cívica dos valores constituintes do património cultural e das atitudes relacionadas com o destino social da herança comum é um fenómeno emergente das sociedades contemporâneas.

A consciência do património e do seu lugar na cultura ocidental é um fenómeno complexo e que exigiu uma clarificação da diferença entre sociedade política e sociedade civil, que remonta à filosofia de John Locke (1632-1704), com a valorização do papel das elites e dos grupos de voluntários civilmente organizados para a supervisão dos abusos do Estado. À sociedade civil competiria criticar os procedimentos contrários ao contrato social estabelecido entre o povo e os governos, estimular a defesa dos direitos dos cidadãos e o cumprimento dos princípios que lhes eram inerentes, por via da consciência social e da ação cívica ou popular. Esta dicotomia em que as-

senta o funcionamento da sociedade atual transformou-se na razão de ser da criação de associações, nomeadamente as de defesa do património cultural e do ambiente. O que o associativismo sempre pretendeu foi ligar pessoas entre si com base nos mesmos interesses (objetivos estatutários) e conferir-lhes uma espécie de crédito — social e cívico, como de alternativa política — para enfrentar os abusos dos governos, as omissões das suas políticas e os erros das suas práticas.

A génese do associativismo patrimonial (anterior ao ambiental) advém do posicionamento da sociedade civil em relação ao fenómeno da herança cultural, cujo legado se recebia, cuja transmissão se discutia na dialética das atitudes de alheamento ou preservação dos bens culturais. Os comportamentos humanos revelam-se vinculados a interesses, a valores histórico-filosóficos, a estratégias, a preconceitos e juízos, modos de ver e conhecimentos adquiridos. A complexidade do património cultural advém do reconhecimento da materialização de valores coletivos de que determinados objetos eram portadores, da necessidade de distinção de todos eles em função dos

Primeiro, o academismo portador dos valores de arte, de antiguidade e de história, de que as academias de belas-artes são excelentes exemplos. As sociedades do setor artístico e cultural, relacionadas como os interesses profissionais de arquitetos, de arqueólogos, de historiadores, de etnólogos, de literatos, etc., cada uma à sua maneira, tipificam outras formas de defesa do património, presas ao espetro das respetivas atividades. Recorde-se que nas sociedades de arquitetos do fim do século XIX se estudavam os monumentos históricos enquanto construções de autor, ao mesmo tempo que se reclamava junto do Estado que todas as obras de arquitetura fossem assinadas por arquitetos.

O modelo seguinte, mais original, constitui-se enquanto agrupamento de amigos dos monumentos, dos museus ou das obras de arte (associações, ligas, grupos, comissões). A finalidade radicava na constelação de interesses que, de forma genérica ou direcionada, os amigos pretendiam socialmente representar (zelar, salvar, curar, cuidar, proteger ou conservar). Este movimento nasceu na segunda metade do século XIX

A força do associativismo patrimonial e ambiental contribuiu para o moderno surto das organizações não governamentais (ONG) em Portugal

seus significados materiais, espirituais ou simbólicos, enquanto representativos para a sociedade no seu todo e mesmo do que poderiam desempenhar para a identidade sociopolítica, em termos de ideologia, de sistema de educação e de capacidade tecnológica da sua perpetuidade ou conservação.

O modelo de associativismo patrimonial, todavia, não foi sempre o mesmo. Conhecem-se hoje diferentes fases. Mantém, além disso, uma expressão internacional que se manifestou desde o século XIX, por via da criação de organismos especializados na salvaguarda, conservação ou valorização dos bens culturais (associativismo de peritos³), ou de caráter privado que funcionam como modelos de ação mais universal, a reproduzir ou importar noutros países ou regiões⁴, atendendo ao significado internacional do estabelecimento de mecanismos de conservação da herança comum, de cooperação técnica ou de rede associativa.

Na história do património, desde o século XVIII ao século XXI, encontram-se diferentes tipos de associações documentadas.

firmará a «tradição de movimentos cívicos em torno do património» (Magrinho: 2016, p. 43). A sua influência, em Portugal, foi geral, conhecendo-se pelo menos 95 associações com este formato durante o Estado Novo (Magrinho: 2016, pp. 54-59).

Numa reação aos modelos associativos anteriores, nasceram associações destinadas especificamente ao estudo, à salvaguarda e à conservação do património cultural, numa primeira versão, depois também dos bens naturais por influência do movimento da conservação da natureza e da propagação da defesa do ambiente.

A força do associativismo patrimonial e ambiental contribuiu para o moderno surto das organizações não governamentais (ONG) em Portugal, situação que lhes conferiu um estatuto de interesse público e um nível superior de reconhecimento social e contribuição pública. Este acontecimento ocorreu em Portugal a partir de 1990, na sequência de movimentos paralelos a nível internacional, também relacionados com o património e o ambiente.

Perspetiva histórica do associativismo patrimonial em Portugal

A criação e a presença de associações que lutam pela preservação da identidade e memória coletiva no século XIX explicam-se pela necessidade de resposta das elites culturais face às atitudes de vandalismo e de abandono do legado cultural herdado do passado, atitudes protagonizadas pelo poder político e pelos interesses da modernização e transformação da sociedade. As primeiras associações procuram estabelecer os princípios de reação e de consciência do valor cultural do património, identificando essencialmente três tipos de valor que foram transversais ao associativismo oitocentista, prolongando-se, em muitos casos, até ao final da Segunda Guerra Mundial: os valores históricos, artísticos e arqueológicos (estes últimos observados na dupla perspetiva de antiguidades e de descoberta de novos achados).

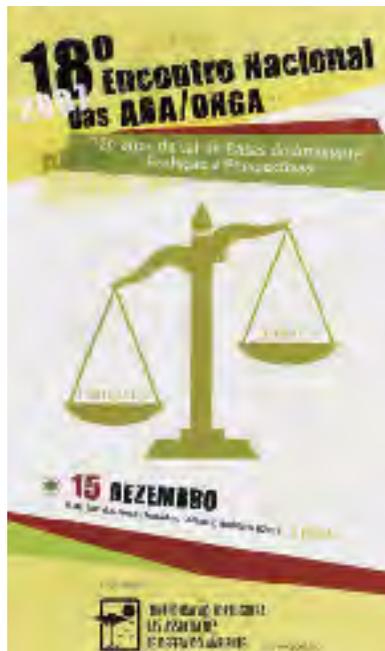
As elites associativas de Oitocentos formam-se, muitas

Contudo, entre 1890 e 1934, o associativismo patrimonial português não se reduziu a este modelo, por razões relacionadas com a construção da resposta social às dificuldades do Estado Português em criar os seus próprios serviços do património, cuja reorganização só foi possível com a implantação da Primeira República. A inoperância das comissões e conselhos dos monumentos e arte e arqueologia suscitou a participação voluntária dos grupos locais organizados na construção dos objetos essenciais do património cultural daquela época. Esta participação traduziu-se na criação de associações locais de outra índole e força anímica⁵ e na articulação de uma rede informal de correspondência entre a maioria dos grupos ativos, durante o período republicano, de forma a responderem mais eficazmente ao vandalismo e ao abandono dos monumentos históricos, à classificação dos bens imóveis, à sua conservação passiva (raramente ativa) e, sobretudo, à sua intervenção na sensibilização e valorização social realizada por via da imprensa nacional e local. Esta situação leva-nos a afirmar que a essência da herança patrimonial portuguesa recebida pelo Estado

→

«20 anos da Lei de Bases do Ambiente.» Evolução e Perspectivas.

18.º Encontro Nacional das ADA/ONGA. 15 de dezembro de 2007. Cartaz/folheto da ENADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente. Coleção particular.



←

Organizações de Ambiente. Plataformas de Cooperação.

XIII Encontro Nacional das ADA. De 15 a 17 de novembro de 2002. Cartaz/folheto da ENADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente. Coleção particular.



vezes sob a égide de um patrono régio ligado às artes, às letras e à história, a partir de grupos de interesse profissional, social ou político, como arquitetos, artistas das academias de belas-artistas, arqueólogos pioneiros, primeiros conservadores de museus, em geral apoiados por figuras gradas da sociedade política e das aristocracias reinantes (nobres e burgueses) ou ainda de grupos sociais ilustrados.

A associação-modelo que em Portugal teve um papel enquadrável neste horizonte intelectual e social foi a Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, criada em 1863. Esta associação de âmbito nacional exerceu um fascínio na inteligência social do País, tanto no período monárquico como na Primeira República. Esse fascínio reproduz-se à escala regional e local caracterizando, em parte, o associativismo patrimonial do País durante o período liberal e republicano (Custódio: 2011, pp. 335 e ss.; Custódio: 2013, pp. 131-225).

Novo se deveu ao associativismo cultural da época republicana (Custódio: 2013).

O modelo liberal da sociedade republicana privilegiando a discussão democrática e o esboço da cidadania ativa agiu como fermento no ideário estatutário do associativismo dos amigos dos monumentos e dos museus do País⁶. O nacionalismo no poder em Portugal com a instituição do Estado Novo veio, no entanto, a mutilar a autonomia dos inúmeros grupos de Amigos dos Monumentos. A fórmula mágica foi cercar a sua atitude crítica, livre e democrática, elementos basilares do associativismo e a atitude interventiva de razão e denúncia. A ditadura salazarista limitou-lhes – de modo absoluto mas não relativo – essas capacidades, por via da sua corporativização, através do capítulo III, artigos 20.º a 23.º, do Decreto n.º 20985, de 7 de março de 1932. A criação das comissões municipais de arte e arqueologia constituiu um espantoso à participação individualizada do associativismo local, obrigando as associações de diferente género e alcance territorial

a integrem organismos municipais supervisionados pelos presidentes dos municípios. Assim, durante o Estado Novo, a participação cívica sofre um retrocesso social e cívico. O entendimento desta nova situação é importante para explicar a explosão associativa patrimonial no pós-25 de Abril.

Sofia de Macedo deu um contributo assinalável na análise do associativismo do período salazarista. Ao contrário do que se poderia imaginar, a criação e o funcionamento de associações mantêm-se nesta época, como se as associações fossem uma espécie de refúgio da sociedade civil, encapsuladas do poder político dominador e transversal a todas as esferas da vida política, económica, social e cultural (Magrinho: 2016, pp. 52-59). Todavia, as comissões municipais apenas existem por vontade do poder e onde as associações funcionassem, oriundas do passado ou constituídas durante este período. A ação individualizada de cada uma das associações é vigiada superiormente, dado que cada uma delas pertence à sua corporação municipal.

Quando o associativismo patrimonial se reformulou de-

das durante este período, assim como a sua tipologia específica. Desde logo, dois grupos distintos, um de primeiro impacto social — as associações de defesa do património (ADP), cujo boom acontece entre 1975 e 1990 —, seguido de outras que giram à volta da conservação da natureza e da intervenção ambiental — as associações de defesa do ambiente (ADA), cuja génese matricial fora anterior ao 25 de Abril, mas cujo surto se localiza e cresce a partir do seu Primeiro Encontro Nacional, em Viseu (1989).

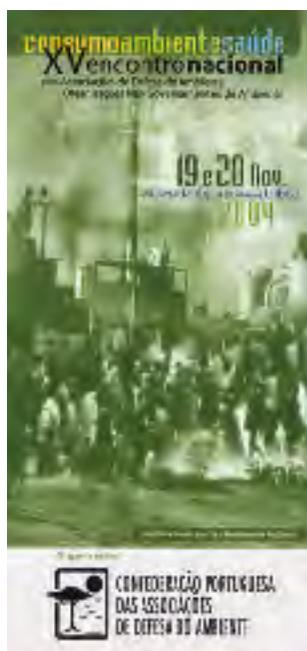
O número das ADP legalmente constituídas, entre 1974 e 1997, foi de 645 associações, embora este universo acolha as cinco tipologias diferentes (Magrinho: 2016, p. 148). No que se refere às ADA, até ao ano de 2000, o surto correspondeu a 150 associações (Carvalho: 2007, p. 270). Para além da sua incidência local, ocupando manchas geográficas significativas no território nacional, estas associações também podiam ter alcance regional e nacional.

As associações de defesa do património, as do património e ambiente e as culturais, tendo entre os seus objetivos a ação

→

Consumoambientesaúde.

XV encontro nacional.
De 19 e 20 de novembro de 2004.
Cartaz/folheto da ENADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente. Coleção particular.



←

Cidadania Ambiental.

XI Encontro Nacional.
De 3 a 5 de novembro de 2000. Cartaz/folheto da ENADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente. Coleção particular.



pois do 25 de Abril de 1974, fê-lo na consciência da situação objetiva do estágio de atraso das políticas públicas em relação ao património histórico, artístico, monumental e arquitetónico português e da omissão da atitude cívica e autónoma da cidadania. O surto do associativismo impôs a refundação dos conceitos de património em Portugal, cuja evolução fora uma das mais importantes conquistas da humanidade depois da Segunda Grande Guerra, e a ponderação do fim do paradigma do modelo patrimonial baseado no conceito de «monumentos nacionais». Uma outra filosofia emerge do caldo inicial que chama a atenção para o valor cultural dos patrimónios convencionais, que deviam ser assumidos de uma maneira mais construtora da identidade e memória do País, como para a relevância da criação de novos objetos de salvaguarda e conservação, que entraram para o panteão patrimonial do mundo global (natural, jardins, urbanístico, rural, industrial, paisagístico e imaterial).

Estudos recentes quantificaram as associações constituí-

patrimonial como grande novidade, são a base do movimento associativo desta época (1974-2000) e a sua influência exerceu-se diretamente junto da população (adesão associativa), na sensibilização da sociedade civil, com efeitos colaterais na sociedade política (sobretudo por via da inscrição de medidas concretas de defesa do património nos programas dos partidos políticos), para além da expansão do ideário patrimonial em órgãos da comunicação social, em especial na imprensa periódica e televisão.

As estratégias do movimento associativo foram enunciadas nos encontros nacionais das associações de defesa do património, tendo como ponto de partida as conclusões do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património, realizado em Alcobaça, em 1978⁷. Por outro lado, pela primeira vez na história do associativismo patrimonial/ambiental, procuraram-se criar estruturas representativas que pudessem interpretar o movimento de forma unificada: a FADEPA — Federação das Associações de Defesa do Património (1981-1989) e a

CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, nascida com o surto e movimentação do associativismo ambiental, que se impôs a partir de 1989, mas que envolveu também as ADP⁸.

A força revolucionária do associativismo patrimonial português entre 1975 e 1990 teve efeitos na assunção do lugar do património nos deveres e direitos dos cidadãos expressos na Constituição Portuguesa e na legislação produzida pelo País, nomeadamente na Lei n.º 17/85, de 6 de junho, e na Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), publicada uns anos mais tarde, ambas por iniciativa da Assembleia da República. Por outro, o movimento é legalmente reconhecido pelo Estado, enquanto «associações constituídas especificamente para promover a defesa e o conhecimento do património cultural» (artigo 6.º da Lei n.º 13/85). Reconhece-se o poder de intervenção do associativismo a nível local, estando identificadas boas práticas de defesa e conservação do património no relacionamento com os órgãos autárquicos (caso da associação de Santarém) ou de reflexão crítica inde-

As ONG em contexto de mudança de paradigma, dos anos 1990 até à atualidade

Depois da euforia dos anos 80 do século xx, em que o associativismo passou a ser considerado, a nível público, pela sua capacidade de denunciar, criticar e agir, seguiram-se os anos difíceis que irromperam desde os anos 90, conjuntura sobre a qual importa refletir, de forma mais aprofundada e assertiva⁹.

A mudança de regime político ocorrida a 25 de abril de 1974 e a adesão de Portugal à CEE em 1 de janeiro de 1986 são dois acontecimentos estruturantes dessa atividade, no contexto do desenvolvimento social, político e económico de Portugal.

A liberdade de associação conferida pelo novo regime político e pela sua carta constitucional explica, decerto, o acentuado crescimento na constituição de novas ONG (Carvalho: 2007, p. 270; Caninas: 2010) e a diversificação das suas agendas, âmbitos territoriais e modos de atuação. Por outro lado, a ação cívica, voluntária, é considerada como condição de qualificação e aprofundamento da democracia (Fernandes:

→
2015 Ano Europeu do Património Industrial e Técnico. Jornada Central Tejo.
15 de maio. Desenho de Mafalda Paiva. Organização APAL. Cartaz. Coleção da APAL.



←
O Futuro do Museu da Cortiça Fábrica do Inglês.
20 de fevereiro de 2016. Organização APAL/APOM. Desenho da Câmara Municipal de Silves. Cartaz. Coleção da APAL.



pendente e demolidora da atuação municipal (caso da ASPA, em Braga). Entre 1980 e 2000, as ADP tomam consciência das inter-relações indissociáveis do património, da natureza e do ambiente, à medida que o entrosamento entre elas e as ADA se materializa em sede de constituição ou organização estatutária ou como consequência do debate associativo. Esta orientação talvez fosse a consequência mais significativa deste período.

Por sua vez, o Estado, por via dos seus institutos do património, manifestou-se ao longo de todo este processo, como querendo manter-se atento às novidades e transformações cívicas que o associativismo trazia, mas mostrando, por outro lado, alguma sobrançaria em relação ao papel político que as associações patrimoniais pudessem vir a alcançar na dinâmica da salvaguarda, conservação, valorização e gestão do património português, defendendo as suas tradicionais prerrogativas, mesmo assumindo que o Estado deveria legislar para o enquadramento legal do associativismo.

2014, pp. 13-14). Mas esta é verdadeiramente uma circunstância incompreendida e insuficientemente traduzida em ação pela maioria dos responsáveis políticos, pelo menos na área da cultura. Persistem vícios antigos de centralização política, além do que seria razoável e necessário, e de desconfiança em relação à sociedade civil em particular, e, mais recentemente, daqueles setores que não visam lucro económico, o que parece ser uma consequência da entronização do paradigma da empresa como a solução de todos os problemas¹⁰.

No contexto da chamada integração europeia, política e económica, reconhecem-se desenvolvimentos contraditórios. Por um lado, a entrada dos fundos estruturais e a abertura da economia ao investimento externo contribuíram para uma aceleração no uso e transformação do território e dos seus recursos, naturais e culturais, com destaque para o impacte da construção de um vasto conjunto de novas redes de infraestruturas, gerando novas situações de degradação do património, com consequências negativas nem sempre

adequadamente monitorizadas, evitadas ou minimizadas, por deficiente intervenção pública ou cívica. Mas a entrada destes fundos, durante os últimos 30 anos, foi acompanhada pela imposição de melhores práticas políticas, de novos instrumentos legais e de um conseqüente crescimento da Administração Pública, bem evidente no setor do ambiente e da cultura, nesta pelo menos até aos idos de 2007. Desta conjuntura favorável, acompanhada pela elevação do nível de vida médio dos Portugueses, do aumento da sua qualificação técnico-científica e do acesso à informação, também resultou uma intervenção cívica mais robusta, durante algum tempo, como acima referimos.

Outra conseqüência da integração europeia, visando qualificar a democracia com uma maior participação cívica nos processos de decisão pública, foi proporcionada pela política de ambiente que impôs a representação das ONG em órgãos consultivos de nível nacional, regional e local, da administração do ambiente e noutros setores como a agricultura e florestas, o planeamento e infraestruturas, a energia, a indústria e tantos outros. Está por avaliar a eficácia dessa participação,

mentos familiares, poderão também explicar, em parte, a perda de dinamismo da ação cívica formal corporizada pelas ONG, uma crise que no caso da cultura terá, contudo, causas mais antigas. Mas deve ser reconhecido um outro efeito, crescente, potenciado pela referida crise, que é a saída de muitos técnicos e ativistas das ONG e a sua «captura» pelo Estado (ao nível político e administrativo¹¹) e pelas empresas.

Ilustram-se algumas tendências ou mudanças ocorridas neste período. Em primeiro lugar, parece ser consensual reconhecer a ocorrência neste período de um alargamento de horizontes, físicos e programáticos. O crescimento do número de ONG significou um aumento da cobertura do território, embora de forma assimétrica, e foi acompanhado por uma diversificação dos programas e dos modos de ação. A crítica às políticas de âmbito nacional ou local, ou à falta delas, e a contestação de projetos com impactes negativos no território consubstanciam, até hoje, as atuações mais visíveis perante a opinião pública e aquelas que geraram maior antagonismo e incompreensão em alguns setores da sociedade. Esta cir-

→

Ação cívica de limpeza do Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês realizada pela Escola Dr. Garcia Domingues, em Silves, 12 de maio de 2012.



contudo, o direito foi consignado mas estranhamente o conceito que lhe subjaz não tem paralelo na cultura, talvez por não existir uma política comunitária de cultura que o exija e porque a transversalidade do ambiente nas políticas setoriais ainda não atingiu a mesma amplitude na política de cultura. O que nos conduz também à persistente inércia política em direção a uma melhor integração dos bens culturais nas políticas de gestão do território.

A aceleração das agressões ao património (bem ilustrada pelo setor agroflorestal), geradas pelo crescimento económico, atenuou-se com a instituição progressiva e a aplicação de instrumentos públicos de avaliação, de salvaguarda (de que a AIA — Avaliação de Impacte Ambiental é um exemplo) e de geração de conhecimento sobre o património, evidente no caso da arqueologia das grandes obras públicas e privadas. Mais recentemente, essas agressões também se atenuaram com a crise da dívida soberana e a estagnação do investimento na economia. Mas esta crise, e as suas conseqüências nos rendi-

cunstância prejudicou, em parte, o reconhecimento de muitos outros contributos, ditos de feição positiva, da investigação — o modo pioneiro que conduziu à criação das primeiras áreas protegidas em Portugal ainda durante o Estado Novo — à ação pedagógica, por via da sensibilização, da formação e da educação ambiental e patrimonial (Custódio: 2000, pp. 10-11). Mais recentemente, as ONG entraram no campo da economia envolvendo-se na gestão fundiária de recursos naturais¹², de áreas protegidas¹³, na prestação de serviços de consultoria e na promoção de atividades de animação e lazer¹⁴.

Uma das tendências mais interessantes, que muita perplexidade e autocrítica têm suscitado, relaciona-se com a transferência, progressiva, ou captura, das agendas — conjunto de objetivos de ação — preconizadas pelas ONG para outros setores como sejam a Administração Pública, as empresas e outros agentes da sociedade civil, a par da suposta perda de ativismo das primeiras. Um certo saudosismo de um tempo de maior visibilidade pública das ONG pode levar-nos a encarar esta

mudança como negativa. Mas devemos considerar o oposto, porque positivo é o facto de a sociedade portuguesa, em linha com o que acontece noutros países, ter abraçado muitas das propostas da opinião pública técnico-científica e associativa, mesmo que apenas daquelas que evidenciaram valor económico¹⁵. Contudo, não se deve concluir que as ONG já não são necessárias, mas afirmar, isso sim, que estão acompanhadas no prosseguimento de objetivos comuns, mesmo com perda de protagonismo. E principalmente não significa o esgotamento de objetivos para a ação, tanto mais que o Estado, por falta de meios, e o mercado, devido aos seus interesses muito seletivos, não responde a todas as necessidades de salvaguarda e uso dos bens patrimoniais.

De facto há um extenso campo de atuação para as ONG abraçarem novas causas, em especial as que não interessem a outros setores da sociedade, e retomar, desse modo, práticas pioneiras. Persiste uma insuficiente cobertura dos problemas do território português, à escala regional, o que se traduz em inúmeros desertos associativos ou de civilidade. sobretudo no

um número crescente de plataforma, nomeadamente interassociativas, focadas em políticas gerais (património cultural), em projetos (infraestruturas rodoviárias e energéticas) ou em produtos (organismos geneticamente modificados), que têm arrebatado algum protagonismo público às associações que as formam mas que na realidade representam sinergias e formas de ação mais eficazes em torno de problemas conjunturais ou temporários do que a nível estrutural e permanente. Essas plataformas são entidades informais ou sem personalidade jurídica, de funcionamento mais leve. Estas entidades, que se criam e dissolvem sem constrangimentos legais, enriquecem a ação cívica, sublimam as estruturas associativas convencionais e valem principalmente por proporcionarem uma boa relação entre os meios e os objetivos que logram atingir e uma representatividade mais alargada.

A demonstração do valor económico dos recursos naturais – um dos argumentos invocados pelos ambientalistas, no passado, em prol da boa gestão destes recursos, em quantidade e diversidade – fez o seu caminho e hoje é inquestionável

→

[Uma das seis] *Urbanovisões*.

Instituto Nacional do Ambiente.

Ferreira dos Santos e Delfim Fernandes,

sem data. Coleção particular.



Interior continental, prejudicados pela demografia e por menor massa crítica, e ilustrados, por exemplo, pela dificuldade de dotar com representantes das ONG a esmagadora maioria dos concelhos cinegéticos municipais. Mas suspeitamos de muita ação silenciosa entre as ONG regionais e locais, porque menos visível nos meios de comunicação generalista. O conhecimento público acerca das atividades das ONG ganha visibilidade nacional apenas por ocasião de determinados eventos, como por exemplo as *Jornadas Europeias do Património* (um momento em que o património e o ambiente dão as mãos). Em contrapartida existe uma numerosa massa crítica, de elevado potencial, nas cidades e no Litoral insuficientemente empenhada nas associações de património e ambiente. Persistem constrangimentos, de difícil superação, por comparação com outros países europeus, como a angariação de associados e a capacidade de autofinanciamento entre associados no caso de aquisição de bens culturais para proteção e intervenções conservativas.

Uma outra tendência está representada na ocorrência de

a relevância da economia do ambiente¹⁶. Embora com atraso, esse caminho está a ser trilhado nos domínios do património cultural, nomeadamente através do setor turístico, com base, por exemplo, em infraestruturas como as Aldeias de Xisto ou as Aldeias Históricas ou soluções de gestão de monumentos. Mas falta traduzir em ação concreta, com âmbito universal, tanto no planeamento como na administração central ou municipal, a conceção dos bens culturais como recursos/ativos, não apenas para o conhecimento mas também para o desenvolvimento económico sustentado, garantindo uma informação atualizada acerca da sua existência (localização, estado, ameaças) e a sua conservação, como recurso/reserva para um uso sustentável. Todavia, no setor do património arquitetónico e urbano, as ameaças reais aos bens culturais, impregnadas pelos interesses económicos (empresas, construtores, arquitetos, engenheiros), são altamente preocupantes na trajetória do atual paradigma patrimonial, esperando-se resoluções de intervenção cívica, de distanciamento político em nome da

clareza de procedimentos e de caráter judicial (de acordo com os princípios da jurisprudência), todos em nome da ética do património.

Roteiro para as ONG: património, cidadania e ética

Em mais de 40 anos de democracia acumulou-se um capital humano qualificado e um património de conhecimento que desafiam a nossa capacidade para gerir este potencial e motivá-lo para a execução no sentido dos valores. Com tantos constrangimentos, desde a vontade política à liderança associativa, desde uma imprensa engajada à insuficiência de meios, impõe-se propor uma agenda mínima para o futuro, mesmo que limitada em alcance face à diversidade dos contextos e dos problemas pendentes, do natural ao cultural, do construído ao arqueológico, da *urbe* ao *agros* e à *silva*¹⁷, do material ao intangível, das coleções aos sítios e às paisagens.

À escala nacional, considera-se estratégico persistir no reforço das estruturas interassociativas, formais e informais, dando maior robustez e legitimidade aos processos de diálogo político, negociando com as instâncias governamentais uma mudança regulamentar que possa garantir uma mais justa representação das ONG nos órgãos consultivos do Ministério da Cultura, em equilíbrio com o que existe no Ambiente. Considera-se, ainda, prioritário, que estas estruturas, formais ou informais, assumam um papel agregador e mobilizador das ONG, nomeadamente nos domínios mais fáceis do debate público e da gestão da informação na ótica da exemplificação, motivação e mobilização.

Uma condição essencial para uma ação eficaz baseia-se no conhecimento o mais universal possível do estado dos problemas. Nesse sentido, deve retomar-se, ainda numa escala nacional, o objetivo, já enunciado várias vezes, de produzir um diagnóstico sobre o estado do património em Portugal — em tempos qualificado como livro branco —, representativo de todos os segmentos do património e com atualização periódica sistemática¹⁸.

Um outro desejo, amplamente partilhado e nunca plenamente concretizado, é o de produzir inventários de património, começando pelos patrimónios em estado de exclusão política. Trata-se de um objetivo permanente, ainda não superado de forma extensiva e uniforme em todo o território nacional, por exemplo através das sucessivas gerações de planos municipais de ordenamento do território, apesar dos bons desempenhos de muitas autarquias locais.

A diversidade ambiental de Portugal e a sua história obrigam-nos a compreender a sua evolução em escalas regionais. Nessa circunstância, e num plano programático, desafiam-se as ONG a promoverem projetos de abordagem regional das paisagens do território português, um objetivo difícil mas pertinente em face de mudanças recentes ocorridas no território (Santos: 2017) e dos desafios que se nos apresentam, nomeadamente em termos de valorização do Interior do País. Um programa deste tipo, num contexto multi-institucional, teria a virtualidade de congregar a interdisciplinaridade, para além do paisagismo, de potenciar a convergência entre natural e cultural, e abordagens contextuais, integradoras do manancial de informação acumulada por ações individuais.

Assumindo o espaço cívico das ONG como um serviço público e de acordo com a tendência em curso, reclamada por

muitos setores políticos para a desconcentração administrativa, é tempo de o Estado assumir que nas ONG existe um potencial de extensão da sua missão, estabelecendo, em torno de objetivos comumente assumidos, parcerias e garantindo meios para essa ação, sem o ónus, aliás, de aumentar a empregabilidade no setor público. Além disso, numa sociedade de economia liberal não vemos com bons olhos que se ludibriem as regras da livre iniciativa e da concorrência proporcionando incentivos e apoios, contratos, parcerias de toda a ordem aos agentes produtivos (empresas e trabalhadores) e às suas confederações e se negue essa possibilidade a muitos agentes do chamado terceiro setor, caso das ONG a quem o País deve as campanhas de valorização dos bens culturais, naturais e a proteção do ambiente. Nesta perspetiva devem as ONG entrar também na economia qualificando-se para a prestação de serviços, como meio autónomo de geração de receitas e para aquisição, valorização e gestão de imóveis de interesse cultural e natural, seguindo os exemplos de sucesso no estrangeiro e dos existentes no território nacional.

A diversidade cultural e natural do território português, as oportunidades de conhecimento e usufruto que este património pode proporcionar, cidades e paisagens de eleição, segurança, um clima favorável, um povo acolhedor, uma gastronomia cativante são condições excecionais para a internacionalização e a captação de investimento externo e formação de parcerias no estudo e valorização dos nossos recursos culturais e naturais. Exemplos não faltam. Impõe-se a sua multiplicação, não apenas por via das classificações como património mundial.

No Ano Europeu do Património Cultural (2018) o associativismo resiliente tem um roteiro a satisfizer e a disseminar. Impõe-se que a conceção e programação das comemorações nacionais se aproximem desta visão integradora e humana do património, de modo a estimular a cooperação técnica inclusiva (*Carta de Faro*: 2005) entre sociedade civil e sociedade política, mobilizadora e incentivadora do associativismo com a finalidade da resolução dos problemas do presente e apostando na construção de um futuro para o património cultural/natural. Seria ótimo, pelo menos, que fossem dadas respostas às ações preconizadas na *Declaração Final do Fórum do Património 2017 (Pedra & Cal*: 2017, pp. 12-13). Sirvam-lhe de exemplo os casos de experiências anteriores, como a Campanha Nacional para a Defesa do Património ou do Ano Europeu do Ambiente.

Deste modo, o Ano Europeu do Património Cultural consagrará uma agenda alternativa e complementar para a salvaguarda, conservação e valorização dos bens culturais (também naturais) com imediatas repercussões na valorização ética da salvaguarda e da conservação e no modo de agir do associativismo, tal como está preconizado no artigo 10.º da Lei de Bases do Património Cultural.

NOTAS

1. *Nota dos autores*. — Em consequência de determinações legais a que a INCM e a DGPC estão obrigadas, a edição deste texto observa as normas estabelecidas pelo Acordo Ortográfico de 1990, normas com as quais os autores deste texto não concordam e não usam nos seus escritos e obras.

2. Comissão dos Monumentos Nacionais (1881-1898); Conselhos dos Monumentos Nacionais (1900-1911); Comissões de Arte e Arqueologia (1911-1932); Comissões Municipais de Arte e Arqueologia (entre 1932 e 1980); Conselhos Consultivos (1982-2017...); Conselho Nacional de Cultura (2012-2017...).

3. Pertencem a este lote a Comissão Internacional de Amigos dos Monumentos, fundada em 1889, as organizações internacionais criadas entre as duas guerras mundiais ligadas à Sociedade das Nações (OIM – Comité Internacional dos Museus; CIMH – Comissão Internacional dos Monumentos Históricos) e as organizações criadas depois da 2.ª Guerra Mundial (ICOM, ICOMOS, UICN, ICCROM). Para a CIMH, criado em 1933, v. *Mouseion*, ano 8.º, vols. 25-26, 1934, I-II, pp. 178-185.

4. Entre as associações estrangeiras, os exemplos vão para a *Europa Nostra* (fundada em 1963) e a britânica SPAB – Society for the Preservation of Ancient Buildings, esta fundada em 1877, por William Morris e Philip Webb, que se impôs pelo seu modelo de organização e atividade, que suscitou atração social pelo elevado grau de independência política, económica e técnica.

5. Como a Comissão dos Monumentos Antigos de Santarém (1916), a União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo (fundada em 1918) ou o Grupo Pró-Évora (fundado em 1919).

6. O movimento associativo do período republicano teve um papel relevante na criação de museus regionais e locais. Cf. Custódio: 2013, pp. 146-152.

7. Foram realizados quatro eventos nacionais: Santarém (1980), Braga (1981), Torres Vedras (1983) e Setúbal (1986).

8. Além dos encontros nacionais, verifica-se um surto de encontros regionais e locais, como nunca se vira em Portugal. O mesmo acontece com as ADA, com uma trajetória de encontros nacionais e de índole local e regional, entre 1990 e 2000.

9. Consideramos as associações ou ONG (atual acrónimo de organizações não governamentais) em conjunto, a saber, as do património cultural, regidas pela Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, onde aparecem nomeadas como *estruturas associativas de defesa do património cultural* (artigo 10.º), e as do ambiente, estas enquadradas por diploma específico – a Lei n.º 35/98, de 19 de julho. Consideramos ainda de modo assertivo o património como um conjunto de realidades de qualificação cultural e natural e referimo-nos, em contraponto, às políticas de cultura e de ambiente, incluindo neste último horizonte o ordenamento do território (onde ambas ocupam o seu lugar). A duplicidade legislativa, inconsequente hoje em dia, deveria ser tomada em devida conta numa alteração futura de paradigma patrimonial, permitindo cumprir um antigo desiderato associativo considerando a necessidade de criar uma lei comum única e a adoção de objetivos e estratégias patrimoniais e ambientais postuladas pelos dois Ministérios.

10. Aplicação de um modelo que nega a alternativa e a diferença cultural, a qual confunde valor económico do património (*Carta de Bruxelas*: 2009) com benefício ou lucro privado da propriedade pública, concedida a empresas privadas ou público-privadas (neste caso sem o ónus da conservação, como acontece a algumas delas).

11. Muitas vezes anulando a sua capacidade de crítica das ações e instituições públicas.

12. V. o caso do biótopo de Castro Verde.

13. Referimo-nos ao recente projeto-piloto do Parque Natural do Tejo Internacional, envolvendo autarquias, administração central e uma ONG.

14. Como acontece com o turismo de natureza e cultural, pedestrianismo, recriação histórica.

15. Estão neste caso os resíduos, as energias alternativas ou o turismo cultural.

16. Em setores tão distintos quanto o tratamento de resíduos, o saneamento básico, o abastecimento de água para consumo humano, a produção de energia com fontes renováveis, a agricultura biológica, entre outros.

17. Refira-se, neste contexto, a nossa opção por este termo, dado que o termo «floresta» é inapropriado para caracterizar a atual realidade florestal do território continental de Portugal (Paiva: 1998).

18. No caso da matriz do património industrial (que envolve o património mineiro e o ferroviário e as paisagens industriais), impõe-se mesmo um plano nacional do património industrial (Custódio: 2017).

BIBLIOGRAFIA

- CANINAS, J. – Associativismo e defesa do património (1980-2010). *100 anos de património: Memória e identidades*, coord. J. Custódio. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, 2010, pp. 281-293.
- CARVALHO, N. – *O ambiente como problema social em Portugal*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente, 2007.
- Carta de Bruxelas sobre el papel del Patrimonio Cultural en la Economía, y para la creación de una red europea de su reconocimiento y Difusión*, Bruselas, 2009. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeBruxelas.pdf>. Consultado em setembro de 2017.
- Convention-Cadre sur la Valeur du Patrimoine culturel pour la Société*, Faro, 27 Octobre 2005. S. I.: SPDP – Conseil de l'Europe, 2007.
- CUSTÓDIO, J. – Educação patrimonial. *Centros históricos*. Revista da Associação Nacional de Municípios com Centro Histórico. Santarém: ANMCH, 2.ª série, n.º 4, julho-setembro de 2000, pp. 10-11.
- CUSTÓDIO, J., coord. – *100 anos de património: Memória e identidades*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, 2010.
- CUSTÓDIO, J. – «Renascença» Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitetónico em Portugal, durante a 1.ª República: *Fundamentos e Antecedentes*, Lisboa: Caleidoscópio, 2011.
- CUSTÓDIO, J. – «Renascença» Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitetónico em Portugal, durante a 1.ª República: *Património da Nação*. Lisboa: Caleidoscópio, vol. II, 2013.
- CUSTÓDIO, J. – Políticas Públicas para a Salvaguarda e Conservação do Património Industrial. Omissão ou desconsideração? *Pedra & Cal*. Lisboa: GECORPA, n.º 62, janeiro-junho de 2017, pp. 22-28.
- FERNANDES, T. – *A Sociedade Civil. Ensaios da Fundação*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 49, 2014.
- LACROIX, M. – *O Princípio de Noé ou a Ética da Salvaguarda*. Lisboa: Instituto Piaget [1997], 1999.
- MAGRINHO, S. A. C. de M. – *A Defesa e a Salvaguarda do Património em Portugal: As Associações de Defesa do Património (1974-1997)*. Tese elaborada para a obtenção do grau de Doutor em História Moderna e Contemporânea. Lisboa: ISCTE/IUL, 2 vols., 2016.
- PAIVA, J. – O declínio da floresta. O caso português. *A crise ambiental, apocalipse ou advento de uma nova idade*. Lisboa: Liga de Amigos de Conimbriga, 1998, pp. 16-23.
- Pedra & Cal*. Lisboa: GECORPA, n.º 62, janeiro-junho de 2017. http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev62_Revista_Completa.pdf. Consultado em setembro de 2017.
- SANTOS, H. P. dos – *Portugal: Paisagem rural. Ensaios da Fundação*, 70. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.

pensamento



**Plataformas
museológicas,
coleções virtuais,
monumentos
em 3D, *emojis*
renascentistas
e o mundo
fabuloso do
património digital**

Luís Ramos Pinto

Assessor para as práticas digitais, Direção da Direção-Geral do Património Cultural

Um Rapaz a Soprar Bolas de Sabão,
Karel Dujardin, 1628-1678.
Statens Museum for Kunst, VanGo'd
por Jem, CC BY-SA



Atualmente estamos num ponto de viragem da história da humanidade, onde diariamente a Internet oferece níveis sem precedentes de acesso à informação a mais de 3 mil milhões de pessoas. As organizações de património cultural, enquanto guardiãs e promotoras do património, têm uma oportunidade de disponibilizar na Internet a informação nela contida. Apesar do grau de complexidade em desenvolver e comunicar informação cultural *online*, nós que trabalhamos no setor cultural temos muita sorte, pois lidamos com conteúdos de apelo universal. Ao longo desta revolução digital, têm sido inúmeros os projetos digitais ligados ao património cultural. Neste artigo, observo alguns dos projetos digitais que têm revolucionado o setor do património e assinalo algumas das boas práticas desenvolvidas.

→

Através de API podem criar-se aplicações com conteúdos patrimoniais. A Rejoinders criou *emojis* com caras renascentistas. CC BY-NC-ND.

→

Pormenor de A Ronda da Noite, Rembrandt van Rijn, 1642. Rijksmuseum. Imagem do domínio público.



Cada vez mais a acessibilidade é destacada como a premissa de boas práticas na Internet. Assim sendo, começo por explicar porque é que a disponibilização de conteúdos em alta resolução e qualidade, com licenças abertas, tem comprovado ser a melhor estratégia *online*. De seguida, abordo alguns casos exemplares que têm sido adotados pelo mundo fora, e como estes ajudaram a melhorar o relacionamento entre indivíduos e o conteúdo patrimonial. Depois, abordo a questão da cultura como um bem económico, e como a acessibilidade fornece benefícios em termos de *branding* e as vantagens económicas que isto traz. Por último, escrevo sobre alguns projetos da tecnologia vanguardista na área do património, como o uso de imagens 3D para preservação, imagens em resolução de gigapíxeis do Google Cultural Institute para estudo detalhado, para além das potencialidades de *big data* e *crowdfunding*.

Conteúdos de acesso livre e em alta resolução promovem o desenvolvimento de ligações entre *sites* na *web*. Quantas mais vezes o objeto for reutilizado, mais ligado vai estar com outros conteúdos, permitindo assim maior disseminação do mesmo na Internet. A informação abertamente disponível na *web* permite, portanto, que as grandes plataformas *online* possam selecionar conteúdos e promovê-los nos respetivos nichos, por exemplo: Wordpress para *blogging*; Wikipédia para partilha colaborativa de informação; Tripadvisor para referências sobre localidades, etc.

Porém, se os conteúdos não forem abertamente disponíveis e provenientes de fontes credíveis, corremos o risco de estes serem adquiridos através de fontes pouco fidedignas e com discrepâncias de qualidade, levando ao chamado *Yellow Milkmaid Syndrome*¹ (baseado nas discrepâncias de qualidade do quadro de Vermeer que é possível encontrar *online* antes de o mesmo estar em domínio público). É aqui que as entidades patrimoniais têm um papel extremamente importante. Ao disponibilizarem conteúdos de alta qualidade com licenças abertas, os *sites* dos museus tornam-se em *sites* de referência a partir dos quais se constroem *links*. Os indivíduos, no que concerne ao uso de conteúdos, preferem que estes sejam de alta resolução e qualidade, provenientes de uma fonte original, onde o direito para os usar do ponto de vista de propriedade intelectual está assegurada.

do. Como já vimos, os *sites* que adotam estes dois princípios terão mais *links* diretos, e por consequência serão melhor indexados nos motores de busca. As estratégias de conteúdos abertos *online* têm adotado intrinsecamente o sistema de licenças criadas pela Creative Commons (CC) para indicar as licenças, e o reconhecimento da situação de domínio público, quando este é legalmente válido. Portanto, os museus são cada vez mais plataformas de divulgação dos seus conteúdos.

Os arquivistas foram os primeiros a reconhecer os benefícios de conteúdos abertos nos anos 90. Nos museus, os países do norte da Europa (Países Baixos, Suécia, Dinamarca) foram os pioneiros na adoção destas práticas. Mais recentemente, The Metropolitan Museum of Art de Nova Iorque disponibilizou *online* cerca de 400 000 imagens em domínio público, demonstrando a adoção desta prática nos EUA. Mas, como vimos, as licenças abertas só são válidas e acompanhadas com conteúdos de alta resolução e qualidade.

O Rijksmuseum, em Amesterdão, é o museu com maior reconhecimento internacional pelas suas boas práticas *online*. Este museu desenhou o seu *website* para que as pessoas tivessem intuitivamente acesso aos seus conteúdos. Ao fazer uma busca de imagens no *site* do museu, um visitante depara-se com objetos de arte que encham o ecrã, onde todas as fotografias são de alta resolução e com as cores magnificamente corrigidas. Para além do mais, o Rijksmuseum lança iniciativas para promover a reutilização dos seus conteúdos. O Rijksstudio, que foi mencionado na edição anterior da *Revista Património* no artigo «O Museu Inimaginado. Mediação e Coleções Online – o Caso do Rijksmuseum», permite que qualquer pessoa seja curadora de uma exposição virtual com conteúdos da coleção do museu. O Rijksstudio Award promove a reutilização destes conteúdos por criativos, dando resultados inovadores, como por exemplo uma chávina baseada numa fotografia dos arcos do interior do museu. Para além destes exemplos foram submetidos vários casos de *merchan-*

dising, dado que as imagens que estão em domínio público podem ser utilizadas para fins comerciais.

Para além do concurso do Rijksstudio Award, as imagens no domínio público têm sido utilizadas numa série de outras iniciativas. VanGoYourself é um projeto que convida pessoas a recriarem quadros e depois a tirarem fotografias do resultado final, promovendo de uma forma interativa a compreensão do contexto da narrativa de um quadro. Através de Application Programming Interface (API), têm sido desenvolvidas *aplicações* com conteúdos patrimoniais, a título de exemplo temos a Rejoinders, que desenvolveu uma aplicação com *emojis* que são rostos representados em quadros renascentistas.

As redes sociais são um veículo de utilização de conteúdos com licenças abertas. Através de plataformas como o Instagram, os utilizadores podem selecionar, partilhar o seu ponto de vista e interpretação de um quadro através da sua rede social. Aqui, o *hashtag* (#) adiciona um significado extra atribuído à imagem. As potencialidades do Instagram foram identificadas por Sree Sreenivasan, antigo diretor de estratégia digital do The Metropolitan Museum of Art. Este convidou gurus dos *social media* para visitar o Met enquanto vazio, pedindo que estes partilhassem fotografias utilizando o *hashtag* #emptymet.

Há pouco mencionei como o *merchandising* é desenvolvido com recurso a conteúdos que estão no domínio público disponibilizados em websites. O que me leva a abordar a questão do património para fins de *branding*. Imagine qual seria o apelo de Paris, Londres, Nova Iorque ou Madrid sem os seus museus e monumentos. Agora imagine o que seria o atrativo turístico de Lisboa sem Belém ou Sintra. Com o aumento do turismo em Portugal, tem-se verificado um aumento da procura do nosso património cultural. Com depósitos de imagens em alta resolução e licenças abertas, referente ao património cultural, as plataformas turísticas, operadores, agências de viagens, companhias aéreas, etc., podem mais facilmente re-





Saleiro do Benim, c. 1525-1600.
Metropolitan Museum of Art.
Imagem do domínio público.

correr ao uso dos nossos conteúdos, promovendo a melhor divulgação de Portugal como destino turístico.

O Rijksmuseum tem um forte potencial de marca e, por isso, permite que as empresas usem as suas imagens para fins de publicidade. O museu acredita que, quanto mais pessoas conhecerem os quadros do museu, mais o vão querer visitar. Andy Warhol é outro exemplo do conhecimento do poder de marca dos conteúdos patrimoniais, e por essa razão incluía imagens de pinturas conhecidas nos seus «múltiplos». Uma das melhores formas de promoção de um museu é através de *merchandising*. O Rijksstudio Award demonstra claramente que, quando as imagens estão disponíveis em domínio público, as avenidas criativas para *merchandising* tornam-se mais largas.

O mundo digital também abriu novas oportunidades em termos de conservação de monumentos e património. O Institute of Digital Archaeology criou ficheiros de imagens 3D de Palmira antes da sua destruição parcial em 2015. Mais tarde, com base nos mesmos recriou a uma escala de 2:3 o *Arco de Triunfo de Palmira*, destruído em maio de 2015. Para além desta atividade, o Instituto está a desenvolver o Million Image Database, que tem como objetivo agregar ficheiros em 3D de um milhão de monumentos históricos em risco, sendo que atualmente já atingiu a meta dos 500 000. Quando consideramos impressoras 3D, apercebemo-nos das enormes potencialidades deste formato de arquivo para o segmento da cultura. Por exemplo, no meio do ensino, já se imprimiram peças museológicas em 3D que podem ser distribuídas, manipuladas e estudadas em sala de aula.

Big data e *crowdfunding* também são ferramentas que o mundo digital nos trouxe e que a meu ver podem ser utilizadas para benefício do património cultural. Com a melhoria da capacidade de processamento de computadores e da capacidade de armazenamento de dados, é cada vez mais frequente falar-se em *big data*, ou seja, em gestão de grandes quantidades de dados. Quer seja através do mapeamento de visitantes ou através de dispositivos móveis, fluxos de tráfegos ou *social media*, muitas oportunidades têm surgido para nos ajudar a compreender melhor os movimentos turísticos nos nossos museus e monumentos. *Big data* é ainda uma ferramenta para os *smart cities*.

Existem cada vez mais oportunidades de financiamento no setor cultural através de *crowdfunding*. Um exemplo de destaque nacional é o do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), através do lema «Vamos Pôr o Sequeira no Lugar Certo», com base no patrocínio de píxeis acompanhados por uma campanha de *marketing* muito completa. O montante de 800 000 euros foi atingido e o quadro encontra-se agora nas paredes do MNAA para todos vermos. Face a cortes consecutivos no orçamento de aquisições, o Museu do Louvre também recorreu a *crowdfunding* para adquirir mais quadros, como é o exemplo da aquisição das *Três Graças*, de Lucas Cranach. O *crowdfunding* também é uma fonte de financiamento para a criação de arte; o Kickstarter, uma plataforma de *crowdfunding* para as indústrias criativas, já financiou 10 659 projetos artísticos, 6303 peças de teatro e 11 000 publicações².

Não quero terminar sem mencionar as imagens disponíveis em resolução de gigapíxeis no Google Cultural Institute. A Google, através de máquinas fotográficas especificamente desenhadas para este propósito, disponibiliza *online* imagens de quadros num grau de pormenor que vai muito para além do olho nu. Desta forma, é possível que qualquer um, a partir de casa, observe detalhadamente todos os pormenores do traço

de um artista. Por exemplo, no quadro de Rembrandt a *Ronda Noturna* podem ver-se os traços das impressões digitais do figurante principal. Numa recente visita ao Rijksmuseum, vi uma guia a utilizar um *tablet* para demonstrar pormenores sobre o traço da pintura de Vermeer.

Vivemos num período da história fascinante onde o relacionamento das pessoas com os seus computadores abrange todos os aspetos da vida quotidiana, inclusive a sua relação com o património. No seu livro *The Second Self Computers and the Human Spirit*, a professora do Massachusetts Institute of Technology (MIT) Sheery Tuke diz que os computadores são a extensão da expressão do ser de um indivíduo e que no processo cada indivíduo aprende mais sobre ele próprio. Se formos ver os exemplos do Rijksstudio, *VanGoYyourself*, *blogging*, e redes sociais, todas estas plataformas dão oportunidades às pessoas de usarem objetos de arte e adicionarem o seu toque criativo aos conteúdos do museu. Assim, as coleções tornam-se uma ferramenta de expressão individual onde as pessoas ganham uma relação interpessoal com as obras de arte. Outras plataformas como a Wikipédia permitem realizar revisões da história. Pela primeira vez existe uma enciclopédia que pode ser publicamente revista e atualizada fazendo da história uma ciência evolutiva (qualquer ciência sempre foi evolutiva). Ao ritmo a que o armazenamento em nuvem evolui, mais coleções *online* vão ficar disponíveis, o que permitirá que os 3 biliões com acesso à Internet tenham também acesso a conteúdos expostos em museus, aos quais não poderiam ter acesso anteriormente. Implícita a isto tudo está a premissa-base de que a partilha de informação e o conhecimento é o que propuliona o desenvolvimento das sociedades.

GLOSSÁRIO

Gigapíxeis – Imagens com uma quantidade de píxeis superior a 1000 milhões.

Big Data – Conjuntos de dados muito grandes ou complexos, que os aplicativos de processamento de dados tradicionais ainda não conseguem lidar.

Domínio público – Na totalidade do artigo, obras que não possuem o direito autoral, não havendo, assim, restrição de uso da obra por qualquer um que queira utilizá-la.

Crowdfunding – Forma de financiamento coletivo e consiste na obtenção de capital para iniciativas de interesse coletivo através da agregação de múltiplas fontes de financiamento, normalmente *online*.

Creative Commons – Fundação sem fins lucrativos que desenvolveu um sistema de licenças de reutilização de conteúdos que permitem a padronização de declarações de divulgação e distribuição de conteúdos culturais.

API – Série de funções acessíveis que permitem utilizar características do *software* na criação de aplicações.

Aplicações – Programa de computador criado para coordenar toda uma série de funções e atividades com o fim de se completar uma tarefa específica.

Armazenamento em nuvem – Armazenamento de dados em servidores que podem ser acedidos pela Internet, ao contrário do armazenamento em disco rígido num PC.

NOTAS

1. Cf. pro.europeana.eu/post/the-yellow-milkmaid-syndrome-paintings-with-identity-problems. Consultado em outubro de 2017.

2. www.kickstarter.com/help/stats. Consultado em julho de 2017.

A estratégia para o património cultural na Europa do século XXI. Dos princípios à realidade

Claire Giraud-Labalte

Historiadora da arte, especialista
em património cultural.

ENCATC – Embaixadora para o Património
(Tradução: Manuel Lacerda)





O mundo atual é confrontado com novos desafios, que nos levam a reconsiderar o papel do património cultural na refundação das nossas sociedades e a recolocar as políticas patrimoniais no centro de uma abordagem integrada. Manter e ampliar os esforços de cada Estado-Membro e desenvolver a cooperação entre eles é a ambição da *Estratégia para o Património Cultural na Europa no Século XXI*, lançada pelo Conselho da Europa, em maio de 2017. Fortemente inspirada na *Convenção de Faro* (2005), a *Estratégia XXI* fornece-nos um quadro que radica nos valores fundamentais do Conselho da Europa e numa abordagem inclusiva; mas atingir os seus objetivos pressupõe alinhar os princípios com a ação. Centrado sobre os temas do conhecimento e da educação, que condicionam fortemente a relação entre o património e a sociedade, este artigo está estruturado em torno de considerações inspiradas pela experiência prática.

←

As forjas em cartão, Trignac, Loire-Atlantique, França.

Cl D. Gallard para territórios imaginários, 2014.



Património, educação, sociedade: religar estes três termos parece-nos natural e evidente; no entanto, é necessário recordar que esta relação tomou corpo e desenvolveu-se num contexto particular, marcado por uma série de desafios e de soluções para lhes dar resposta.

A atualidade da *Estratégia para o Património Cultural na Europa para o Século XXI*, lançada em maio de 2017 em Chipre, oferece-nos um quadro excelente de reflexão para abordar um dos seus aspetos. Depois de uma breve apresentação da génese e da estrutura do documento, o artigo centrar-se-á sobre os temas do conhecimento e da educação, que condicionam fortemente a relação entre o património e a sociedade, estruturado em torno de várias considerações inspiradas pela experiência prática.

Uma estratégia para o património cultural na Europa do século XXI

O conceito de património não tem deixado de evoluir, ultrapassando largamente a noção do monumento protegido juridicamente. É definido num sentido muito lato na *Convenção-Quadro de Faro sobre o Valor do Património Cultural para a Sociedade* (Conselho da Europa: 2005).

Neste início do século XXI constatamos que a acessibilidade ao património continua difícil, que cresceram as ameaças, e que os meios financeiros e humanos que lhe são destinados são cada vez mais limitados. De uma forma mais alargada, o

continente europeu deve encarar novos desafios para assegurar poder «viver em conjunto»: modificação dos modos de vida, alterações induzidas pelas tecnologias de comunicação e informação, alterações demográficas e climáticas, desenvolvimento do turismo de massas a nível mundial, catástrofes naturais ou de origem humana, perda de memória das comunidades, clivagens intergeracionais, atentados aos valores da liberdade, da tolerância e da democracia sobre as quais se fundam as nossas sociedades, etc.

Neste contexto, e no quadro da presidência belga do Comité de Ministros do Conselho Europeu, a região da Valónia organizou, em abril de 2015, a 6.ª Conferência de Ministros Responsáveis pelo Património Cultural, de onde resultou a *Declaração de Namur*, que apontava a necessidade da elaboração de uma estratégia comum para o património cultural na Europa no século XXI.

Fruto de um verdadeiro trabalho de equipa, esta Estratégia XXI é fortemente inspirada pela *Convenção de Faro*. Considera que o património pode contribuir – pela sua riqueza e diversidade – para a refundação das nossas sociedades, na base dos valores do Conselho da Europa, e que constitui um recurso inestimável, importante fator de desenvolvimento social e económico.

Tem como ambição europeia transmitir e apoiar os esforços de cada Estado, ajudar a pôr em prática as convenções sobre o património, encorajar sinergias entre as políticas e os instrumentos existentes, difundir e partilhar experiências e realizações dos países europeus.

A Estratégia XXI apoia-se em três «componentes»: «sociedade», «desenvolvimento económico e territorial» e «conhecimento e educação». Cada componente enuncia uma série de «recomendações» que se desenvolvem em «pistas de ação» exemplificadas através de experiências já realizadas em certos países. As três componentes conjugadas criam quatro «espaços de convergência» a privilegiar, para assegurar a coerência global da Estratégia.





←
Impermeabilização de silos, metáfora de uma política setorial.

✓
As forjas iluminadas, Trignac, Loire-Atlantique, França.
Cl. D. Gallard para territórios imaginários, 2014.

↑
Os pescadores de sonhos, Les Moultiers en Retz, France, Territoires imaginaires.
Cl. P. Giraud, 2006.

↗
Montes de feno na Provença, Vincent van Gogh, de 1888, Kröller-Müller Museum, na Holanda.
Cl. P. Giraud, 2006.

A terceira componente trata da educação, da formação e da pesquisa; inscreve-se num contexto que faz da «sociedade do conhecimento» uma das prioridades consensuais ao nível europeu. Onze recomendações, gerais ou específicas, dão resposta a oito desafios. As recomendações subentendem prioridades que se distribuem de acordo com objetos patrimoniais, com protagonistas, ou mesmo com problemáticas colocadas a diferentes escalas. As pessoas envolvidas repartem-se em três grupos: o público residente ou turista, os intervenientes – profissionais ou não – e os especialistas. Por fim, os eixos de intervenção: sensibilizar, educar, informar, formar, estudar, partilhar, transmitir, relacionar e cooperar, articulam-se com a exigência do sentir, da competência, da qualidade e da criatividade.

Tendo em vista as diferentes formas de expressão do património, estas recomendações cobrem, na sua totalidade, um largo espectro – desde a sensibilização do maior número até à contribuição de especialistas no domínio das ciências e das técnicas mais avançadas, ou de ponta. O desafio é, a partir de agora, pôr em prática a Estratégia XXI.

Repensar a nossa maneira de refletir e de agir

É interessante lembrarmo-nos como a nossa forma de pensar e de agir é condicionada – e muitas vezes sem termos consciência – pela história das mentalidades, das ideias que vamos recebendo e pelas tradições. Há já vários séculos na Europa todos vivemos de facto, mais ou menos, sob a influência de um pensamento racionalista que, de qualquer modo, constitui uma dimensão «incorporada» no nosso património cultural. Isto traduz-se por um sistema muito elaborado de classificação e de especialização de conhecimentos, que teve também como efeito fazer estreitar os domínios de conhecimento. Esta segmentação favoreceu um pensamento disjuntivo,

que separa o que está ligado, e redutor, que ilude a complexidade do mundo.

É necessário igualmente ter em conta a importância da diferença nas organizações político-administrativas dos diferentes países da Europa. Por exemplo, o centralismo, o sistema hierarquizado e setorializado induziram políticas que tendem a separar os serviços com responsabilidade no património, e a tratar separadamente o património material, o património imaterial e a paisagem.

Outros travões à mudança – grandes resistências institucionais, corporativas e individuais, fraca mobilidade profissional, etc. – contribuem também para um contexto pouco favorável a uma abordagem integrada do património, que é promovida a nível europeu. Entretanto, a adoção de uma perspetiva holística no estudo *Cultural Heritage Counts for Europe* (Consortium CHCfE, 2015) e na Estratégia XXI são sinais positivos a registar.

Sensibilizar, interessar o público: o primado do utilizador

Se colocar o público, o utilizador, no centro dos dispositivos culturais é já hoje um lugar-comum, esse objetivo está ainda longe de ser atingido. Captar o interesse do público, «iniciar» o utilizador, exige um conhecimento fino dos seus perfis, das suas necessidades e dos seus desejos, das motivações e das dificuldades.

A multiplicidade dos canais (físico, sensível, emocional, intelectual) explorados pelas ciências cognitivas segundo a pirâmide de Maslow (1943) abre boas perspetivas para elaborar respostas adaptadas a uma grande diversidade de situações.

Querer aceitar e respeitar o outro tal como ele é implica encontrar os meios de entrar em sintonia com as pessoas que usufruem do património, religar a experiência «patrimonial» a um quadro mais largo que se relaciona com a infância, com as férias, com a família, com o trabalho, etc. Pode ser a pedra de toque no universo do quotidiano para que um público não familiar dos museus aceda à obra de Van Gogh. Para todos os públicos, a experiência mostra como é essencial aguçar a curiosidade para depois tirar partido de uma aproximação mais questionadora.

Um outro desafio é fazer aderir os jovens à causa do património na Europa, no ambiente escolar ou nos seus tempos livres. Frequentemente projetamos neles as nossas crenças e os nossos desejos em vez de os escutar e de tomar em consideração as suas próprias preocupações para, em seguida,



↑
Formação no conhecimento da paisagem cultural, «Loire Valley, UNESCO».
Cl. Mission, Val de Loire, 2014.

construir com eles projetos que os possam inscrever em qualquer coisa bem maior do que eles próprios, que os transcenda. Saberemos nós o que significa o património para os jovens que estão à nossa volta? Qual é a relação que eles têm com o passado, com o presente e com o futuro? É necessário identificar com maior precisão as preocupações expressas ou latentes das motivações dos jovens, de acordo com a sua idade e com a sua maneira de viver (instinto gregário, conformismo, passividade, curiosidade, geração, energia, criatividade, gosto pelo desafio, pela aventura, altruísmo, necessidade de reconhecimento, etc.).

Os dois exemplos seguintes mostram-nos casos de sucesso quanto a este aspeto. No âmbito do festival de renome internacional – *La Folle Journée* – em Nantes, um *atelier* de transcrição musical proporciona a grupos de jovens um palco onde se combina música contemporânea e música clássica, resultando num concerto público de «Schubert versão *reggae*» e «Saint-Saëns com sabor a *rock*». Num outro domínio, o benjamim dos astronautas europeus, Thomas Pesquet, iniciou numerosos jovens numa aventura científica fascinante, que estimulou também os seus interesses para a história das ciências.

As novas tecnologias de informação e de comunicação são, sem dúvida, um instrumento formidável para o conhecimento e para a valorização do património. Evoluem em ritmo acelerado, mas é preciso não sucumbir ao canto das sereias (investimento a curto prazo, obsolescência, efeitos perversos, etc.), não confundir objetivos com meios e procurar recuperar um novo equilíbrio entre o virtual e o real, otimizando as respetivas qualidades. O património merece ser afirmado e privilegiado como lugar, objeto ou expressão, de forma a provocar uma rutura de ritmo – muitas vezes saudável – face à nossa compreensão do espaço-tempo e oferecer ao utilizador uma experiência tão subtil quanto substancial. Em certos casos, é necessário voltarmo-nos para um público específico (jovens, turismo de grupo, público com limitações, etc.); noutros, ao contrário, o objetivo será juntar um grupo diversificado nos planos geracional, socioprofissional, cultural, etc. Por ocasião do 100.º aniversário da Comuna, todos os habitantes foram

convidados a unir esforços para reconstruírem as forjas em papelão, símbolo do seu passado industrial entretanto sublimado pela luz projetada na noite.

Formar, estudar: a partilha do conhecimento

Concretizar os objetivos da Estratégia XXI requer uma multiplicidade de competências e assenta em inúmeras pessoas com perfis extremamente variados. Uma das chaves é a formação – inicial e ao longo da vida. Dirige-se a todos os atores relacionados, em maior ou menor grau, com o património cultural: os estudantes, os profissionais e voluntários do setor público, associativo ou privado, os responsáveis políticos, sem esquecer os formadores, académicos e profissionais, os animadores de redes e, de uma forma geral, as pessoas relacionadas com setores afins, como o turismo, o ambiente, a agricultura, o desenvolvimento territorial e económico, etc. A atenção para a importância da formação e da cultura do diálogo foi já focada em Bruges, em 2010, e em Vilnius, em 2013¹. Para a formação contínua, temos de imaginar uma paleta larga de soluções e adaptá-las conforme as situações: sessões técnicas, temáticas, intersetoriais, etc., para favorecer o crescimento entre as iniciativas de baixo para cima e de cima para baixo, privilegiando a alternância entre o trabalho teórico e o trabalho no terreno, a mobilidade profissional e o trabalho em rede. Adotar uma «atitude colaborativa e criativa» aprende-se, e as experiências realizadas em inovação pública são muitas vezes muito conclusivas.

A ação requer, em complemento, a reflexão, num diálogo que se deve inscrever num processo interativo real. A produção de conhecimento diz respeito tanto a todos os elementos que constituem o *corpus* patrimonial como à relação entre o património e o seu contexto social, intelectual, territorial, etc. Todas as ciências e técnicas – tradicionais e de ponta – podem ser mobilizadas ao serviço do património, da mesma forma que os problemas colocados pelo património podem contribuir para fazer avançar a ciência. Estes benefícios recíprocos mereceriam ser melhor conhecidos pelos intervenientes.

O vasto campo de estudos ligados ao património requer programas de pesquisa mais articulados com as necessidades do setor e com um caráter de continuidade. Sente-se cada vez mais a necessidade de abordagens pluridisciplinares – aspeto que não se pode improvisar – e a partilha de resultados com atores que devemos sensibilizar para as exigências de caráter metodológico e ético.

A Estratégia XXI dá-nos o quadro e as pistas com que cada país pode trabalhar e procurar a sua coerência. Se queremos fazer viver a *Convenção de Faro* e criar uma nova ligação entre património e sociedade, apoiando-nos sobre o conhecimento e a educação, somos todos chamados a intervir, individual e coletivamente, numa «transformação silenciosa» (Cf. Jullien, F. – *Les transformations silencieuses*. Paris: *Éditions Grasset & Fasquelle*, 2009).

NOTA

1. GIRAUD-LABALTE, «O lugar do património cultural europeu na sociedade, Património Cultural, um recurso para a Europa. Os benefícios da interação», *Actas da conferência organizada pela presidência belga da União Europeia, Bruges, 9 de dezembro de 2010*.

projetos



O restauro da Casa de Chá da Boa Nova

Jorge Figueira

CES, Departamento de Arquitetura, Universidade de Coimbra

A Casa de Chá da Boa Nova, mesmo se integrada e pacificadora, emerge com um virtuosismo que implica o próprio tempo da arquitetura. Este é um paradoxo particular: a integração do edifício faz-se com mais arquitetura e não com menos; com mais detalhe – e até ornamento – e não com menos. A Casa de Chá quer pertencer, quer até imitar; enquanto se distancia pela efabulação cubista do arquiteto moderno em conversa com um delicado trabalho artesanal.

A «recuperação» só tinha uma saída: o restauro. Não foi necessário, nem seria possível, alterar radicalmente o programa. E como foi notado já em 1965 por Nuno Portas, trata-se de um programa de «luxo». O restauro teve, no entanto, como consequência um *upgrade* desse «luxo». A necessidade de uma gestão qualificada do espaço e a exponenciação do turismo já deitaram abaixo a Casa de Chá, levantando-se apenas, embora com assinalável sucesso, o restaurante.



I.

Num lugar como este é impossível não ficar impressionado com a expressão da natureza, também como expressão do tempo. Mas a Casa de Chá da Boa Nova, mesmo se integrada e pacificadora, emerge com um virtuosismo que implica também o próprio tempo da arquitetura – que se pode medir na história acumulada. Este é um paradoxo particular: a integração do edifício nesta paisagem faz-se com mais arquitetura e não com menos; com mais detalhe – e até ornamento – e não com menos. O restaurante é «baixo», diz Álvaro Siza, «porque não se podia sobrepor à capela [da Boa Nova] por razões

trabalho artesanal. Em tempos de crescentes dúvidas, a arquitetura moderna cumpria-se aqui já num modo retrospectivo, retomando e cruzando linhagens. Diz Siza numa conversa sobre os seus edifícios em Matosinhos: «obra que apague o passado está condenada ao apagamento» (Siza: s/d, p. 132).

Não vale a pena olhar em demasia para o Atlântico recortado de modo sublime nos lanternins ou janelas cujo pano de vidro desaparece no chão. O tempo da *arquitetura* da Boa Nova é suficientemente complexo e intrigante. Em 1991, aquando da primeira operação de restauro, Paulo Varela Gomes escreve que «sendo uma obra à *maneira de...* a Casa de Chá esteve



afetivas, mas também porque o próprio programa do edifício não o consentia» (Siza: 2000, p. 23). Mas se é «baixo», *orgânico* e encaixado nas rochas, nada tem de simplificado ou modesto.

Poder-se-ia pensar que o modelo da «cabana primitiva» seria a medida prudente para o confronto neste exigente enquadramento; uma demarcação pela racionalidade e pela distância. A Casa de Chá, pelo contrário, quer pertencer, quer até imitar; enquanto simultaneamente se distancia pela efabulação cubista do arquiteto moderno em conversa com um delicado

sempre, talvez por isso mesmo, *fora de moda*» (Gomes: 1991, s/p). Em 2000, Siza diz que se trata de um edifício «muito marcado pela época» e que «se não é uma obra completamente datada é porque o meio circundante, a paisagem, tinha uma força tal que incutia respeito e aconselhava cautela» (Siza: 2000, p. 34).

O que é facto é que o tempo não passa na Boa Nova: ficou suspenso, para sempre «fora de moda», com a marca eterna de um certo século xx, à saída da crise do Movimento Moderno

A arquitetura como «obra de arte total» que a Arte Nova perseguia, nas suas várias ramificações regionais europeias, é o modelo que a Casa de Chá usa.



e à entrada de um tempo americano que tudo mudará, como sabiamente nota Fernando Távora na sua viagem de 1960, enquanto se projeta e constrói o edifício. São por isso chocantes as imagens da Boa Nova degradada e vandalizada, antes da recuperação inaugurada em 2014, uma interrupção intolerável nesta eternidade que o edifício ganhou.

II.

É estranho e significativo que um dos projetos inaugurais do jovem Álvaro Siza seja, já no seu tempo, uma obra antiga e seminal enquanto encontro de caminhos. Não só revela uma mestria precoce como reflete experiências que remontam à

viragem do século XIX para o século XX. Aquilo que surge como «datado» ou «fora de moda» na Casa de Chá – e que hoje ganha uma validade única também do ponto de vista turístico – tem origem, provavelmente, na muitas vezes referida viagem de Siza com o pai, em 1947, a Barcelona, onde visitou e desenhou obras de Antoni Gaudí, e descobriu como os elementos mais banais da arquitetura podiam «cantar».

Se o acesso ao edifício remete para temas ancestrais, como uma «ascensão a um Calvário laico, o Caminho que falta à capela clássica ao lado» (Gomes: 1991), é a totalidade «cantante» da arte nova que se observa e sente na Casa de Chá. Recorde-se que, por esta altura, a cultura italiana prota-

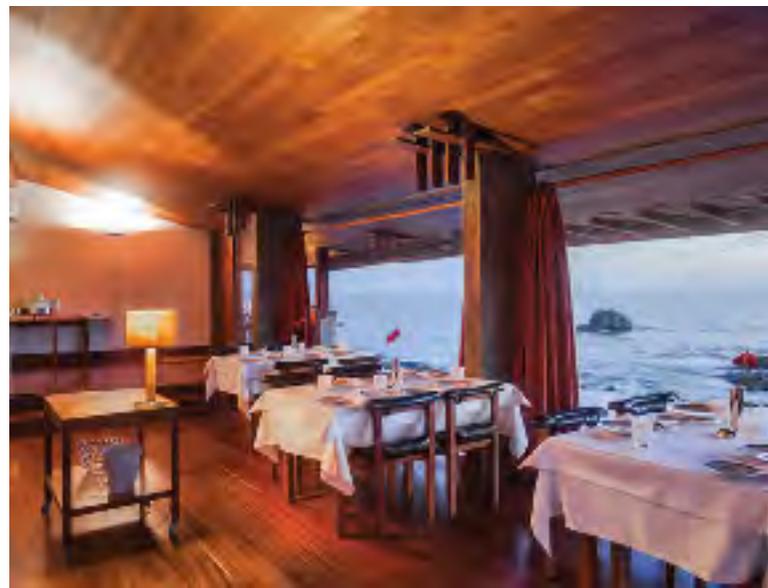


gonizada por Ernesto Rogers, diretor da Casabella-Continuità, está imersa no debate «*neoliberty*» denunciado por Reyner Banham como uma traição ao Movimento Moderno (Banham: 1959). Na Casa de Chá não há traição, mas há seguramente um fascínio pelo ornamental. Pedro Vieira de Almeida escreve que «o pormenor se destaca de tal maneira do conjunto que por vezes passa a funcionar como objeto independente [...] perdendo a sua função inicial para se transferir para outro plano de entendimento plástico» (Almeida: 1967, p. 65).

A arquitetura como «obra de arte total» que a Arte Nova perseguia, nas suas várias ramificações regionais europeias, é o modelo que a Casa de Chá usa, mesmo com as atualizações

de Alvar Aalto – na «torção» em planta, nos lanternins a diferentes alturas. Aalto é usado como uma modernização e estilização necessárias de uma inspiração *neoliberty* que é, em qualquer caso, nos anos 1950 e 1960 altamente polémica.

A presença da paisagem impede qualquer excesso estilístico, que Siza de qualquer modo não persegue. Mas a beleza dos amplos panos de vidro que abrem paredes texturadas vê-se na casa e estúdio de Victor Horta (Bruxelas, 1898-1901) e a madeira usada como ornamento geometrizado era patente na ardida biblioteca da Glasgow School of Art, de Charles Rennie Mackintosh (1897-1909). A forte presença das chaminés é remanescente de Gaudí talvez mais do que da arquitetura popu-



lar; as caleiras agigantadas ganham forma de escultura como acontece com toda a arquitetura em que Gaudí toca. De modo extraordinário, as janelas do *piano nobile* da Casa Batlló (Barcelona, 1905) sobem, abrindo completamente o vão, através de um sistema de contrapesos; na Casa de Chá infiltram-se no chão, inicialmente através de um sistema de manivelas.

É com estas referências da viragem do século que a Casa de Chá ganha uma singularidade «fora de moda», como arquitetura de um tempo «antigo», no limiar do Movimento Moderno, mas integrando à época, via Alvar Aalto, contemporaneidade projetual. São estas qualidades internas e formais – e não só as já muito celebradas paisagísticas e contextuais – que dão ao edifício uma qualidade sem paralelo como objeto artístico de forte apelo patrimonial e turístico.

III.

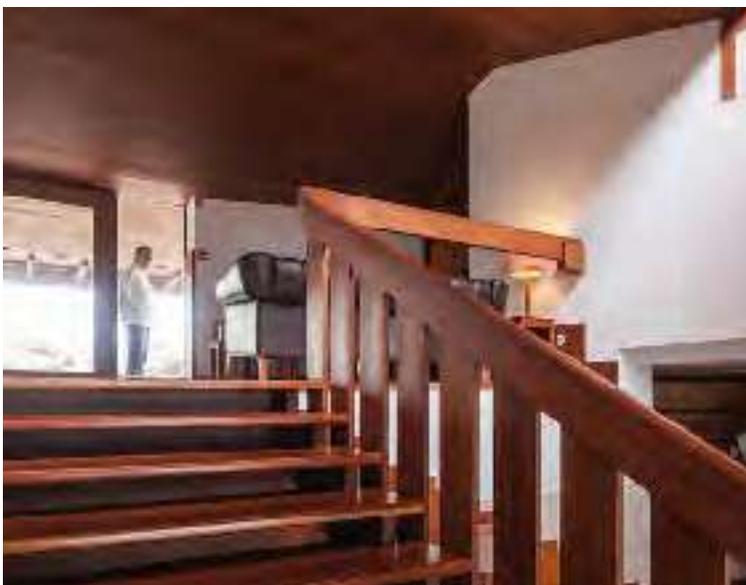
Desde que Távora, «numa visita ao local», disse «o edifício deve ficar aqui» (Siza: 2000, p. 31), a Casa de Chá nasceu. Em 1960, Távora visitou Taliesin East, a casa-quinta-escola de Frank Lloyd Wright, num domingo famoso, e é talvez por causa dessa visita, em conversa ou em gesto, que o alpendre que nos recebe no acesso ao edifício é muito baixo. Wright tinha baixa estatura e não gostava que a arquitetura lhe lembrasse isso.

Encontramos esta contração do espaço em muitas obras de Wright, também como mecanismo de criar vertiginosas alterações de escala.

A Casa de Chá é um condensado de arquitetura, mesmo com a paisagem como testemunha, regressando à história para encontrar pontos de referência, virtuosamente relançados. Para se encontrar um modo tão conspícuo de integrar rochas num edifício é preciso atravessar o Atlântico e ir até a Casa das Canoas (1951-1954), de Oscar Niemeyer; aí abraçadas por um volume curvo e uma cobertura plana; aqui por uma ligeira torção e pela consola de uma cobertura em telha.

Muitas considerações «fenomenológicas» podem ser feitas a propósito deste edifício: a experiência espacial e sensorial é extremada pelo enquadramento. Mas o grande acontecimento perpétuo que a Casa de Chá é, refere-se a um modo cubista que integra diferentes horizontes e não só aquele a que dá a vista. Um acontecimento sintético e ornamental; moderno e ancestral; fragmentado e uno.

Na Casa de Chá, a «recuperação» só tinha uma saída: o restauro. Como escreve Siza na memória descritiva: «A intervenção que agora se pretende efetuar é de restauro integral nos espaços públicos do edifício e uma mais profunda inter-





venção na zona de serviço, para atualização dos elementos e infraestruturas» (Siza: 2012).

Não foi necessário, nem seria possível, alterar radicalmente o programa. E como foi notado já em 1965 por Nuno Portas, trata-se de um programa de «luxo» (Portas: 1991, s/p). O restauro teve, no entanto, como consequência um *upgrade* do «luxo», que se faz sentir desde logo nos preços e no funcionamento exclusivo, claro, mas também no balcão à entrada, no espelho e no tapete do espaço central que se intrometem sem sentido na arquitetura.

Não estamos a falar do elevador que está atualmente a ser colocado na Casa Batlló, depois de muitas propostas e discussão, que, permitindo racionalizar o intenso fluxo de turistas, interfere no mítico terraço do edifício. Mas a necessidade de uma gestão qualificada do espaço e a exponenciação do turismo e do «luxo» já deitaram abaixo a Casa de Chá, levantando-se apenas, embora com assinalável sucesso, o restaurante.

Do ornamento da Casa de Chá, Siza segue através da recusa da «terceira via», já na Piscina das Marés, para o Adolf Loos de «ornamento e delito» em Caxinas, na Casa de Ovar ou na Faculdade de Arquitetura. Redescobre-se o moderno no modo «racionalista» e inventa com os seus companheiros a Escola do Porto. Mas na Casa de Chá ficou suspenso um tempo, um sonho materializado, que está em restauro permanente.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Pedro Vieira de – Uma análise da obra de Siza Vieira. *Arquitetura*. Lisboa: Iniciativas Culturais Arte e Técnica, L.^{da} (ICAT), 96, março-abril de 1967, pp. 64-67.

BANHAM, Reyner – Neoliberty. The Italian retreat from Modern architecture. *The Architectural Review*. London: 9-13 Queen Anne's Gate, Westminster, SW1, Whitehall O611, 747, April 1959, pp. 231-235.

GOMES, Paulo Varela – Casa de Chá da Boa Nova, 1991. *Casa de Chá da Boa Nova. Álvaro Siza Vieira 1958-1963*. Lisboa: Blau, 1992, s/p.

PORTAS, Nuno – Casa de Chá da Boa Nova, 1965. *Casa de Chá da Boa Nova. Álvaro Siza Vieira 1958-1963*. Lisboa: Blau, 1992, s/p.

SALGADO, José – Álvaro Siza em Matosinhos. Matosinhos – O lugar e a imagem (col.), Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, s/d.

SIZA, Álvaro – *Imaginar a evidência*. Guido Giangregorio (ed.). Lisboa: Edições 70, 2000.

Fotografias: João Morgado – Fotografia de Arquitetura, julho de 2014.





A nova exposição de pintura e escultura portuguesas do Museu Nacional de Arte Antiga

Anísio Franco

Museu Nacional de Arte Antiga, Direção-Geral do Património Cultural

José Alberto Seabra Carvalho

Museu Nacional de Arte Antiga, Direção-Geral do Património Cultural

Maria João Vilhena de Carvalho

Museu Nacional de Arte Antiga, Direção-Geral do Património Cultural

←
Átrio central da
exposição de pintura e
escultura portuguesas.
Paulo Alexandrino, 2016.

→
Circuito museológico da
exposição de pintura e escultura
portuguesas do MNAA.
Desenho de Manuela Fernandes/
DGPC, 2014.

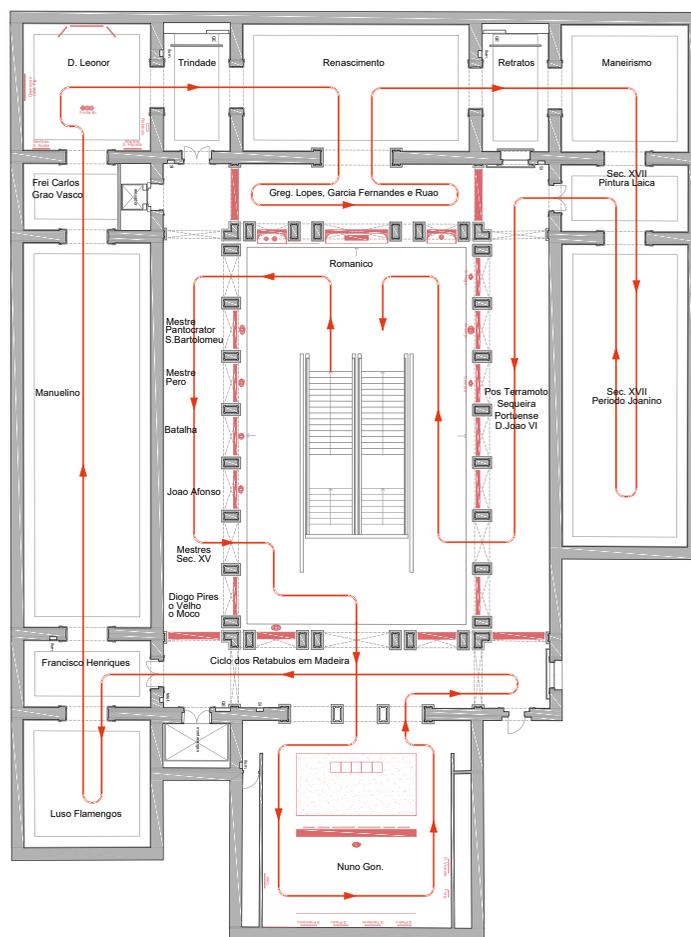
A nova musealização da pintura e escultura portuguesas no piso 3 do edifício Rebelo de Andrade do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) é apresentada nos pressupostos teóricos, museográficos e técnicos que a orientaram. Conjugando a coleção de pintura com a coleção de escultura segundo a cronologia da história da arte portuguesa ancorada no território nacional e em produções autorais, criou o novo discurso expositivo e princípios orientadores na renovação contemporânea do MNAA.

«Um museu moderno é uma casa em constante movimento. O que hoje é assim, amanhã, por mil razões, pode necessitar de ser completamente modificado. A principal dessas razões é a justificada exigência do público. Tudo quanto se faça para o atrair – o público detesta ver sempre o mesmo e nos mesmos lugares – é de aconselhar.»

João Couto – Justificação do arranjo de um museu. Conferência realizada no MNAA, a 11 de dezembro de 1948.

A musealização do piso 3 do edifício Rebelo de Andrade, dito o «Anexo», inaugurada a 14 de julho de 2016, constituiu um marco na renovação do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA). Integrada no processo de reconstrução do MNAA moderno alicerçado no caráter identitário desta instituição matriz da cultura nacional, a intervenção museológica resultou da necessidade de repor em exposição permanente as coleções de pintura e escultura portuguesas, referenciais para a história da arte em Portugal e ícones indissociáveis do Museu.

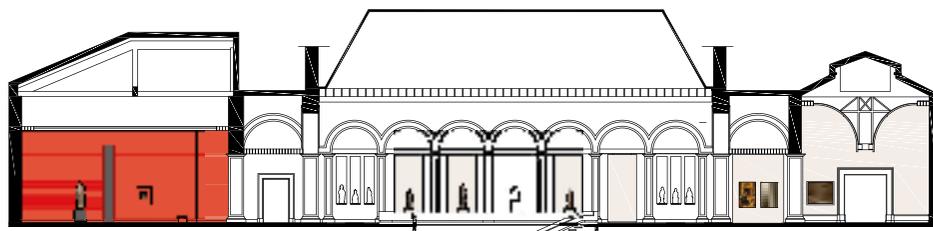
A história recente do espaço expositivo ficou marcada pela ocupação da área do 3.º piso com as exposições temporárias *Encompassing the Globe*, em 2008, a que se sucederam



A Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana, em 2010, e *Os Primitivos Portugueses. O Século de Nuno Gonçalves*, em 2010–2011, que romperam com as anteriores narrativas expositivas das duas coleções cristalizadas, grosso modo, desde 1994. A seguir a estas grandes produções expositivas, as obras de pintura e escultura portuguesas foram expostas neste espaço em mostras pontuais e pequenas sínteses, apresentadas circunstancialmente sem programa museológico estruturante, que responderam perante o público, sobretudo por ser impossível manter ausentes pinturas tão referenciais como os *Painéis de São Vicente*. Todas estas interrupções, apesar de casuísticas, suscitaram a reflexão interna sobre a futura exposição permanente. A nova exposição veio implicar, nesse sentido, a reprogramação total da mostra das duas coleções, desde a definição dos conceitos teóricos que deveriam informá-la até à expografia, plano que se fundamentou na trilogia coleções-espaço-discurso, articulando a história da arte, a arquitetura e a museologia.

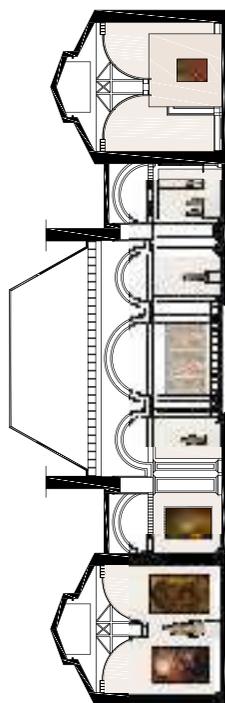
Desde a edificação, com projeto dos arquitetos Rebelo de Andrade, concluída em 1940, em toda a história museal antecedente o «Anexo» foi votado à mostra das coleções de arte portuguesa, por mais diluídas que fossem as consistências internas das coleções nas suas exposições individuais, nomeadamente no que tocava à pintura e à escultura. Do mesmo modo, o piso 3 do edifício continuou a acolher em 2016 a exposição permanente de pintura e escultura portuguesas, organizada em 13 salas distribuídas em torno do átrio central rodeado por galerias com arcadas, com acesso pela escadaria monumental desenhada pelo arquiteto João de Almeida, de 1983.

Dois pressupostos conceptuais nortearam o projeto: primeiro, a reunião das coleções de pintura e de escultura na mesma narrativa e, em segundo lugar, a sua organização de-



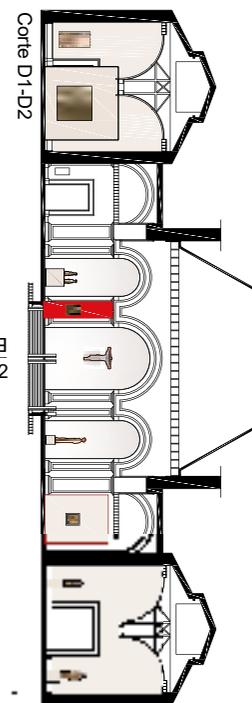
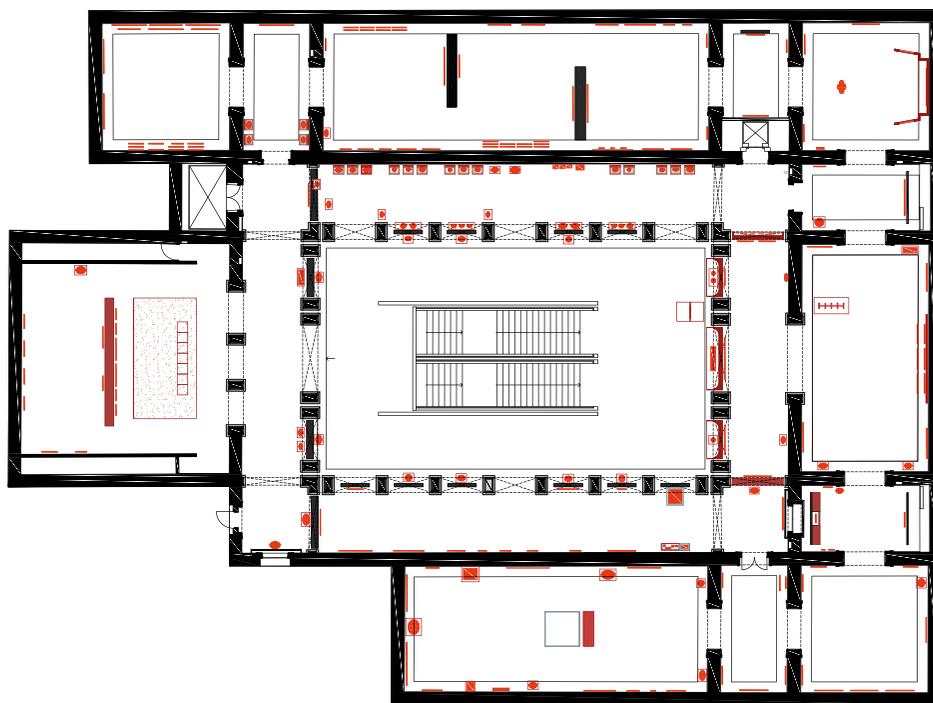
Corte A1-A2

D1
C2



Corte C1-C2

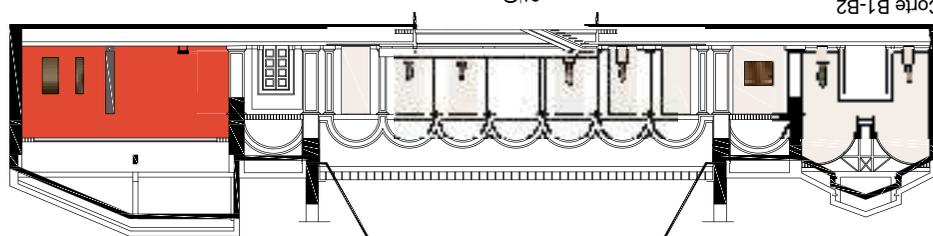
B2
A1



Corte D1-D2

B1
A2

D2
C1



Corte B1-B2

terminada pela cronologia da arte portuguesa desde o século XII até aos meados do século XIX. Ao invés das passadas exposições permanentes, a pintura e a escultura foram consideradas como formas complementares da criação artística, passando a distribuir-se linearmente pelo espaço em conjugação, levando em conta não só as dominâncias de cada disciplina artística na história das artes em Portugal, mas também as características destas coleções na totalidade do acervo do MNAA, mercê da história do Museu e do historial particular de cada uma delas, tornando mais transparente a prevalência de cada arte nos diferentes períodos.

As condicionantes históricas do património objetual determinaram, assim, que o percurso expositivo fosse iniciado com a escultura da Idade Média. O mote do cruzamento das duas categorias de objetos fica assinalado à entrada pela pintura *Ecce Homo*, aplicada num suporte vermelho, pormenor cromaticamente dissonante do sistema definido para todo o

espaço expositivo cujas cores são neutras, em várias gamas de branco que chegam até aos cinzentos. O golpe de cor cria a relação visual necessária e inequívoca com outro painel centralizado no topo oposto desta entrada, com a sala que acolhe os *Painéis de São Vicente*, reutilizando o «vermelho MNAA» presente em todas as alas renovadas do Museu. A categoria icónica do *Ecce Homo* e dos *Painéis*, para a história da arte e para a identidade do MNAA, exprime-se na diversidade cromática dos seus fundos expositivos relativamente aos restantes. A inclusão do *Ecce Homo* entre as esculturas mais antigas traz ao público o valor do ícone da obra, que apesar de datar da segunda metade do século XVI conserva todas as características da pintura medieval, congregando pintura e escultura enquanto expressões do longo tempo das imagens. O mesmo conceito permitiu incluir uma série de cruzes de metal, nas quais a figuração esculpida de Cristo aplicada mostra a lenta alteração das formas da representação da imagem cristológica, alargando o

discurso expositivo à escultura medieval em suportes metálicos, numa cronologia pontualmente recuada até ao século xi.

À volta do átrio central, as galerias de arcadas clássicas molduradas a lioz foram determinantes na organização, orientação do(s) percurso(s) e no sistema expositivo. As três arcadas do topo poente funcionam como o ponto de partida, trabalhadas como cabeceira erguida no topo das escadas, surgindo fechadas com dispositivos côncavos que retomam a forma das absides, destinadas às esculturas em madeira policromada que mostram as heranças dos modelos românicos. Outras arcadas são fechadas com painéis retos – exceto as comunicantes com as galerias internas deste átrio com reminiscências claustrais –, formulando uma parede descontínua e membranácea que deixa entrever e antever outras salas de exposição. Os painéis servem de anteparo expositivo dorsal para esculturas medievais em pedra, peças esteticamente referenciais e individualizadas sobre os seus plintos de cor clara que as destacam como *masterpieces*, trazendo à memória o conceito aplicado no MNAA por Sérgio Guimarães de Andrade (1946-1999), museólogo e autor da primeira síntese expositiva da escultura portuguesa concretizada em 1994.

A entrada na galeria interna da escultura medieval em pedra (século xiv-início do século xvi) faz-se pelas arcadas. Pequenos núcleos de oficinas e mestres autonomizam centros de produção na linha cronológica gótica, todos identificados por títulos, e reúnem peças agregadas pela sua identidade plástica e formal; uma obra «cabeça de série» condensa os caracteres desse centro ou de uma oficina determinada. Pretendeu-se, deste modo, tornar clara para o visitante uma história ancorada no tempo e no território, com expressão das dominâncias materiais, a determinação de centros de produção e de características compositivas e formais que ao longo do percurso vemos encaminharem-se para modelos autorais. No ponto central da galeria, as aduelas esculpidas provenientes do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, trazem pela primeira vez a escultura arquitetónica para exposição permanente. Plintos individuais, plintos de conjunto, *étagères* em «L» com prumada parietal e estantes prismáticas, peças desenhadas pela arquiteta Manuela Fernandes (DGPC), compõem o mobiliário expositivo de cores neutras que o diluem no contexto espacial, ganhando luz e ressaltando os valores da policromia das esculturas.

Quando a pintura portuguesa eclode neste dispositivo expográfico, inverte-se a relação quantitativa dos objetos; o número de peças de pintura multiplica-se com as obras ditas de Nuno Gonçalves e suas contemporâneas, acompanhadas apenas por uma imagem da Virgem com o Menino em barro cozido policromado, de grande escala, que, também constitui um *unicum* nas coleções nacionais.

A montante da entrada, o eixo visual centra-se naturalmente no políptico de São Vicente, aplicado sobre um suporte parietal que o destaca, composto por secções dimensionadas ao mesmo ritmo dos painéis da pintura, enquanto o seu plano inferior vazado cria um rodapé fluido que o eleva, tornando-o protagonista magnífico da narrativa da pintura portuguesa. Única obra pictórica neste segmento da sala, sem par no património nacional, cria ela própria a parede da sala seguinte onde se expõe o raro núcleo de pintura do século xv atribuída a Nuno Gonçalves e aos seus contemporâneos.

A orientação cronológica do percurso encaminha para a última galeria do espaço central, ocupada pelas imagens esculpidas em madeira policromada do século xv e primeiro quartel

do século xvi, na sua maioria com origens retabulares, produzidas no contexto artístico luso-nórdico, germano-flamengo, ou «flamengo», conforme a identificação antiga. Esta galeria ritmada pelos plintos das esculturas termina com uma pintura do flamengo Francisco Henriques que introduz o discurso pictórico retabular das duas salas seguintes.

A expografia é simulacro da montagem das estruturas retabulares, muitas conservadas completas, ou quase completas, no acervo do MNAA.

Neste ponto principia a narrativa da pintura do século xvi, que ocupa a longa sequência da sala 3 à 7, organizada segundo cronologia de intervalos curtos, de menos de uma década, ancorada nos territórios das diferentes oficinas, sem adotar, espacialmente, a distinção entre «oficinas nacionais» e «luso-flamengas». Esta linearidade temporal só é interrompida na sala 7, que, «entre dois mundos», marca a passagem para a cultura visual do Renascimento anunciada pelos dois eixos da singular escultura civil da Fonte Bicéfala. As salas 8 e 9 expõem a nova linguagem artística, pondo pintura e escultura de imagem de novo a par. Na sala 9, o inédito jacente de D. Manuel de Lima, da segunda geração de escultores do Renascimento português, introduz a escultura funerária no Museu.

Os elementos arquitetónicos da estrutura edificada preexistente proporcionam a criação de subnúcleos, como acontece na sala 10, dedicada ao retrato cortesão do século xvi. A sala 11, de ângulo, faz nova passagem entre dois tempos da cultura visual, em que a matriz pictórica clássica é dominada pela expressão cate-



↙
Piso 3, planta e alçados.
Desenho de Manuela Fernandes/DGPC, 2014.

↑
Átrio central da exposição de pintura e escultura portuguesas, *Ecce Homo*; passagem para a galeria de escultura medieval.
Paulo Alexandrino, 2016.

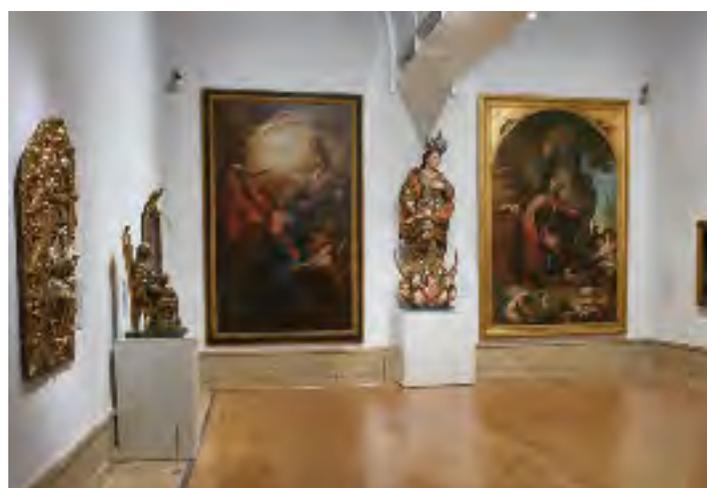


quética traduzida na limpidez dos temas iconográficos segundo as diretrizes do Concílio de Trento, conforme comunicado pelos objetos e pelos textos aqui apresentados.

A pequena sala 12, com a planimetria primitiva do projeto Rebelo de Andrade, é pretexto para outra especialização no percurso museográfico com a original apresentação de uma «museologia de género», exclusivamente votada à obra pictórica de uma mulher, Josefa de Óbidos.

O último núcleo desta sequência de salas reforçou com objetos a arte do Barroco dos séculos XVII e XVIII, menos valorizada no passado museal. Contrariando a ideia preconcebida de um século marcado pelo peso tenebrista da religiosidade, o corpo central de um retábulo em barro cozido e policromado dá a ver uma nova expressão feliz da arte produzida em Portugal no século XVII em contexto religioso. O dispositivo museográfico foi desenhado como peça única, sugerido pela estrutura retabular de origem. As faces laterais compõem-se de segmentos verticais, de modo a permitir ao visitante a visualização do sistema construtivo da peça exposta constituída por taelos de barro cozido justapostos. A sobriedade do núcleo do século XVII contrasta com a «sala» seguinte, só entrevista a partir do suporte museográfico. Por detrás da barreira visual, encena-se o espaço densamente povoado pelo dourado e intensa cor destas peças do século XVIII. A pintura e a escultura alternam neste segmento, pontuadas pela talha dourada sob o efeito do espaço todo-de-ouro citado pela exuberante moldura em talha dourada que enquadra um relevo. O presépio de António Ferreira, remontado em vitrina transparente, faz a ponte com a sala de exposição do Presépio Português, no piso 1.

A última galeria desta exposição permanente corre na ala norte do átrio central. A expografia assume aqui a disposição da clássica galeria, e clássicas são as formas artísticas que aqui se expõem. O começo acolhe uma escultura produzida no sé-





Exposição de pintura e escultura portuguesas. Sala 13, século xvii, Casamento Místico de Santa Catarina.

Paulo Alexandrino, 2016.



Exposição de pintura e escultura portuguesas. Galeria de escultura medieval, núcleo-mestre do século xiv.

Paulo Alexandrino, 2016.



Exposição de pintura e escultura portuguesas. Sala 13, núcleo do século xviii, vista parcial.

Paulo Alexandrino, 2016.



Exposição de pintura e escultura portuguesas. Sala 5, Gregório Lopes, *Retábulo do Paraíso*.

Paulo Alexandrino, 2016.



culo xviii, mas cuja expressão académica é o embrião de toda a cultura visual do Classicismo do século xix. É esta a matriz do último núcleo em que as obras de arte expostas nos conduzem pela produção artística do início do século xix, onde pontuam as figuras de Domingos António de Sequeira e de Vieira Portuense, encaminhando o visitante até aos alvares do Romantismo.

Todo o projeto de remontagem da exposição foi norteador pela clarificação tendente a uma maior acessibilidade dos públicos, em que vários factos foram tidos em conta. Desde logo a visibilidade das peças concretizada em salas visualmente mais amplas e luminosas, onde cada obra é valorizada individualmente pelo suporte expositivo próprio e pela iluminação adequada. Assim, introduziu-se um sistema de iluminação completamente renovada, usando tecnologia LED controlada por sistema computadorizado, tendo sido estudado o efeito lumínico sobre cada uma das peças, em função da visibilidade e da conservação. O novo sistema eliminou a predominância da iluminação zenital, condenando a função luminosa da cobertura existente na estrutura original do edifício Anexo, já comprometida na reestruturação do início da década de 1990 pela aposição de um sistema metálico de duas meias calotes convergentes para uma linha transversal que corre no centro das salas, conhecido na gíria do museu como o «risco ao meio». Esta preexistência espacial e estruturante da função

do edificado, de alguma forma já fortemente materializada na identidade arquitetónica do MNAA, tal como as grelhas metálicas quadriculadas que cobrem as calhas técnicas, atuou como condicionante. Foi ponderada a supressão de todas estas estruturas metálicas, sendo sumariamente solucionada com a alteração da sua cor, por manifesta falta de meios de financiamento.

A mesma preocupação de dar aos visitantes a possibilidade de observação das peças da forma mais perfeita possível implicou ainda um investimento significativo nas intervenções de conservação e restauro que abarcaram a quase totalidade das peças agora expostas.

Museu sólido e tradicional na substância e na estrutura, o MNAA adotou na Exposição Permanente de Pintura e Escultura Portuguesas as formas de comunicação eficazes e adequadas ao tempo contemporâneo para transmitir e sublinhar as informações de modo agradável e facilmente apreensível pelo público. O aparato comunicacional escrito, sujeito a projeto gráfico da FBA. – Ferrand, Bicker & Associados, abrange identificadores de sala, títulos de galerias e de núcleos, textos de sala e de núcleo, legendagem técnica e comentários textuais às obras (de aplicação parietal e em suporte autoportante), além da sinalética, executados com critérios normativos a estender a todo o Museu.



Escola Maria Barroso: adaptação parcial do extinto Tribunal da Boa Hora

Ana Lúcia Barbosa

Arquiteta. Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Projetos e Obras,
Departamento de Projetos e Construção de Equipamentos, Divisão de Projetos
de Equipamentos. CERIS - Civil Engineering Research and Innovation
for Sustainability do IST-UL

Na gênese do edifício do antigo Tribunal, localizado na Baixa de Lisboa, esteve o Convento de Nossa Senhora da Boa Hora, de padres da Ordem dos Agostinhos Descalços, cujo traçado surge com a reconstrução pombalina. O conjunto dos corpos edificados que o formam apresenta um elevado valor patrimonial, com uma área de construção de cerca de 11 500 m² e foi objeto de um estudo que visou a divisão do imóvel em duas parcelas autónomas, destinando cerca de 20 % da área total à Câmara Municipal de Lisboa para instalar a Escola Maria Barroso, com as valências de ensino básico do 1.º ciclo e jardim de infância. A intervenção preconizou o princípio de intervenção mínima, adotando soluções de continuidade e aproximação aos materiais existentes. A investigação histórica documental inédita permitiu contextualizar as estruturas arquitetónicas e arqueológicas surgidas no contexto da obra e que foram alvo de integração no projeto geral.

Nota histórica

O sítio onde viria a ser fundado o Convento de Nossa Senhora da Boa Hora era, em 1384, um local onde se vendia farinha por medida e um pátio onde se realizavam comédias, designado por «Fangas da Farinha»¹. Em 1633, o local foi cedido aos padres irlandeses da Ordem Dominicana, que instalaram provisoriamente nesse pátio a Igreja das Fangas da Farinha, mantendo-se neste sítio até 1659². Em seguida, o local foi ocupado pelos padres Oratorianos, da Congregação de São Filipe Nery, que ali permaneceram até 1674³. Seguiram-se os padres da Ordem dos Agostinhos Descalços, que, com caráter definitivo, fundaram o Convento de Nossa Senhora da Boa Hora, com a proteção de D. Luísa de Gusmão, cuja igreja foi inaugurada em 1688⁴. Com o terramoto de 1755, o edifício do convento sofreu graves danos, ficando arruinado com o incêndio que se seguiu⁵. A este espaço sucedeu um novo cenóbio adequado à malha reguladora do plano pombalino e integrado nos seus princípios orientadores. Em 1833, com a entrada do exército liberal em Lisboa, a comunidade do Convento da Boa Hora foi transferida para o Convento de Nossa Senhora do Monte Olivete, sendo essa congregação extinta em 1834⁶. Ocupado por





←
Largo da Boa Hora.
Pedro Ferreira.
Maio de 2017.

militares, o edifício foi posteriormente destinado a tribunal. Em 1948, procedeu-se a obras de alteração e ampliação, sobre o Largo da Boa Hora, para instalar os tribunais cíveis, no local onde se supõe ter sido a cerca conventual, área onde agora foram instalados os principais espaços da escola⁷.

O imóvel na sua totalidade e divisão em duas parcelas

Uma vista aérea sobre o imóvel, mostrando a totalidade das suas coberturas, permite-nos perceber o modo como este se implanta na encosta, desenvolvendo-se entre a cota da Praça do Município e a plataforma definida pelo Largo da Academia Nacional de Belas-Artes.

As fachadas apresentam características diferenciadas, entre a Calçada de São Francisco, a Rua Nova do Almada e o Largo da Boa Hora, e estabelecem-se em função da hierarquia das ruas, determinada pelo plano e cartulário pombalinos. Por esta razão, elas não revelam o facto de esse imóvel constituir uma única entidade. No seu conjunto, o edifício vence um desnível de cerca de 21 m, em seis pisos, sem incluir os andares intermédios, com uma área bruta de construção total de cerca de 11 500 m².

Na sequência do encerramento do Tribunal da Boa Hora, em 2009, o imóvel transitou para a posse da sociedade Frente Tejo, extinta em 2011, e desta passou para a tutela da Câmara Municipal de Lisboa (CML), em junho de 2012⁸.

A autarquia realizou um conjunto de ações que alicerçaram a divisão do imóvel em duas parcelas autónomas, em regime de propriedade horizontal, destinando-se uma ao Ministério da Justiça (MJ), com cerca de 80 % da área total, e outra à Câmara Municipal de Lisboa (CML), com os restantes 20 %⁹. Ao adquirir parte do imóvel, era objetivo do MJ instalar aqui o Centro de Estudos Judiciários e o Museu da Justiça¹⁰.

A definição do limite de divisão entre as duas frações foi apoiada no conhecimento da evolução histórica do edifício e respetivos usos, na identificação das principais etapas construtivas realizadas no século xx e no conhecimento da organização dos espaços da totalidade do imóvel, tal como se encontrava no momento em que se iniciaram os trabalhos de reconhecimento¹¹.

Escola JI e EB1

Com a instalação da escola em parte do Tribunal, associada à intervenção de requalificação do espaço público do Largo da Boa Hora, a autarquia pretende possibilitar um uso efetivo do equipamento por parte da população e contribuir para a revitalização da área da Baixa¹².

A Escola Maria Barroso integra-se no «Programa Escola Nova», Programa de Expansão e Modernização das Escolas Públicas de Lisboa, e possui as valências de jardim de infância (JI) e ensino básico do 1.º ciclo (EB1), destinando-se a um universo de 150 crianças. Tem capacidade para 50 alunos, dos 3 aos 5 anos, e 100 alunos, com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos.

Tem acesso pelo Largo da Boa Hora, na fachada voltada a nascente, n.ºs 16 e 17, onde se estabelece o seu piso térreo, e desenvolve-se em quatro pisos, três dos quais estão em contacto direto com o terreno. As plantas dos quatro pisos apresentam uma geometria distinta e as respetivas áreas aumentam progressivamente, do piso térreo ao piso mais elevado.



Foi realizado um trabalho de aferição do programa entre o Departamento de Educação e a equipa do Projeto de Arquitetura, da Divisão de Projetos de Equipamentos, para adequar as necessidades programáticas aos condicionalismos dos espaços existentes na parcela na CML¹³. Refere-se, a título de exemplo, a redução do número de salas de atividades destinadas ao JI, das três salas previstas para apenas duas, por exiguidade espacial e lógica organizativa.

A resolução do programa

A presença de dois logradouros localizados a poente, no terceiro nível, constituía a única possibilidade para criar espaços de recreio exterior. Esta condição determinou a estrutura da solução de projeto, tomando-se a opção de instalar neste nível os serviços comuns, no qual se estabelecem os recreios, recreios cobertos, refeitório e cozinha. Esta opção conduziu à definição das áreas associadas ao JI, no nível 2, e das áreas associadas ao EB1, no nível superior, de modo a possibilitar e reduzir os respetivos circuitos de ligação com o piso dos serviços comuns.

Entre os dois pátios de recreio existe um corpo autónomo, de dois pisos, designado por corpo B, em oposição ao corpo principal, designado por corpo A, em cujo piso superior se localizam a biblioteca, o espaço da informática e o ginásio.

Em data anterior a 1948, no pátio a norte, foi construído o arquivo do Tribunal que apresentava graves problemas estruturais, tendo-se optado pela sua demolição¹⁴.

Os quatro níveis da escola estruturam-se verticalmente através de três núcleos de acessos compostos por escada e elevador, que asseguram o acesso a todos os espaços a pessoas com mobilidade condicionada. No corpo principal existiam dois núcleos de escadas que o projeto hierarquizou como sendo uma a principal, destinada aos utentes, e outra exclusiva da zona de serviço. A escada principal associa-se a átrios, centrais em

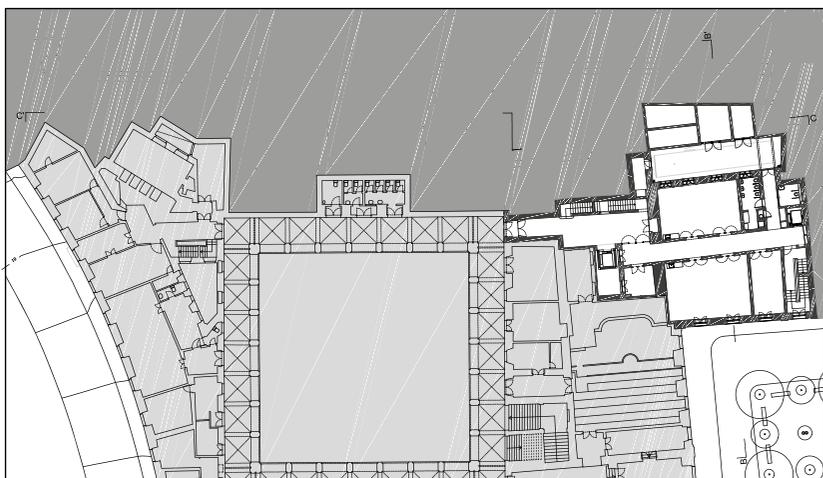
relação aos espaços escolares, e a um saguão, onde se inseriu um elevador em vidro, que permite visibilidade e maior luminosidade para as áreas envolventes, constituindo um referencial de orientação para os utentes.

A escada associada à área de serviço foi completada na ligação ao último piso, de modo a assegurar a ligação vertical de todos os níveis do edifício, tendo-se renovado o elevador existente. No corpo B, a escada e o elevador foram posicionados na proximidade da escada existente no corpo principal, correspondendo às exigências do projeto de segurança contra incêndio em edifícios.

Crítérios de intervenção adotados no projeto e obra

Do ponto de vista legal, o imóvel insere-se na servidão administrativa da «Lisboa Pombalina», classificada como Conjunto de Interesse Público. O projeto foi submetido à Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) através da Comissão de Apreciação da ARU de Lisboa, tendo sido aprovado condicionalmente, em maio de 2013, dependendo dos resultados das sondagens estruturais e geotécnicas e dos trabalhos arqueológicos prévios.

A constatação do valor patrimonial do edifício aliado ao seu relativo bom estado de conservação, apesar dos sinais de degradação existentes em alguns setores, foram fatores determinantes para as opções orientadoras do projeto. Estes fatores, associados ainda à qualidade construtiva do edifício, ao caráter dos seus espaços e à intenção de um controlo geral de custos, alicerçaram a opção por um projeto assente no princípio de intervenção mínima. Este princípio tem por base a definição de conservação estabelecida por Bernard Fielden (1919-2008), que consiste no estabelecimento de sete etapas, com diferentes níveis de profundi-



dade de intervenção, que podem coexistir em simultâneo numa mesma obra¹⁵.

Realizou-se um conjunto de estudos que permitiram substanciar as opções de projeto, designadamente: levantamento arquitetónico de detalhes; estudo de diagnóstico estrutural; sondagens estruturais necessárias para a realização do projeto de estabilidade; estudo geológico e geotécnico; sondagens arqueológicas; estudo de conservação e restauro do património com diagnóstico e metodologia de intervenção.

Por se tratar de um edifício com valor patrimonial cujo carácter se tentou preservar, impuseram-se limitações à intervenção das várias especialidades.

Face a imposições de carácter legal exigíveis a algumas especialidades e ao resultado dos estudos de diagnóstico, a intervenção tornou-se mais profunda, sobretudo na resposta às solicitações dos projetos de segurança contra incêndios em edifícios e de fundações e estruturas, como, por exemplo, a construção de depósito de reserva de água e grupo hidropressor para a alimentação das redes interiores de combate a incêndio. No mesmo sentido, a presença de um sistema construtivo heterogéneo decorrente das diferentes fases construtivas e das alterações realizadas ao longo dos tempos originou a substituição ou o reforço de alguns pavimentos.

Na fase de obra surgiram ainda situações inesperadas em alguns setores, ao nível da arqueologia e da qualidade do terreno de fundação, as quais obrigaram a adequações e alterações do projeto inicial.

Materiais existentes e lógica de continuidade

A intervenção manteve os materiais de revestimento existentes, pela qualidade que apresentavam. A introdução de novos materiais obedeceu a critérios de integração, estabelecendo-se soluções que optam pela continuidade.

A alteração da paleta cromática existente em tetos, paredes, janelas, portadas e portas permitiu a transformação da atmosfera dos espaços, no sentido de os tornar mais claros e luminosos. Contribuiu ainda para esta alteração a inserção de luminárias, a uma cota ajustada aos utilizadores, de modo a atenuar em alguns casos a excessiva altura dos tetos.

←
Plantas
Piso 0 a 3

1 50m





A introdução de novos materiais obedeceu a critérios de integração, estabelecendo-se soluções que optam pela continuidade.

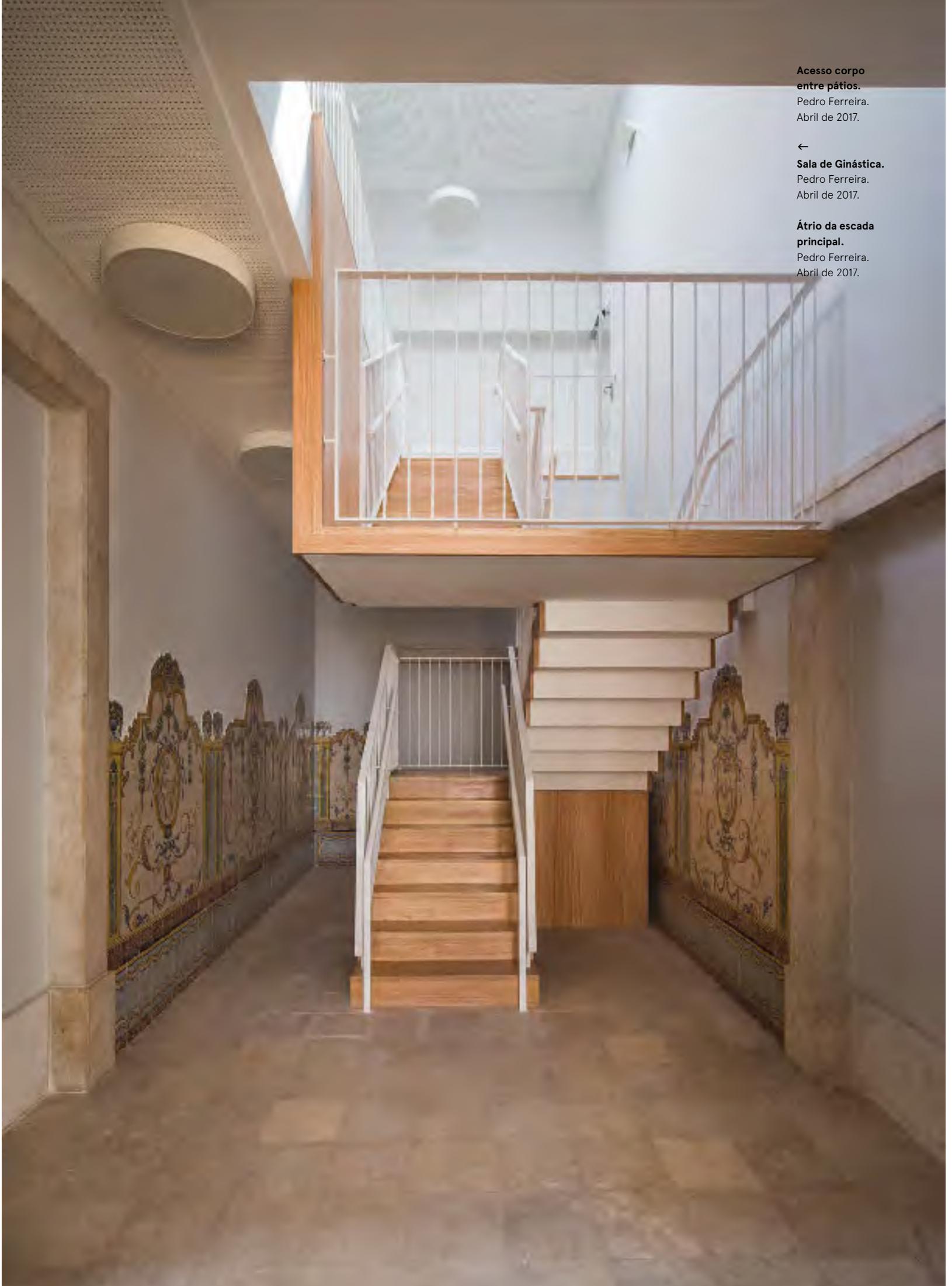


**Acesso corpo
entre pátios.**
Pedro Ferreira.
Abril de 2017.



Sala de Ginástica.
Pedro Ferreira.
Abril de 2017.

**Átrio da escada
principal.**
Pedro Ferreira.
Abril de 2017.



No que respeita aos pavimentos, optou-se pela sua manutenção, por estes se adequarem às funcionalidades propostas. Assim, em corredores, átrios e escadas manteve-se o pavimento em pedra de lioz e nos demais compartimentos, exceto nas instalações sanitárias, mantiveram-se os pavimentos em taco ou soalho de madeira de pinho, de boa qualidade. Em alguns casos, quando foi necessário adequar as estereotomias existentes à nova compartimentação, procedeu-se à remoção e limpeza do revestimento de pavimento, com aproveitamento sempre que possível de todo o material, procedendo-se à sua recolocação.

No compartimento do recreio coberto, em fase de obra, foi colocado a descoberto um lajedo em pedra que não preenchia a totalidade do pavimento. Este pavimento foi completado com a reutilização de lajes de pedra idênticas, provenientes de outra obra.

Uma das características desta parcela consistia na presença de lambris de azulejos contemporâneos da construção deste corpo, ampliado em data posterior a 1948. Estes constituem uma imitação dos lambris de azulejos do período pombalino, em painéis ajustados às dimensões parietais com cercaduras envolventes, com dois tipos distintos de padrão e tonalidades, destinado um aos espaços de circulação e outro aos compartimentos. A proposta manteve e integrou os lambris existentes na nova compartimentação, atendendo à mesma lógica de inserção.

A opção pela manutenção da caixilharia e ferragens dos vãos exteriores, dos lambris de azulejos, dos pavimentos em pedra, dos pavimentos em madeira, de soalho e de tacos implicou a integração, o reaproveitamento e a recolocação destes materiais, que no seu conjunto determinaram o resultado final da intervenção.

No interior do corpo do arquivo do Tribunal existia uma extensão considerável de estantes, em madeira de pinho de boa qualidade, que o projeto reutilizou para a construção das estantes da biblioteca e dos armários que ocultam os radiadores e o sistema de ventilação.

De modo a responder às exigências regulamentares quanto ao condicionamento acústico, os tetos foram integralmente substituídos, exceto nas situações onde existiam abóbadas em alvenaria. Face à distinta geometria entre pisos e à decisão de manter pavimentos e lambris, optou-se pela passagem das infraestruturas, em *courette* técnica, nos troços verticais e nos tetos das circulações, nos troços horizontais.

Investigação histórica e contextualização das estruturas encontradas

Em paralelo com a elaboração do projeto de execução, e no âmbito do doutoramento em Arquitetura do Instituto Superior Técnico (IST), foi realizada uma investigação assente numa pesquisa histórica documental inédita, com o objetivo de aprofundar o conhecimento das fases construtivas do imóvel e dos respetivos usos¹⁶. Este estudo possibilitou o entendimento da evolução histórica das áreas edificadas e a contextualização das estruturas e achados arqueológicos que surgiram em obra, designadamente: silo do século XIV; troço de calçada anterior ao terramoto, correspondente ao traçado da antiga Rua dos Cabides¹⁷; moldura pátrea exterior da boca da chaminé conventual; reservatório de água localizado no piso de entrada, por debaixo da atual receção; ossadas humanas provenientes

de enterramentos da nave da igreja¹⁸; galeria técnica de drenagem de águas do período pombalino.

A salvaguarda das estruturas arquitetónicas e arqueológicas existentes promoveu alterações no projeto geral de arquitetura e, sempre que possível, procurou-se integrar essas estruturas nos espaços existentes, de forma a permitir uma leitura de continuidade da construção, entre passado e presente.

Apesar das alterações verificadas em obra decorrentes da tipologia e da antiguidade do edifício, e que implicaram cerca de 7 % de trabalhos a mais, em relação ao valor do concurso público, o custo final da obra foi de 2 438 725,86 euros (sem IVA), com um tempo de obra de 600 dias.

NOTAS

1. ARAÚJO, Norberto – *Peregrinações em Lisboa, Livro XIII*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira [1938], 1939, p. 33.

2. VARELA GOMES, Paulo – *Arquitetura, Religião e Política em Portugal no Séc. XVII, A Planta Centralizada*. Porto: FAUP, 1.ª ed., 2001, pp. 387-388.

3. ARAÚJO, Norberto – *op. cit.*, p. 33.

4. MATOS, Baltazar Caeiro – *Os Conventos de Lisboa*. Lisboa: Distri, 1989, p. 108.

5. PIRES de LIMA, Durval (trans. e ed.) – *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*. Lisboa: CML MCMLXXII, t. II, 1950, p. 151.

6. Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Processo de Extinção, cota atual: pt/tt/mf-dgfp/e/001/00216, folha-0007.

7. DGPC/SIPA, Processo do Tribunal da Boa Hora, DGEMN:DSARH-005/125-4239/1 a 4. A «Memória Descritiva e Justificativa do Projeto de alterações e ampliações do edifício – Construção de um anexo sobre o Largo da Boa Hora para instalação dos 7.º, 8.º e 9.º Tribunais Cíveis», está datada de 1948 e assinada pelo arquiteto Eduardo Moreira Santos, da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, do Ministério das Obras Públicas.

8. O registo da propriedade a favor do Município de Lisboa realizou-se em 15 de junho de 2012.

9. A equipa da DMPO, DMCE, DPE desenvolveu as seguintes ações: levantamento topográfico, levantamento arquitetónico e estudo histórico, com as componentes da evolução do edificado, espaços exteriores envolventes e das diferentes ocupações de que foi alvo (dezembro de 2012). A Unidade de Projeto da Baixa Chiado (UPBC) realizou: levantamento e avaliação de elementos com valor artístico e patrimonial, Convento de Nossa Senhora da Boa Hora, (DMC, DPC., DMP, março de 2011); levantamento fotográfico, (DCI, janeiro de 2011).

10. A assinatura de contrato de aquisição realizou-se em 30 de janeiro de 2013. Atualmente, a parcela permanece devoluta, com exceção da frente térrea da Rua Nova do Almada, onde entretanto se estabeleceu um balcão de atendimento ao público do Departamento de Identificação Fiscal, do Instituto dos Registos e Notariado.

11. A constituição do regime de propriedade horizontal do edifício do antigo Tribunal da Boa Hora e o respetivo Regulamento de Condomínio foram submetidos à aprovação da Assembleia Municipal através da Proposta n.º 519/2012, em 7 de setembro de 2012.

12. A obra do Largo da Boa Hora coordenada pela signatária ficou concluída em junho de 2013. A Escola Maria Barroso foi concluída em maio de 2017.

13. O programa preliminar foi elaborado pela Direção Municipal de Educação, Juventude e Desporto, Departamento de Educação, Divisão de Gestão do Parque Escolar, aprovado em fevereiro de 2012.

14. Desenho com o título *Tribunal da Boa Hora, Edifício do Arquivo, Escala de 1:100*, assinado pelo arquiteto Moreira Santos, consiste num desenho de cores convencionais (amarelo e vermelho) com planta, corte e alçado. Cópia existente no Arquivo do Ministério da Justiça,

Direção-Geral do Património do Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça, consultada em 2013.

15. FEILDEN, Bernard – *Conservation of Historic Buildings*. London: Ed. Butterworth-Heinemann, Ltd, 1994.

16. A investigação foi orientada pelo Professor João Vieira Caldas, para o Projeto de Especialização Formativa, com o título «Contributos para a definição de uma metodologia do projeto de reabilitação em edifícios de valor patrimonial: interpretação arquitetónica e construtiva de edifícios. O caso de estudo do Convento de Nossa Senhora da Boa Hora, adaptação a tribunal e a escola», concluído em junho de 2014.

17. Na planta da autoria de Vieira da Silva, onde constam as designações das ruas, calçadas e edifícios, com a sobreposição do traço a vermelho (anterior ao terramoto de 1755) e a preto (corresponde à atualidade), está assinalada a Rua dos Cabides, que se estabelecia a meia encosta e resolvia através da edificação o desnível acentuado.

18. O rastreio da informação constantes do Livro n.º 215 do Convento da Boa Hora de Eremitas Reformados de Santo Agostinho, na Rua Nova do Almada (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), permitiu constatar a existência de uma igreja, contrariando a versão anteriormente consensual de que esta nunca teria sido construída. A análise das peças desenhadas incluídas nas Plantas do Ministério do Reino (Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, cx. 528, n.º 3) contribuiu para realizar uma interpretação que comprova a localização do espaço da igreja.

FICHA TÉCNICA

Direção Municipal de Projetos e Obras,
Departamento de Projeto e Construção de Equipamento,
Divisão de Projetos de Equipamento.

Coordenação:
Arq.ª Ana Lúcia Barbosa

Projeto de arquitetura:

Autor:
Arq.ª Ana Lúcia Barbosa
Arq. Filipe Araújo

Colaboração:

Arq. Paulo Gonçalves; Arq. Jorge Rodrigues; Arq.ª Ana Antunes;
Arq.ª Teresa Durão; Arq.ª Est. Joana Botas; Arq. Est. Jorge dos Reis

Projeto de arquitetura paisagista:

Autor:
Arq.ª Maria Cristina Neves

Fiscalização:
Eng. Paulino Reis
Eng.ª Fernanda Gonçalves

Construção:
Construtora São José

Eng. Filipe Muche, Eng. Carlos Oliveira

Fiscalização externa:
VHM
Eng. Guilherme Faria, Eng. António Magalhães

Créditos fotográficos da obra concluída:
Pedro Ferreira

Ficha técnica da equipa externa

A2P, L.ª – Projeto de demolição, fundações e estruturas:
Eng. João Appleton, Eng.ª Cristina Martins

TERMIFRIO, L.ª – Projeto de instalações elétricas, ITED, instalações mecânicas, AVAC, térmica, rede de gás, equipamento de cozinha:
Eng. Serafim Graña

ETU, L.ª – Projeto de segurança contra incêndios em edifícios:
Arq. Paulo Ramos, Arq.ª Cidália Worm

Campo d'Água, L.ª – Projeto de redes de águas e drenagem:
Eng.ª Marta Azevedo

Acústica e Ambiente, L.ª – Projeto de acústica:
Eng. Pedro Martins da Silva, Arq.ª Lara Vasconcelos

Mapa de trabalhos, medições e orçamento, plano de acessibilidades:
A2P, L.ª
Arq.ª Cristina Appleton

Salvaguarda de património paisagístico: da excepcionalidade à representatividade tipológica de jardins



←
Palacete e Jardim do Conde de Alto Mearim, fachada de tardoiz, Lisboa.
Gentileza de Jules Monnier, julho de 2016.

→
Palacete e Jardim do Conde de Alto Mearim, casa de fresco.
Mário Fortes/
DGPC-DPIMI,
fevereiro de 2017.

Mário Fortes

Arquiteto paisagista. Direção-Geral do Património Cultural.
Divisão de Património Imóvel,
Móvel e Imaterial (DBC). IHC. FCSH

Deolinda Folgado

Historiadora. Direção-Geral do Património Cultural.
Chefe da Divisão de Património Imóvel,
Móvel e Imaterial (DBC). IHC/IHA. FCSH



As abordagens convencionais aquando da avaliação do valor cultural de um bem imóvel, reduzidas a análises singulares e juízos de valores, têm vindo a ser questionadas por divergirem do expectável e distorcerem a realidade nacional. Revelam-se como pouco eficazes na perspectiva da salvaguarda integrada do património, nomeadamente paisagístico. A Direção-Geral do Património Cultural, enquanto tutela, tem procurado ultrapassar estas lacunas, privilegiando a permuta de informação, estabelecendo parcerias com várias entidades de ensino superior, promovendo ensaios e potenciando a investigação nesta área tão sensível e discutível.

Nos últimos três anos foi premente a revisão de conceitos, o desenvolvimento de um novo corpo teórico, o envolvimento inter e transdisciplinar, o recurso a novos instrumentos e a aproximações comparativas de base estatística, superando as limitações das abordagens pretéritas meramente qualitativas ou quantitativas. A proposta metodológica desenvolvida na Divisão de Património Imóvel, Móvel e Imaterial revela-se como versátil e precisa, permitindo o reconhecimento não só da excecionalidade patrimonial, mas também da eventual representatividade dentro de uma tipologia ou mesmo da singularidade de um jardim, como resíduo de um passado perdido.

Nos antecedentes

Durante séculos reduziu-se a ideia de herança cultural a tesouros, objetos e formas de expressão artística de eleição, resíduos soterrados de um passado enaltecido e edifícios de excelência. O domínio da história, da história da arte e da arqueologia ao longo da penúltima centúria assegurou a prevalência deste entendimento comum de herança cultural, o qual veio a ser questionado ao longo do século xx pela emergência da arquitetura, que assumiu um papel preponderante. Contudo, a crescente abrangência de conceitos, o desenvolvimento de um novo corpo teórico, a disponibilidade de novos instrumentos, para além das exigências de práticas criteriosas sobre universos bem diversificados, vieram a nivelar ramos do conhecimento e a potenciar envolvimento inter e transdisciplinares nas últimas décadas.

Ultrapassou-se a subjetividade das interpretações históricas e dos ensaios estéticos, a obsessão pela arqueologia e até a impressão arquitetónica sobre testemunhos do passado, privilegiando-se a identificação, a integração, a ponderação e a avaliação de valores culturais enquanto fundamento da salvaguarda de bens imóveis, quer isolados, quer enquanto conjuntos.

Os conceitos «cultura» e «património» evoluíram, incorporando novos valores tecnológicos e científicos, discriminando os paleontológicos, ecológicos, sociais, etnológicos e principalmente paisagísticos, entre muitos¹. Abandonou-se a visão polarizada que distinguia conservação da natureza e salvaguarda do património cultural e privilegiou-se gradativamente a avaliação integrada de sistemas de expressão territorial complexos, a identificação das dinâmicas ambientais, sociais, políticas e económicas dominantes, a perceção das relações determinantes para a preservação de atributos ambientais e culturais relevantes, em cenários marcados por convulsões, dúvidas e inseguranças.

Não foi fácil a aceitação desta nova visão. Compreenda-

-se a recusa face a uma mudança iminente que interfere com sistemas pretéritos e rotineiros de alguns domínios profissionais, compromete a pretensa inércia de artefactos e os propósitos inviáveis de suspensão do tempo, reconhece a efemeridade de objetos e a mutabilidade contínua de paisagens, entra em rutura com práticas ultrapassadas, inflexíveis e assumidas como irredutíveis, exige alterações profundas de paradigmas, de métodos e até de enquadramentos legais, institucionais e tutelares.

No presente, impõe-se a participação de várias especialidades, nem sempre convergentes sobre objetos e díspares por metodologias. Investe-se em procedimentos importados das ciências, nomeadamente da ecologia da paisagem emergente pelos anos 60 do século passado, utilizam-se tecnologias em permanente atualização, nomeadamente de georreferenciação e geoprocessamento de informação, recorre-se a modelos de suporte de decisão e de gestão de base economicista.

Independentemente das cartas, convenções e recomendações internacionais e da permuta contínua de informação, ainda vingam em Portugal abordagens tradicionais limitadas a alguns campos profissionais, que remetem de forma básica para a salvaguarda do tangível, através do inventário, da classificação e recuperação e do intangível, pelo mero registo. Abordagens que obviamente condicionam a compreensão da relevância de objetos como paisagens, relegadas para um plano de somenos importância cultural, quando não concebidas intencionalmente ou quando não reconhecidas pela excelência conceptual.

Pelas paisagens e jardins

Este recurso desfasado por décadas veio a revelar-se como ineficaz face à complexidade das paisagens nas quais vieram a ser reconhecidos valores culturais. As paisagens deixaram de ser consideradas como meros cenários nos quais se

enquadraram as múltiplas atividades humanas e passaram a ser assumidas como entidades mutáveis, integradoras das diversas dinâmicas ambientais e em muitos casos antrópicas, por vezes objeto de processos meramente cognitivos, interpretativos e explicativos dos quais resultaram significações e símbolos.

Compreende-se a emergência de organizações internacionais, associações não governamentais orientadas para a salvaguarda de património, grupos de especialistas e profissionais² e a produção de cartas, convenções e recomendações³, nas quais se alerta para a importância do património paisagístico, bem como a sequente transposição para a realidade nacional através da publicação de diplomas. Destaca-se o conceito de paisagem cultural sequente à revisão dos critérios de inclusão de bens na Lista do Património Mundial (UNESCO: 1992) e expresso nas diretrizes operacionais para a implementação da Convenção do Património Mundial (UNESCO: 2013). Este conceito de vincada expressão territorial refere-se a obras conjugadas da natureza e do homem, nas quais se reconhecem valores culturais. Enquanto testemunho da interação humana com a natureza, vem a integrar componentes diferentes, tangíveis, inerentes aos muitos processos de antropização e intangíveis como manifestações culturais populares, tradições, valores e costumes. O homem passou a ser considerado como um agente preponderante na construção da paisagem, apreendida, interpretada e moldada pela sensibilidade, racionalidade e espiritualidade.

Reflexões críticas levaram à distinção de três categorias principais: paisagens culturais associativas, nas quais prevalece o valor simbólico ou espiritual associado à componente natural, sobre eventuais evidências materiais culturais quando existentes; paisagens que evoluíram organicamente, associadas a imperativos sociais, económicos ou políticos, subsistindo como paisagens relíquias ou fósseis, ou de continuidade reconhecidas como evolutivas e vivas à semelhança do Alto Douro Vinhateiro, e paisagens concebidas e construídas intencionalmente pelo homem, nas quais se inscrevem os jardins, objeto do presente ensaio.

A complexidade deste último objeto, muitas vezes reduzido a um mero ideário, exige o envolvimento da ontologia, da epistemologia e da religião enquanto suporte explicativo, afa-

tando-se da algidez das definições prévias. Retroceda-se aos arquétipos que estão na base da cultura judaico-cristã e que dominaram a bacia mediterrânica, nos quais o jardim é entendido como ideia e concretização, da qual são testemunhos os textos bíblicos: «Plantou depois o Senhor Deus um jardim no Éden, do lado do oriente, e aí colocou o homem que ele formara. E fez germinar do solo toda a espécie de árvores agradáveis à vista e saborosas ao paladar, entre as quais a árvore da vida, no meio do jardim, e a árvore da ciência do bem e do mal.» (Génesis 2:8-9)⁴. Assume-se como: intenção traduzida num programa de construção de um espaço de amenidade destinado ao homem; construção delimitada, estruturada, centrada e plantada; coleção de árvores relevante apelativa aos sentidos, em primeiro lugar à visão e em segundo ao paladar; conceito que subsistiu sem grandes alterações até ao presente.

Os jardins, «lugares de deleite, propícios à meditação ou à recreação», são considerados na *Carta de Florença* (1981), desenvolvida pela Comissão Internacional dos Jardins Históricos, ICOMOS-IFLA, como adenda à *Carta de Veneza*. Embora a *Carta de Florença* se tenha revelado limitada no âmbito da salvaguarda do património paisagístico, integra definições, princípios, metodologias de conservação e recuperação de jardins históricos⁵, ainda hoje de fácil receção. Define «jardim histórico» como «uma composição arquitetónica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público», passível de ser considerada como monumento vivo (Silva: 2008) e «testemunho de uma cultura, de um estilo, de uma época, e eventualmente da originalidade de um criador artístico».

Entre valores artísticos e patrimoniais

Tal como na pintura, escultura, arquitetura e urbanismo, o jardim pode ser considerado como uma obra à qual se atribui um valor⁶, artístico, subjetivo e intuitivo, estimável com ousadia por alguns que o justificam pela análise das respetivas qualidades. Justificação nominalmente redundante: na compreensão da estrutura, determinante para a sua perceção e na qual se vertem conteúdos, carácter e propósitos; na composição una, por meio da vinculação das múltiplas componentes; pela estética, na qual



←

Quinta dos Condes de Santar, casa e jardim, Santar.

Luísa Estadão/DGPC-SIPA (00677823), novembro de 2004.



↑

Quinta dos Condes de Anadia, bica e tanque, Mangualde.

DGPC-SIPA (00016526), s. d.

se procura desvelar a criatividade do autor, entre significados e imagens, ideias e formas, proporções e detalhes indelévels; pela capacidade do autor para imprimir sensações, estimular a imaginação e principalmente transmitir uma mensagem.

O valor artístico, dentro de uma perspetiva axiológica, distingue-se do patrimonial, que acresce a relevância e significância da obra enquanto resíduo do passado⁷. O valor patrimonial, também variável e apreensível sob distintas formas, realça a importância de um testemunho indelével de um passado perdido, reportório de informação do passado, passível de análise sob o ponto de vista de muitas especialidades, de forma alguma limitadas à história e crítica da arte⁸.

Os jardins partilham de muitas características com outros objetos com valor artístico e patrimonial: são concebidos com propósitos distintos em função de uma ideia; construídos com materiais inertes e fluidos, utilizados sob muitas formas; orientam-se por tecnologias de época, incorporam ou promovem inovações; resultam de um ato criativo de momento ou da sobreposição de contributos sucessivos; inscrevem-se nas múltiplas formas de expressão de uma ou mais culturas, refletindo períodos tanto de prosperidade como declínio em circunstâncias ambientais, sociais, culturais e económicas singulares. Também não são eternos, revelando-se a efemeridade

na degradação dos materiais pela passagem do tempo, pelas pressões e ações antrópicas continuadas ou esporádicas, ainda pelas variações ambientais e eventos críticos.

São, contudo, as únicas obras que se regem por dinâmicas próprias iniciadas na construção: os jardins crescem, amadurecem e envelhecem. As alterações irreversíveis sucedem por minutos, horas, dias, meses, estações, anos, décadas e séculos também como respostas das componentes vivas a estímulos internos e externos, condicionadas pelos genes, também património, mas herdado por codificado em cadeias de DNA. Algumas evoluem de forma inesperada, contrariando propósitos de projetistas. Outras vão adquirindo notabilidade, contribuindo para a identidade do jardim. Muitas morrem inviabilizando o restauro ou a recondução a uma situação prístina, práticas correntes noutros objetos com valor patrimonial.

Dos juízos de valor às abordagens integradas

Se poucas dúvidas subsistem quanto aos conceitos de jardim⁹ e de «Jardin Ancien (à restaurer)»¹⁰ e ao reconhecimento dentro dos campos da arte e do património, o mesmo não

se pode inferir quanto à avaliação dos valores que encerram¹¹, neste caso culturais.

Durante décadas, remeteu-se para um corpo doutrinário ultrapassado que ignorava a integração de conceitos como património natural e património cultural e que privilegiava aproximações singulares, desfasadas pela complexidade do objeto de estudo, muitas vezes reduzidas a procedimentos descritivos, intuitivos e axiomáticos, por vezes dedutivos.

Utilizou-se de forma indistinta termos e designações¹², recorrendo abusivamente a outros de múltiplos significados correntes¹³. Privilegiaram-se juízos de valor, alicerçados em sistemas condicionados, por conhecimentos adquiridos, experiências acumuladas e estereótipos de especialidade. Enfatizaram-se injustificadamente alguns valores individuais, em detrimento da identificação, consideração e valoração integrada de todas as componentes culturais e naturais de um jardim, consideradas na *Carta de Florença*¹⁴ e na *Carta para a Conservação dos Lugares com Significado Cultural*. Desenvolveram-se opiniões a partir de apreensões e percepções pessoais que reportam à fenomenologia. Teceram-se considerações justificando a determinação do valor cultural de um jardim, face aos critérios gerais sugeridos por lei, vagamente adequados a outras tipologias patrimoniais.

Estas abordagens casuísticas, ainda persistentes, foram contestadas por divergirem do expectável e conduzirem a resultados nem sempre consentâneos com a realidade nacional. Consequência: apenas quatro jardins vieram a ser classificados pelo respetivo valor cultural¹⁵; as classificações não destacam os valores que os mesmos encerram; diluiu-se o interesse de muitos outros jardins por várias tipologias de imóveis¹⁶.

O desenvolvimento de métodos de valoração, de hierarquização, avaliação e seleção criteriosa, tendo como fim a inventariação e a classificação do património paisagístico com valor cultural, foi objeto de estudos, envolvendo de origem uma plêiade de investigadores afetos a universidades ou a entidades estrangeiras que tutelavam o património. Concer-niam a realidades exógenas nas quais se justificam orientações concretas, dificilmente transponíveis para o contexto nacional marcado por uma legislação desajustada, nem sempre bem interpretada e muito menos versatilmente aplicada¹⁷.

Neste enquadramento restritivo procurou-se potenciar a sua revisão, desenvolver métodos aplicáveis que potenciasssem a salvaguarda do património paisagístico português.

Esta postura proativa refletiu-se na investigação desenvolvida na DGPC e nas entidades que a antecederam, bem como na especialização de técnicos superiores, no recurso a especialistas creditados e nas parcerias estabelecidas com estabelecimentos de ensino superior. Os resultados foram profícuos, referindo-se, entre muitos, as dissertações, relatórios e estudos de Ana Rita Basto, Inês Soeiro Loureiro, Rita Gonçalves e Soledad Martinez Munõz. Contudo, esta postura não pode ser observada de forma isolada tendo decorrido em sintonia com os trabalhos desenvolvidos por investigadores nacionais creditados, nomeadamente docentes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, como Teresa Andresen e Teresa Portela Marques, e da Universidade de Évora, como Aurora Carapinha¹⁸.

As opiniões revelaram-se convergentes: a avaliação do valor cultural de um objeto de estudo, neste caso de um jardim, não pode reduzir-se a uma descrição elementar do tangível e intangível e a um mero exercício de reflexão sobre os valores

históricos e artísticos; deverá ter de apoiar-se em definições precisas; basear-se na obtenção e processamento de dados; considerar análises, sínteses e diagnósticos essenciais na integração, hierarquização e comparação de valores em função de critérios predefinidos.

Vários ensaios foram realizados, nem sempre conducentes a resultados satisfatórios. A tendência a preencher o vazio de classificações de jardins conduziu a formulações extremadas ou a exercícios essencialmente teóricos pelos quais se promoveram métodos quantitativos e se procurou eleger património de exceção, recordando as aproximações sumativas utilizadas na estimativa do valor substancial de um imóvel, seja absoluto ou líquido.

Estas abordagens metodológicas tentaram refutar a subjetividade prévia considerando: a reunião de um conjunto de jardins; a respetiva caracterização e a distinção sequente de componentes e descritores; a definição de parâmetros de comparação e a valoração sobre atributos particulares; o desenvolvimento por aproximação e a posterior aplicação de uma fórmula de cálculo baseada em somatórios e ponderações; a hierarquização de valores, a aplicação de critérios e a seleção dos jardins pela quantificação patrimonial de excelência.

As limitações são óbvias: a avaliação do valor cultural de jardins realiza-se dentro de um conjunto fechado, não sendo extensível a outras unidades; os procedimentos e as conclusões dependem da dimensão e da coerência do conjunto; recorre a parâmetros tangíveis e intangíveis nem sempre equiparáveis; baseia-se na valoração de parâmetros de qualidade e quantidade, sem distinção de absolutos e relativos; estabelece fatores de ponderação em fórmulas e modelos dificilmente calibráveis. Acresce-se a observação incisiva que pode questionar a legitimidade e a aplicabilidade destes métodos: o valor de um jardim, enquanto forma de expressão artística, não é redutível a um número, descritor de uma ordenação ou medida de quantidade.

Outras abordagens foram desenvolvidas de forma cautelosa. A importação e a adaptação de metodologias testadas noutros países privilegiaram procedimentos mais contidos, nos quais não se ignorou a apreensão e compreensão do jardim como resultado de um ato criativo dificilmente objetivável. Foram prementes: a certificação precisa do objeto de estudo; a contextualização cronológica, ambiental e cultural; a descrição pormenorizada; a distinção de componentes, enquanto suporte da eleição de descritores¹⁹; a valoração de parâmetros quantitativos e qualitativos sobre atributos de qualidade, de forma alguma assumida como absoluta e útil por relativa em integrações, comparações e hierarquizações. A morosidade por vezes constatada veio a ser ultrapassada pela agilização baseada na simplificação das fases processuais, no recurso a fichas de levantamento e processamento da informação, na identificação de descritores e avaliação comparativa em matrizes de qualidade.

Estas últimas apresentam vantagens: a avaliação do valor cultural de jardins não se restringe a um conjunto fechado, podendo orientar-se para um único jardim; a flexibilidade metodológica ajusta-se a distintas realidades; a identificação de componentes, descritores e parâmetros de qualidade comuns é regrada, facilitando a instrução do processo; os procedimentos podem revelar-se expeditos e céleres; a aproximação matricial pela flexibilidade permite a aferição de escalas de valores. Também podem ser questionadas como as anteriores: pela valoração na qual se espelham apetências, experiências, referências

culturais e formações de avaliadores, variáveis entre as ciências exatas e as humanísticas; pela prevalência da subjetividade; por orientadas para a excecionalidade do património.

Avaliação do valor cultural de jardins

A experiência dos últimos três anos na construção do inventário e no desenvolvimento de propostas de classificação de jardins na Divisão de Património Imóvel, Móvel e Imaterial, da Direção-Geral do Património Cultural, contribuiu para preencher lacunas e superar alguns dos obstáculos referidos. A reflexão realizada sobre ensaios e resultados sequentes conduziu a uma revisão metodológica e à sugestão de incorporação de novos procedimentos, relevantes quando incidentes sobre um universo pouco conhecido, vasto e diversificado.

Na base encontra-se o estudo para a *Classificação e Inventariação de Jardins e Sítios com Valor Histórico e Cultural*, desenvolvido por Rita Gonçalves e Soledad Martínez Muñoz nos idos de 1998 e 1999. Neste defendem-se os princípios «identificar», «medir» e «comparar», numa metodologia orientada para a atualização ou construção de um inventário²⁰, avaliação do valor cultural, fundamentação de atos decisivos sobre classificações e identificação das ações necessárias à respetiva conservação (Silva: 2008, p. 65).

Preende-se preservar a abordagem sequencial, baseada na recolha de dados, descrição, caracterização, distinção de componentes e descritores. Acresce-se a parametrização, integração e a comparação por abordagens estatísticas orientadas para a:

– Identificação de jardins com valor cultural

Partindo da identificação de um universo e do levantamento e análise de uma amostra significativa de jardins, das tipologias e contextos afins em que se inscrevem; distinguindo componentes e descritores das várias unidades da amostra; elegendo e integrando os parâmetros de comparação, quantitativos ou qualitativos, sob os atributos relevantes; envolvendo métodos sintéticos e comparativos de feição matricial e base estatística²¹; concretizando aproximações por redução da amostra; identificando e hierarquizando por valores; selecionando por frequentes e como determinantes da representatividade cultural;

– Avaliação do valor cultural de um jardim específico

Partindo do levantamento, da descrição e análise do jardim, da tipologia e do contexto em que se inscreve; distinguindo componentes e descritores unitários; elegendo e integrando parâmetros de comparação quantitativos ou qualitativos sob os atributos mais relevantes, a impor a uma amostra representativa de um universo que reúna jardins de tipologias e contextos afins; envolvendo métodos sintéticos e comparativos de feição matricial e base estatística, quantitativos ou qualitativos; concretizando aproximações por redução a amostra; sequente identificação e hierarquização de propriedades ou atributos, sejam correntes e determinantes da representatividade cultural do jardim em estudo, sejam selecionados por critérios de eleição, determinantes da eventual excecionalidade cultural do mesmo.

Métodos e aplicações

Dos ensaios concretizados no âmbito da avaliação cultural de jardins destaca-se a salvaguarda de património paisagístico,





←

Quinta dos Condes de Santar, bica do terreiro, Santar.

Luísa Estadão, DGPC/
SIPA (00677863),
novembro de 2004.

considerando a construção de um inventário e a elaboração de propostas de classificação de quintas, nas quais se inscrevem jardins, a avaliação do valor cultural de uma unidade urbana composta por residência e jardim e a avaliação do valor cultural de um jardim ou parque público:

— Salvaguarda de património paisagístico (Viseu)

O estudo, desenvolvido por Inês Soeiro Loureiro sob a coordenação de professores da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e de arquitetos paisagistas da Direção-Geral do Património Cultural, teve como objetivos a avaliação da viabilidade metodológica, o reconhecimento do património paisagístico de uma determinada região e a seleção dos imóveis mais relevantes pelo valor cultural.

Restringiu-se à área afeta à Direção Regional de Cultura do Centro. Elencaram-se monumentos, conjuntos e sítios classificados pelo interesse nacional, público e municipal, em vias de classificação e ainda outros abrangidos por zonas de proteção gerais ou especiais de proteção, identificando-se 794 imóveis nos quais se poderia vir a identificar valores de feição paisagística.

Por questões de celeridade, pela indisponibilidade de informação nas bases de dados, sistemas e arquivos da DGPC, Património e SIPA, de outras instituições públicas e autarquias e pela inexistência de dados parametrizados em bases de dados de campos cruzáveis, optou-se por limitar a área de estudo ao distrito de Viseu. Reduziu-se a amostra a 332 imóveis, potencialmente interessantes, nos quais se incluíam 87 quintas de recreio. Imprecisões de localização, impossibilidade de confirmação de registos, limitações de informação e de acessibilidade reduziram a amostra a 13 quintas.

Estas quintas foram objeto de levantamento, descrição, análises, sínteses e diagnósticos, isolados por unidade e integrados numa amostra. Identificaram-se atributos de qualidade e parâmetros de comparação sobre componentes e descritores e analisou-se a amostra por variáveis associadas a localização, área, proprietário, classificação, uso, corrente estilística ou movimento mais marcante, períodos de significância, componentes do espaço, entre muitos outros. O processamento da informação determinou frequências e evidenciou: a implantação rural de 69 % das unidades da amostra; áreas das quintas variáveis, mas com uma representação de 53 % entre 4 e 20 hectares o domínio nas várias unidades de componentes estruturais, como eixos, alamedas, jardins de buxo, a que se acrescem infraestruturas hidráulicas, peças e jogos de água, representados em 93 %; a subsistência de hortas, pomares e matas em 84 % das quintas; construções que remontam ao século XVI, mas que sobressaem por 76 % entre meados do século XVIII e meados do XIX; a presença de formas de expressão românticas em 92 % das quintas sobre testemunhos *rocaille*, barrocos confirmados em 84 % das unidades e ainda maneiristas em 53 %, o que denuncia intervenções, ocupações e utilizações contínuas.

Seguiu-se a distinção das várias unidades pela qualidade visual, arquitetónica, paisagística e funcional, construtiva e decorativa. A aplicação de parâmetros determinantes da qualidade, raridade (por desvios constatados dentro da amostra e inferidos através dos procedimentos anteriores) e estado de conservação permitiu a hierarquização das várias unidades estatísticas dentro da amostra por critérios de identidade, autenticidade e integridade²², de forma alguma locais. Por fim confrontaram-se valores culturais com regimes de proteção em vigor e objetos classificados.

As conclusões ainda vingam passados cinco anos: a Casa da Ínsua, a Casa dos Condes de Santar e o Palácio da Anadia e respetivas quintas distinguem-se na amostra pelos valores culturais de feição paisagística que encerram, embora inferiores neste último, seguindo a Quinta do Bem Viver ou da Cerca; urge proceder à salvaguarda dos valores paisagísticos pela classificação como de interesse público no caso de inexistente, pela reclassificação daqueles que apenas auferem de proteção pelo interesse municipal; urge proceder à salvaguarda dos valores paisagísticos pela extensão da classificação às quintas onde se integram, abrangendo jardins, pomares, hortas, matas e restantes componentes destas unidades.

– Instrução de um processo de classificação – Palacete e jardim dos condes de Alto Mearim (Lisboa)

O palacete foi construído pela Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa em 1876 para Vicente Castro Guimarães, sendo sequente ao loteamento da antiga quinta de cartusianos. Foi adquirido em 1893 por José João Martins de Pinho, rico negociante regressado do Brasil e então nobilitado. O edifício e o jardim que rondam cerca de 3000 m² foram sujeitos a intervenções sucessivas, nomeadamente as projetadas por Carlos Rebello de Andrade na segunda década do século xx. Foi adquirido em 1938 pela Federação Nacional dos Produtores de Trigo e em 1989 pela Fundação Oriente, que acabou por vendê-lo já nos albores do século xxi.

Subsiste o edifício de vários pisos, no qual sobressai a entrada, escadaria e salões do piso nobre que abrem sobre o jardim, e demais compartimentos privados ou associados a usos domésticos sujeitos a adaptações funcionais e estruturais. O jardim geométrico de buxo bem conservado desenvolve-se a partir da fachada de aparato, distribuindo-se por patamares ensombrados por algumas árvores de porte notável. É rematado por casa de fresco e pavilhão da piscina, pontuado por bancos e peças de água, e decorado por vasos, urnas e painéis de azulejos que remontam a setecentos. Nesta unidade, reintroduziu-se o formalismo e o decorativismo tanto no edifício como nos jardins estruturados de forma axial, recorrendo a soluções nacionais dos séculos xvii e xviii, opção associada a grupos sociais emergentes, que por revivalismos ou ideários procuravam plagiar modelos cortesãos do passado e legitimar a sua nova posição social.

A falta de referências a esta tipologia urbana e os preconceitos quanto a obras ecléticas de finais do século xix condicionaram ilações imediatas quanto ao valor do imóvel. Estas foram ultrapassadas pela aplicação interdisciplinar faseada, baseada na indissociabilidade da unidade urbana «palacete e jardim». Iniciou-se a avaliação do valor cultural pela identificação, descrição, caracterização, seguida pela admissão de componentes e atributos e por fim pela confirmação, mediante critérios de autenticidade e integridade.

A avaliação da excecionalidade ou representatividade a nível nacional compreendeu: a delimitação do universo associado à tipologia de estudo, superior a 580 imóveis registados nas bases de dados Património e SIPA; a seleção de uma amostra de 199 unidades regrada pela contextualização urbana e suburbana; a seleção de parâmetros sobre os atributos do objeto de estudo; o processamento da informação por aproximação face à redução do número de unidades de estudo e sobreposição de parâmetros.

Referem-se apenas alguns dos descritores e parâmetros utilizados, constatando que: 55 % dos palacetes integrados na amostra se concentram em Lisboa e Porto; 58 % dos palacetes

→

**Parque Municipal Carlos Hidalgo
Gomes de Loureiro, plano de
plantação de árvores, Montijo.**

Francisco Caldeira Cabral e Edgar
Fontes, DGPC/SIPA, maio de 1956.

**Parque Municipal Carlos Hidalgo
Gomes de Loureiro, plano de
plantação de árvores, arbustos e
«revestimento do solo», Montijo.**

Francisco Caldeira Cabral e Edgar
Fontes, DGPC/SIPA, dezembro
de 1962.

existentes em território continental ainda dispõem de jardim, nem sempre bem conservado; 29 % dos palacetes dispõem de jardim isolado das ruas limítrofes; 21 % dos palacetes dispõem de jardim isolado, tendo sido construídos na segunda metade do século xix; 14 % dos palacetes dispõem de jardim isolado, foram construídos na segunda metade do século xix sob modelos ecléticos. Dos 115 imóveis que incluem espaços exteriores: 21,6 % integram jardins marcados por canteiros biomórficos; seguidos por 4 % de jardins revivalistas de inspiração marcadamente barroca ou clássica; por fim, pelas recriações do jardim português limitadas a 2 %. Unidades subsistentes com afinidades óbvias com o palacete e jardins em estudo reduzem-se a 1 %, confirmando-se a relevância do imóvel em estudo.

Seguiu-se a avaliação do grau de proteção desta tipologia que compreendeu: a seleção de uma amostra de 58 unidades dentro da amostra prévia, classificadas como monumento ou integradas em conjuntos, graduados pelo interesse nacional, público ou municipal, ou consideradas como em vias de classificação. O processamento da informação por aproximação conduziu a resultados indiscutíveis, confirmando: a classificação como monumentos de interesse público ou a inscrição em conjuntos de interesse público de 71 % dos palacetes com jardim e de 61 % dos palacetes com jardim isolado das ruas, muitas vezes voltado para o interior de quarteirões; a inexistência de classificações de unidades como palacetes com jardins isolados, construídos na segunda metade do século xix sob modelos arquitetónicos ecléticos e integrando recriações de ideários paisagísticos nacionais.

Desta forma realçou-se: a unidade cadastral urbana; a originalidade e coerência conceptual deste imóvel que se afasta de modelos exógenos, remetendo para ideários nacionais de casa nobre e jardim; a qualidade de algumas soluções funcionais, técnicas e estéticas; a estrutura verde que inclui exemplares arbóreos relevantes pelo porte; como testemunho de formas vivenciais da transição dos séculos xix e xx; a reversibilidade de alterações, a recuperabilidade do edifício e o estado de conservação do jardim.

Para além dos critérios de autenticidade e de integridade considerados, assume-se a distinção deste imóvel: pela representatividade dentro de uma tipologia urbanística em tempos marcante; pelo seu valor como exemplo residual de um universo comprometido pelas pressões urbanísticas; pelos valores que encerra, suficientes para fundamentar a instrução de um processo de classificação.

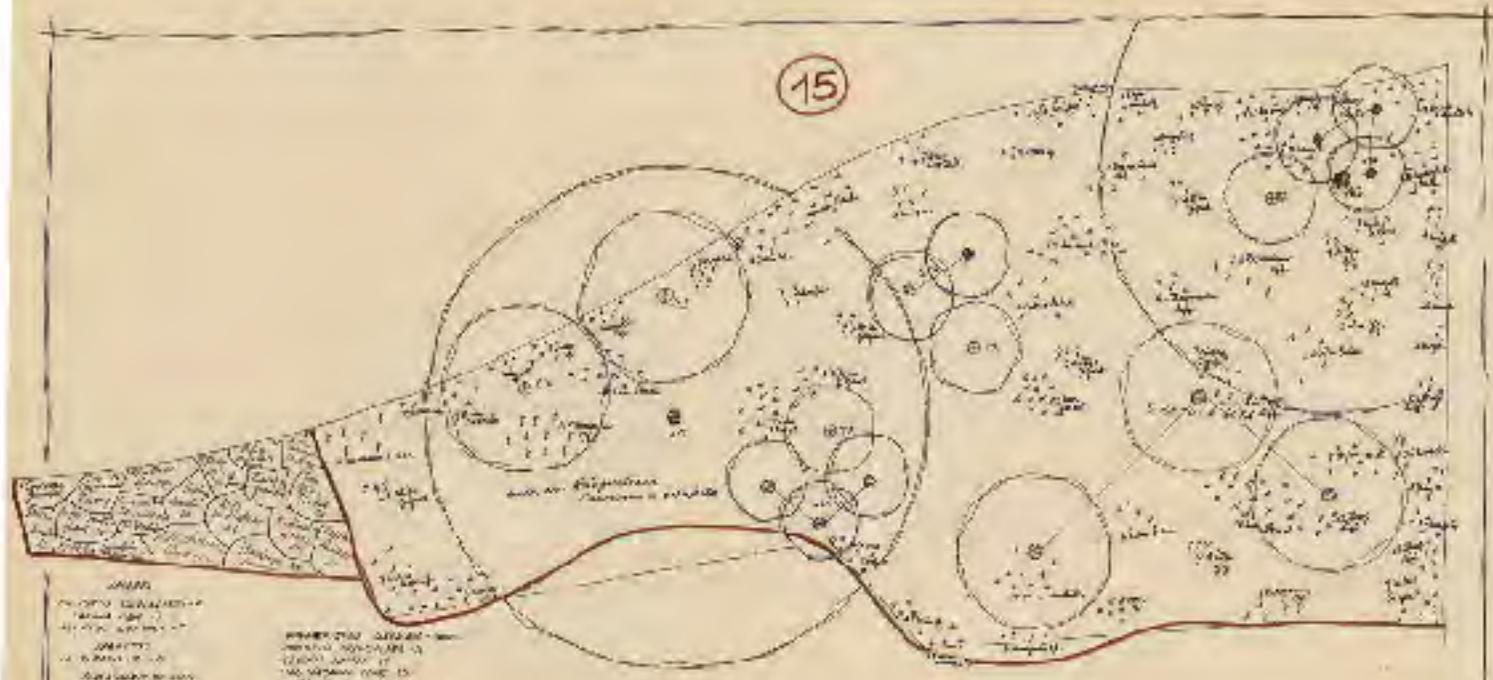


LEGENDA

1	Área de recreação
2	Área de estacionamento
3	Área de circulação
4	Área de serviços
5	Área de manutenção
6	Área de segurança
7	Área de paisagem
8	Área de monumentos
9	Área de jardins
10	Área de fontes
11	Área de lago
12	Área de lagoa
13	Área de lagoa
14	Área de lagoa
15	Área de lagoa
16	Área de lagoa
17	Área de lagoa
18	Área de lagoa
19	Área de lagoa
20	Área de lagoa

1:500
1950

15



LEGENDA

- 1 - Área de recreação
- 2 - Área de estacionamento
- 3 - Área de circulação
- 4 - Área de serviços
- 5 - Área de manutenção
- 6 - Área de segurança
- 7 - Área de paisagem
- 8 - Área de monumentos
- 9 - Área de jardins
- 10 - Área de fontes
- 11 - Área de lago
- 12 - Área de lagoa
- 13 - Área de lagoa
- 14 - Área de lagoa
- 15 - Área de lagoa
- 16 - Área de lagoa
- 17 - Área de lagoa
- 18 - Área de lagoa
- 19 - Área de lagoa
- 20 - Área de lagoa

ÁREA DE RECREAÇÃO - 10000 m²

ÁREA DE ESTACIONAMENTO - 5000 m²

ÁREA DE CIRCULAÇÃO - 2000 m²

ÁREA DE SERVIÇOS - 1000 m²

ÁREA DE MANUTENÇÃO - 500 m²

ÁREA DE SEGURANÇA - 200 m²

ÁREA DE PAISAGEM - 1000 m²

ÁREA DE MONUMENTOS - 500 m²

ÁREA DE JARDINS - 1000 m²

ÁREA DE FONTES - 500 m²

ÁREA DE LAGO - 1000 m²

ÁREA DE LAGOA - 1000 m²

1:500
1950



**Parque Municipal Carlos Hidalgo Gomes de Loureiro,
ringue de patinagem, Montijo.**

Paulo Duarte, DGPC/DPIMI, maio de 2017.

– Avaliação do valor cultural – Parque Municipal Carlos Hidalgo Gomes de Loureiro (Montijo)

O parque em tempos afastado do centro urbano foi criado por decisão da autarquia de 21 de agosto de 1929. A degradação atingida por volta de 1949 justificou as reformulações realizadas a instâncias do executivo, orientadas para novas formas vivenciais, contextualizadas pela expansão industrial e urbana do Montijo e consentâneas com a instalação de infraestruturas, equipamentos e edifícios públicos. O projeto veio a incidir sobre uma área superior à do jardim original, considerando um quadrilátero de cerca de 270 m por 120 m. Foi desenvolvido por Francisco Caldeira Cabral com a colaboração de Edgar Fontes, apresentado a 10 de janeiro de 1956 e aprovado em 1959 após várias alterações, sucedidas na década seguinte por novos planos e plantações.

A conceção despojada procurou conciliar o programa, orientado para o recreio e lazer da população, com as exigências de enquadramento do Palácio da Justiça²³ e preexistências subsistentes. O parque compreende um vasto prado regado, envolto por orlas arbóreas e arbustivas, tanto de nativas como exóticas que o encerram visualmente. Na periferia distribuem-se zonas de estada e equipamentos: o ringue de patinagem e respetiva bancada, as instalações sanitárias e os anexos, o bar projetado pelos anos 50 por Pedro Falcão e Cunha, o parque infantil entretanto adulterado e ainda uma gaiola. De inspiração moderna, salienta-se pela simplicidade

e funcionalidade da composição, estruturada por dois eixos visuais perpendiculares. Estes eixos, dissimulados pelo crescimento da vegetação, acentuariam a ilusão de profundidade do parque e garantiriam a coerência da composição em torno de duas clareiras relvadas. Destaca-se, também, pelas panorâmicas internas que privilegiam múltiplos cenários de feição paisagista e pela modelação do terreno que quebra a monotonia, recordando a formação de Caldeira Cabral na Universidade de Friedrich-Wilhelm, os contactos com as grandes obras germânicas de décadas anteriores e ainda as paisagens arcadianas construídas no século XVIII. O conforto ambiental foi garantido pela plantação de orlas marginadas por caminhos, pelo ensombramento sazonal de caducifólias, pelas suaves depressões que acentuam a sensação de segurança nas clareiras. Assegurou-se a resiliência deste ecossistema de substituição, criado para resistir a utilizações intensivas: pela resistência, durabilidade, substituíbilidade de materiais vivos e inertes, económicos e correntes como o betão; pela dotação de infraestruturas de rega semiautomática e pela mecanização na manutenção. Contudo e passados quase 70 anos, o parque encontra-se em regressão pela decrepitude de árvores e arbustos, pela proliferação de pragas e manutenção deficitária, até por alterações e desvios confirmados através da consulta das peças projetuais.

A avaliação do valor cultural deste imóvel estava à partida condicionada pela dificuldade de assunção de jardins públicos



↑

Parque Municipal Carlos Hidalgo Gomes de Loureiro, orlas e clareira relvada, Montijo.

Paulo Duarte, DGPC/DPIMI, maio de 2017.

de cronologias menos remotas como património, pela mutabilidade e fragilidade das características nem sempre compreendida como característica desta tipologia, pelos usos quotidianos considerados banais e principalmente pelo cenário em que se inserem, de forma alguma de eleição mas correspondentes a realidades históricas e culturais do século xx.

Superaram-se estes obstáculos pela identificação, localização e contextualização do objeto, contemplando entre vários autor e executantes, descrição histórica, conceção, componentes vivas e inertes, técnicas utilizadas, alterações e estado de conservação. Seguiu-se a identificação dos atributos mais relevantes, determinantes da identidade, autenticidade e integridade do Parque Municipal Carlos Hidalgo Gomes de Loureiro.

A avaliação da excecionalidade ou representatividade compreendeu: a delimitação do universo associado à tipologia e cronologias de estudo, abrangendo jardins e parques públicos urbanos construídos ou alterados de 1920 a 2001; a seleção da amostra pela disponibilidade de informação creditada nas bases de dados Património e SIPA; a reunião de 83 unidades estatísticas.

Este jardim não é exceção quanto a contextualização geográfica, distribuindo-se grande parte das unidades da amostra por zonas do litoral marcadas pela industrialização, pela migração justificada pela procura de melhores condições de vida e pela expansão urbana qualificada. Desvelaram-se também influências marcantes do Movimento Moderno em 70 % dos pro-

jetos de Francisco Caldeira Cabral e da primeira geração de arquitetos paisagistas, concebidos entre 1947, do qual data o seu primeiro projeto de jardim público, e 1970, marco identificado por Teresa Andresen em 2003. Nas várias unidades da amostra são reconhecíveis componentes associáveis aos distintivos de identidade e autenticidade do parque em 7 % de projetos concretizados até 1970 e 4 % dos posteriores, podendo suportar algumas ilações quanto à influência do projetista na primeira geração de arquitetos paisagistas. Estas ilações são reforçadas pelas seguintes constatações: praticamente todos os parques e jardins realizados em datas compreendidas entre 1947 e 1979 apresentam soluções afins às deste imóvel como projetos da primeira geração de paisagistas; reconhecem-se afinidades em 60 % dos parques e jardins projetados por membros desta geração e ainda em 40 % dos parques projetados por membros das gerações seguintes em datas posteriores a 1970.

A avaliação desenvolvida realçou: o mérito desta obra de autor numa conjuntura política, social, cultural e económica precisa, na qual se procurava promover a qualidade ambiental e vivencial urbana; a inscrição desta obra do primeiro arquiteto paisagista nacional em cronologias de transição nas quais se afirmava a paisagem moderna; a qualidade do parque público marcada por atributos conceptuais relevantes, pouco correntes em obras anteriores, ensaiadas em obras contemporâneas e projetadas de forma indelével nos grandes parques públicos das décadas seguintes; a indissociabilidade do quadro urbano

em que se insere, no qual se projeta o Palácio da Justiça; impactes sequentes à perda de componentes vivas; a reversibilidade de várias das alterações efetuadas.

Embora esta tipologia de parque seja relevante em termos patrimoniais e para mais quando inscrita num período de significância para a história da arte da paisagem em Portugal, não há de momento parques ou jardins públicos afins ao parque municipal do Montijo, classificados pelo valor cultural e muito menos quando projetados pelo primeiro arquiteto paisagista nacional.

Identificam-se valores culturais excecionais que podem suportar a fundamentação e instrução de um processo de classificação do parque ou jardim em causa como monumento, no qual se venha a reconhecer interesse superior ao municipal, nomeadamente público. Contudo, a respetiva autenticidade e integridade estão condicionadas por alterações concretizadas, pelo envelhecimento irreversível da estrutura verde, pela conservação e manutenção não especializada e até por agentes biológicos, como pragas e doenças, sendo indispensável a elaboração do plano de recuperação e gestão do Parque Municipal Carlos Hidalgo Gomes de Loureiro.

Viabilidade e crítica metodológica

A avaliação do valor cultural de qualquer imóvel, seja ele um monumento, conjunto ou sítio, deverá ter subjacente não só a apreciação intrínseca dos valores que o mesmo encerra, mas também uma estratégia que permita destacá-lo de forma singular ou cumulativa:

– Pela excecionalidade, muitas vezes associada à criatividade individual, ao recurso a soluções eruditas ou à importação de modelos exógenos;

– Pela representatividade dentro de um universo no qual se refletem especificidades culturais e ambientais, técnicas e práticas nacionais e regionais comuns, dificilmente se inferindo quanto a genialidades;

– Como resíduo de uma tipologia patrimonial, quase perdida.

A abordagem proposta sobre a metodologia desenvolvida por Rita Gonçalves, que recua a 1998, confirma mais uma vez a imprescindibilidade dos métodos comparativos como base da avaliação do valor cultural do património paisagístico, nomeadamente dos jardins e da fundamentação da graduação pelo interesse municipal, regional e nacional, considerada em vários diplomas legais.

Acrescem, pela expressão estatística, as vantagens de compreensão de um universo, mediante estudo de uma amostra significativa que reduza margens de erro e dilua desvios inesperados. Evidencia a premência da identificação de atributos de relevância sobre as distintas componentes e descritores dos jardins que integram a amostra, a parametrização qualitativa e quantitativa pelas variáveis discretas e contínuas, o processamento matricial da informação enquanto suporte da avaliação do valor cultural de um jardim, sem preterir critérios de autenticidade e integridade. Exige adaptações e aferições em função de objetos, tipologias e contextos e é passível de aplicação a outras realidades patrimoniais.

A viabilidade desta aplicação depende essencialmente da disponibilidade de informação, suficiente e creditada, acentuando a relevância das bases de dados e inventários, considerados como «o principal instrumento de proteção, conservação, valorização e promoção do património» cultural e em permanente atualização na Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial.

NOTAS

1. Remetendo para os n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º, «Conceito e âmbito do património cultural», da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que «estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural», respetivamente «o interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade» e «integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas».

2. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que remonta à Conferência das Nações Unidas realizada em Londres (1945); União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), fundada em 1948 e que reúne múltiplas organizações; Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA), fundada em 1948; Conselho da Europa (CE), organização internacional fundada em 1949; Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM), organização intergovernamental sequente à Conferência Geral da UNESCO, 1956; Conselho Internacional para os Monumentos e Sítios (ICOMOS), sequente ao 1.º e 2.º Congresso de Arquitetos e Especialistas de Edifícios Históricos (1957, 1964); Comité Científico Internacional para os Jardins e Sítios Históricos (ICOMOS-IFLA, 1971), designado como Comité Científico Internacional para as Paisagens Culturais, ISCC (1999).

3. *Carta de Atenas*, sobre o restauro dos monumentos históricos (Conferência Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, 1931); *Recomendações para a Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios* (UNESCO, 1962); *Carta de Veneza*, define os princípios de conservação e restauro para os monumentos e sítios (Conferência Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, 1964); *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* (UNESCO, 1972); *Carta de Florença*, adenda à *Carta de Atenas* (ICOMOS-IFLA, 1981); *Convenção de Granada*, *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa* (CE, 1985); *Carta de Washington*, *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas* (ICOMOS, 1987); *Carta de Nova Zelândia*, sobre a Inventariação e Conservação dos Sítios com Valor Patrimonial Cultural (1992); *Documento de Nara* e a autenticidade (1994), *Princípios para o Registo dos Monumentos, Grupos de Edifícios e Sítios* (1996); *Carta de Burra*, *Carta para a Conservação dos Lugares com Significado Cultural* (Comité Australiano ICOMOS, 1979, 1981, 1988 e 1999); *Carta de Cracóvia*, sobre os Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído, adenda à *Carta de Veneza* (Conferência Internacional sobre Conservação, 2000); *Convenção Europeia da Paisagem* (CE, 2000); *Diretrizes Operacionais para Implementação da Convenção do Património Mundial* (UNESCO, 2013).

4. Retirado de: *Bíblia Sagrada*, tradução dos textos originais, com notas, dirigida pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma. Nihil obstat e Imprimatur de 1967. Lisboa: Edições Paulistas, 1978.

5. Quanto a jardim histórico: «Artigo 1.º Um jardim histórico é uma composição arquitetónica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal, é considerado um monumento.»; «Artigo 4.º Determinam a composição arquitetónica de um jardim histórico: o seu traçado e a sua topografia; a sua vegetação: espécies, volumes, jogos de cores, distâncias e respetivas alturas; os seus elementos estruturais ou decorativos; a sua água, em movimento ou parada, refletindo o céu.»; «Artigo 5.º Expressão da estreita relação entre a civilização e a natureza, lugar de deleite, propício à meditação ou à recreação, o jardim adquire assim o sentido cósmico de uma imagem idealizada do mundo, um 'paraíso' no sentido etimológico do termo, mas que é o testemunho de uma cultura, de um estilo, de uma época, e eventualmente da originalidade de um criador artístico.»; «Artigo 6.º A denominação de jardim histórico aplica-se tanto a pequenos jardins como aos grandes parques, quer a sua composição seja formal ou naturalista.» e «Artigo 7.º Quer esteja ou não ligado a um edifício, do qual constitua um complemento inseparável, o jardim histórico não

pode desligar-se do seu próprio enquadramento urbano ou rural, artificial ou natural.» *Carta de Florença*, 1981.

6. Sem preterir considerações de outros filósofos, recorre-se a André Lalande, que no *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia* (1999) define valor como: característica de um ente ou de uma coisa, na qual se reflete a estima ou desejo de um sujeito ou grupo de sujeitos; característica de um ente ou de uma coisa na qual se reflete o mérito de ser mais ou menos estimado; característica de um ente ou de uma coisa de satisfazer um determinado fim; característica de um ente ou de uma coisa passível de troca por uma determinada quantidade de uma mercadoria tomada como unidade, dentro de um determinado grupo social e num momento preciso; preço que se estima por uma quantidade determinada de um objeto ou serviço (valor justo); significação não só literal, mas efetiva e implícita que possui uma palavra ou expressão.

7. «Significado cultural – valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, atual ou futuras». *Carta de Burra*, 1979, 1981, 1988 e 1999.

8. «Os sítios podem ter variações de valor para indivíduos ou grupos diferentes». *Carta de Burra*, 1979, 1981, 1988 e 1999.

9. Reconhecível entre composições (geométricas, biomórficas e mistas), contextos (urbanos ou rurais), regimes de afetação (pública ou privada), de usos (prazer, produção ou saber), de enquadramento ambiental (cobertos ou em estufas) e de tipologias (referindo-se a título meramente ilustrativo os domésticos associados a pequenas residências unifamiliares, os de aparato e enquadramento integrados em complexos áulicos, os de recreio e lazer de feição pública, os zoológicos e os botânicos em áreas do conhecimento, os de experimentação e aclimação).

10. Considerados por Édouard André como tipologia no *Traité général de la composition des parcs et jardins*. Paris: Masson, 1879, pp. 198-200.

11. A avaliação tem subjacente o apuramento ou estimativa do valor absoluto ou relativo de um determinado ente ou de uma determinada coisa, neste caso de um jardim. Depende de um conjunto de condicionantes muitas vezes pouco objetivas, referindo-se, a título ilustrativo: a finalidade da avaliação, neste caso concreto de feição patrimonial e cultural; características do avaliador; do enquadramento ambiental, sociocultural e até político. É um processo estruturado, no qual tanto componentes como fatores externos e internos são analisados. Envolve modelos de avaliação distintos, contemplando a seleção de critérios de valoração, o processamento da informação enquanto fundamento da atribuição de valores, a sequente hierarquização e distinção.

12. Nomeadamente: componentes – «que participam na composição ou que compõe»; elementos – «que entram na formação»; descritores – «que descrevem, ou que são utilizados para descrição», também «índices»; parâmetros «características que permitem definir ou comparar», grandezas – «relação numérica estabelecida com um objeto, passível de medição», «que permite identificar as principais características dentro de um conjunto estatístico»; qualidade – «propriedade ou condição distintiva»; atributo – «qualidade associada a um elemento»; critérios – «que servem de base a um julgamento», «que presidem à realização de distinções ou seleções», «essenciais na distinção de valores».

13. Referindo a título ilustrativo a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, o Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, o Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, que aprova o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais móveis e imóveis classificados ou em vias de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 115/2011, de 5 de dezembro, e 265/2012, de 28 de dezembro. Nestes diplomas utiliza-

se «valor» como: princípio de ética, a respeitar em procedimentos; como atributo abrangente de significado civilizacional ou universal de exceção; «bem» que «integra o património cultural»; realidade passível de fruição, não identificável como «bem»; manifestação do património cultural, por vezes imaterial; atributo patrimonial e cultural distintivo e deteriorável; referência de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade; equiparável a critério de apreciação; «grau» ou «interesse» nacional, público ou municipal, respeitante a monumentos, conjuntos e sítios; atributo cultural e patrimonial específico ou global; quantia ou montante pecuniário, associado a coimas.

14. O recurso à *Carta de Florença*, passadas quase quatro décadas e confirmadas lacunas, justifica-se pela objetividade da definição essencial ao reconhecimento destes objetos de estudo e da simplicidade de conteúdos, útil na identificação de um jardim com valor cultural, na descrição e caracterização do mesmo e na distinção de componentes, tanto tangíveis como intangíveis, a contemplar na inventariação e até como base da instrução de um processo de classificação. Nesta carta, independentemente das dimensões da composição e dos recursos estilísticos, destaca-se a abordagem conceptual sobre traçados e topografias, materiais inertes e vivos, elementos estruturais e decorativos, bem como o papel da água sob múltiplas formas. Alerta ainda para algumas questões relevantes como: eventual ligação a um edifício, independentemente de serem públicos ou privados; a indissociabilidade de uma unidade mais abrangente, sejam conjuntos áulicos, quintas, parques, cercas, santuários e até tapadas, para além dos prédios urbanos, exposições, complexos habitacionais, científicos, industriais, hospitalares e funerários; os contextos que os enquadram e justificam.

15. Jardins classificados pelo valor cultural: Jardim da Manga ou antigo Claustro da Manga do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, e Jardim Botânico de Lisboa como monumentos nacionais; Jardim da Sereia ou Parque de Santa Cruz e Jardim Botânico de Coimbra, incluindo a respetiva cerca, como monumentos de interesse público.

16. Integrando tal como outras tipologias de património paisagístico cerca de 172 imóveis classificados pelo interesse nacional ou público, referidos como: paisagem, parque, cerca, tapada, quinta, mata, praça, claustro, santuário, convento, mosteiro, palácio, palacete, paço, solar, casa, edifício, igreja, museu, estância termal, parque termal, área urbana, cidade, termas, igreja, capela, escola, hospital, cinema, biblioteca, quiosque, chafariz, janela, conjunto, etc. (Basto: 2015, p. 19).

17. Na qual se estabelecem critérios genéricos de apreciação para a classificação ou inventários gerais, que devem ser contemplados a título sugestivo e não vinculativo por dificilmente associáveis a jardins. Remete-se para o artigo 17.º da Lei de Bases do Património, Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, «Critérios genéricos de apreciação – Para a classificação ou a inventariação, em qualquer das categorias referidas no artigo 15.º», nos quais «serão tidos em conta algum ou alguns dos seguintes critérios: a) O caráter matricial do bem; b) O génio do respetivo criador; c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso; d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; f) A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística; g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva; h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica; i) As circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem».

18. Sem esquecer: *A Jardinagem em Portugal*, de Souza Viterbo (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1906), e *a Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal, de Ilídio de Araújo*. (Lisboa: Ministério das Obras Públicas. Direção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962); o esboço de inventário coordenado por Viana Barreto, na Direção-Geral de Planeamento Urbano, do Ministério das Obras Públicas, o *Inventário da Arte Paisagista em Portugal*, realizado por Aurora Carapinha, como provas de aptidão pedagógica e capacidade científica (Évora: Universidade de Évora, 1985), *A Arte Paisagista no Norte de Portugal: Inventário de sítios de interesse*, resultado de projeto de investigação (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Arquitetura Paisagista, 2010); a participação de arquitetos paisagistas interventivos em bases de dados e

inventários promovidos por entidades estatais como a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e os antecessores Instituto de Gestão do Património Arquitetónico (IGESPAR) e Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), por associações como o Instituto Açoriano de Cultura (IAC) e a Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos (APJSH).

19. Componentes e descritores correntes: designação: estabelecida por decreto de classificação quando não correspondente à corrente, outras; localização: georreferenciação, NUTS, distrito, concelho, freguesia, endereço; propriedade e regime de afetação: identificação: de proprietário, telefone, fax, morada e e-mail; servidões administrativas: figuras e enquadramento legal; tipologia: unidade, conjunto ou sítio em que se integra; usos: atual e passados; promotor, projetistas, construtores, jardineiros; eventos ou individualidades associados ao local; correntes estilísticas e movimentos marcantes; história: datas de construção, reconstrução, remodelação nova construção, acontecimentos relevantes, intervenções e ações, alterações de proprietários, etc.; conceção: traçado, elementos estruturantes, soluções adotadas face a constrangimentos e oportunidades do meio, relação entre áreas construídas, pavimentadas e verdes; enquadramentos, panorâmicas, eixos visuais internos e abertos sobre o exterior; modelação e armação do terreno; componentes e funções: construções, pavimentos, estruturas e infraestruturas, equipamentos, mobiliário, elementos decorativos e outros: designação, data, função, forma, corrente estilística, dimensões, características particulares exteriores e interiores, soluções técnicas e materiais, autores, estado de conservação, manutenção; estrutura verde: tipo, relevância, dominância, densidades, esquemas e técnicas de plantação e sementeira de árvores, arbustos e herbáceas, espécies nativas e exóticas, exemplares botânicos notáveis pela idade, porte e raridade, invasoras, infestantes, pragas e doenças, estado de conservação; inovações científicas e tecnológicas; outras componentes, nomeadamente arqueológicas; enquadramento imediato: envolvente construída, rural, florestal natural, etc.; contexto: paisagem em que se insere, ligações, componentes e dinâmicas, clima, fisiografia, topografia, geologia, hidrogeologia, hidrologia, pedologia, botânica, ecologia e biodiversidade, oportunidades para a fauna e flora; vulnerabilidades; alterações efetuadas intencionalmente, resultantes de dinâmicas naturais internas, de processos ambientais contínuos ou de eventos críticos como fogos, cheias e sismos; referência como marco na paisagem; tradições, lendas, devoções, contos associados, funções e papel dentro de uma comunidade; informação disponível em suporte analógico ou digital, seja manuscrita, epigráfica, impressa, cartográfica, iconográfica, fotográfica, oral, fonográfica e cinematográfica, etc.

20. A *Convenção de Granada* para a Salvaguarda de Património Arquitetónico da Europa realça o inventário como o principal instrumento de proteção, conservação, valorização e promoção do património (artigo 2.º). Berjman em 2014 reforça a respetiva importância: «Ainda que o produto "inventário" constitua por si um passo na reafirmação da nossa memória social, não constitui um fim em si mesmo, senão que deve ser concebido como uma ferramenta de intervenção na realidade, como um instrumento de políticas de proteção, preservação, revitalização, dos bens comuns a uma sociedade para a qual se constituem etapas fundamentais na construção da sua identidade.» Na prática, o inventário consiste no primeiro passo do processo de salvaguarda das paisagens, neste caso dos jardins, como: tomada de consciência da sua existência e da sua identificação, levantamento pormenorizado e descrição fundamentada em informação creditada e registo. Permite compreendê-los como parte do património cultural, assumir a sua expressão territorial e temporal, integrá-los em processos de ordenamento, realizar diagnósticos sobre unidades e amostras, identificar situações de risco e estabelecer as bases da respetiva preservação.

21. O recurso a abordagens estatísticas descritivas e até indutivas, embora por vezes excessivas, pode contribuir respetivamente para compreender as propriedades relativas a um conjunto de dados, e inferir as propriedades do universo estatístico «jardins integrados em tipologias e contextos afins», a partir de uma amostra que integra as várias unidades estatísticas «jardins», reunida pela regra da

disponibilidade de informação suficiente e creditada, nomeadamente nas bases de dados Património e SIPA – Monumentos da DGPC. Admite-se que este recurso baseado na distinção de variáveis quantitativas e qualitativas, discretas ou contínuas, possa auxiliar: na confirmação da frequência de caracteres estatísticos dominantes dentro da amostra; na construção ou idealização do jardim-tipo, nomeadamente por medidas de tendência central como médias, medianas e modas; na hierarquização por classes de frequência acumulada por medidas de ordem como decis e percentis; pela dispersão e determinação dos desvios constatados tendo em vista a seleção dos mais e menos representativos dentro da amostra.

22. Identidade: «entende-se como referência coletiva, englobando quer os valores atuais que emanam de uma comunidade quer os valores autênticos do passado»; Autenticidade: «somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação atual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo» (*Carta de Cracóvia*, 2000); Integridade: «característica ou circunstância do que se encontra inteiro; atributo do que não sofreu diminuição; designação de condição do que não foi alvo de alteração ou modificação; que não atingido e se encontra intacto ou ileso» (DP).

23. As intenções de Caldeira Cabral estão explícitas na memória descritiva de projeto «[...] No eixo do Palácio da Justiça, do lado sul, termina uma avenida. Como se pode verificar no anteprojecto procuramos valorizar o edifício do Palácio de Justiça criando uma larga perspetiva, reforçada por uma ligeira modelação do terreno de forma a construir um vale na continuação da referida avenida, com um declive suave de S. para N. As árvores plantadas na parte do aterro assim criado reforçarão o efeito de perspetiva, criando planos de profundidade e dando altura.» (Câmara: 2005).

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, I. EL-Jaick – O Entorno dos Jardins Históricos: construção histórica e caracterização de impactos. *Arqueologia na Paisagem: Olhares sobre o Jardim Histórico*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014, pp. 86-89.

ANDRÉ, E. – *Traité général de la composition des parcs et jardins*. Paris: Masson, 1879.

ANDRESEN, T. – *Francisco Caldeira Cabral*. Surrey: Landscape Design Trust Monograph Series, 2001.

ANDRESEN, T. (coord) – *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian, Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

ANDRESEN, T. Rebelo, J. – *Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro – Paisagem Cultural Evolutiva Viva. Relatório de Avaliação*. Porto: CCDRN/ESRVR, CIBIO-UP/UTAD, vol. 1, 2013.

BASTO, A. – *Da inventariação à salvaguarda do património paisagístico*. Dissertação para a obtenção de grau de mestre. Porto: FCUP, 2015.

BERJMAN, S. – De los Jardines Históricos a los Paisajes Culturales: La Labor de ICOMOS através del Tiempo. *Arqueologia na Paisagem: Olhares sobre o Jardim Histórico*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014, pp. 100-109.

BORRALHO, L. e FORTES, M. – Descrições do Reino Vegetal: Do Jardim do Éden às Terras de Vera Cruz. *Episteme*. Porto Alegre: ILAEA – GIFHC, 2002, pp. 71-96.

BRITO, L. e FORTES, M. – O Bom e o Mau Governo. *Revista Património*. Lisboa: DGPC, n.º 2, 2014, pp. 42-55.

CÂMARA, T. – Parque Municipal Carlos Hidalgo Gomes Loureiro. 2005 [em linha], DGPC-SIPA – Monumentos. Disponível em: <http://www.triplov.com>. Consultado em 2 de janeiro de 2017.

CHOAY, F. – *L'Allégorie du patrimoine*. Paris: Editions du Seuil, 1992.

FARDIN, L. D. – Assessing the cultural value of historic parks and gardens. *APT Bulletin*. York: University of York, vol. 24 (3-4), 1991, pp. 14-24.

- FARDIN, L. D. – Assessing the cultural value of historic parks and gardens. Thesis submitted for the M. A. *Conservation Studies (Landscapes and Gardens)*. York: University of York, 1992.
- FORTES, M. e GOMES, C. Ávila – Romantismo, Ultra-Romantismo e... Alquimia na Pena e na Regaleira. Discursos e Práticas Alquímicas, V Colóquio Internacional [em linha], Triplov. CICTSUL. Disponível em: <http://www.triplov.com>. Consultado em 18 de junho de 2017.
- GONÇALVES, R. – A Proteção do Património Paisagista – 1.ª parte. *Estudos e Património*. Lisboa: IPPAR. n.º 1, 2001, pp. 108-115.
- GONÇALVES, R. – A Proteção do Património Paisagista – 2.ª parte. *Estudos e Património*. Lisboa: IPPAR, n.º 2, 2002, pp. 97-103.
- GONÇALVES, R. – Assessment of historic gardens and parks in the context of Portuguese register. *Relatório para a European Bursaries for Training. The Conservation of Historic Gardens*. Lisboa, 1997.
- GONÇALVES, R. e MARTINEZ-MUÑOZ, S. – *Estudo para a Classificação de Jardins e Sítios com Valor Histórico e Cultural, relatório interno*. Lisboa, IPPAR, 1999.
- GRIGOR, G. – Criteria and Indicators for assessing the Cultural Heritage Values in Historical City Parks in Bulgaria. International Scientific and Practical Conference. *World Science*. Amã: World Science, 6(10), vol. 2, 2016, pp. 34-38.
- ISIDRO, Elsa – *Metodologia de Caracterização e Classificação de Jardins Públicos de Interesse Patrimonial. Aplicação à Cidade de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do grau de mestre. Lisboa: UTL. ISA, 2009.
- JORDAN, H. – *The register of Historic Parks and Gardens: its purpose and objectives*. London: English Heritage, 1994.
- KERR, J. – *The Conservation Plan: A Guide to the Preparation of Conservation Plans for Places of European Cultural Significance*. Sydney: National Trust New South Wales, 1990 [1982].
- LALANDE, A. – *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes [1927], 1999.
- LIMA, I. P. – *A Salvaguarda da Paisagem no Âmbito do Património Cultural*. Dissertação para a obtenção de grau de mestre. Lisboa, IST, 2008.
- LITHGOW, K. – Sustainable decision making: change in National Trust collections conservation. *Journal of the Institute of Conservation*. London: ICON, vol. 34, 1, 2011, pp. 128-142.
- LOUREIRO, I. – *Salvaguarda de Património Paisagístico*. Dissertação para a obtenção de grau de mestre. Porto: FCUP, 2013.
- MARQUES, T. P. – A Carta de Florença e a Salvaguarda dos Jardins Históricos. Seminário Internacional. *Os Jardins Botânicos como Património Universal*. Região Autónoma dos Açores: DRA, SRAM, 2006.
- MASON, R. – Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices. *Assessing the Values of Cultural Heritage*. Research report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002, pp. 5-30.
- MITCHELL, B. e HOLLICK, M. – Integrated Catchment Management in Western Australia: The Transition from Concept to Implementation. *Environmental Management*. Cham: Springer US, vol. 17 Iss: 6, 1993, pp. 735-743.
- PHILLIPS, A. – *International Policies and Landscape Protection. Landscape and Sustainability*. London: Spom Press, 2000, pp. 78-96.
- PINTO, M. A. – *O legado escrito de Francisco Caldeira Cabral: Construção do pensamento teórico em arquitetura paisagista*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Arquitetura Paisagista. Porto: FCUP, 2014.
- RAMSAY, J. – *Parks, gardens and special trees: A Classification and Assessment Method for the Register of the National Estate*. Canberra: Australian Government Publishing Service, 1991.
- ROSSLER, M. – World Heritage Cultural Landscapes: A UNESCO Flagship Programme 1992-2006. *Landscape Research*. Abingdon-Oxfordshire: Routledge Journals, Taylor & Francis, vol. 31 (4), 2006, pp. 333-354.
- SCAZZOSI, L. – Reading and Assessing the Landscape as Cultural and Historical Heritage. *Landscape Research*, vol. 29 (4). Abingdon-Oxfordshire: Routledge Journals, Taylor & Francis, 2004, pp. 335-356.
- SELMAN, P. e KNIGHT, M. – On the Nature of Virtuous Change in Cultural Landscapes: Exploring Sustainability through Qualitative Models. *Landscape Research*, vol. 31 (3). Abingdon-Oxfordshire: Routledge Journals, Taylor & Francis, 2006, pp. 295-307.
- SHIPLEY, R. e KOVACS, J. F. – Good governance principles for the cultural heritage sector: lessons from international experience. *Corporate Governance*. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, vol. 8 Iss: 2, 2008, pp. 214-228.
- SILVA, R. G. – *Proteção e Classificação do Património Paisagístico*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Recuperação e Conservação do Património Construído. Lisboa: IST-UL, 2008.
- STOVEL, H. – *Risk Preparedness: A Management Manual for World Cultural Heritage*. Rome: ICCROM, 1998.
- THOMAS, L. e MIDDLETON, J. – *Guidelines for Management Planning of Protected Areas*. Gland: IUCN, 2003.
- THOMPSON, I. H. – *Ecology, Community and Delight: sources of values in landscape architecture*. London: E & FM Spon, 2000.
- THROSBY, D. – Cultural Capital and Sustainability Concepts in the Economics of Cultural Heritage. *Assessing the Values of Cultural Heritage*. Research report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.
- THURLEY, S. e COXEN, A. – Managing the Past for the Present: Our European Partners. *Conservation Bulletin*. London: English Heritage, Iss: 50, 2005, pp. 16-17.
- TVEIT, M. e ODE, A. e FRY, G. – Key Concepts in a Framework for Analysing Visual Landscape Character. *Landscape Research*. Abingdon-Oxfordshire: Routledge Journals, Taylor & Francis, vol. 31 (3), 2006, pp. 229-257.
- WIJESURIYA, G. – An Integrated Approach to Conservation and Management of Heritage. *ICCROM Newsletter*. Rome: ICCROM, 34, 2008, p. 8.
- YOUNG, C. – Heritage Across Boundaries: International Overview. *Conservation Bulletin*. London: English Heritage, Iss: 50, 2005, pp. 2-3.
- YOUNG, C. e CHADBURN, A. e BEDU, I. – *Stonehenge. World Heritage Site Management Plan*. London: English Heritage, 2009.

Projeto, património arquitetónico e regulamentação contemporânea: sobre práticas de reabilitação no edificado corrente

Nuno Valentim Lopes

Arquiteto.

Professor auxiliar da Faculdade de Arquitectura
da Universidade do Porto.
Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo/FAUP

As temáticas de projeto, património arquitetónico e regulamentação contemporânea despertam um interesse sem precedentes. Esta atenção decorrerá, em parte, do número de intervenções em curso sobretudo no edificado não-classificado – obras que estão sujeitas a um regime geral de edificação e a um quadro regulamentar em vigor concebidos para a construção nova. A síntese da investigação aqui apresentada confirma a tese que não existe em Portugal um quadro regulamentar adequado a estas intervenções – coloca-se o património em risco com a consciência tranquila de quem cumpriu a lei. O trabalho construiu-se a partir das práticas de projeto para a elaboração de uma síntese crítica, isto é, propondo-se uma estrutura de análise de um conjunto de projetos/ obras realizados no edificado corrente com valores patrimoniais (do final do século XIX e início do século XX) e cruzando-a com a leitura da preexistência, os valores identificados, as decisões de projeto e a interpretação crítica do seu atual enquadramento regulamentar e procedimental.

Os problemas do património despertam um interesse sem precedentes. Este interesse e a mediatização do tema exigem ser acompanhados por reflexão sobre as práticas, investigação e produção de conhecimento.

O trabalho aqui resumido foi motivado por estas necessidades e pela ausência de enquadramento – a vários níveis – em que se encontram atualmente as intervenções no edificado corrente com valor patrimonial, identificado e reconhecido das nossas cidades.

É sobre este mesmo património corrente por reabilitar que incide hoje, e incidirá num futuro próximo, um elevado número de projetos. No entanto, as intervenções neste edificado não-classificado estão sujeitas ao regime geral de edificação e ao quadro regulamentar em vigor para a construção nova, frequentemente com consequências desastrosas.

Na prática, coloca-se este vasto património em risco com a consciência tranquila de quem cumpriu a lei.

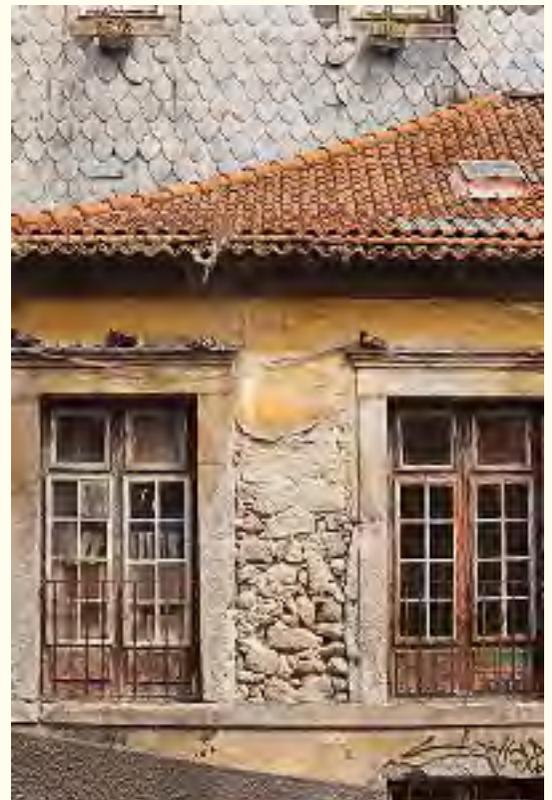
Como enquadrar estas intervenções e esta categoria de edificado no quadro regulamentar atual? Ou, sendo o edificado existente tão rico na diversidade, como atuar no quadro regulamentar, de forma a ganhar-se margem de ajuste às circunstâncias de cada caso?

Resumimos neste artigo o processo e as conclusões da tese de doutoramento com o mesmo título concluída recentemente na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (Nuno Valentim Lopes, 2016)¹.

→

Centro do Porto.
Exemplos
de edificações
correntes (não-
classificadas)
onde podemos
identificar valores
arquitetónicos:

- Caixa de escada comum em edifício dos anos 30;
 - Casa burguesa portuense – aspetos do sistema construtivo e revestimentos;
 - Pavimento e escada no interior de edifício do final do século XIX.
- João Ferrand,
2005-2007.





←
Exemplos de más
práticas compatíveis
e decorrentes
do atual enquadramento
regulamentar:

- Nova caixilharia
de alumínio junto
à caixilharia original;

- Pilastra de granito
em fachada esventrada
pela instalação de um
nicho infraestrutural;

- A tentativa
de resolução do problema
de acessibilidade
ao logradouro;

- A substituição
de estruturas, tabiques
interiores e caixas de
escada por betão armado;

- Substituição
de estruturas de madeira
da cobertura por
elementos de betão
armado;

- Instalação dissonante
de painéis solares;

- Isolamento exterior
com sistema ETICS
cobrindo os materiais
originais da fachada.

Nuno Valentim Lopes,
2010-2015.



Projeto, património e regulamentação

«Há, efetivamente, dificuldade em progredir com uma investigação sistemática no campo da história da arquitetura dos factos correntes.

Daqueles que, afinal, predominam na cidade e, quer se queira quer não, contribuem para a caracterização da sua forma, para a sua identificação e sem o conhecimento dos quais não se conhecerá efetivamente nem a cidade, nem as suas exceções arquitetónicas.» (Fernandes: 1999)²

A preocupação e atuação para recuperar valores do passado fazem parte de um processo de séculos que progrediu e ganhou corpo através do pensamento e da prática de arquitetos, historiadores, filósofos, políticos... A partir do século XIX, a noção de valor transcende o património erudito, monumental e da obra isolada (encarado como objeto único) para passar a valorizar os conjuntos edificados e a cidade antiga, posta em causa pela revolução industrial.

Assim, hoje, à luz da evolução do conceito de património, podemos afirmar inequivocamente que no edificado urbano corrente reconhecem-se valores patrimoniais que exigem um enquadramento específico face à construção de raiz e ao património monumental e classificado.

O conhecimento destas práticas, teorias e história, assim como a compreensão e o entendimento dos valores preexistentes são determinantes na solução de projeto – reforçando a importância da avaliação, da análise fundamentada, da qualificação dos intervenientes e das exigências metodológicas (que a construção nova nem sempre implica). Só com a capacidade de identificar o valor face a um novo programa se poderá, como Chemillier tão bem previa, estabelecer o limite da aproximação regulamentar nas questões culturais (Chemillier: 1986)³.

Deduz-se que Chemillier antevia a emergência de uma cultura normativa fundada em parâmetros (hoje em vigor) que no fundo reage ao enorme crescimento, transformações e consumo de recursos das últimas décadas. No caso português, designadamente a transposição regulamentar das diretivas europeias não atendeu, frequentemente, às circunstâncias específicas do nosso país, nem às particularidades do edificado corrente com valores patrimoniais.

Percebendo o desajuste dramático deste quadro regulamentar, o Governo de Portugal responde em 2014 com o RERU⁴ – um diploma muito criticado pelas Ordens, profissionais e investigadores, ao preconizar «transitoriamente» (durante sete anos!...) uma quase total desregulamentação para parte do parque construído. Constatou-se ainda que o foco da motivação apresentada foi meramente económico. O RERU não trata, pois, na raiz o verdadeiro problema: o desajuste e a falta de compatibilização dos regulamentos com a intervenção no edificado existente.

São visíveis as consequências negativas desta atmosfera e de um quadro regulamentar concebido para a construção nova que convida à não consideração dos valores patrimoniais. A visão parcial, considerando isoladamente, e de forma prescritiva, cada um dos parâmetros (energético, acústico, estrutural, de risco de incêndio ou outro), contraria o exercício de síntese – de natureza necessariamente não-prescritiva – de qualquer projeto de arquitetura e em particular das intervenções sempre circunstanciadas no património. E é sabido que será a reabilitação a ocupar maioritariamente as práticas arquitetónicas nos próximos tempos.

Serão assim necessários instrumentos que permitam introduzir conceitos de moderação normativa, trabalhando sobre a própria legislação existente, como nos demonstra o processo espanhol em curso. Desde logo, há que reunir e compatibilizar a legislação aplicável à edificação num documento único – como o *CTE, Código Técnico de la Edificación* – para se poder assumir um processo evolutivo e participativo com contributos dos diversos intervenientes: projetistas, utilizadores, entidades competentes. Desse modo seria também possível introduzir na lei os conceitos propostos no *Guía de Aplicación del CTE a Edificación Existente*⁵ – como a noção de «ajuste razoável», onde critérios como os da «proporcionalidade» da intervenção ou da «maior adequação efetiva» possível ao regulamento matizam a aproximação paramétrica.

Com metodologia próxima à investigação aqui apresentada, Franz Graf e a sua equipa estão a trabalhar a partir do projeto no património para produzir reflexão, conhecimento e, conseqüentemente, intervenções mais qualificadas. Constatou-se, a partir das práticas do Laboratório de Técnicas e Salvaguarda da Arquitetura Moderna em Lausana, que é possível desmontar mitos ligados ao mau desempenho e à inevitabilidade de substituição de elementos construtivos

O próprio Estado reconhece o problema:

«O sistema de padrões mínimos, criado em 1951 [...] foi sucessivamente alterado e desdobrado em múltiplos códigos, durante os últimos 60 anos, o que resultou num regime complexo, que não incorpora a especificidade da reabilitação urbana, estando pensado e concebido para fazer face ao volume significativo de edifícios novos [...] É necessário alterar este quadro legislativo e regulamentar [...]» (IHRU: 2015)⁸

E feita a análise aos principais regulamentos aplicáveis à construção (quanto à sua natureza, exceções previstas e implicações construtivas)⁹, podemos concluir que as referências ao edificado existente e às intervenções neste património corrente são praticamente nulas na regulamentação em vigor.

No entanto, as poucas exceções admitidas (para património classificado ou outras construções) enunciam princípios que poderiam servir de modelo de ajustamento regulamentar com capacidade de responder às características do edificado existente em geral onde são identificados valores patrimoniais como, por exemplo, o princípio da proporcionalidade física/económica para cumprimento regulamentar, o acompanhamento mais próximo/disponível das entidades para encontrar soluções mais ajustadas, a partilha de respon-

O número elevado de incompatibilidades encontradas confirma a ausência de contributos oriundos das práticas arquitetónicas, do «saber em ação»

existentes (com valor patrimonial que poderá não ser reconhecido unanimemente). No caso da proposta de reabilitação/processo de investigação premiada da «Cité du Lignon» em Genebra⁶ – documentado na nossa investigação –, não foi necessário substituir as caixilharias singulares dos anos 70 para nos aproximarmos dos desempenhos regulamentares, contrariando mitos e conflitos como o trinómio «património, economia e energia» (Graf: 2012)⁷.

É assim possível conciliar o aparentemente inconciliável através do conhecimento profundo da realidade existente a par de um reforço da cultura de projeto dos seus intervenientes.

Da regulamentação aplicável aos projetos no edificado existente corrente

É patente a dificuldade em abordar temas ligados à legislação aplicável à construção – situação que decorre, sobretudo, da quantidade de documentos pulverizados por decretos-leis, portarias e despachos com disposições sucessivamente revogadas e substituídas por outras.

sabilidades entre projetistas e entidades na adequação regulamentar face a um valor identificado, entre outros.

Constata-se ainda a falta de uma entidade com capacidade de gerir o problema em causa: propondo uma redação articulada entre regulamentos e estudando a forma de os adequar às especificidades da intervenção no edificado existente. Seria urgente recuperar um organismo como a extinta Comissão de Revisão e Instituição de Regulamentos Técnicos, integrada no Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, articulando investigadores, profissionais e entidades do setor.

Uma proposta de análise dos casos de estudo, fundada nos valores identificados e nas decisões/ações de projeto

As obras estudadas decorreram em edifícios originalmente construídos no final do século XIX e início do século XX, em áreas urbanas consolidadas, com valores culturais/patrimoniais identificáveis, mas não-classificados oficialmente nem integrando áreas de salvaguarda.

Sete casos de estudo

Estado de conservação

Nível 1 - em geral, revestimentos degradados e estruturas em bom estado

Nível 2 - edifícios com assimetrias no estado de conservação; áreas em bom estado e áreas profundamente degradadas

Nível 3 - edifício profundamente degradado ou em ruína

Autoria de projeto

CEFAUP - Centro de Estudos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
 FE - Frederico Eça
 JS - Joana Sarmiento
 MAC - Maria Ana Coutinho
 MC - Margarida Carvalho
 MM - Maria Milano
 NV - Nuno Valentim
 PC - Pedro Costa
 PM - Paola Monzio

Localização

Área do lote

Estado de ocupação

Estado de conservação

Autoria arquitetura

Data de projeto

Data de construção

Área de implantação

Área de logradouro

Área bruta/pisos

Programa funcional

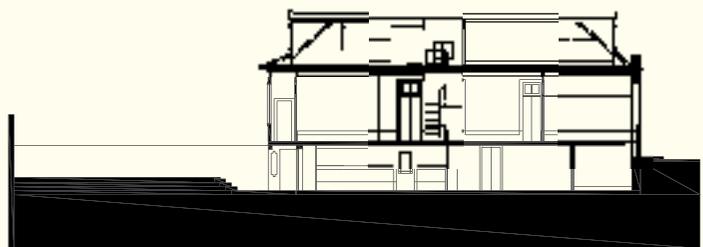
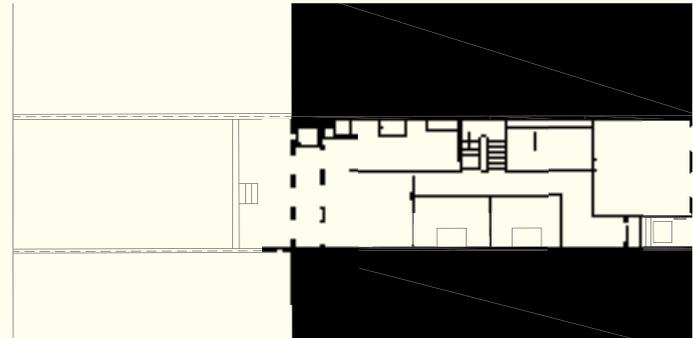
Tramitação legal

Custo m²

Custo total da obra

Casa Lina Matos

Reabilitação de habitação unifamiliar do século XIX



Rua de Diu, 82, Porto

205 m² (6,30 m x 32,60 m)

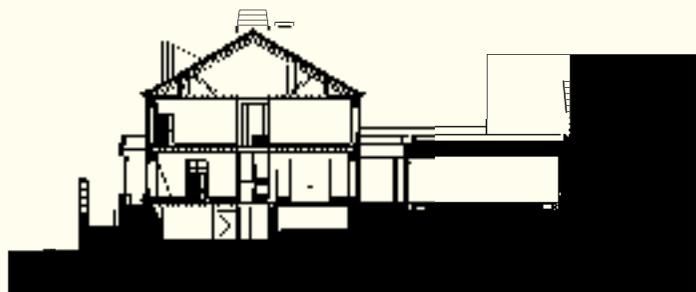
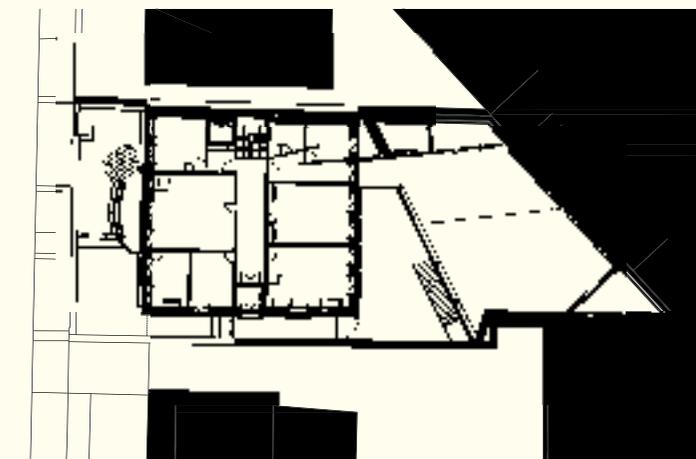
Habitado até um ano antes do início do projeto

Nível 1

Preexistência	Projeto
Desconhecida	NV, JS
1885	2005
1885	2006-2009
115 m ²	115 m ²
80 m ²	80 m ²
290 m ² /3 pisos	290 m ² /3 pisos
Habitação unifamiliar	Habitação unifamiliar
	Comun. início trabalhos
Habitação	345 €/m ²
	100 000 €

Centro Universitário Manuel da Nóbrega (CUMN)

Reabilitação e ampliação de habitação unifamiliar dos anos 30



Rua de Almeida Garrett, 4, Coimbra

480 m² (40,70 m x 15,20 m)

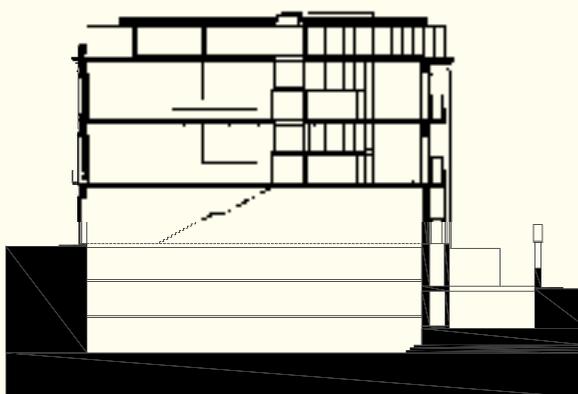
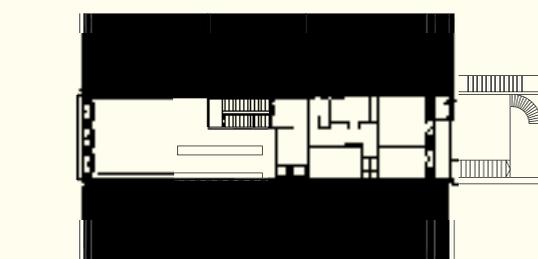
Habitado até um ano antes do início do projeto

Nível 1

Preexistência	Projeto
Desconhecida	NV, PC
1939	2009-2011
1939	2012-2013
195 m ²	317 m ²
198 m ²	202 m ²
374 m ² /4 pisos	495 m ² /4 pisos
Habitação	Equipamento/C. Univ.
	Licenciamento
	1 100 €/m ²
	550 000 €

Habitações Sá da Bandeira

Reabilitação de duas habitações em prédio do século XIX



Rua de Sá da Bandeira, 222, Porto

238 m² (6,70 m x 35,60 m)

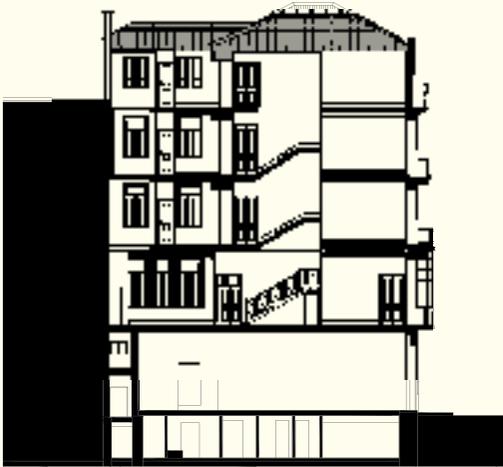
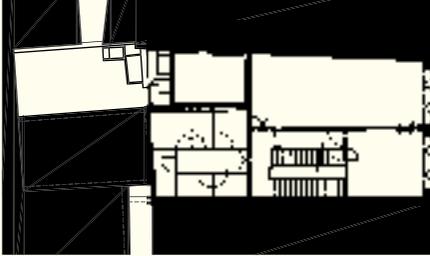
Devoluto (incêndio)

Nível 3

Preexistência	Projeto
Desconhecida	NV, FE, MM
1883	2003-2005
1890-1900	2006-2009
186 m ²	186 m ²
45 m ²	45 m ²
335 m ² /7 pisos	530 m ² /7 pisos
Comércio e habitação	Habitação (e comércio)
	Licenciamento
	565 €/m ²
	400 000 €

Edifício Alexandre Braga

Reabilitação de edifício de 1928 do arq. José Marques da Silva



Rua de Alexandre Braga, 94, Porto

136 m² (8,50 m x 16 m)

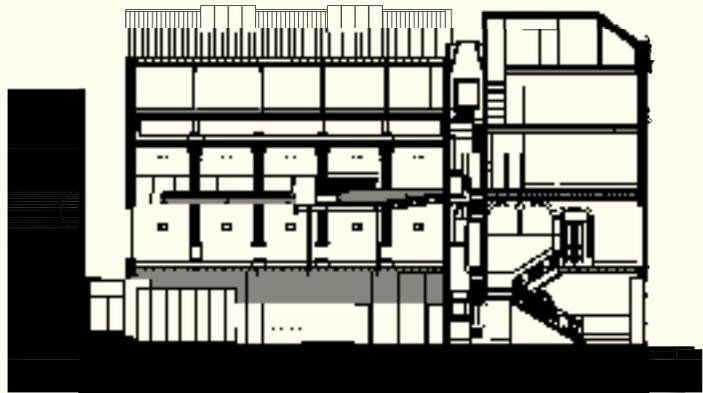
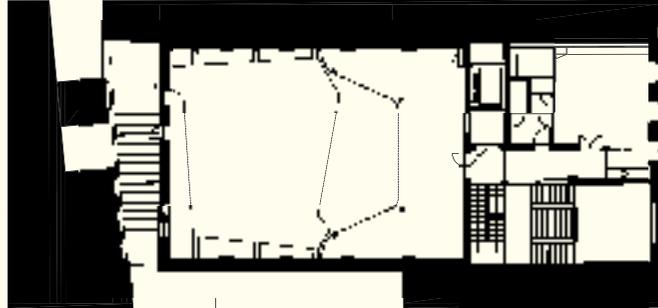
Parcialmente habitado, piso 1 devoluto

Nível 1

Preexistência	Projeto
Marques da Silva	CEFAUP
1923	2007-2012
1925-1928	2012-2013
136 m ²	136 m ²
18 m ²	18 m ²
785 m ² /6 pisos	785 m ² /6 pisos
Habitação e serviços	Habitação e serviços
	Com. início trab. (arq.)
	470 €/m ²
	255 000 €

Atelier des Créateurs

Reabilitação de edifício de 1903 para confecção têxtil



Rua de José Falcão, 95, Porto

432 m² (13,50 m x 32 m)

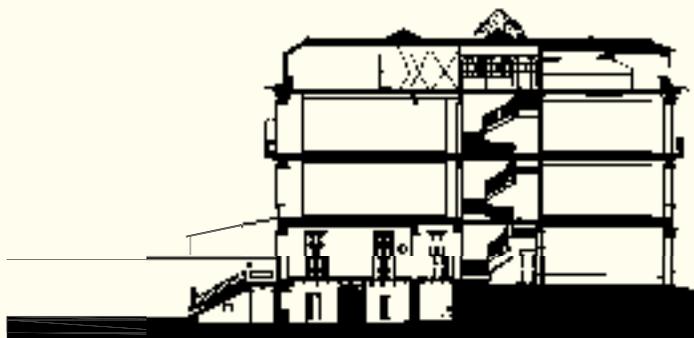
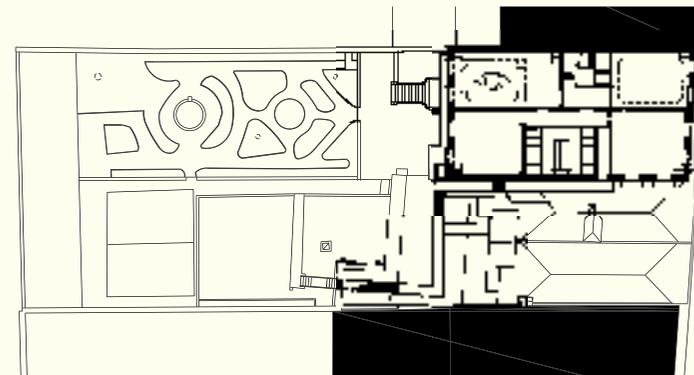
Devoluto

Nível 2

Preexistência	Projeto
Vasconcellos Lima Jr.	NV, FE, PM, MAC
1902-1903	2007
1903-1904	2008-2009
395 m ²	418 m ²
35 m ²	12 m ²
1210 m ² /5 pisos	1540 m ² /5 pisos
Sede da ACM	Confecção artesanal
	Licenciamento
	620 €/m ²
	856 500 €

Albergues noturnos do Porto

Reabilitação de edifício do início do século xx



Rua dos Mártires da Liberdade, 237, Porto

1586 m² (65,50 m x 24,80 m)

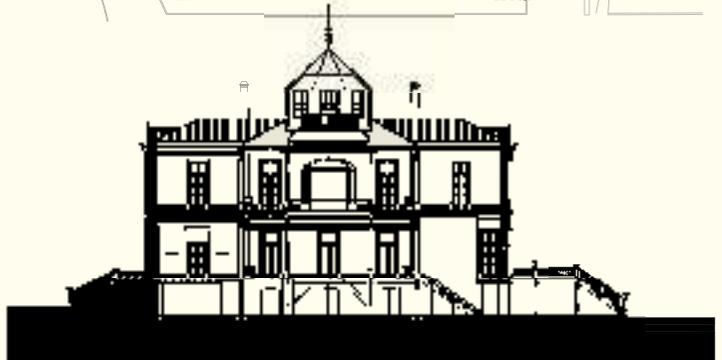
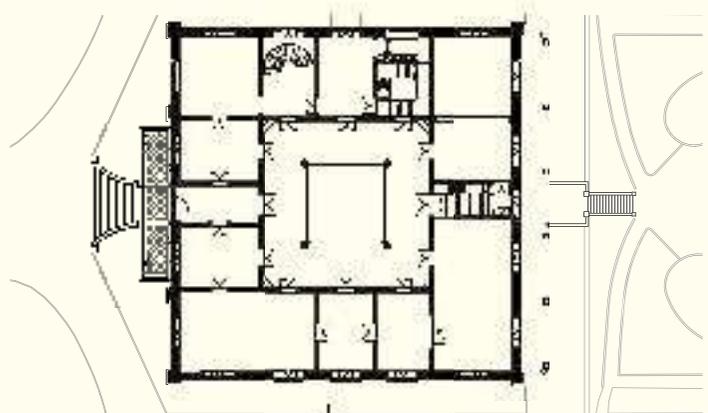
Em utilização

Nível 1

Preexistência	Projeto
Desconhecida	NV, FE, MC
1900-1910	2011-2014
1900-1910	2015-2016
648 m ²	989 m ²
938 m ²	498 m ²
1934 m ² /5 pisos	1285 m ² /5 pisos
Equipamento social	Equipamento social
	Licenciamento
	497 €/m ²
	637 850 €

Casa Andresen

Reabilitação e adaptação à Galeria da Biodiversidade - Museus da Universidade do Porto



Rua do Campo Alegre, 1191, Porto

48 500 m² (255 m x 190 m)

Em utilização

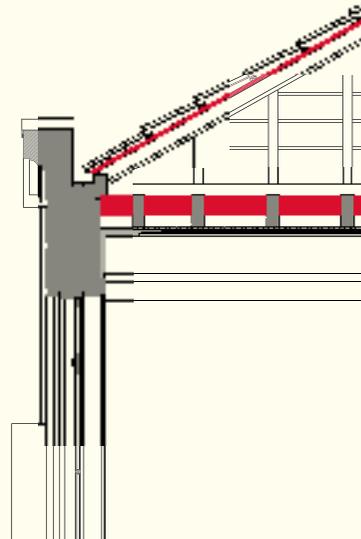
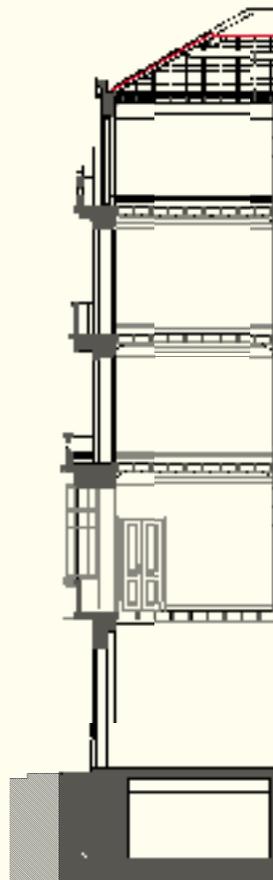
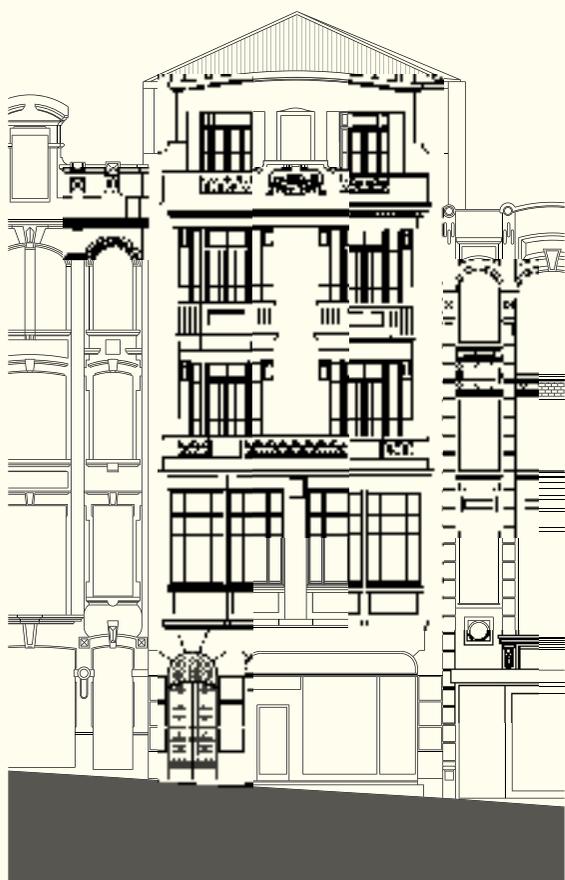
Nível 1

Preexistência	Projeto
Desconhecida	NV, FE
Desconhecida	2009-2010 (1.ª fase)
1875-1895	2010 (1.ª fase)
840 m ²	840 m ²
47 600 m ²	47 600 m ²
4300 m ² /3 pisos	4300 m ² /3 pisos
Habitação	Galeria
	Com. início trab. (1.ª fase)
	495 €/m ² (1.ª fase)
	835 500 € (1.ª fase)

Análise do caso de estudo, parte III – Registo descritivo da ação com incompatibilidade regulamentar (exemplo de estrutura-tipo)

Edifício Alexandre Braga

Paredes exteriores



← Situação preexistente e proposta.

Fachada à rua. Alçado da Rua de Alexandre Braga, corte longitudinal parcial e pormenor construtivo vertical nas cores convencionais.

Análise das ações com conflito regulamentar

Ação com conflito regulamentar [4.Pe.1]

Não introduzir isolamento térmico interior ou exterior.

Caracterização da situação existente

O edifício encontrava-se globalmente em bom estado de conservação, apresentando anomalias decorrentes da degradação natural, falta de manutenção e algumas intervenções descaracterizadoras ao longo dos tempos.

Fachada à rua: as paredes exteriores existentes possuíam uma espessura média de 0,60 m, sendo interrompidas por vãos de grande dimensão variável. A área opaca totalizava apenas cerca de 55 % da área total da fachada e possuía detalhes decorativos interiores e exteriores únicos.

Descrição da intervenção

O estado de conservação do edifício permitiu recuperar grande parte dos elementos construtivos preexistentes.

Pelo exterior, foi conservada a fachada com os seus materiais (granito e argamassa de cimento), substituindo-se pontualmente as argamassas quando apresentavam sinais de

destacamento - mantendo todos os elementos decorativos singulares.

Pelo interior, foram recuperados todos os elementos nestas paredes associados a vãos, pavimentos e tetos (alzares, rodapés, lambris, rodapés, estuques, etc.).

Valores identificados na base da decisão

- Qualidade do desenho da fachada, seus materiais e elementos decorativos exteriores em granito e argamassa.
- Qualidade/desenho dos elementos decorativos interiores em argamassa e carpintarias associadas aos vãos, paredes, pavimentos e tetos.
- Espessura/massa/inércia térmica da parede exterior existente.
- Autoria do Arq. José Marques da Silva.

Incompatibilidades regulamentares

SCE/REH/RECS: Impossibilidade de verificar os requisitos mínimos da envolvente (fator solar máximo admissível e coeficiente de transmissão térmica máximo admissível), bem como as necessidades nominais de aquecimento e arrefecimento impostos pelo Decreto-lei nº 118/2013.



←
Preexistente.
Vista exterior da fachada à rua antes da intervenção. Pormenor da volumetria e caixilharia dos 1.º e 2.º andares desta fachada.



←
Final.
Fachada à rua e espaço interior do 2.º andar depois da intervenção. Atente-se ao trabalho decorativo interior (pavimentos, paredes e tetos) e exterior integralmente recuperados na sua expressão original - o que não seria possível introduzindo isolamento térmico pelo interior ou exterior.

Consequências da aplicação do regulamento

Aplicar isolamento na fachada exterior, pelo interior ou exterior, implicaria a anulação dos elementos construtivos existentes descritos anteriormente.

A hipótese de aplicação de isolamento pelo interior, para além de anular ou obrigar a reproduzir elementos de valor contíguos (pavimentos, rodapés, tetos, alizares, etc.), poderia reduzir a inércia térmica e criar conflitos junto aos elementos estruturais.

A estas consequências acresce o reduzido retorno do investimento no isolamento da fachada opaca, por força da espessura existente (e inércia térmica decorrente), área relativa à superfície total da fachada e reduzida expressão desta área não isolada na envolvente do edifício.

Melhorias introduzidas

As melhorias introduzidas situaram-se nos elementos/componentes contíguos à fachada opaca, nomeadamente:

- Na recuperação das caixilharias e portadas existentes, melhorando a sua vedação e estanquidade;
- Na introdução de um forte isolamento térmico ao nível da cobertura.

A diversidade dos programas, dos estados de conservação, dos autores da preexistência e dos programas preliminares de intervenção conduziu a uma diversidade de respostas ajustadas às características concretas de cada caso numa amostra que se considera representativa da multiplicidade de encomendas atuais e possibilidades de estratégias decorrentes.

O conhecimento profundo e próximo dos casos de estudo e a experiência direta no projeto/obra (favorecido por se tratar da obra própria do autor da tese) permitiu definir uma estrutura de análise fundada nas práticas. Seria, nitidamente, mais difícil, com a presente metodologia, aprofundar em obra alheia questões como a tramitação de projeto, a articulação da equipa de projeto, o envolvimento do cliente nas decisões, as soluções rejeitadas.

O modelo de análise *bottom-up*, ou seja, das decisões das práticas do projeto para a crítica regulamentar, permitiu levantar e identificar valores patrimoniais na origem de ações com incompatibilidades regulamentares - um exercício de decomposição das decisões de projeto a partir do ponto de vista enunciado pela tese. O resultado desta análise constituiu a fonte primária da investigação.

Refira-se, no entanto, que todo o trabalho de recolha, leitura, organização e interpretação destas intervenções - da estrutura da análise à própria aplicação na matriz - nunca põe em causa as especificidades e circunstâncias de cada projeto, caso a caso.

«Não existe nenhum fatalismo no resultado, na infinidade de soluções possíveis, apesar da utilização dos mesmos saberes. Ao arquiteto de hoje só 'um critério de experiência' é lícito; um critério que não recuse dado algum do real que, esse sim, existe, nunca como matéria a sujeitar a soluções apriorísticas, mas sempre decorrentes de interpretações e desígnios pessoais. [...]

Encontrando a regra, a sua, a partir do existente, caso a caso, e sempre legível em cada obra.» (Costa: 2005)¹⁰

Uma aplicação na forma de matriz de incompatibilidades

A construção da matriz de incompatibilidades permitiu sobrepor, interpretar e sintetizar os resultados da análise aos casos de estudo.

Esta matriz - centrada nas «ações com conflito regulamentar» - cruza finalmente toda a informação recolhida relativa aos valores identificados (e decisão face a esse valor) e os regulamentos em conflito. Juntam-se ainda os parâmetros quantitativos ligados ao número de ocorrências.

O manuseamento da informação - facilitado pela estrutura em grelha - abre a matriz de análise à participação de outros projetistas e permite uma permanente atualização da relação entre ação de projeto e quadro regulamentar, tornando-a numa ferramenta relevante como contributo para a construção de regulamentos mais bem ajustados ao edificado existente.

As 23 ações distintas com conflito regulamentar diagnosticadas no conjunto dos 7 casos de estudo (das 90 registadas) correspondem a 47 conflitos normativos diferentes (de um universo de 167 incompatibilidades) e confirmam a tese de que não existe em Portugal um quadro regulamentar ajustado às intervenções no edificado existente corrente com valores patrimoniais.

Foram encontradas 11 a 16 ações por projeto onde as decisões de preservar/integrar valores existentes se revelaram

Matriz de incompatibilidades

Valor identificado	Decisão face ao valor	N.º	Ação com conflito regulamentar
Paredes exteriores	Manter fachadas/paredes exteriores existentes (incluindo fundações, tramos enterrados, empenas/meação e elementos salientes)	01	Não introduzir isolamento térmico interior ou exterior
		02	Não alterar vãos térreos/porta de entrada
		03	Manter ou localizar caixas de corte e contadores exteriores das redes infraestruturais em posição/dimensão não-regulamentar
Vãos exteriores	Manter a caixilharia existente	04	Reabilitar as portas e janelas existentes mantendo os seus componentes e apenas substituindo elementos degradados
		05	Substituir caixilharia dissonante pela original
	Manter o desenho da caixilharia existente com adaptações	06	Substituir a caixilharia adaptando o desenho das janelas existentes com melhorias no seu desempenho
Sistema estrutural	Manter as estruturas existentes	07	Reabilitar o sistema estrutural existente
Coberturas	Manter a forma, revestimentos e estrutura existentes (incluindo elementos emergentes/singulares)	08	Reabilitar recuados/trapeiras em taipa de fasquio
		09	Não introduzir painéis solares
	Conservar a cota máxima do telhado/escala existente	10	Ampliar o vão do telhado condicionado à escala/cota máxima do telhado existente
Pisos	Manter a estrutura dos sobrados, pavimentos e tetos existentes	11	Atribuir função habitável a um espaço interior com pé-direito não-regulamentar
		12	Reabilitar elementos construtivos dos sobrados entre frações autónomas
		13	Instalar redes infraestruturais em sobrados existentes
Paredes/ compartmentação interior	Conservar paredes interiores existentes (compartmentação, espacialidade, circulação, escala, categoria do tipo)	14	Manter compartimentação e espacialidade interior existente (reabilitando paredes interiores e elementos construtivos contíguos)
		15	Não introduzir elevador
		16	Integrar a cozinha na sala
Escadas interiores	Conservar a escada existente (incluindo espaços de comunicação vertical e espaços contíguos de comunicação horizontal)	17	Manter a caixa de escadas, dimensões e revestimentos existentes
		18	Reabilitar a claraboia existente
		19	Reabilitar os vãos interiores contíguos à caixa de escadas
	Manter a compartimentação existente	20	Introduzir nova escada ajustada a um espaço ou na continuidade da escada existente
Vãos interiores	Manter portas e janelas interiores existentes	21	Reabilitar vãos interiores existentes
Conjunto edificado	Manter de forma global e abrangente o edifício existente (incluindo relações com espaços exteriores)	22	Introduzir um sistema misto de ventilação natural/mecânica com admissão de ar exterior
		23	Manter as cotas dos pavimentos exteriores do edifício

TOTAL 23

● **Enquadramento omissivo** ● **1 ou 2 incompatibilidades por reg.** ● **3 ou + incompatibilidades por reg.**

* A interpretação regulamentar comum (ou mais estrita) leva frequentemente a considerar esta ação como não-regulamentar.

Síntese das ações com conflito regulamentar face aos valores identificados, regulamentos em conflito e ocorrências nos casos de estudo.

Incompatibilidade regulamentar

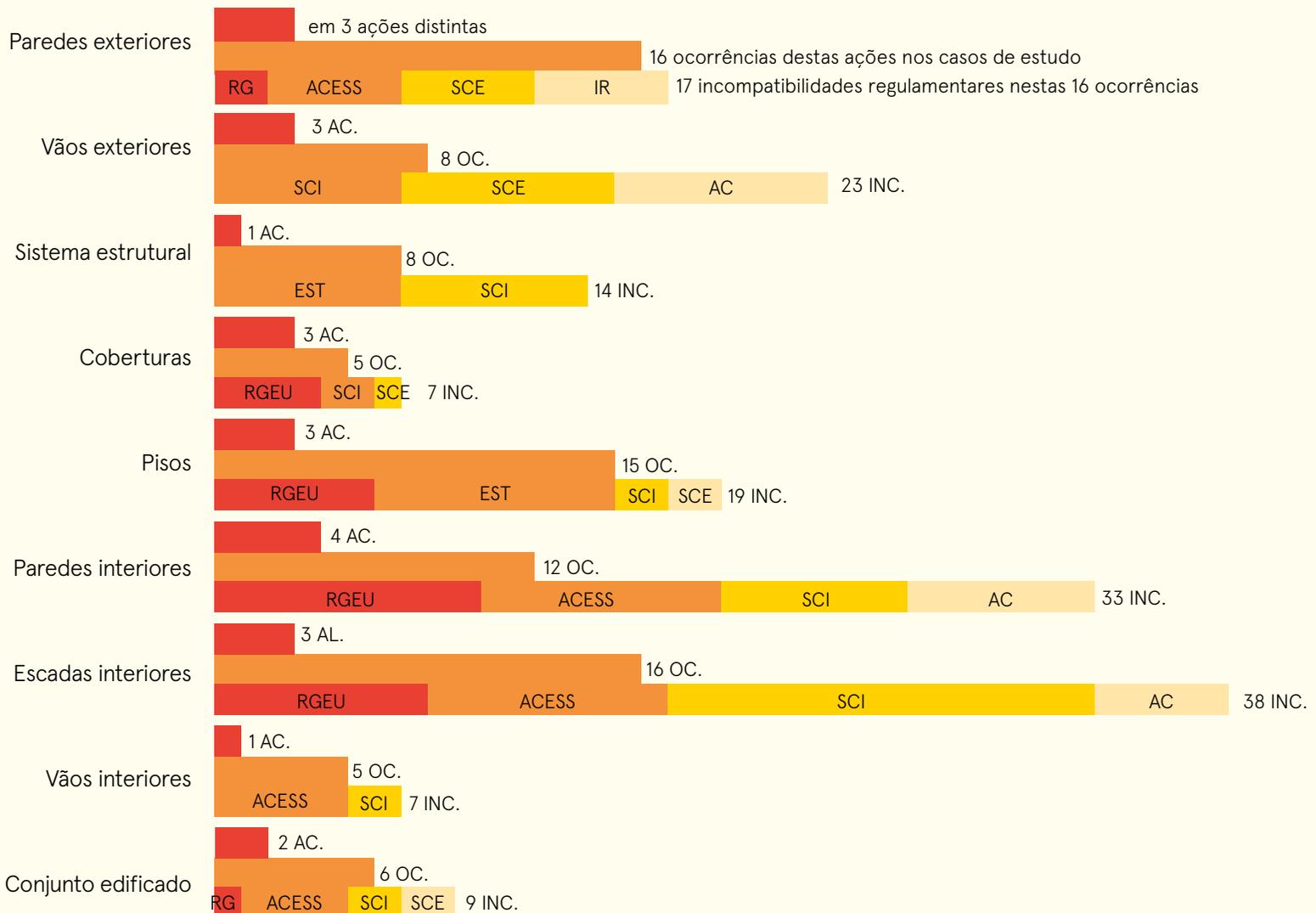
Ocorrências casos de estudo

RGEU	ACESS.	ESTRUT.	SEG. C.	SCE/ ACÚST.	INF./	TOTAL	TOTAL	1	2	3	4	5	6	7	TOTAL	TOTAL	
			INC	TÉRMO	RED.	REG.	VALOR	LM	CN	SB	AB	AC	AP	CA	CASOS	INCOMP.	
				●		1	4	1	1		1	1	1	1	6	6	17
●	●					2		2		1	1	1	1		5	6	
					●	1		1		1	1		1	1	5	5	
			●	●	●	3	9	2	3		3	3	3	3	6	17	23
			●	●	●	3			3						1	3	
			●	●	●	3				3					1	3	
		●	●			2	2	2	2	2	2	2	2	2	7	14	14
●			●			2	4	1					2	2	3	5	7
				●		1		1							1	1	
●						1				1					1	1	
●						1	5	1	1	1		1	1	1	6	6	19
		●	●	●		3				3	3				2	6	
		●			*	1		1	1	1	1	1	1	1	7	7	
●	●		●	●		4	7	4	3	4	4	4	3	3	7	25	33
●	●					2				2	2		2		3	6	
●					*	1				1	1				2	2	
●	●		●			3	10	3	3	3	3	3	2	2	7	19	38
●			●			2					2		2		2	4	
			●		●	2			2		2	2	2	2	5	10	
●	●		●			3				3				2	2	5	
		●				2	2	1	1		1	2	2		5	7	7
			●	●		2	4						2	2	2	4	9
●	●					2		2	1			1	1		4	5	
11	7	3	13	6	6	1	47	13	11	13	14	11	16	12	90		TOTAL AÇÕES
								22	21	26	27	21	28	22		167	TOTAL INCOMP.

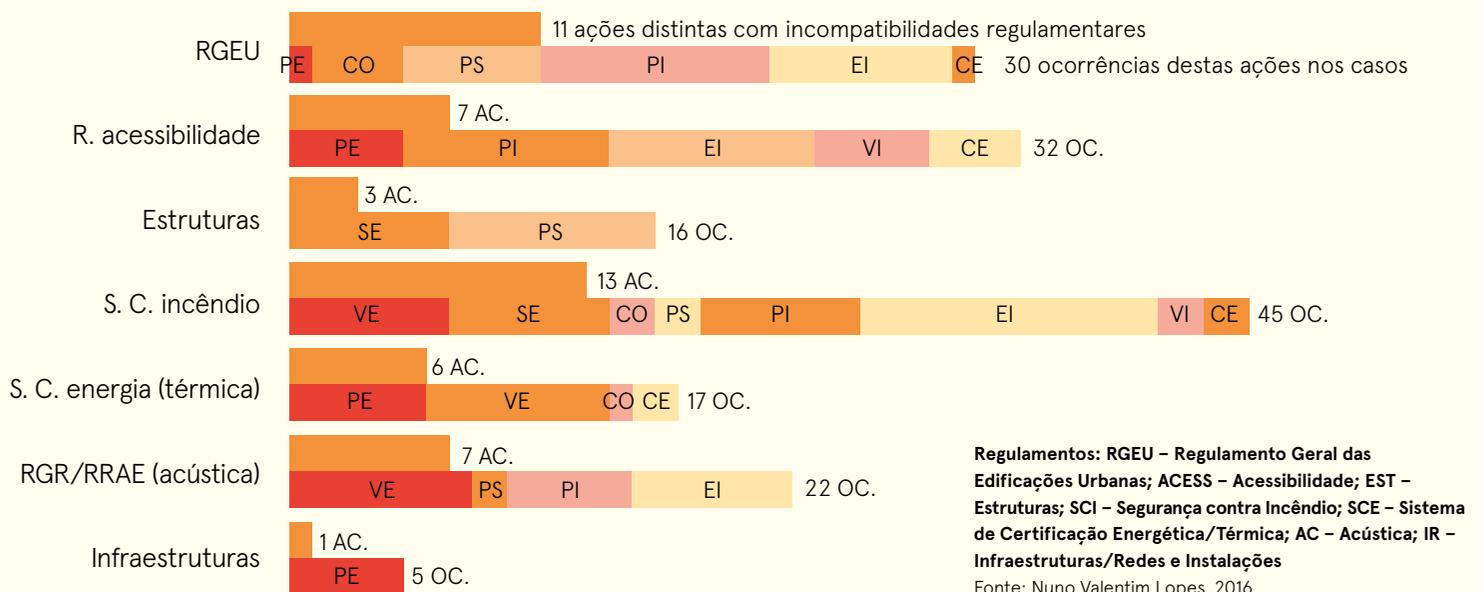
Fonte: Nuno Valentim Lopes, 2016.

Leituras a partir da matriz de incompatibilidades – Ocorrências das ações com conflitos regulamentares por valor identificado

Ocorrências das ações com conflitos regulamentares por valor identificado



Ocorrências das ações com conflitos regulamentares nos regulamentos analisados



incompatíveis com o quadro legal. Confirma-se, assim, o desajuste regulamentar e a ameaça real de este quadro conduzir à destruição de valores presentes neste edificado.

O trabalho contribuiu igualmente para o reconhecimento, identificação e caracterização destes valores e daqueles que são particularmente atingidos pelos regulamentos como os vãos exteriores, as escadas interiores e paredes/compartimentação interior – que, uma vez postos em causa, levam ao esvaziamento do miolo dos edifícios, promovendo uma cultura pobre de manutenção apenas das fachadas.

Consequentemente, verifica-se que ações de projeto ligadas à reabilitação de janelas e portas existentes, à preservação das escadas interiores singulares e à integração dos elementos de compartimentação existente (e elementos contíguos) provocam uma maior quantidade de incompatibilidades regulamentares.

Do ponto de vista do enquadramento legal, verifica-se que o RGEU e o Regime Jurídico de Segurança contra Incêndios destacam-se em relação aos restantes regulamentos pelo número de conflitos identificados – sinal claro de um desajuste muito evidente e da urgência de adequar o enquadramento legal aos processos de reabilitação.

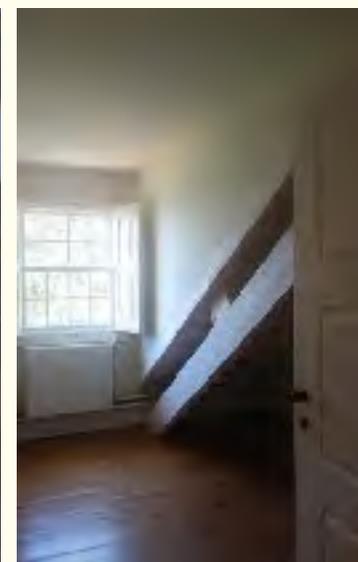
Estamos assim perante um quadro regulamentar que favorece más práticas, pondo em causa inúmeros valores patrimoniais – um verdadeiro paradoxo, uma vez que os regulamentos deveriam constituir referências, formas de sedimentar o conhecimento e uma garantia de qualidade.

Se «a legislação é o registo de mudança»¹¹, também o será no impacto da forma das cidades e da sua arquitetura. Sendo o arquiteto um dos principais autores desta forma – porque desenha e faz sínteses interdisciplinares – e sendo esta mesma forma decorrente do enquadramento legal, ele não poderá deixar de contribuir ativamente para o processo em conjunto com outros intervenientes.

Conclui-se, por isso, que este é um campo que exige a presença da disciplina da arquitetura e onde não tem sido evidente a participação que poderia e deveria ter. O número elevado de incompatibilidades encontradas confirma a ausência de contributos oriundos das práticas arquitetónicas, do «saber em acção»¹². A presente investigação aponta para o indispensável envolvimento dos arquitetos nos processos de construção dos princípios regulamentares – os quais, como vimos, têm visíveis consequências na forma das nossas cidades e na preservação dos valores culturais. O mero cumprimento dos regulamentos garante a aprovação dos processos de licenciamento, mas destrói património e arquitetura.

Serão por isso necessários mais documentos desta natureza, que produzem reflexão a partir do projeto. Também a investigação e o ensino reclamam este tipo de contributo fundado na experiência – em particular neste período pós-Bolonha, em que as universidades são chamadas a repensar a sua estrutura docente e o seu papel na sociedade civil e empresarial.

A documentação dos processos, critérios, soluções e práticas de projeto que conciliam a transformação e melhoria do desempenho preexistente com os valores culturais diagnosticados constitui igualmente um contributo para a necessária qualificação dos intervenientes e para a estruturação de metodologias de intervenção mais adequadas a este edificado. Cumpre-se também o objetivo de demonstrar que a resposta arquitetónica eficaz resolve as questões estruturais,



↑
Ação: «Conservar a caixa de escadas, dimensões e revestimentos existentes»
– 3 regulamentos em conflito (RGEU, Acessibilidades, Segurança contra Incêndio) e ocorrências em 7 casos de estudo; Imagens de escadas de casas burguesas portuguesas – Rua do Campo Alegre, Rua da Boavista/Casa do Conto e Rua de Álvares Cabral (Pedra Líquida).
Nuno Valentim Lopes, 2010/Fernando Guerra, 2008.

↑
Ação: «Atribuir função habitável a um espaço interior com pé-direito não-regulamentar»
– 1 regulamento em conflito (RGEU) e ocorrências em 6 casos de estudo Imagens do aproveitamento do desvão do telhado – Casa cor-de-rosa, FAUP (reabilitação do Arq. Álvaro Siza Vieira).
Nuno Valentim Lopes, 2015.

funcionais, de conforto, de segurança, assim como as arquitetónicas e patrimoniais.

Contribuirá, igualmente, para a construção de princípios regulamentares culturalmente mais enriquecedores, mais coerentes e mais eficazes na reabilitação do edificado corrente com valor patrimonial.

NOTAS

1. Tese do autor com o título *Projecto, Património Arquitectónico e Regulamentação Contemporânea - Sobre Práticas de Reabilitação no Edificado Corrente*, apresentada publicamente em 11 de maio de 2016, orientada por Francisco Barata Fernandes, Vasco Peixoto de Freitas e tendo como tutor do Projeto de Tese José Miguel Rodrigues. O trabalho foi desenvolvido no Programa de Doutoramento da FAUP com o apoio do CEAU/FAUP e da FCT.
2. Cf. FERNANDES: 1999, p. 17.
3. Inédita e aparentemente paradoxal é a forma como Chemillier termina com o capítulo «Les limites de l'approche exigentielle», no qual identifica as questões culturais como a primeira das condicionantes a ter em conta no confronto com o desempenho das soluções construtivas.
4. Regime Excecional para a Reabilitação Urbana, Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril.
5. Guia em desenvolvimento pela Unidad de Calidad en la Construcción do Instituto Eduardo Torroja.
6. Prémio do Património Cultural da União Europeia, *Europa Nostra*, na categoria «Investigação», edição 2013, entregue ao *Laboratoire Technique et de la Sauvegarde de l'Architecture Moderne* (TSAM-ENAC-EPFL), dirigido por Franz Graf, pela investigação «La cité du Lignon 1963-1971. Étude architecturale et strategies d'intervention».
7. Cf. GRAF: 2012, p. 13.
8. IHRU: 2015, p. 13.
9. A investigação analisou mais profundamente sete regulamentos: RGEU, Regime de Acessibilidades, Regime de Segurança contra Incêndios, Estruturas, Sistema de Certificação Energética (anterior Comportamento Térmico), Regulamento de Ruído/Requisitos Acústicos e um conjunto de regulamentos ligados às Redes e Infraestruturas
10. COSTA: 2005, pp. 80-85.
11. Almeida Santos, entrevista, *Jornal Público*, de 25 de abril de 2014.
12. Expressão retirada do resumo da conferência de Franz Graf intitulada «La recherche et la restauration de l'architecture moderne» no colóquio *L'architecture entre pratique et connaissance scientifique*, Collège de France, Paris, 16 de janeiro de 2015. <http://actu.epfl.ch/news/la-recherche-et-la-restauration-de-l-architecture/>. Consultado a 11 de janeiro de 2015.

BIBLIOGRAFIA

- COSTA, Alexandre Alves - «Quando o Património é a Casa do Vilão. Quinta da Cavada, Briteiros», *Candidatura ao Prémio Jean Tschumi*, Lisboa: Ordem dos Arquitetos, 2005.
- FERNANDES, Francisco Barata - *Transformação e Permanência na Habitação Portuguesa*, Porto: FAUP Publicações, 1999.
- CHEMILLIER, Pierre - *Sciences et Bâtiment: La Démarche Scientifique Appliquée à la Construction*, Paris: Presses de l'ENPC, CSTB, 1986.
- GRAF, Franz - *Patrimoine, Économie, Énergie: une vision synthétique. La cité du Lignon. 1963-1971. Étude architecturale et stratégies d'intervention*, Franz Graf/Giulia Marino (coord.), TSAM/EPFL, Lausanne: Infolio, 2012.
- IHRU - Proposta para discussão pública. + *Habitação, estratégia nacional para a habitação*, maio de 2015. Disponível em [https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/habitacao/EstN acHabitacao/Estrategia-para-a-habitacao.pdf](https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/habitacao/EstN%20acHabitacao/Estrategia-para-a-habitacao.pdf), consultado em 16 de agosto de 2015. Unidad de Calidad en la Construcción do Inst. Eduardo Torroja - «Guía de Aplicación del CTE a Edificación Existente», Madrid, Ministerio de Fomento (no prelo).
- LOPES, Nuno Valentim - *Projecto, Património Arquitectónico e Regulamentação Contemporânea - Sobre Práticas de Reabilitação no Edificado Corrente*, Tese de Doutoramento, FAUP, 2016. Disponível no repositório aberto da UP em <http://hdl.handle.net/10216/86894>.

opiniã

sociedade

acontece



OPINIÃO

O futuro da cultura, o futuro do património cultural: considerações preliminares

Pier Luigi Sacco

Special Adviser to the EU Commissioner for Education and Culture
Professor of Cultural Economics, IULM University
(Tradução: Manuel Lacerda)

O conceito Património 3.0 que é introduzido neste artigo revela um cenário que aborda não só a conservação e a transmissão dos legados culturais e históricos, mas a sua própria produção, que surge como um desígnio coletivo que apela a comunidades e indivíduos, chamando-os a um papel ativo na partilha de responsabilidades e de participação, com maior poder, tornando-se a relação com o património uma componente basilar do modelo de cidadania ativa. Esta diferença de abordagem estrutural exige uma reflexão aturada por parte dos profissionais que se dedicam ao património cultural, que têm de aprender a definir os seus papéis e missões nestes novos ambientes, num constante diálogo com a sociedade civil, não a considerando como mera audiência mas como colaboradora e cooperadora cultural. Se isto não for feito, as consequências serão uma perigosa deslegitimação social do contributo fundamental da herança cultural na criação de valor cultural, social e económico.

↙
Charola do Convento de Cristo.
Manuel Lacerda, 2013.

Apesar da multiplicação de exemplos bem-sucedidos de programas de desenvolvimento cultural local e regional por toda a Europa, subsiste a percepção geral de que o verdadeiro papel e potencial da cultura na visão de desenvolvimento europeu a longo prazo ainda é subestimado. Isto deve-se à lacuna que subsiste na conceptualização da influência que a cultura tem numa economia do conhecimento, como é a economia europeia na atualidade. Para muitos decisores e operadores políticos que desempenham funções fora da área cultural, os setores culturais não são mais do que ramos menores e de baixa produtividade na economia, sugando subsídios e, como tal, são mais consumidores de recursos do que produtores de riqueza. Assim, não surpreende que em consequência desta conceptualização errada, as atividades culturais sejam um dos alvos mais fáceis dos cortes de financiamento público nos períodos de crise.

Os equívocos sobre o papel da cultura no contexto económico contemporâneo podem ser atribuídos a ideias obsoletas sobre o relacionamento entre a atividade cultural e a criação de valor acrescentado na economia e na sociedade. Para ilustrar este aspeto é necessário fazer um esboço da evolução da relação entre as duas esferas, economia e cultura, mantendo presente que isto será, apenas, uma reconstituição muito básica que omite aspetos que, num estudo mais desenvolvido, teriam certamente uma relevância de primeira linha.

O aparecimento de um modelo estruturado de relação entre a produção cultural e o contexto socioeconómico tem sido um longo e complexo processo de evolução social, intimamente ligado à própria construção de estruturas humanas racionais e ao desenvolvimento cognitivo humano. A natureza da produção cultural e artística está intrinsecamente imersa na sociedade, e teve de trespassar socialmente todos os níveis de regimes que a ignorou em longos períodos da história da humanidade, não tendo a cultura sido reconhecida como um bem social com uma esfera própria de atividade legítima. Isto passou-se mesmo nos antigos impérios, mesmo em situações socioeconómicas avançadas, onde as artes floresceram sobretudo por serem mecanismos que celebravam os poderes seculares e temporais estabelecidos. O talento para a produção cultural teve um papel importante nos antigos impérios, penetrando em mui-

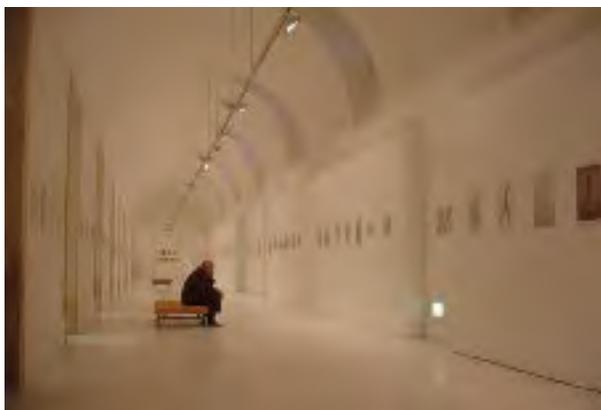
tas esferas da vida económica e social, mas a única entidade de significado a ser consagrada e celebrada nesse processo artístico era o próprio rei, mantendo os artistas uma presença humilde e geralmente anónima. A identidade e o papel social dos artistas começam a ganhar alguma preponderância na antiga Grécia, para encontrar finalmente um sistema reconhecível através do modelo de patrocínio da Roma Imperial.

Durante muitos séculos a produção artística e cultural, como atividade claramente identificada e socialmente legitimada, foi estruturada de acordo com aquilo que podíamos chamar o regime de Cultura 1.0, fundado no conceito do patrocínio. A Cultura 1.0 é típica da economia pré-industrial. Neste contexto, a cultura nem é um setor económico autónomo e definido, nem está acessível à maioria das suas audiências potenciais.

O facultar da cultura e dos bens culturais aparece aqui entregue à iniciativa individual dos patrocinadores. Na sua forma clássica, patronos e mecenas aparecem por iniciativa de indivíduos com grandes capacidades financeiras e elevado estatuto social cujo poder e riqueza emanaram de fontes que nada tem a ver com a cultura, mas que decidiram utilizar alguns dos seus recursos para garantir aos produtores de bens culturais modos de vida sustentados, obtendo em contrapartida a fruição das criações artísticas e culturais que poderiam partilhar nos seus círculos sociais. Assim, o patrocínio cultural aparece como um veículo para reforçar o estatuto social e a reputação do patrono, podendo assumir um carácter estratégico sofisticado. Esta situação verificou-se na Idade Média e ainda mais no período da Renascença. Tal foi possível por haver recursos financeiros disponíveis oriundos de áreas alheias à esfera cultural e assim a produção cultural manteve-se financiada exclusivamente num esquema de subsídios externos, sem o qual não poderia ter sobrevivido.

Nessa relação de patrocínio, os pagamentos aos artistas e produtores culturais não eram vistos pelos patrocinadores como retribuições financeiras originadas em transações, ou como trocas em ambiente de mercado. Pelo contrário, esses pagamentos eram encarados como dádivas ou ofertas trocadas entre patronos e artistas – uma prática que na verdade ainda se mantém em certos domínios culturais e que tem uma intrigante tradução prática nas

Este é um desafio enorme e, também, uma oportunidade maravilhosa de trazer o património para o centro de uma economia de conhecimento intensivo e para o âmago de uma sociedade que está a tomar forma perante os nossos olhos.



novas plataformas sociais culturalmente mediadas. Claramente, este modelo só suporta um número muito limitado de produtores culturais, que vivem inteiramente sob o poder discricionário dos patronos, num ambiente de audiências também muito limitadas. Assim, quer a produção quer o acesso aos bens culturais produzidos ficam seriamente restringidos por barreiras socioeconómicas.

Com as grandes mudanças sociais associadas à revolução industrial (económica) e com as atuais revoluções burguesas (políticas) que originaram o aparecimento dos Estados-nação mo-

dernos, verificou-se um alargamento das audiências culturais devido a uma série de circunstâncias que se conjuraram. Primeiro, com as revoluções burguesas, e o conseqüente questionamento de muitos dos privilégios das classes dirigentes, apareceu uma nova conceção que gradualmente legitimou o acesso à cultura como um direito universal, inerente ao próprio conceito de cidadania. Em segundo lugar, com a melhoria progressiva das condições de vida das classes trabalhadoras, surge a sua disponibilidade e a apetência para pagar pelo consumo de bens culturais.

Mas, mesmo assim, o acesso a bens e oportunidades culturais vai continuar a ser limitado até ao eclodir da revolução cultural industrial, que ocorre nas décadas que antecedem e sucedem imediatamente o século xx, e que cria condições tecnológicas para o aparecimento de mercados culturais de massas. Mesmo antes desta fase crucial, com o nascimento dos Estados-nação modernos, aparecem novas formas de patronato «público» com os Estados a atribuírem verbas de fundos públicos para financiar atividades culturais e artísticas para benefício da sociedade. Aqui já é possível falar-se de políticas culturais públicas e dos correspondentes modelos de políticas culturais que articulam a iniciativa pública no campo cultural, numa variedade de manifestações nacionais específicas, abrindo caminho a diversidades locais que se manifestam em termos de missão, organização, desenho, eficácia, etc., etc.

É importante assinalar que a noção de política pública de cultura, embora tenha evoluído, ainda está muito baseada no regime da Cultura 1.0 (pré-industrial), mas o debate sobre o seu papel e abrangência nas sociedades industriais avançadas tem uma história longa e complexa.

O papel de patrocinador cultural não está já só nas mãos de indivíduos isolados (mesmo quando personifiquem funções institucionais como os príncipes da Renascença ou os reis da modernidade). O patrono deixa de ser individual e passa a ter uma função pública, embora de forma muito sensível à história socioeconómica dos Estados-nação europeus. Contudo, a cultura em si ainda é tida como uma atividade improdutiva que absorve recursos produzidos noutros setores da economia. Com a revolução «cultural» industrial, que ocorre na volta do século xx, a massificação de mercados culturais torna-se uma realidade com a introdução da imprensa rotativa, da fotografia e do cinema, da música gravada, da radiodifusão, etc. Isto vai permitir não só a distribuição de novos produtos culturais, mas torná-los acessíveis a audiências mais vastas, a preços sucessivamente mais em conta e assim se desenvolveram estratégias e modelos de negócio criados para lidar com as novas realidades: a transição para um regime Cultura 2.0 torna-se viável, finalmente.

Neste regime de Cultura 2.0, as audiências expandem-se significativamente, embora a produção cultural seja ainda

✓
**Galeria de Exposições
Temporárias, Mosteiro
de Alcobaça.**
Manuel Lacerda, 2013.



←
Aranjuez.
Manuel Lacerda, 2015.

intensamente controlada por obstáculos que impedem a sua generalização, já que o acesso às tecnologias de produção ainda é difícil e financeiramente dispendioso. É assim que os produtores culturais são selecionados em complexos sistemas que diferem de um setor cultural para outro. A Cultura 2.0 é uma nova forma de relação entre a produção cultural e a criação de valor económico num encaideamento dominado pela expansão das indústrias culturais e criativas.

Ao contrário da Cultura 1.0, na Cultura 2.0 há atividades culturais e criativas que produzem valor económico e até são rentáveis, mas continuam confinadas a um setor específico da economia e, pelo menos na sua fase inicial, são atividades consideradas de menor importância quando comparadas com setores mais convencionais de produção manufaturada — são tidas apenas como um ramo da indústria de diversão e, como tal, um nicho relativamente pequeno numa escala macroeconómica.

A ideia de produção cultural massiva que se tornou possível com este regime de Cultura 2.0 não foi universalmente bem acolhida na Europa, pois desafiava diretamente os sistemas de controlo da produção cultural existentes e fragilizava os poderes dos guardiões dos financiamentos com dinheiros públicos — e poderia ser encarada como uma poderosa ferramenta de manipulação e embuste de audiências de massas menos esclarecidas e educadas. Nos Estados Unidos da América (EUA), estas preocupações eram menos relevantes pois não existiam preconceitos criados por idealizações anticomerciais originadas em séculos de habitação e dependência do regime de apoio e de controlo da atividade cultural estrategicamente

imposto por elites culturais. Pelo contrário, na América, encontrou-se nas indústrias culturais a plataforma ideal de propaganda, motivada pela necessidade de construir no limiar do século xx uma narrativa nacional, inovadora, que servisse uma potência global que se afirmava rapidamente. A adoção entusiástica da indústria cultural na sua fase heroica marca ainda mais o seu afastamento crescente do ambiente cultural europeu, muito marcado pelos seus rituais de sobrançeria e pela sua defesa de regimes paternalistas de financiamento público e produção cultural apertadamente fiscalizada.

A liderança indisputada dos EUA na indústria cultural do século xx é uma consequência direta desta transição crucial: o desaparecimento da produção cultural europeia orientada para o mercado, apesar de a maior parte da inovação tecnológica ter aparecido na Europa com a revolução cultural industrial, e apesar de a situação de liderança europeia até ali ter sido indisputada (muito devido ao domínio colonial durante o século xix). Nos Estados Unidos, o esforço para a criação de uma indústria cultural orientada para o consumo de massas permitiu a rápida expansão de mercados culturais quase sem competição, que acabariam por tornar a Europa num mercado comprador de conteúdos culturais americanos. Mesmo assim, na Europa floresciam indústrias criativas em todos os grandes ramos — publicações, música, cinema, rádio, televisão, *design*, moda e comunicação na esfera criativa. Contudo, a relação destas manifestações com o núcleo de produção cultural caracteristicamente europeu (artes visuais, performativas e património cultural) continuou a ser difícil e por

vezes conflitual, uma situação que se mantém até hoje.

Os parâmetros indicadores do sucesso das indústrias culturais europeias estão muito menos relacionados com resultados de mercado do que os indicadores seguidos nos Estados Unidos: a aprovação dos guardiões e o estigma cultural são tidos na Europa como sendo mais importantes do que a aceitação do público no mercado. De facto, na Europa o sucesso e a aceitação generalizada pelo mercado são por vezes encarados como um sinal de capitulação da excelência da criação artística ao êxito, tido como mais fácil, da «cultura comercial».

Só recentemente é que na Europa os verdadeiros potenciais das indústrias culturais e criativas são inteiramente aceites e compreendidos, mas é enorme o atraso resultante de décadas de iniciativas fracas e interpoladas face à abertura do mercado americano consolidado com muitos anos de estratégias e investimentos consistentes. É um atraso que não será facilmente recuperado.

Esta recente (re)descoberta do potencial das indústrias culturais e criativas na Europa, com as indústrias criativas em particular a ganhar uma importância central devido ao seu relacionamento (pouco óbvio) com a tradição histórica europeia da manufaturação, pode ser encarada como uma manifestação de maturidade do regime de Cultura 2.0. Nele, as políticas públicas estão a interpelar não só em questões como a abertura de audiências a produtos e experiências culturais mas também a trabalhar no aumento de capacidades dos setores produtivos devido à importância, finalmente reconhecida, dessas atividades no Produto Interno Bruto. Um dos inconvenientes do excesso de

atenção dada ao potencial económico das indústrias culturais e criativas é a ênfase enganadora concedida à rentabilidade das cadeias de valor, o que leva à concentração de recursos em setores com melhor rendimento comercial em detrimento de outras áreas de produção artística, ameaçando a viabilidade de toda a indústria, o que acaba por afetar o equilíbrio dos vários subsectores culturais que estão interligados.

Conceber políticas apropriadas para as indústrias culturais é um trabalho particularmente difícil, dadas as especificidades dos vários setores que não podem ser comparados com outros setores de produção tradicionais, o que exige uma cultura empresarial que, na Europa, se desenvolveu tarde e com dificuldade. Em particular, o entendimento da lógica da organização industrial dos setores cultural e criativo, insistindo em modelos *standard* de máximo rendimento, faz com que esta racionalidade instrumental possa induzir em erro.

Na esfera cultural e criativa, a racionalidade expressiva, a motivação intrínseca e as trocas sociais são aspetos essenciais que frequentemente levam a formas de interação que fogem à mediação dos mercados. Apesar da curta história da Cultura 2.0, está a avançar uma nova onda de inovação tecnológica, e a abrir o caminho para um regime futuro a que chamaremos Cultura 3.0, que está ainda na sua fase preliminar, pelo que podemos caracterizar o atual momento como uma situação de transição complexa.

O novo regime caracteriza-se por uma onda de inovações que, contrariamente ao regime anterior, que deu ori-

gem às indústrias culturais no início do século xx, não parece estar focado na expansão da procura, e portanto nas dimensões das audiências, mas está a ser impulsionado por alterações estruturais no setor da produção.

As tecnologias em que se fundou a indústria cultural (rádio, televisão, cinema, fotografia, música gravada, imprensa industrial) estão todas centradas no conceito da reprodução massiva e barata de conteúdos: tornam financeiramente acessíveis os produtos culturais. O que as tecnologias que caracterizam a nova vaga de inovação estão a fazer é tornar a produção de conteúdos mais fácil e barata. Hoje qualquer pessoa tem um acesso fácil à tecnologia de produção que permite um tratamento profissional de textos, de imagens paradas ou em movimento, som, multimédia, e tudo isto com curvas de aprendizagem muito rápidas e acessíveis, dispensando equipamentos técnicos volumosos, tudo isto numa escala que antes da explosão da revolução nos computadores pessoais, há poucas décadas, seria impensável. Assim, se a revolução da Cultura 2.0 foi caracterizada pela explosão das dimensões dos mercados culturais, a revolução da Cultura 3.0 caracteriza-se pela expansão da comunidade de produtores que se alarga a um ponto tal que se torna cada vez mais difícil distinguir entre produtores e consumidores culturais. Todos tendem a ter papéis intermutáveis num determinado espetro de possibilidades onde, segundo as circunstâncias, se tem acesso a conteúdos produzidos por outrem, enquanto se fazem circular conteúdos próprios, geralmente usando as mesmas plataformas.

Neste cenário, a predominância do papel do mercado, como distribuidor de conteúdos culturais, é posto em causa e vai-se redefinindo pela expansão de plataformas digitais, onde comunidades de praticantes se auto-organizam e interagem em redor da produção, partilhando determinados tipos de conteúdos e onde os seus membros interagem baseando-se em trocas fora do mercado – uma nova possibilidade que integra a arquitetura das plataformas digitais *online*, que ainda assim deixa um espaço amplo para a apropriação gratuita por outras plataformas orientadas para o lucro, em cadeias de valor muito complexas.

A característica marcante desta Cultura 3.0 é a transformação das audiências em operadores (audiências que ainda são o objetivo de referência da indústria cultural, na sua forma tradicional). Neste processo define-se uma nova área difusa e cada vez mais emaranhada entre os conceitos de autoria e de propriedade intelectual.

O acesso ao conteúdo cultural perde o seu papel tradicionalmente passivo e contemplativo e passa a assumir uma postura de apropriação criativa por parte dos utentes. O acesso à cultura estimula os indivíduos a adquirirem competências para assimilar e manipular de modo pessoal os conteúdos culturais a que são expostos. Em vez de serem ouvintes passivos de histórias, as pessoas agora querem participar diretamente na narração e opinar sobre o desfecho das narrativas. A outra característica marcante desta fase é a prevalência social da produção de conteúdos culturais e a sua disseminação, que deixa de ser



✓
Rua Augusta, Lisboa.
Manuel Lacerda, 2015.



←
Grand Place, Bruxelas.
Manuel Lacerda, 2017.

uma forma específica de diversão para passar a ser um ingrediente essencial da textura do quotidiano.

A Cultura 3.0 transforma irreversivelmente o que anteriormente era um macrossetor autónomo da economia, a indústria criativa e cultural, tornando-o num ecossistema próprio cujas relações com o resto da economia e da sociedade são cada vez mais segmentadas, que contagiam tudo em seu redor, e cujo entendimento exige uma análise sofisticada da representação sistémica das interdependências entre os campos cultural e criativo – já muito interdependentes eles próprios – e outros setores da economia.

Esta taxonomia tem implicações importantes ao ser aplicada ao campo do património cultural. Identificam-se três paradigmas distintos da herança cultural em consequência da prevalência dos vários regimes de produção cultural. O Património 1.0, como produto do regime de produção orientado pelo patrocínio, centra-se muito na conservação, sendo o papel dos guardiões fiscalizadores definir o que é património cultural e como deve ser conservado, baseando-se em padrões de experiência produzida pela instrução estética e histórica, pelo saber e por um conceito de gosto considerado sofisticado. Já o Património 2.0 é o reflexo do regime de indústria criativa e cultural, enfatiza o mecanismo de diversão que converteu muitas cidades artísticas em parques temáticos. O modelo desenvolvido assenta no cliente que paga e que quer ser entretido. Questões relacionadas com a conservação surgem como entraves à rendibilidade destes projetos de *entertainment*, que têm de ser con-

tabilisticamente negociados, e os modelos de acesso, que têm de ter em conta a necessidade de captar a atenção de visitantes com uma apetência voraz para o estímulo constante e que rapidamente se desinteressam.

A revolução da Cultura 3.0 abre novas oportunidades para a possibilidade de um Património 3.0, que não entra em conflito com os dois regimes anteriores. Os padrões científicos, tecnológicos e de apresentação estabelecidos para a versão Património 1.0 continuam a manter a sua relevância. Mesmo em relação ao Património 2.0, sendo necessário a urgente depuração dos aspetos mais ameaçadores da vertente entretenimento, o elemento que se destaca é a acessibilidade do património cultural ao mais amplo número possível de visitantes. A consciência da importância fundamental da divulgação é o pilar de base do conceito.

Contudo, o que o conceito Património 3.0 revela é um cenário que aborda não só a conservação e a transmissão dos legados culturais e históricos mas a sua própria *produção*, que surge como um desígnio coletivo que apela a comunidades e indivíduos, chamando-os a um papel ativo na partilha de responsabilidades e de participação, com maior poder, tornando-se a relação com o património uma componente basilar do modelo de cidadania ativa.

Esta diferença de abordagem estrutural exige também reflexão aturada por parte dos profissionais que se dedicam ao património cultural, que têm de aprender a definir os seus papéis e missões nestes novos ambientes, num constante diálogo com a sociedade civil, não a considerando como mera audiên-

cia, mas como colaboradora e cooperadora cultural. Se isto não for feito e se os poderes executivos ficarem congelados na defesa nostálgica das categorias já estabelecidas com modos de operação estáticos sem adaptações, as consequências serão uma perigosa deslegitimação social do contributo fundamental da herança cultural na criação de valor cultural, social e económico (por esta ordem de importância).

Este é um desafio enorme e, também, uma oportunidade maravilhosa de trazer o património para o centro de uma economia de conhecimento intensivo e para o âmago de uma sociedade que está a tomar forma perante os nossos olhos.

Rota Histórica das Linhas de Torres: gênese, consolidação e desafios

Florbela Estêvão

Mestre em Museologia, investigadora do Instituto
de História Contemporânea da FCSH-UNL

A Rota Histórica das Linhas de Torres é um projeto intermunicipal em curso, focado num património arquitetónico e histórico de valor nacional, fortemente articulado com territórios e comunidades de proximidade. Resulta de uma colaboração ao nível da administração local, envolvendo os seis municípios que possuem nas suas áreas administrativas as fortificações das 1.^a e 2.^a Linhas de

Defesa a Norte de Lisboa¹, construídas durante a Guerra Peninsular. Dado o valor histórico e patrimonial deste conjunto de fortificações, bem como o estado de esquecimento e abandono em que se encontravam, as seis autarquias decidiram unir esforços para desenvolverem um plano comum para o seu estudo, salvaguarda e valorização, embrião do que viria a ser a Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT)².



**Forte de São Vicente,
Torres Vedras.**

Interior da fortificação,
que juntamente com
o Forte do Alqueidão
representam as
fortificações de maior
dimensão do conjunto
patrimonial em questão.
RHLT, 2010.



Génese do projeto

Embora a ideia de valorizar este património histórico e arquitetónico tenha sido anterior a 2000 (com reuniões e outras ações de divulgação no âmbito da Guerra Peninsular), será a partir desta data que começará um labor continuado para promover uma estratégia de ação intermunicipal.

Tudo começou por um rastreio, inventário, diagnóstico e caracterização das estruturas componentes do sistema defensivo, base indispensável para depois delinear o programa de intervenção. Assim se conseguiu uma visão integrada do problema, em colaboração estreita entre as autarquias e o antigo Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR), bem como com o Ministério da Defesa (em particular o Gabinete de Estudos Arqueológicos da Direção de Infraestruturas do Exército).

Em 2002, elaborou-se o Programa para a Salvaguarda, Recuperação e Valorização das Linhas de Torres Vedras. Definida a estratégia e as ações a concretizar, faltavam, porém, os recursos, especialmente financeiros, que pudessem assegurar o seu arranque.

Verificou-se ser exequível um entendimento à escala intermunicipal, tanto político como técnico. Deste modo, foi constituído um grupo técnico ampliado, reunindo competências científicas de natureza diversa, o que permitiu desde o início desenvolver um projeto de múltiplas valências, cabendo obviamente aos políticos a decisão final. E, apesar das diferenças partidárias dos representantes principais das seis administrações autárquicas, foi possível a elaboração de uma estratégia comum de intervenção, o que em 2000 era incomum.

Qual o património histórico-cultural, mas também natural, sobre o qual incidiu o projeto da RHLT?

Basicamente, constituem-no uma série numerosa de dispositivos de defesa, sabiamente articulados com a morfologia do terreno acidentado da Estremadura, que, todos, pretendiam servir de barreiras (localizadas do oceano até ao Tejo) à progressão de exércitos numerosos, habituados, segundo a estratégia napoleónica, a atacar em força e sobretudo em campo aberto.

Assim, construiu-se uma rede de fortes de dimensões e morfologias variadas, em terra, associados a escarpamentos (acentuação artificial de declives para aumentar a pendente) e a outros dispositivos complementares, como estradas militares, colocação de obstáculos em vias de previsível passagem do exército invasor, etc.

Tudo isto se inseria num território de morfologia apropriada à estratégia de Wellington de esperar em segurança pelo adversário, entrincheirando-se por detrás dessas barreiras, as quais, se





Reconstituição histórica do sistema de comunicações utilizado nas Linhas de Torres, Serra do Socorro, Mafra.
CM Mafra, SILVEIRA, Carlos; *et al.*: 2012, p. 52.



Reduto da Ajuda Grande, Loures.
Fortificação que devido à sua posição avançada fazia a ligação entre a 2.ª Linha e a 1.ª Linha. É um exemplo-tipo das fortificações de dimensão média que podemos visitar. Florbela Estêvão, 2010.



Forte do Zambujal, Mafra.
Vista interior da fortificação que apresenta a particularidade de estar implantada em dois patamares. Controlava uma vasta região e estava articulada com outras posições militares que defendiam a costa atlântica do sistema. RHLT, 2017.

fossem eventualmente penetradas, dariam tempo aos ingleses de retirar para Lisboa e daí para as suas embarcações. Isto faz com que construções não monumentais constituam um todo com a envolvente, e desde o início do nosso projeto, essa união, esse todo, foi considerada essencial na definição específica deste património.

Plataforma para as Linhas de Torres – instrumento de gestão

Somente em 2006, para reforçar a estratégia concertada e obter financiamento europeu para realizar o desígnio já referido, os seis municípios constituíram a Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres (PILT). Esta instância, apenas baseada em protocolos, permitiu, todavia, assumir um projeto articulado, essencial para uma candidatura a fundos europeus (Estêvão: 2013).

A PILT integrou três comissões: política, com caráter deliberativo (um representante de cada município); técnica (dois a três técnicos por cada parceiro); e consultiva (elementos de outras instituições colaborando no projeto, e alguns investigadores especializados).

Foi eficaz durante todo o processo da Rota Histórica das Linhas de Torres³, e só recentemente, em 2017, seria substituída pela Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras⁴, entidade privada, sem fins lucrativos, que tem como sócios fundadores os seis municípios. Visa-se assim agilizar estratégias, programas, ações para consolidar e ampliar o trabalho já conseguido, integrando outras entidades públicas e privadas, o que a solução inicial não permitia.

RHLT – uma rota cultural e turística

A RHLT, para além de ser um património que pretende tornar-se um destino turístico multitemático ligado à história europeia, à arquitetura militar, e à paisagem, visa também estimular o desenvolvimento regional, através do lazer e da cultura, sustentável a prazo. É uma oferta de turismo cultural e de natureza, de evidente interesse multifacetado⁵.

Ela tem precisamente o propósito de associar ao património histórico e militar toda uma programação cultural de qualidade, incluindo focos de inte-



resse tão diversos como a gastronomia, as praias, a prática do golfe, etc.⁶ O turista exige experiências diversificadas. Imerso num mundo globalizado, algo uniforme, procura a compensação da diferença, da novidade, sensações de toda a ordem, típicas da subjetividade fragmentada pós-moderna. Por isso a nossa intenção tem de ser a de criar continuamente novas formas de fruição deste vasto património e de tudo o que o rodeia, através de processos variados de mediação, próprios de toda a indústria turística⁷.

Embora o número de visitantes da RHLT tenha sido significativo entre 2010 e 2017, há uma aparente estagnação nos últimos anos. Em 2015 e 2016, o número de pessoas que foram aos centros de interpretação e/ou às visitas guiadas aos fortes, orçou cerca de nove mil por ano. Este valor ficará aquém do real, pelo facto de a Rota ser constituída essencialmente por sítios de ar livre, o que impossibilita contabilizar todos os que visitam por iniciativa própria as fortificações. Esse desajuste (número registado nos centros de interpretação versus afluência real) também decorre do aparecimento crescente de operadores turísticos que incluem na sua oferta a Rota, nem sempre abrangendo os centros de interpretação.

Patrimonialização e musealização do território

A RHLT é constituída por vários circuitos de visita que compreendem uma vasta região, desde o rio Tejo à costa atlântica, articulados em rede — como aliás já foi no seu tempo o próprio sistema defensivo em si —, o que reforça a compreensão da estratégia militar que esteve na base do complexo de edificações. Essa rede de percursos apoia-se em seis centros de interpretação, núcleos museológicos e observatórios de paisagem (Silveira: 2011). Paralelamente, uma programação anual diversificada pretende garantir a dinâmica e a atratividade essenciais para a captação de públicos, através de recriações históricas, visitas guiadas, caminhadas, semanas gastronómicas, além de eventos de dança, teatro, encontros científicos, entre outros.

Foram intervencionadas no terreno cerca de 30 obras militares, nas quais se realizaram trabalhos arqueológicos, incluindo conservação e restauro, com



↑
Observatório de paisagem junto ao Monumento de Hércules, Alhandra, Vila Franca de Xira.
Florabela Estêvão, 2016.

↓
Reduto da Ajuda Grande, Loures.
Pormenor da reconstituição da paliçada interior. Quando o registo arqueológico forneceu informação suficiente, foi possível em várias fortificações proceder a algumas reconstituições.
Florabela Estêvão, 2010.



o propósito da sua musealização⁸. Essa ação abrangeu sítios e sua envolvente, consolidando-os como «lugares de memória» para vários públicos, incluindo as comunidades de proximidade que gradualmente apropriam este património, reivindicando a sua valorização. Aliás, em geral, e como resultado da globalização, tanto residentes, como visitantes, têm hoje particular atenção à especificidade de cada lugar, chegando por vezes ao exagero da «topolatria».

Paisagem, bem de consumo

A RHLT tem um acentuado potencial paisagístico (Estêvão: 2015); e é evidente como a paisagem constitui um bem de consumo no contexto do turismo. O que este de facto vende são «tempos e modos de contemplação de paisagens» (de forma mais ou menos acelerada, consoante o tipo de visitantes).

Por isso, o desenho dos vários circuitos em rede que compõem esta Rota tem implicado uma requalificação de zonas envolventes, por vezes prejudicadas por deficiente ordenamento, criando mesmo nalguns casos zonas especiais, como a da Área de Paisagem Protegida das Serras do Socorro e da Archeira. Algum reordenamento e requalificação do território passou também por exemplo pelo projeto EUROSCAPES, delimitando 10 paisagens culturais (onde se inserem fortificações que fazem parte do sistema) no concelho de Loures, ou pelo circuito pedonal da zona ribeirinha de Vila Franca de Xira. Outros estão agora em fase de pré-concretização, como o passeio ribeirinho ou a várzea e costeiras de Loures.

Classificação, processo indispensável

Promover a classificação deste património como sistema histórico e militar estruturado em rede tem sido uma preocupação constante. Este património deve ser visto como um todo, como um conjunto. As fortificações que o constituem não são monumentais, monumental foi a estratégia e sua concretização no terreno específico da Estremadura. Tais fortificações representam uma simbiose entre o mencionado objetivo estratégico, técnicas e materiais de construção utilizados, e o local escolhido para cada edificação. Ao mesmo tempo, a contextualização histórica

deste património tem de se fazer a várias escalas – local, nacional e global – o que reforça a noção da sua importância e da projeção que merece.

Nesse sentido, está em curso o processo de classificação como conjunto de interesse nacional/monumento nacional das fortificações que constituem as 1.^a e 2.^a Linhas de Defesa a Norte de Lisboa⁹, conhecidas como Linhas de Torres Vedras. Esta classificação é fundamental, quer para o reconhecimento do valor patrimonial em causa, quer para o reforço da sua salvaguarda, quer para promover outros estudos e divulgação dos mesmos. A ação de classificação pelo organismo competente do Estado Português irá contribuir para uma visibilidade a nova escala da RHLT, o que fortalecerá o trabalho já concretizado, ampliando possibilidades de parcerias, financiamentos e, naturalmente, de públicos – nossos destinatários finais.

Que futuro?...

Atualmente, o principal desafio deste projeto reside nas suas condições de sustentabilidade, que não dependem somente de questões financeiras, evidentemente importantes, mas da manutenção e implementação de uma estratégia abrangente e diversificada, em que se inclui a constituição de redes a várias escalas e em diversos domínios, condição essencial para o desenvolvimento sustentável de qualquer rota cultural e turística. Sobretudo quando ela une, como é o caso desta, situações tão díspares e dispersas por uma vasta região.

NOTAS

1. Municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira.
2. As ilustrações deste texto são de minha autoria ou gentilmente cedidas por colegas dos vários municípios que integram a RHLT.
3. A candidatura apresentada ao Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu – EEA Grants 2007-2011 fixou-se nos 2 milhões de euros cofinanciados em 74,11 % pelos Estados doadores.
4. Tem como missão a defesa e valorização do património cultural, ambiental, histórico e urbanístico relacionado com as Linhas de Torres, com vista à concretização dos seguintes objetivos: intercâmbio de experiências entre associados, nomeadamente ao nível da conservação do património; planificação

e desenvolvimento de uma política de produção e promoção turística; planificação estratégica de uma política cultural; regulamentação e gestão da marca «Rota Histórica das Linhas de Torres»; promoção da consciencialização da sua importância histórica e patrimonial; fomento económico dirigido às populações, promovendo o seu envolvimento interativo.

5. O Plano Estratégico para o Turismo de Lisboa 2015-2019 refere que às ofertas e centralidades consolidadas devem ser criadas outras. Assim, a Rota apresenta-se como mais uma oferta que complementa «produtos turísticos-âncora» da região, como sejam os múltiplos polos de atração da cidade de Lisboa, e o Palácio-Convento de Mafra. O próprio Plano Estratégico prevê um alargamento no sentido de integrar os concelhos do «Arco do Tejo», assim como os chamados concelhos limítrofes da capital (Vila Franca de Xira, Loures e Mafra).

6. A presença na Bolsa de Turismo de Lisboa juntamente com parceiros locais (agentes turísticos, produtores de vinhos) é uma demonstração desse empenho.

7. Em 2012, a RHLT recebeu o Prémio na Categoria de Melhor Projeto Público de Requalificação atribuído pelo Turismo de Portugal.

8. A RHLT recebeu o prémio da União Europeia para o Património Cultural/ Prémios Europa Nostra 2014, na categoria de Conservação.

9. Direção-Geral do Património Cultural – Anúncio n.º 12/2013 – abertura do procedimento de classificação das 1.^a e 2.^a Linhas de Defesa a Norte de Lisboa durante a Guerra Peninsular, também conhecidas como Linhas de Torres, nos concelhos de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, no distrito de Lisboa. In *Diário da República*, 2.^a série, n.º 9, de 14 de janeiro de 2013, de p. 1838 a p. 1871.

BIBLIOGRAFIA

ESTÊVÃO, Florbela – *Transformações de Uma Paisagem: Sistema Defensivo das Linhas de Torres e a Sua Musealização*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Porto: Repositório da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013.

ESTÊVÃO, Florbela – A propósito do significado da musealização do meio-ambiente como património paisagístico: algumas reflexões críticas. *Ensaios e Práticas em Museologia*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP, vol. 4, 2015, pp. 8-20.

SILVEIRA, Carlos, et al. (coord.) – *Rota Histórica das Linhas de Torres, Guia*. Vila Franca de Xira: PILT, 2011.

SOCIEDADE

O cemitério romântico: cidade dos mortos, património dos vivos

Sílvia Leite

Historiadora de arte
Direção-Geral do Património Cultural



←

Cemitério do Prado do Repouso, Porto.
Jorge Garcia/CMP.

Os cemitérios românticos foram concebidos de origem como museus a céu aberto, vocação hoje recuperada e revalorizada. Seguindo uma tendência global, os grandes cemitérios portugueses atraem cada vez mais público; a procura crescente obriga a uma nova forma de pensar e viver os espaços funerários, respeitando ao mesmo tempo a carga emocional, o valor patrimonial e a vertente turística. Do ponto de vista do património cultural, é fundamental aproveitar esta ocasião para refletir sobre a salvaguarda dos cemitérios nacionais, reconhecendo-os como repositórios artísticos exemplares e dotados de características únicas.

Localizado à margem do mundo onde os vivos seguem os seus ritmos, o cemitério é um recinto claramente demarcado, cujo limiar é sempre cruzado com algum grau de assombro. Embora a visão tradicional do cemitério esteja essencialmente ligada ao sepultamento dos entes queridos, os cemitérios românticos¹ «foram concebidos precisamente para serem visitados e admirados pelas obras de arte neles contidas [...], muitas vezes representativas do que de melhor se fazia na época»². Esta vertente tem vindo a ser recuperada, até ao ponto de se poder dizer que hoje em dia as emoções ligadas ao domínio da morte são, muitas vezes, puramente estéticas. É assim que as necrópoles se vão convertendo, por todo o mundo, em atrações turísticas, ainda imbuídas, quiçá, de alguma carga romântica, mas progressivamente des-sacralizadas.

Seguindo uma tendência que é global, os grandes cemitérios portugueses atraem cada vez mais público. Embora não disponhamos das estatísticas mais recentes, ou mais alargadas geograficamente, verificamos que entre 2000 e



2010 o número de visitantes dos cemitérios de Lisboa cresceu seis vezes, tendo atingido, nesse último ano, cerca de 9 mil turistas. A cidade do Porto atrai igualmente muito turismo cemiterial, que aumentou consideravelmente a partir de 2011³, após a integração do Cemitério de Agramonte na Rota Europeia de Cemitérios⁴ da Association of Significant Cemeteries in Europe (ASCE), reconhecida, em 2012, como Itinerário Cultural do Conselho da Europa, que destaca a sua riqueza em termos de oferta de arte romântica do século XIX⁵. Para além do valor artístico e monumental de muitos cemitérios, e da sua indubitável carga emocional e simbólica, estes locais proporcionam ainda uma compreensão única da memória e da identidade das comunidades locais, aqui plasmada com particular candura.

A acompanhar a procura, os respetivos municípios têm dinamizado diversas iniciativas para acolher o público, incluindo visitas guiadas, núcleos expositivos e interpretativos, sinalética, acessibilidades e disponibilização de meios tecnológicos. Desta forma, os principais cemitérios românticos vão-se modernizando na sua qualidade de

museu a céu aberto, função que, como já vimos, está longe de ser alheia à sua origem; recordamos que logo em 1835, através da pena de Francisco de Assis Sousa Vaz⁶, médico formado em Paris, se começara a adotar em Portugal o conceito de *Atheneu Histórico, Museu da Morte e Cidade dos Mortos*, importado dos grandes cemitérios da capital francesa (Père-Lachaise, Montmartre e Montparnasse), espaços murados com entradas monumentais, estruturados em ruas regulares e arborizadas enquadrando os túmulos.

É certo que os recintos cemiteriais são espaços em permanente alteração, e o seu uso corrente nem sempre respeita da melhor forma os elementos originais. Nos cemitérios ativos, boa parte das intervenções não se rege por critérios rigorosos, encontrando-se sempre algum grau de desvirtuação das áreas intervencionadas – até porque só muito recentemente se começou, no nosso país, a equacionar a sua classificação como património cultural⁷. Assim, é generalizada a convivência entre os núcleos históricos dos cemitérios, muitos dos quais detendo valor patrimonial excecional, com zonas heterogêneas,

resultando da expansão progressiva dos recintos originais e das intervenções contemporâneas, muitas vezes francamente descaracterizadoras. No entanto, convém recordar que, se é verdade que tais intervenções são o maior fator de adulteração dos cemitérios ativos em Portugal, também se verifica que muitos destes espaços, quando desativados, ficam sujeitos a um processo de degradação e abandono igualmente prejudicial para o seu património, e particularmente para os monumentos mais antigos. Paradoxalmente, a utilização continuada dos cemitérios, e particularmente a rotação da propriedade dos jazigos, é uma forma de garantir que estes continuam a atrair cuidados e esforços de manutenção.

De resto, a desvirtuação dos cemitérios românticos é um problema generalizado a nível internacional, mais evidente nalguns países do que outros – possivelmente menos notório no mundo anglo-saxónico, em virtude das tipologias específicas dos seus cemitérios, mas muitas vezes mencionado na literatura acerca de cemitérios Oitocentistas emblemáticos pelo mundo fora (por exemplo, Montmartre⁸, em Paris,

São João Batista, no Rio de Janeiro, ou Consolação, em São Paulo⁹) –, o que não impede, antes torna mais urgente, a discussão pública e institucional sobre a sua proteção legal ou a regulamentação das intervenções contemporâneas.

É este o momento, aproveitando o impulso da crescente procura turística destes espaços e da universalidade da sua valorização patrimonial, para refletir sobre o significado dos cemitérios para as comunidades, alargando o âmbito da sua salvaguarda ao universo dos bens culturais. Os cemitérios foram sempre, e continuam a ser, *loci memoriae* – locais de memória no sentido mais literal –, tanto do ponto de vista da *comemoração/rememoração* dos nossos mortos e do passado individual e coletivo como enquanto arquivos que guardam informação, muitas vezes inédita. Constituem refúgios retirados do espaço e do tempo, contextos bucólicos ricos em metáforas sobre a vida humana. Mas os seus aspetos artísticos e iconográficos são, hoje em dia, mais do que uma forma digna de honrar memórias ilustres. Os cemitérios românticos passaram definitivamente a ser reconhecidos como repositórios exemplares de escultura e

arquitetura, que em Portugal assumem características únicas, apesar de não terem, genericamente, a monumentalidade¹⁰ nem a excelência artística de outros a nível internacional¹¹.

Embora se coloquem, indubitavelmente, questões quanto à classificação de cemitérios ativos, onde os monumentos funerários estão continuamente sujeitos a trabalhos de inumação e exumação, e o espaço é ainda investido de grande carga afetiva, é necessário reconhecer que esta é a situação de todos os grandes cemitérios nacionais com núcleos artísticos notáveis. É o caso dos Prazeres (1834)¹² e do Alto de São João (1841), em Lisboa, de Agramonte (1855) e do Prado do Repouso (1839), no Porto, ou da Conchada (1860), em Coimbra. Contornando as questões mais técnicas, cuja abordagem exigiria espaço de que não dispomos aqui, mencionaremos apenas a sensibilidade própria da atividade cemiterial e dos seus principais interessados, nem sempre respeitada pela nova procura dos recintos. Embora a nível nacional a convivência entre o quotidiano dos cemitérios e os turistas seja pacífica, em alguns cemitérios internacionais atraindo grande número de

←
Cemitério dos Prazeres, Lisboa.
Arlindo Homem/DGPC, 2017.

↓
Cemitério de Agramonte, Porto.
Jorge Garcia/CMP.







visitantes, seja pela escala monumental ou pela celebridade dos seus mortos, verifica-se já o desenvolvimento de anticorpos relativamente ao turismo (desregrado). A página eletrónica do Père-Lachaise não se coíbe de afirmar que os turistas representam um incómodo e uma perturbação para o cemitério, para além de uma despesa considerável¹³, não acompanhada de qualquer receita...

A identificação de núcleos patrimoniais de exceção, e a sua consequente gestão cultural, não pode implicar a suspensão ou o entrave das atividades funerárias correntes, exigindo-se uma certa flexibilidade quanto à aceitação de alterações, prévias à classificação, que tenham causado algum grau de desvirtuação, ou a perda parcial de valores patrimoniais, bem quanto à necessidade de conjugar a atividade funerária com a aplicação da legislação associada à abertura de um procedimento de classificação. De resto, um enfoque excessivo sobre os aspetos estéticos poderá levar à perda da diversidade das tipologias funerárias que, pese embora as dissonâncias implícitas, é uma das grandes riquezas dos cemitérios de matriz romântica.

Diversos exemplos internacionais

demonstram que esta flexibilidade é possível e realista. Em países como o Reino Unido, a Escócia, a França ou a Itália, entre outros, vários cemitérios com proteção legal continuam ativos¹⁴, e em alguns deles é inclusivamente autorizada, sob condições, a escavação de novas campas, procedimento que não é rotineiro nos grandes cemitérios portugueses com cronologias oitocentistas, em cujos núcleos de jazigos históricos já ocorrem poucos enterramentos. De um ponto de vista mais técnico, diríamos que os normais trabalhos de inumação e exumação realizados em solos já remexidos poderiam, sem grande perturbação, ficar isentos, nessa estrita medida, de condicionantes arqueológicas, enquanto para as obras em jazigos e campas, já sujeitas, de acordo com a legislação específica deste universo, a autorização municipal, se admite simplesmente que o processo de concessão de licenças no âmbito do património cultural reflita os critérios e as leis existentes.

Também no que respeita à delimitação do objeto da classificação é possível encontrar soluções adaptadas a cada caso, seja abrangendo a totalidade dos recintos, ou os núcleos com maior

↑
Jazigo dos Viscondes de Valmor, Cemitério do Alto de São João, Lisboa.
Arlindo Homem/DGPC, 2017.

←
Jazigo dos Condes do Ameal, Cemitério da Conchada, Coimbra.
Isabel Policarpo; Isabel Fraústo, DRCC, 2014.



Jazigo dos Benfeitores da Misericórdia de Lisboa, Cemitério do Alto de São João, Lisboa.

Arlindo Homem, DGPC, 2017.



Cemitério dos Prazeres, Lisboa.

Arlindo Homem, DGPC, 2017.

grau de autenticidade, ou ainda distinguindo individualmente monumentos funerários considerados excepcionais, cuja gestão será distinta daquela de um conjunto mais alargado. Assim, a proteção legal do Père-Lachaise conjuga a classificação da «parte romântica» do cemitério (cerca de metade da área total), determinada por decreto de 1962, com a inscrição ou classificação individual de diversos monumentos. O recinto do cemitério argentino da Recoleta foi declarado museu histórico nacional em 1946, e nele se incluem mais de 90 jazigos classificados como monumentos históricos da nação. Em Portugal está individualmente classificado o Jazigo dos Viscondes de Valmor, sito no Cemitério do Alto de São João, cujo núcleo histórico aguarda justamente que seja proferida a decisão final sobre a proposta de classificação como conjunto de interesse público.

É ainda de realçar a importância dos grandes cemitérios românticos do ponto de vista do urbanismo e do paisagismo, tanto pela sua integração na cidade, onde assumem relativa centralidade (ampliada pelo desenvolvi-

to urbanístico), como pela qualidade ambiental e ecológica que resulta da conjugação do seu património artístico, arquitetónico e natural/vegetal. A paisagem cemiterial resulta da relação entre a topografia, o traçado dos arruamentos, o património funerário, a vegetação, os limites murados e a cidade envolvente, com os seus sistemas urbanos e viários consolidados, apresentando mais um desafio à planificação da sua gestão enquanto objeto cultural.

Enfim, e à semelhança do que se passa noutros países, será importante coligir diretrizes para a conservação do património cemiterial, harmonizando a legislação existente nas diversas áreas, e estabelecendo normas de gestão que cubram as múltiplas vertentes que aqui concorrem¹⁵. No âmbito específico do património cultural, a consagração do cemitério como objeto cultural *de facto* deve implicar o seu conhecimento, nomeadamente no que respeita à identificação de jazigos com valor excepcional, seus materiais, estado de conservação, critérios de intervenção, etc. Impõe-se igualmente uma reflexão teórica sobre esta forma de expressão artística única





e insubstituível, mas tendencialmente frágil, cuja administração corrente oscila entre os imperativos da manutenção e da destruição/substituição.

NOTAS

1. As reflexões aqui feitas respeitam à generalidade dos cemitérios de génese oitocentista ainda em uso, embora se possam aplicar, com as devidas adaptações, a outros locais de enterramento coletivo e a outras cronologias.
2. QUEIROZ, Francisco – Os Cemitérios Históricos e o Seu Potencial Turístico em Portugal, 2007, p. 1. Disponível em: www.academia.edu/27788252/Os_cemiterios_historicos_e_o_seu_potencial_turistico_em_Portugal.
3. PEGAS, Ana Paula Martins Castro – O visível que não se vê e o Património Cemiterial: proposta de criação de uma Rota Turística dos Cemitérios do Porto. Porto: FLUP, 2013, p. 60.
4. Que conta, atualmente, com 67 cemitérios de 20 países europeus.
5. OLIVEIRA, Marta Pais de – Quando os turistas procuram a cultura da cidade morta. *Público Online*, 15 de maio de 2011. Consultado em 3 de julho de 2007.
6. VAZ, Francisco de Assis Sousa – Memória sobre a inconveniência dos enterros nas igrejas e utilidade da construção de cemitérios. Porto: Imprensa de Gandra e Filhos, 1835.

7. O Cemitério de Nossa Senhora da Lapa, no Porto, foi classificado, juntamente com a igreja anexa, como monumento de interesse público (MIP), pela Portaria n.º 222/2013, de 12 de abril, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, e os cemitérios lisboetas dos Prazeres e do Alto de São João (núcleo histórico), bem como o cemitério conimbricense da Conchada, encontram-se em vias de classificação.

8. Cf. *Étude pour le renforcement de la protection paysagère et patrimoniale du cimetière Montmartre*. Paris: APUR, 2013.

9. Cf. NOGUEIRA, Renata de Souza – *Quando um cemitério é patrimônio cultural*. Dissertação de mestrado apresentada ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/303568044/Diss321-pdf>. Consultado em 3 de julho de 2007.

10. E, no entanto, o maior jazigo privado da Europa é o dos duques de Palmela, no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa.

11. «Ainda assim, existem alguns cemitérios em Portugal que facilmente se podem colocar ao nível dos mais importantes no mundo, aliando a dimensão à qualidade artística e servindo de repositórios historicamente organizados de algumas peças de arquitetura e escultura, do melhor que em Portugal se fez durante o Romantismo.», Queiroz: 2007, p. 3.

12. As datas apresentadas respeitam ao ano de abertura oficial/consagração dos

cemitérios, embora os núcleos românticos se tenham formado ao longo de anos ou décadas.

13. O Père-Lachaise é alvo de frequentes atos de vandalismo, estimando-se que 80 % dos mesmos sejam perpetrados pelos visitantes do jazigo de Jim Morrison.

14. Dentre os mais relevantes destacamos o cemitério de Skogskyrkogården (Woodland), em Estocolmo, património mundial da UNESCO, e o Cemitério Monumental de Staglieno, em Génova, que apresentou a sua candidatura para a mesma distinção; um e outro são cemitérios ativos, fazendo-se, em média, 2000 funerais por ano em Skogskyrkogården. Estão igualmente em funcionamento o Cemitério de Highgate, em Londres, ao qual foi atribuído o grau I no English Heritage Register of Parks and Gardens of Special Historic Interest in England, o Cemitério Monumental de Milão, o Cemitério da Recoleta, em Buenos Aires, e o parisiense Père-Lachaise, onde as inumações dependem apenas do espaço disponível, e a reutilização de sepulturas é a prática comum.

15. Consciente destas necessidades, uma organização como a Association of Significant Cemeteries in Europe (ASCE), orientada para o duplo objetivo da dinamização do turismo e da valorização patrimonial, já propõe aos seus membros a partilha de experiências e boas práticas, entre diversas outras formas de cooperação, que constituem um bom exemplo a desenvolver.

A

C

O

N

T

E

C

E

LIVROS

Palácio Nacional de Mafra Reedição de *Memorial* do Convento

No âmbito das Comemorações do Tricentenário do Lançamento da Primeira Pedra da Basílica do Palácio Nacional de Mafra, a Câmara Municipal de Mafra patrocinou a reedição da obra *Memorial do Convento*, de José Saramago.

Trata-se de uma edição limitada de 600 exemplares, a cargo da editora Guerra e Paz, prefaciada pelo Prof. Carlos Reis e com 20 ilustrações inéditas de João Abel Manta.

A editora revela que este projeto, sucessivamente adiado, era do agrado do autor, que, numa carta enviada a José da Cruz Santos, escreveu:

«Ter o João Abel Manta e o Carlos Reis conosco é um presente do céu, quando o havia. Só de pensar que vou ter um livro meu ilustrado pelo João Abel faz com que o pulso se me acelere.»

A apresentação do livro decorreu na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, no dia 10 de dezembro, exatamente 18 anos após a entrega do Prémio Nobel a José Saramago, e contou com a presença de Carlos Reis, que sublinhou a importância desta obra: «Saramago meteu Mafra num romance, não para lá ficar mas para nos interpelar a cada momento, sobre o poder real, o esforço pelo conhecimento, o sofrimento humano ou o amor.» MP

Coleção Estudos de Museus Novos títulos

A Coleção Estudos de Museus, resultado de uma parceria entre a Direção-Geral do Património Cultural e a editora Caleidoscópio, nasceu no final de 2015 e tem vindo a afirmar-se como uma referência fundamental no mercado editorial português na área dos museus e da museologia. Com sete títulos publicados e mais três em carteira até ao fim do ano de 2017, a coleção aborda temas muito diversificados, que vão da perspetiva histórica a assuntos da contemporaneidade, passando por reflexões no campo das funções museológicas. Os volumes mais recentes incidem precisamente sobre matérias de grande atualidade. Adelaide Duarte, em *Da Coleção ao Museu. O Coleccionismo Privado de Arte Moderna e Contemporânea em Portugal*, estuda quatro coleções referenciais (José Berardo, José-Augusto França, Manuel de Brito e António Cachola), relacionando-as com a dimensão pública que tomaram ao evoluírem para museus. Patrícia Roque Martins explora a função dos museus na inclusão social das pessoas com deficiência no livro *Museus (In)Capacitantes. Deficiência, Acessibilidades e Inclusão em Museus de Arte*, a partir de

três estudos de caso desenvolvidos no Museu Calouste Gulbenkian – Coleção Fundador e Coleção Moderna. Numa perspetiva histórica, Duarte Freitas estuda as transformações ocorridas ao longo do século XX no património imóvel que acolhe um museu nacional: *O Museu Machado de Castro: Memorial de Um Complexo Arquitetónico enquanto Espaço Museológico*. Este projeto editorial tem vindo, assim, a ganhar corpo e espessura, interessando não apenas a investigadores, estudantes e profissionais de museus, mas a todos aqueles que se interessam pelo património cultural e que são visitantes e utilizadores das instituições museológicas. cc

Revista Portuguesa de Arqueologia 20.ª edição

Foi editado pela DGPC o volume 20 da *Revista Portuguesa de Arqueologia (RPA)*, correspondente ao ano de 2017. Os 20 volumes já publicados, com uma regularidade infelizmente pouco comum entre as cada vez mais raras revistas portuguesas da especialidade, repartem-se por 32 números, uma vez que a *RPA* manteve uma periodicidade semestral durante os primeiros 12 anos, tendo passado a anual a partir do volume 13 (2010). Fazendo um balanço dos primeiros 20 anos da *RPA*, importa sublinhar que a grande maioria dos 462 artigos até agora vindos a lume consiste na apresentação de resultados de trabalhos arqueológicos realizados em território nacional, um objetivo que se encontra consagrado no mais recente Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro). O volume agora publicado, que é, por razões conjunturais, o que conta com um menor número de páginas (181) desde que a revista passou a ser anual, reflete justamente esta realidade, reportando-se 12 dos 14 artigos a realidades arqueológicas registadas em Portugal. Não foram, no entanto, descurados os textos respeitantes a bens arqueológicos recolhidos ou situados noutras áreas do espaço peninsular, relacionáveis direta ou indiretamente com o território hoje português, se bem que em contextos culturais anteriores à definição das fronteiras nacionais. Cronologicamente, os trabalhos publicados neste volume situam-se entre o Paleolítico Inferior e a Época Contemporânea. AF

Mosteiro da Batalha Conferências no Mosteiro

Sempre esteve subjacente ao projeto «Conferências no Mosteiro [da Batalha]» a publicação das conferências em suporte papel. Foi sugerido a um conjunto de personalidades (Laborinho Lúcio, Bagão Félix, António Barreto, Freitas do Amaral, Guilherme d'Oliveira Martins e Manuel Antunes) que, sem grandes constrangimentos temáticos, pudessem falar durante uma hora sobre Portugal e os Portugueses, em áreas tão abrangentes como

a história, a cultura, a sociedade, o pensamento. A seleção dos convidados teve em conta os seus percursos académico e cívico, de tal modo que, na confluência dos dois, algo de substancial pudesse ser dito, em visões fundamentadas, plurais e diversas. Num tempo em que o digital e as redes aparentemente tornam tudo mais volátil e descartável, ou, pelo menos, mais facilmente esquecido, editar e publicar o «livro físico» é, cada vez mais, o assumir de uma intenção. E os cadernos dessas conferências aí estão, a distribuir gratuitamente, pelas escolas e bibliotecas do País. JR

Museu Nacional de Machado de Castro

100 Anos 100 Obras

Lançado no dia 2 de julho de 2017, com a presença do Ministro da Cultura, o livro *100 Anos 100 Obras*, para lá de um álbum de imagens de grande qualidade, pretende ser uma espécie de museu imaginário onde se reúnem as 100 melhores e mais belas peças que integram as coleções do Museu Nacional de Machado de Castro. *100 Anos 100 Obras* constitui uma forma simbólica de evocar 100 anos de existência da instituição e de homenagear o seu fundador, António Augusto Gonçalves, e todos quantos têm contribuído para o engrandecimento da sua herança. As 100 obras eleitas encontram-se entre as 560 presentes na exposição permanente, contracenando com as diversas arquiteturas que as acolhem e cuja presença, por vezes simultânea, faz a originalidade do museu. A edição, bilingue, apresenta uma marca contemporânea e atualizada, não apenas pela mudança que a arquitetura e a museografia determinaram, mas também através do olhar dos mais recentes visitantes - de especialistas, de escritores e artistas e do público em geral. AA

Revista Monumentos 35.ª edição

Nas Comemorações do Tricentenário da Real Obra de Mafra, cuja construção se iniciou a 17 de novembro de 1717, a revista *Monumentos* dedica-lhe o seu número 35, com o qual estabelece um «ponto da situação» do conhecimento sobre este complexo arquitetónico, dotado de um projeto construtivo de impressionantes escala, coerência e harmonia, ajudando a repensar o seu futuro. Neste sentido, destacam-se os artigos de Rafael Moreira e de António Filipe Pimentel sobre o projeto mafrense de D. João V, de Ana Pagará, acerca da cidade efémera criada pelo estaleiro de obra, génese do núcleo central da vila, de Nuno Saldanha, Sandra Saldanha e Teresa Vale, sobre as encomendas régias de pintura e de escultura, de Cristina Castel-Branco e Carlos Ribas, a propósito do Jardim do Cerco e da Tapada Real, de Sérgio Gorjão, sobre o valor cultural de exceção deste

monumento, e o de Mário Pereira, que o introduz exemplarmente. Na rubrica *Vária* há, ainda, lugar para a obra do arquiteto Justino de Morais, cujo espólio profissional se encontra à guarda dos Arquivos do SIPA, por João Cardim, e para um artigo de José Manuel Fernandes, a propósito da iniciativa «Passado e Presente – Lisboa, Capital Ibero-Americana de Cultura». MJM

Almada Negreiros Um percurso possível (a possible route)

Através de uma parceria entre a Direção-Geral do Património Cultural, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda e a Câmara Municipal de Lisboa, e ainda no âmbito das comemorações dos 120 anos do nascimento de Almada Negreiros, foi reeditado em edição bilingue, português e inglês, o guia original de 1993 das suas obras em Lisboa, agora reformatado com um novo projeto gráfico, uma atualização do texto e das obras apresentadas e um novo conjunto de fotografias. Incontornável no movimento modernista em Portugal, Almada Negreiros deixou um contributo inestimável para o património cultural da cidade, através de um conjunto de intervenções bem demonstrativas da diversidade de técnicas e materiais utilizados - desde os frescos da Gare Marítima de Alcântara e da Gare Marítima da Rocha do conde de Óbidos, aos vitrais e mosaicos da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, às tapeçarias do Hotel Ritz, ou o painel «Começar» da sede da Fundação Calouste Gulbenkian, entre muitos outros. ISBN: 978-972-72-2229-2, 2.ª edição revista e ampliada, 207 páginas, cor. ML

EXPOSIÇÕES

Palácio Nacional de Mafra Do Tratado à Obra: Génese da Arte e da Arquitetura no Palácio de Mafra

De 18 de novembro de 2017 a 31 de maio de 2018

Marcando o tricentenário do lançamento da primeira pedra do Real Edifício de Mafra, no dia 17 de novembro de 2017, decorreu a inauguração da exposição *Do Tratado à Obra: Génese da Arte e da Arquitetura no Palácio de Mafra*, comissariada por Paulo Pereira, professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, que estará patente ao público até 31 de maio de 2018 e é acompanhada pela apresentação do respetivo catálogo cuja edição é integralmente dedicada ao Palácio de Mafra nas suas vertentes histórica, artística e arquitetónica. Organizada pela Direção-Geral do Património Cultural, em articulação com o Palácio Nacional de Mafra, a exposição tem como parceiros institucionais a Faculdade de Arquitetura da



Palácio Nacional de Mafra
Reedição de *Memorial do Convento*



Mosteiro da Batalha
Conferências no Mosteiro



Revista *Monumentos*
35.ª edição



Revista Portuguesa de *Arqueologia*
20.ª edição

Universidade de Lisboa e a Ordem dos Arquitetos, tendo o apoio institucional da Lusitania, Companhia de Seguros, S. A., e da Bayerische Architektenkammer, e ainda como mecenas a Fundação Millennium BCP.

Nesta exposição, que conta com cerca de uma centena de peças, evoca-se a génese do pensamento e da cultura artística e arquitetónica barroca, que está na base da construção do Palácio de Mafra e na colaboração de muitos artistas estrangeiros, resultando num dos mais importantes monumentos do seu género na Europa. Nesta obra espelha-se a vontade de D. João V, mas também o desenho do arquiteto João Frederico Ludovice e a competência construtiva de Custódio Vieira, engenheiro-mor do reino.

O Real Edifício de Mafra, que contempla um grandioso palácio, basílica e convento, associado a uma vasta tapada, congrega também uma das maiores e melhores encomendas artísticas do seu tempo, materializadas em pratos, tapeçarias, paramentos, livros, instrumentos musicais, pintura e escultura e que agora, contextualizados numa exposição que explica a «fabricação» do monumento, podem agora ser admirados numa visita que explica a dimensão de obra de arte total da Real Obra de Mafra. s.v.c

Museu Nacional de Arqueologia Loulé. Territórios, Memórias, Identidades.

De 21 de junho de 2017 até final de 2018

No âmbito de um protocolo celebrado entre a Direção-Geral do Património Cultural e a Câmara Municipal de Loulé, a exposição é uma iniciativa conjunta dos Museus Nacional de Arqueologia e Municipal de Loulé e reúne 504 bens culturais, em distintos suportes, que testemunham os últimos sete milénios de história do maior e mais povoado concelho do Algarve, Loulé. A mostra é comissariada por Victor S. Gonçalves, Catarina Viegas e Amílcar Guerra, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Helena Catarino, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e Luís Filipe Oliveira, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. A exposição trilingue revela a ocupação humana do território louletano desde a Pré-História à Idade Média com um acervo proveniente de várias instituições do País. No âmbito da exposição, foi realizada a atualização da Carta Arqueológica de Loulé no Sistema Endovélico. Ao todo, foram inventariados 1200 bens culturais, dos quais 504 foram selecionados, tendo sido necessário restaurar 166 destes. Os bens culturais foram expostos em 10 grandes vitrinas e nove «ilhas», divididas por oito núcleos. O núcleo «Território», ilustrado com fotografias de Pedro Barros, apresenta o concelho na sua diversidade entre o

litoral, a serra e o barrocal. Depois a exposição estrutura-se, por ordem cronológica, em seis núcleos, «Pré-História», «Proto-História», «Época Romana», «Antiguidade Tardia», «Época Islâmica» e «Época Medieval», e por fim no núcleo «Identidades», também de Pedro Barros, conheceremos os rostos de achadores doadores de bens culturais móveis, bem como os «cuidadores» dos sítios arqueológicos de Loulé. Acompanha a exposição um roteiro também em três línguas e um monumental catálogo, editado no âmbito da habitual parceria com a INCM com textos que constituem sínteses essenciais, profusamente ilustrado com imagens de grande qualidade, e que proporcionam uma leitura autónoma para além da exposição, tanto agora como no futuro. ac

Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado

Género na Arte. Corpo, Sexualidade, Identidade, Resistência.

De 20 de outubro de 2017 a 11 de março de 2018

Género na Arte. Corpo, Sexualidade, Identidade, Resistência oferece uma reflexão sobre a relação entre género e arte. A partir das obras de Alice Geirinhas, Ana Pérez-Quiroga, Ana Vidigal, Carla Cruz, Cláudia Varejão, Gabriel Abrantes, Horácio Frutuoso, João Gabriel, João Galvão, João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira, Maria Lusitano, Miguel Bonneville, Thomas Mendonça e Vasco Araújo, aborda-se a relação da arte com o corpo, com a sexualidade, com a identidade e com a resistência à normatividade. Conceptualmente, a exposição parte da definição de «género» como construção sociocultural da identidade, imposta pelas normas sociais com o objetivo de transformar as pessoas em mulheres ou homens e com consequências reais nas suas vidas, nomeadamente no acesso à riqueza, ao prestígio e ao poder. Mas, por outro lado, a construção destes papéis sociais resulta cada vez mais de uma escolha pessoal, produzindo um amplo leque, fluido e plural, de identidades e expressões de género, tornando-se um ato de liberdade, diversidade e expressão individual. ar

Museu Nacional de Arte Antiga A Cidade Global. Lisboa no Renascimento

De 24 de fevereiro a 9 de abril de 2017

As historiadoras Annemarie Jordan Gschwend e Kate Lowe identificaram, em 2009, uma pintura conservada desde o século XIX em Kelmstott

Manor, hoje uma casa-museu pertencente à Society of Antiquaries of London, como sendo uma vista da Rua Nova dos Mercadores, destruída pelo terramoto de 1755. Comprada pelo pintor e poeta pré-rafaelita, Dante Gabriel Rossetti (dividida em duas, ainda no século XIX), a pintura representa a principal artéria de comércio na Lisboa do século XVI, repleta de mercadores, saltimbancos, músicos, vendedores ambulantes, cavaleiros, joias, sedas, especiarias, animais exóticos e outras maravilhas importadas de África, do Brasil, da Ásia. Reconstituir o coração de Lisboa, a cidade mais global da Europa do Renascimento, foi o objetivo desta exposição, comissariada pelas duas historiadoras referidas. Foi publicado um catálogo bilingue (português e inglês) com 384 páginas (Lisboa: DGPC/MNAA, INCM, 2017. ISBN 978-972-27-2505-7). PM

MADONNA

Tesouros dos Museus do Vaticano

De 19 de maio a 10 de setembro de 2017

Pela primeira vez em Portugal, um conjunto de obras das famosas coleções dos Museus do Vaticano, especialmente da sua valiosa Pinacoteca, compõem uma exposição, que inclui pinturas de Primitivos italianos (Taddeo di Bartolo, Sano di Pietro, Fra Angelico), de grandes mestres do Renascimento e do Barroco (Rafael, Pinturicchio, Salviati, Pietro da Cortona, Barocci), além de notáveis tapeçarias e códices iluminados do acervo da Biblioteca Apostólica Vaticana. Completam este grupo algumas pinturas da Galleria Borghese (Venusti e Sassoferrato) e da Galleria Corsini (Gentileschi e Van Dyck). Num arco cronológico que vai do final da Antiguidade à época moderna, a iconografia da Virgem Maria foi o grande eixo temático desta mostra, comissariada por Alessandra Rodolfo e José Alberto Seabra Carvalho, que englobou ainda um núcleo de obras de autores italianos oriundas de diversas instituições portuguesas, públicas e privadas. Foi publicado um catálogo bilingue (português e inglês) com 274 páginas (Lisboa: DGPC/MNAA, INCM, 2017. ISBN 978-972-27-2555-2). PM

Museu Nacional Grão Vasco Olhares Viajantes. O Tempo e o Espaço de Memórias.

De 22 de setembro a 5 de novembro de 2017

No âmbito das Jornadas Europeias do Património, este ano subordinadas ao tema «Património e Natureza», o Museu Nacional Grão Vasco apresentou uma seleção de obras do seu acervo – pintura, escultura, desenho e cerâmica –, onde esta temática surge como fio condutor, equacionando a perceção da natureza, real ou imaginada, habitada ou selvagem.

Olhares Viajantes. O Tempo e o Espaço de Memórias apresentou, nos núcleos que a constituem, paisagem portuguesa, naturalismo português, paisagens de Viseu, mar português e, ao gosto oriental, um percurso transversal do tema da paisagem nas coleções do Museu, desde o século XVI até meados do século XX, onde os fundos paisagísticos imaginados, as representações do quotidiano, os registos topográficos dos artistas viajantes franceses e a paisagem na pintura portuguesa proporcionam ao visitante um olhar viajante pelo espaço e pelo tempo de memórias. PCC

Panteão Nacional Manuel de Arriaga e a Construção da Imagem da República

De 13 de julho a 12 de novembro de 2017

Assinalando os 100 anos da morte de Manuel de Arriaga, primeiro Presidente da República eleito a 24 de agosto de 1911, o Panteão Nacional organizou a exposição *Manuel de Arriaga e a Construção da Imagem da República*, com quatro núcleos localizados em zonas emblemáticas do monumento.

A par dos aspetos mais relevantes da vida e da obra de tão ilustre personalidade, foram objeto do programa expositivo as importantes iniciativas republicanas na definição de uma nova imagem do regime: os concursos para o busto e estátua da República, a bandeira nacional e o hino *A Portuguesa* que, em conjunto com a figura do Chefe de Estado, passaram a constituir os símbolos nacionais. Resultando da profunda investigação desenvolvida no âmbito da exposição e do acesso privilegiado ao espólio familiar de Manuel de Arriaga, ainda desconhecido do grande público, encontram-se presentemente no prelo duas publicações: *Manuel de Arriaga e a construção da imagem da República*, de Maria João Neto, e *Ao Serviço da República*, de Joana Gaspar de Freitas (3.ª publicação da série No Panteão Nacional). IM

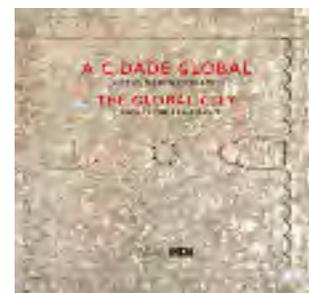
Museu Nacional dos Coches Partida da Família Real para o Brasil – 1807

De 30 de novembro de 2017 a 3 de junho de 2018

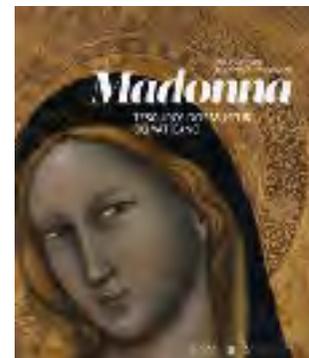
A pintura de Nicolau Delerive representando o embarque em Belém a 29 de novembro de 1807 da Família Real Portuguesa para o Brasil faz parte do acervo do Museu Nacional dos Coches. A partir desta obra, pretendemos seguir a viagem que transferiu pela primeira vez a capital de um Estado europeu para fora dos limites continentais. Aborda-se como decorreu a estada da Corte Real no Rio de Janeiro entre 1808 e 1821, o contraste entre culturas tão diversas e o desenvolvimento



Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado
Género na Arte. Corpo, Sexualidade, Identidade, Resistência.



Museu Nacional de Arte Antiga
A Cidade Global. Lisboa no Renascimento



MADONNA
Tesouros dos Museus do Vaticano

A

económico e político desta ex-colónia que, a partir de 1815, foi elevada a reino unido ao de Portugal e dos Algarves e que em breve se tornaria um império independente. sb

Museu Nacional de Etnologia
De Regresso à Luz: Esculturas Orientais em Depósito da Coleção de Victor Bandeira

De 13 de outubro de 2017 a 11 de fevereiro de 2018

A exposição apresenta pela primeira vez ao público um conjunto de sete esculturas de caráter religioso provenientes de Myanmar, Tailândia, Japão e Sri Lanka, que, tendo sido adquiridas por Victor Bandeira com vista a integrar as coleções asiáticas do Museu Nacional de Etnologia, têm permanecido depositadas nas suas Reservas desde 1975. Estas esculturas incluem-se entre os mais de 5 mil objetos que Victor Bandeira recolheu em África, na Amazónia, na Ásia e também em Portugal com destino às coleções do Museu, entre as décadas de 1960 e 1970, e convidam-nos a descobrir a importância do lugar crucial que este colecionador ocupa na história do Museu Nacional de Etnologia. pc

Casa-Museu Anastácio Gonçalves
Fórmulas Naturalistas da Arte Moderna

De 16 de novembro de 2016 a 30 de abril de 2017

A Casa-Museu Anastácio Gonçalves (CMAG) apresentou a exposição temporária *Fórmulas Naturalistas da Arte Moderna*, em conjunto com o Museu Nacional de Arte Contemporânea (MNAC). A exposição reuniu duas coleções contemporâneas, constituídas com critérios e escalas diferentes: enquanto a coleção constituída pelo MNAC, do domínio público, teve subjacente uma norma museológica, determinada pelas escolhas dos diversos diretores na criação de núcleos autorais da geração naturalista, a da CMAG, do domínio privado, resultou de um gosto pessoal e da paixão do seu colecionador. Estabeleceu-se assim um confronto entre o gosto institucional e o gosto do colecionador Anastácio Gonçalves, mas também se valorizou a importância da crítica de arte e dos debates intelectuais, desde meados do século XIX, na incorporação das obras nas coleções e na formação de um gosto público e privado. O título da exposição inspirou-se num comentário de Ramalho Ortigão (1883), quando se refere às novas propostas da arte moderna aplicadas a uma pintura ligada à observação da natureza, introduzida por Silva Porto e o Grupo do Leão. A exposição e respetivo catálogo receberam a Menção Honrosa do Prémio Grémio Literário 2017. am

Palácio Nacional da Ajuda
Galeria do Rei D. Luís
Joan Miró: Materialidade e Metamorfose

De 8 de setembro de 2017 a 8 de fevereiro de 2018

Joan Miró: Materialidade e Metamorfose reúne 85 pinturas, desenhos, esculturas, colagens e tapeçarias da extraordinária coleção de obras do mestre catalão que são propriedade do Estado Português. Atravessando seis décadas de atividade, a exposição centra-se na natureza física dos suportes utilizados pelo artista e na elaboração dos materiais como fundamento para a sua prática artística. Numa exploração da materialidade talvez rivalizada apenas por Paul Klee, Miró expandiu decisivamente as fronteiras das técnicas da produção artística no século XX. Para além dessa exploração dos materiais, Miró desenvolveu uma inovadora linguagem de signos que alterou o curso da arte moderna. JAR

Museu Nacional do Traje
Paulo Azenha, a Criação à Flor da Pele | O ADN de Um Itinerário

De 11 de outubro a 23 de dezembro de 2017

Afinal, o ADN também se pode construir... 40 anos após a sua abertura ao público, o Museu Nacional do Traje não só construiu o seu ADN e a sua identidade como viu a moda portuguesa ganhar uma força e uma identidade muito própria e a indústria do têxtil e vestuário ser também ela uma referência nacional. Paulo Azenha está no nosso ADN, o do passado e o do futuro: traz-nos a memória de uma exposição em 2001, quando nos mostrou de que eram feitas as linhas mestras da sua criação e retorna agora, após um itinerário «desde miúdo» na moda e acessórios, itinerário esse que se inscreve primeiramente num espaço que foi de Santarém a Lisboa e agora decorre em Paris. 40 anos após a abertura ao público do Museu Nacional do Traje, 20 anos após a abertura do seu *atelier*, Paulo Azenha ofereceu-nos um olhar singular sobre o seu itinerário no mundo da moda e dos acessórios, olhar esse onde a arte mora sempre. cvp

C

O

N

T

E

C

E

ENCONTROS

Mosteiro da Batalha Conferência Internacional Locí Sepulcralis

De 21 a 23 de setembro de 2017

A Conferência, realizada entre 21 e 23 de setembro de 2017, com organização conjunta do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), do Mosteiro da Batalha (DGPC) e da Câmara Municipal da Batalha, dedicado ao tema dos panteões medievais, teve um duplo objetivo: promover um amplo e inovador debate sobre a ideia de «panteão» ao longo da Idade Média e abrir um espaço de diálogo para o estudo e discussão de temáticas e áreas de estudo mais específicas mas igualmente próximas à problemática dos lugares de sepultura e memória, como, por exemplo, as questões da sua construção, ornamentação ou dos usos sociais desses espaços pelas comunidades que os acolhem. Esteve presente um grande número de especialistas de renome internacional, não só europeus mas também vindos do Canadá, EUA, Japão, Brasil e Porto Rico, que ao longo de três dias puderam apresentar os resultados dos seus estudos, quer em reflexões inovadoras e abrangentes, quer em estudos de casos e questionamentos teóricos, permitindo repensar a problemática ligada às diversas facetas dos panteões. JR

Mosteiro de Alcobaça Congresso internacional 450 Anos da Fundação da Congregação de Santa Maria de Alcobaça

Realizou-se nos dias 20 e 21 de outubro de 2017, no Mosteiro de Alcobaça, o congresso internacional dedicado aos *450 Anos da Fundação da Congregação de Santa Maria de Alcobaça*, uma organização da DGPC/Mosteiro de Alcobaça, com a colaboração do Município de Alcobaça. O congresso contou com a participação de reputados especialistas sobre a Ordem de Cister, nacionais e estrangeiros, de representantes da Carta Europeia de Abadias e Sítios Cistercienses e da associação Renaissance de l'Abbaye de Clairvaux. Para além de um fórum de partilha de conhecimento, este congresso assumiu-se como um espaço de encontro dos responsáveis diretos e indiretos por este património, herança das comunidades monásticas cistercienses portuguesas. Durante este evento, foi apresentado o livro *À mesa nas terras de Alcobaça em finais da Idade Média*, de Iria Gonçalves, sendo este o

primeiro número a vir a público do projeto editorial «Estudos Monásticos Alcobacenses», criado para o Mosteiro de Alcobaça no âmbito da nova estratégia em curso. AP

Mosteiro de Alcobaça II Encontro Internacional de Abadias Cistercienses em Alcobaça «Sítios Cistercienses: Transmissão de Valores e Significados»

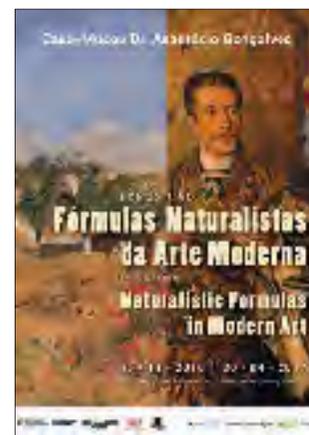
Decorreu no Mosteiro de Alcobaça, nos dias 17 e 18 de novembro de 2017, o *II Encontro Internacional de Abadias Cistercienses em Alcobaça*, uma organização da Direção-Geral do Património Cultural/Mosteiro de Alcobaça, com a parceria do Município de Alcobaça. Tratando-se de um bem inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, o Mosteiro de Alcobaça pretende afirmar-se como um espaço de discussão de referência internacional ao nível da gestão de sítios cistercienses, no contexto das boas práticas desta organização. Este ano, o encontro teve como tema os sítios cistercienses: transmissão de valores e significados, e contou com a participação dos responsáveis das Abadias de São João de Tarouca, Santa Maria de Salzedas e Arouca (Portugal), Villers (Bélgica), Tiglieto (Itália), Noirlac (França) e Piedra (Espanha), para além da secretária do conselho coordenador da Rota Cisterciense na Polónia, Teresa Swiercs, e do autor de *Le Guide Routier de l'Europe Cistercienne*, Bernard Peugniez. Neste encontro foi apresentado o livro *Ratio Fecit Diversum. Ensaio sobre a Abadia de Alcobaça*, de Virgolino Jorge, segundo volume da coleção «Estudos Monásticos Alcobacenses». AP

Museu Nacional dos Coches IV Congresso Internacional Educação e Acessibilidade em Museus e Património

O *IV Congresso Internacional Educação e Acessibilidade em Museus e Património* realizou-se entre os dias 2 e 4 de outubro de 2017, em Lisboa e na Batalha, e contou com a participação de vários países, nomeadamente Portugal, Espanha, Brasil, Chile, Cuba, México, Argentina, Itália e França. A temática deste encontro – «Formação para a inclusão: a acessibilidade universal é exequível?» – contou com 35 comunicações de especialistas nas mais diversas áreas, tendo sido debatidas questões da atualidade sobre esta problemática, concluindo-se pela necessidade de um trabalho de natureza multidisciplinar e em rede para que haja um maior entendimento futuro. O evento, organizado pela Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, contou com o apoio do Turismo de Portugal, da Direção-Geral do Património Cultural, do Museu Nacional



Museu Nacional de Etnologia
De Regresso à Luz: Esculturas Orientais em Depósito da Coleção de Victor Bandeira



Casa-Museu Anastácio Gonçalves
Fórmulas Naturalistas da Arte Moderna



Palácio Nacional da Ajuda
Galeria do Rei D. Luís
Joan Miró: Materialidade e Metamorfose



Museu Nacional do Traje
Paulo Azenha, a Criação à Flor da Pele | O ADN de Um Itinerário

A

C

O

N

T

E

C

E

dos Coches, da Câmara Municipal da Batalha, do Instituto de História Contemporânea da FCSH/ UNL e da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almada. ⁵⁸

Museu Nacional do Teatro e da Dança

Colóquio Alfredo Cortez: Perfil de Um Dramaturgo

No âmbito da evocação dos 70 anos da morte do dramaturgo Alfredo Cortez (Estremoz, 1880–Oliveira de Azeméis, 1946), o Centro de Estudos de Teatro, o Museu Nacional do Teatro e da Dança e a família do autor organizaram um colóquio que teve lugar no passado dia 22 de junho de 2017, no Museu Nacional do Teatro e da Dança, em Lisboa.

Tratando-se de um dos mais importantes dramaturgos portugueses do século xx, esta iniciativa pretendeu, entre outros objetivos, evocar a nível nacional a notável obra dramática de Alfredo Cortez, a partir quer dos locais em que decorre a ação teatral de determinadas obras, como Miranda do Douro ou Nazaré, entre outras, quer de aspetos mais diretamente ligados à vida pessoal, profissional e artística deste autor. Para isso foi convidado um conjunto de personalidades ligadas à investigação, à historiografia teatral e cultural portuguesas do século xx, bem como familiares do autor, que traduziram, de forma muito clara, a vida e obra de Alfredo Cortez e a sua grande importância para a história do teatro em Portugal. ⁵⁹

Dia Internacional dos Museus. Noite dos Museus 2017

Museus e histórias controversas: Dizer o indizível em museus

Em 2017 o ICOM propôs para o Dia Internacional dos Museus o tema *Museus e histórias controversas: Dizer o indizível em museus* como mote para uma reflexão diferenciada do papel destes espaços nas comunidades e na sociedade em geral.

São os museus locais que albergam histórias controversas? As comunidades de profissionais, estudiosos e amigos dos museus estão preparadas e disponíveis para debater estas problemáticas que, no passado e na atualidade, são fraturantes na sociedade? E o tratamento destes temas pode contribuir para um maior enraizamento dos museus na comunidade e para incrementar o seu papel na sociedade?

Em Portugal, esta abordagem teve como preocupação tornar os equipamentos museológicos integrados na Rede Portuguesa de Museus mais conhecidos, mais próximos e ativos, aprofundar a sua ligação com os visitantes e envolver novos públicos em torno do conhecimento das coleções e da salvaguarda e

valorização do património cultural. No sábado, 20 de maio, celebrou-se mais uma Noite dos Museus, iniciativa lançada em 2005 pelo Ministério da Cultura e da Comunicação de França. Nesta ocasião, os museus portugueses organizaram múltiplas atividades – espetáculos de teatro e dança, intervenções musicais, *performances*, visitas guiadas e encenadas, entre outras –, convidando os visitantes a usufruírem, no período noturno, de experiências culturalmente enriquecedoras. Este ano integraram estes eventos 84 espaços museológicos, distribuídos por 46 concelhos do País, através da realização de 588 atividades dirigidas a diferentes públicos (375 no Dia dos Museus e 213 na Noite dos Museus), verificando-se um aumento significativo em relação ao ano anterior. ^{ACP/TA}

PROJETOS

Dia Internacional dos Monumentos e Sítios 2017 Património cultural e turismo sustentável

Em 2017, o tema proposto pelo ICOMOS Internacional para o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (DIMS), que se celebra anualmente a 18 de abril, foi *Património cultural e turismo sustentável*. Esta escolha enquadrou-se na definição pelas Nações Unidas do Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, no contexto da Agenda de 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados pela Assembleia Geral da ONU em setembro de 2015, em reconhecimento pelo grande potencial da indústria do turismo. A Direção-Geral do Património Cultural, em colaboração com o ICOMOS Portugal, promoveu a divulgação deste tema com a finalidade de celebrar os benefícios de uma relação global entre o turismo sustentável e o património cultural, assente em três pilares essenciais: social, ambiental e económico. A interação entre o crescimento turístico e a conservação ambiental, a salvaguarda do património, a gestão dos recursos endógenos, a afirmação identitária das comunidades, a criação de serviços e emprego, a cooperação de vários intervenientes (residentes, decisores políticos, gestores patrimoniais, agentes turísticos,...) foram alguns dos aspetos destacados no âmbito do tema proposto. Numa época de marcada globalização económico-cultural, a gestão, a salvaguarda, a apresentação e a interpretação do património constituem um fator-chave para o turismo sustentável, na medida em que valorizam as diferenças culturais e reforçam o conhecimento e o respeito entre os povos. Este ano participaram no DIMS 670 entidades, distribuídas por 176 concelhos do continente e arquipélagos da

Madeira e dos Açores, com cerca de 910 atividades, resultados que refletem o crescente sucesso desta iniciativa junto das populações. ACP/TA

[EFIM Portugal Num Instante... o Património!](#) Passatempo no Instagram

Entre 8 de junho e 16 de julho de 2017, teve lugar o passatempo fotográfico para jovens *EFIM Portugal Num Instante... o Património!*, organizado pela Direção-Geral do Património Cultural, com o apoio da NOS e da Academia Olhares. Tal como em edições anteriores, a iniciativa fez parte do projeto Experiência Fotográfica Internacional dos Monumentos (EFIM), do Conselho da Europa, que visa desafiar jovens de vários países a captarem e a partilharem criações fotográficas inéditas do património cultural que os rodeia. Este ano, a convocatória do EFIM introduziu algumas novidades, nomeadamente a realização do passatempo através da rede social Instagram. A DGPC aderiu ao repto, criando a página @efimportugal; ao todo foram dadas a conhecer mais de 250 fotografias na #EFIM2017Portugal. Entre as 50 imagens pré-selecionadas foram premiadas duas – *Fotografia Noturna*, Ponte D. Luís I, Porto, e *Reflexo*, Fonte Grande de Alte, Loulé – da autoria respetivamente de Ana Luísa Esperança da Silva (15 anos) e João Afonso de Sousa Canelas (18 anos). Os vencedores foram distinguidos numa cerimónia de entrega de prémios integrada no evento de abertura oficial das Jornadas Europeias do Património e do Ano Europeu do Património Cultural – 2018, que decorreu na tarde de 21 de setembro, no Museu de Arte Popular (Lisboa). TA

[\(a\)Riscar o Património](#) Urban Sketchers

O projeto *(a)Riscar o Património* é uma iniciativa da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), com apoio dos Urban Sketchers Portugal, que teve início em 2014, integrada nas comemorações das Jornadas Europeias do Património. Associar a representação do património com o desenho, na sua vertente mais imediata e espontânea, dá o mote para este projeto, que tem como base a reunião, no mesmo dia mas em várias cidades e vilas do País, entre *sketchers*, ilustradores, artistas ou simples amantes do desenho, e que entrou, em 2017, na sua quarta edição, com uma adesão cada vez mais numerosa de participantes e o número expressivo de 18 localidades associadas. São três anos de desenhos rápidos, feitos ao sabor do instante, em cadernos de diferentes dimensões e características, a captar lugares, ambientes, pessoas, momentos e monumentos – já que o tema transversal a este projeto é, sempre, o património, em tudo o que encerra de diverso e universal. As exposições itinerantes, em várias

cidades do País, ajudam a escrever mais uma referência nesta geografia sentimental que agrega o universo de todos os que riscam e arriscam – no desenho, no património e na vida. MB

[Mosteiro da Batalha](#) Projeto A Cor na Capela do Fundador

Os vestígios de policromia na Capela do Fundador do Mosteiro da Batalha são bem visíveis, mas era essencial um trabalho científico que pudesse demonstrar a sua real extensão. Este projeto pioneiro, tendo como ponto de partida a identificação de vestígios de policromia sobreviventes em algumas superfícies pétreas da Capela do Fundador no Mosteiro da Batalha, associa cinco equipas de investigadores que durante o último ano recolheram amostras, fizeram levantamentos a laser, e consultaram fontes para obterem a confirmação científica da riqueza e abrangência da utilização da cor na Capela do Fundador. Coordenado pela investigadora Joana Ramôa, do Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é um projeto inter e transdisciplinar que junta, ainda, o Mosteiro da Batalha (DGPC), o Laboratório Hércules da Universidade de Évora, o Instituto Português de Heráldica e o Instituto Politécnico de Leiria. É apoiado pela Fundação Gulbenkian. JR

[Museu Nacional da Música](#) Concerto Stradivarius

No dia 2 de junho de 2017, o violoncelo Stradivarius Chevillard-Rei de Portugal regressou ao Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, onde tinha sido apresentado pela primeira vez em 2015. Como da primeira vez, a lotação esgotou e o instrumento musical foi a grande estrela da noite. Com uma interpretação exímia que emocionou o público, o violoncelista russo Pavel Gomziakov foi acompanhado pelo pianista Andrei Korobeinikov num programa que contou com peças de Sergei Taneyev, Nikolai Myaskovsky e Sergei Rachmaninoff. A semana que precedeu o concerto, o instrumento musical foi registado pelo mesmo violoncelista, numa gravação com repertório russo lançada ainda em 2017 com a chancela da editora Onyx. O violoncelo Stradivarius Chevillard-Rei de Portugal, de 1725, assim chamado por ter pertencido ao rei D. Luís e ao violoncelista belga Pierre Chevillard, está classificado como Tesouro Nacional, e é uma das «joias da coroa» do espólio do Museu Nacional da Música. É o único instrumento em Portugal com a assinatura do construtor António Stradivari (1644–1737). O projeto contou com o apoio mecénico da Lusitania, Companhia de Seguros. GMP



Dia Internacional dos Museus.
Noite dos Museus 2017
Museus e histórias controversas: Dizer o indizível em museus



Dia Internacional dos Monumentos e Sítios 2017
Património cultural e turismo sustentável



Urban sketching
(a)Riscar o Património 2017



Mosteiro da Batalha
Projeto A Cor na Capela do Fundador

A

C

O

N

T

E

C

E

Museu Nacional da Música Dia Internacional da Música

O Dia Internacional da Música foi comemorado no Museu Nacional da Música com um concerto do ciclo com instrumentos históricos, Um Músico/Um Mecenas. Antes do concerto, um programa de guitarra clássica com o guitarrista diplomado pelo Conservatório Superior de Música de Castilla y León, Eduardo Soares, que apresentou o projeto «Poente, 9 Canções para Guitarra», gravado em 2016. No concerto do dia 1 de outubro, os instrumentos históricos em destaque, o violoncelo Stradivarius Chevillard-Rei de Portugal, classificado Tesouro Nacional e datado de 1725, e o piano Bechstein de 1925, foram tocados pelo violoncelista Filipe Quaresma e o pianista António Rosado. A dupla interpretou Bach e Franck. O concerto foi também marcado pelo lançamento do CD Luís de Freitas Branco/César Franck: *Sonatas for Cello and Piano*. GMP

Museu Monográfico de Conímbriga O Vislumbre de Um Império

Conímbriga é o palco de excelência da arqueologia em Portugal e uma referência também no plano internacional. Visitá-la constitui uma imersão pela sumptuosidade da época clássica revisitando os nossos antepassados. As casas senhoriais, pavimentadas a mosaico, os conjuntos termiais equipados com sistemas de aquecimento de água, o imperioso *forum* onde existia o comércio, a aplicação do direito e a adoração aos deuses, as insulas com pequenas oficinas de produção local, são alguns dos exemplos do que se pode visitar. Associado a isto tudo, Conímbriga enleva em si também um cenário único para a promoção das tão apreciadas, pelos diversos públicos, «recriações históricas». Foi neste contexto que em 2015, por iniciativa da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, em estreita colaboração com o Museu Monográfico de Conímbriga, se realizou a primeira edição de *O Vislumbre de Um Império*. Um evento que tem vindo a crescer de ano para ano e que se espera que a breve trecho seja uma referência a nível nacional. Nele não faltam as lutas entre gladiadores, o cortejo imperial, o mercado romano e a componente gastronómica. *O Vislumbre de Um Império* é acima de tudo, com outros atores, o recriar dos acontecimentos mais marcantes da história de Conímbriga. Realiza-se, todos os anos, no último fim de semana de junho. HR

Jornadas Europeias do Património 2017 Património e Natureza: Pessoas, Lugares e Histórias

As Jornadas Europeias do Património 2017, que se realizaram este ano nos dias 22, 23 e 24 de setembro, são o evento cultural mais participado e partilhado pelos cidadãos da Europa. Estima-se que, em mais de 50 000 locais espalhados por toda a Europa, cerca de 30 milhões de pessoas participam, todos os anos, em atividades promovidas no âmbito das JEP, contribuindo para realçar a importância do património cultural e a diversidade e riqueza do mosaico cultural europeu. Na edição deste ano, em Portugal celebrou-se a relação entre o património e a natureza – um vínculo que se encontra na génese das formas de ocupação do território, dos assentamentos humanos, da configuração das paisagens, da diversidade de construções, da arquitetura, do urbanismo, dos modos de vida e das tradições. Com este tema pretendeu-se chamar a atenção para a importância da relação entre as pessoas, as comunidades, os lugares e a sua história, mostrando como o património e a natureza se cruzam nas suas diferentes expressões – mais urbanas ou mais rurais –, e para a necessidade de preservar e valorizar esta relação, fundamental para a qualidade da vida, para a qualificação do território e para o reforço de identidades. A relação património e natureza pode ser uma fonte inesgotável de conhecimento, de criatividade e de recreação, e nela reside um enorme potencial para um desenvolvimento cultural, social e económico, equilibrados. A Direção-Geral do Património Cultural apelou mais uma vez à participação do público nas mais de 1500 atividades que envolveram 160 municípios, organizadas por mais de 800 entidades públicas e privadas. CL

Rede Portuguesa de Museus 149 entidades em 2017

A Rede Portuguesa de Museus é assumida pela DGPC como um instrumento essencial na execução da política museológica nacional e na qualificação dos museus portugueses e, em 2017, passou a integrar 149 entidades museológicas através da adesão de quatro museus credenciados – o Museu da Misericórdia do Porto, o Museu Municipal de Loulé, o Museu da Comunidade Concelhia da Batalha e o Museu do Douro. No que respeita à divulgação, é de salientar o grande impacto que o Registo de Museus Ibero-Americanos (RMI), plataforma internacional lançada publicamente em junho de 2017, representa para a internacionalização da Rede Portuguesa de Museus, quer em termos de visibilidade pública e de difusão a nível global dos museus RPM, mas também pela potencialização

dos horizontes de colaboração com museus de outros países e, ainda, pela pertença a uma rede com a dimensão e a diversidade da Rede Ibero-Americana de Museus. O RMI é uma plataforma digital que albergará informação sobre mais de 9000 instituições museológicas dos 22 países ibero-americanos, constitui-se como um recurso de referência e de consulta especializada assente numa base de dados comum de informação sistematizada, consensual, comparável e validada institucionalmente por cada país, no âmbito da cooperação internacional do Programa IBERMUSEUS. TM

Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação Atualização permanente

Está atualmente disponível no geovisualizador da DGPC a informação relativa ao património classificado e em vias de classificação de 154 concelhos, correspondendo a 2751 imóveis e respetivas áreas de servidão e a 63 % do território de Portugal continental. Este trabalho conta com a imprescindível colaboração das direções regionais de cultura, para o fornecimento das plantas digitais dos imóveis da sua área de abrangência, e dos municípios, para a cedência de cartografia-base, que permitem desenhar com exatidão as áreas classificadas e de servidão (zonas especiais de proteção e restrições arquitetónicas e ou arqueológicas). A partilha de dados geográficos sobre o património classificado e em vias de classificação de âmbito nacional e municipal, estabelecida através de protocolos de colaboração com as autarquias, é essencial para a gestão integrada do património classificado e para o conhecimento territorial, dando assim cumprimento das competências da DGPC na área da informação geográfica. Estruturada em várias fases, a atualização do Atlas iniciou-se com a revisão dos imóveis de 91 concelhos cujo património classificado já se encontrava georreferenciado no antigo geovisualizador, avançando-se gradualmente para as restantes áreas territoriais das direções regionais de cultura e da DGPC. A região do Algarve, composta por 16 concelhos, encontra-se atualizada, faltando apenas 2 concelhos para fechar os 52 concelhos da área de abrangência da DGPC. Está atualmente a decorrer a 3.ª fase de atualização, essencialmente focada na área de abrangência do Alentejo. AFC

Diretiva INSPIRE Disponibilização no site da DGPC

Desde abril de 2017, encontra-se disponível no site da DGPC, na página da *pesquisa georreferenciada*, um novo serviço de visualização (WMS), relativo aos dados geográficos do Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação, cuja informação espacial se

encontra estruturada de acordo com o património classificado, as zonas de servidão e as áreas de restrição arquitetónica/arqueológica. A Diretiva INSPIRE, criada em 2007, e transposta no Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, estabeleceu a Infraestrutura Europeia de Informação Geográfica. Esta diretiva europeia tem o intuito de democratizar a informação espacial produzida pelos Estados-Membros, através da disponibilização e harmonização dos dados geográficos relevantes elaborados pelas entidades com responsabilidade na área da informação geográfica. Neste âmbito, os Estados-Membros passaram a ter a obrigação de gerir e disponibilizar os dados e os serviços de informação geográfica de acordo com princípios e regras comuns, devendo investir na criação e disponibilização de metadados, na interoperabilidade de dados e serviços, na disponibilização de serviços de dados geográficos e no estabelecimento de normas de acesso e partilha de dados. A DGPC, enquanto entidade estatal responsável pelo desenvolvimento, gestão e manutenção dos sistemas de informação geográfica referente ao património cultural português, e face à sua responsabilidade perante esta diretiva, tem vindo a disponibilizar e a harmonizar os dados geográficos dos seus sistemas de informação, cuja informação se enquadra no anexo I do tema 9: Sítios Protegidos. Prevê-se até ao final de 2017 a harmonização da informação geográfica do SIPA relativa ao património classificado e em vias de classificação. AFC

Inventário temático Grupos escolares construídos ao abrigo do Plano dos Centenários em Lisboa – 1944-1961

Realizado em 2016, no âmbito da atualização dos inventários do património arquitetónico da DGPC, este inventário integra um total de 26 imóveis construídos por promoção autárquica entre 1944 e 1961 – ao longo de quatro fases –, ao abrigo do programa de subsídios estatais atribuídos pelo Ministério das Obras Públicas para a construção de uma rede escolar, conhecido por Plano dos Centenários. A singularidade deste conjunto de imóveis reside no facto de se terem edificado em Lisboa 21 edifícios com características perfeitamente enquadráveis nos cânones do Movimento Moderno (excetuando os 5 iniciais), encomendados a alguns dos grandes nomes da arquitetura moderna em Portugal, contando com contributos artísticos de autores de referência no panorama criativo nacional. Ou seja, em Lisboa, ao abrigo do mesmo programa, coexistiam duas realidades completamente distintas, consoante a sua construção era fruto de promoção estatal (surgindo, neste caso, escolas primárias de gosto tradicionalista) ou autárquica. Este inventário integrou, exclusivamente, os imóveis de promoção autárquica, por serem



Museu Nacional da Música
Concerto Stradivarius



Jornadas Europeias do Património 2017
Património e Natureza:
Pessoas, Lugares e Histórias



Inventário temático
Grupos escolares construídos ao abrigo do Plano dos Centenários em Lisboa – 1944-1961

os que mais se distanciam das características habituais traçadas para o Plano. Um dos objetivos subjacentes a este trabalho residiu no aprofundamento do conhecimento sistemático por tipologia de programas contemporâneos mais recentes, por isso, menos conhecidos e mais vulneráveis à manutenção dos valores patrimoniais em presença. Neste sentido, uma das suas consequências práticas será o facto de dois dos imóveis aqui considerados se encontrarem, neste momento, em estudo para uma possível classificação de nível nacional – são eles os dois grupos escolares edificadas no bairro de Alvalade (células VII e VIII) com projeto de Ruy Jervis d’Athouguia (1917-2006), escolas básicas do Bairro de São Miguel e Teixeira de Pascoais. O presente inventário pode ser consultado em www.monumentos.pt, sendo brevemente consultável também em www.patrimoniocultural.pt. PT

Inventário temático Os Castelos da Ordem do Templo em Portugal – Um Percurso

Os Castelos da Ordem do Templo em Portugal – Um Percurso corresponde a um inventário temático disponibilizado no *site* www.monumentos.pt, desde o início de 2017, que procura traçar as principais características apresentadas nos seus castelos, normalmente detentores de uma forte carga simbólica. Neste inventário analisa-se a presença da Ordem no território nacional desde 1128, até à sua extinção, em 1312, e o papel desempenhado no avanço da Reconquista para o Sul, na conquista, defesa e consolidação do território, através das estruturas (re)construídas em zonas estratégicas, de fronteira, ou na proximidade das vias de comunicação. Abrange o estudo de 28 castelos, 4 dos quais já não existem e 2 outros foram transformados em paços dos comendadores ainda na Idade Média, e de duas atalaias, como exemplos das muitas que existiam entre os castelos, formando verdadeiras linhas de defesa. Deste conjunto de fortificações, 18 das quais classificadas, são destacados 12 castelos, devido às suas características arquitetónicas. No presente inventário temático, que aponta novas pistas para investigações futuras, destaca-se a construção templária primordial; as principais características introduzidas ou experimentadas pela Ordem, resultante do contacto com as fortificações do Próximo Oriente, e que seriam progressivamente adaptadas e difundidas, na arquitetura militar portuguesa, ao longo da Idade Média; e divulga uma tipologia de castelo até agora pouco conhecida em Portugal e que o antigo castelo da Bemposta, hoje tão descaracterizado, apresentava: o castelo «tipo mota». PN

Inventário temático Jardins da Cultura

Lançado em janeiro de 2017, este inventário temático insere-se num conjunto de iniciativas direcionadas para a atualização do inventário do património imóvel, orientadas para a proteção, conservação, valorização e promoção de objetos patrimoniais pouco conhecidos. Através deste inventário pretende-se criar um corpo de conhecimento vocacionado para os jardins geridos pela DGPC, aliciando visitantes, de modo a levá-los à descoberta e fruição de jardins tantas vezes ignorados. A visita informada aos jardins geridos por esta Direção-Geral revela-se como uma oportunidade única para ultrapassar lacunas de conhecimento, participando do passado em ambientes de deleite, recreio e ciência, frequentados pelas mais ilustres figuras. Disponibiliza informação relevante sobre jardins integrados nos seguintes serviços dependentes: Museu Monográfico de Conímbriga (ruínas romanas); Convento de Cristo, em Tomar; Mosteiros de Alcobaça, da Batalha e dos Jerónimos, inscritos na Lista do Património Mundial da UNESCO; Museu Nacional do Azulejo (Convento da Madre de Deus); Museu Nacional de Arte Antiga (Palácio dos Condes de Alvor); Museu Nacional do Teatro e da Dança e o Museu Nacional do Traje (Parque do Monteiro-Mor); Museu Nacional Soares dos Reis (Palácio dos Carrancas); Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, e Museu Nacional de Arte Contemporânea ou Museu do Chiado (Convento de São Francisco da Cidade). Dá a conhecer o Jardim das Damas, construído a tempos da Real Barraca da Ajuda e no presente afeto à DGPC. Este inventário temático foi desenvolvido na sequência de protocolo assinado com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e encontra-se disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/itinerarios/jardins-da-cultura>. MF

Inventário do património classificado e em vias de classificação

Ulysses

O inventário do património classificado e em vias de classificação é um instrumento fundamental na defesa e gestão do património em território português, indispensável à identificação, proteção, interpretação e preservação do património edificado e arqueológico. Este inventário, que congrega a informação relativa ao universo patrimonial com proteção legal, tem vindo a ser desenvolvido desde 2001, funcionando como uma importante base para a definição de critérios indispensáveis à implementação de políticas de conservação e valorização do património cultural, e constituindo o primeiro passo para a sua salvaguarda efetiva.

Nos três últimos anos, tem sido levada a cabo uma atualização das fichas de inventário, disponibilizadas em www.patrimoniocultural.gov.pt, resultante de uma reformulação das normas de descrição dos imóveis, que procuraram modernizar-se e adequar-se às regras europeias de inventariação, atendendo também à metodologia nacional da historiografia da arte. A introdução de alterações inclui, ainda, o carregamento de imagens melhoradas e de bibliografia especializada. Este trabalho foi iniciado pelo conjunto dos imóveis de interesse municipal, através de uma estreita cooperação com as câmaras municipais que têm estabelecido protocolos de colaboração com a DGPC, e que, na sequência da sua celebração, têm fornecido informação essencial sobre o património classificado pelos municípios. Mais do que uma mera revisão de dados, esta atualização pretende facultar a todos os cidadãos que acedem à página da DGPC, na consulta do inventário do património classificado e em vias de classificação, uma informação revista, melhorada e modernizada sobre o património protegido legalmente no território continental, dirigindo-se tanto a académicos como ao público em geral. co

Património das infraestruturas de Portugal

Um Protocolo de colaboração para o inventário

O património ferroviário representa uma importante parcela do património construído do século XIX e, sobretudo, do século XX no nosso país mas que, devido à desativação da circulação de várias linhas, com o consequente abandono dos edifícios, incorre em elevado risco de desaparecimento e descaracterização. Ainda que muitas vezes seja apenas conhecido pelo valor funcional que desempenha, o património ferroviário apresenta um vasto conjunto de edifícios, de património integrado e estruturas diversas, com características tipológicas que importa definir e dar a conhecer, aos estudiosos e ao público em geral, bem como um rico espólio móvel e, em alguns casos, de material circulante, que urge preservar. Com este objetivo, foi estabelecido, no dia 13 de junho de 2016, um protocolo de colaboração entre a Infraestruturas de Portugal, S. A., e a Direção-Geral do Património Cultural, dando continuidade ao trabalho anteriormente desenvolvido, no âmbito do protocolo entre o IHRU/SIPA e a REFER. Numa primeira fase, pretende-se identificar e registar elementarmente esse mesmo património, para, em fase posterior, se proceder a um estudo mais aturado dos imóveis e do respetivo património móvel. No final do primeiro ano de parceria e de colaboração entre os técnicos de ambas as instituições, foram levantadas e inventariadas 30 estações ferroviárias, das linhas do Sabor, do Tua, da Beira Baixa, do Oeste, do Alentejo e do

Algarve. Paralelamente, foram integradas no espólio documental do Forte de Sacavém 393 fotografias relativas a esse património ferroviário. O resultado deste esforço conjunto encontra-se disponível no site www.monumentos.pt. FN

STORM – Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organisational Resources Management

Uma melhoria para a gestão de riscos materiais

O Projeto STORM pretende contribuir para a melhoria da gestão de riscos naturais e dos efeitos das alterações climáticas no património cultural, através do desenvolvimento de um conjunto de ferramentas e instrumentos, não invasivos e ecossustentáveis, que apoiem na tomada de decisão durante a prevenção e resposta a catástrofes ou situações de crise. A equipa é composta por especialistas internacionais na área da arqueologia, conservação e restauro, proteção civil, meteorologia, gestão cultural e engenharia. O projeto tem vindo a desenvolver uma metodologia de avaliação de riscos para sítios de património cultural imóvel que inclui a identificação de perigos, a vulnerabilidade das estruturas e materiais e a capacidade de resposta dos intervenientes.

Diversos sensores eletrónicos para análises de dados (climáticos, acústicos, infestação biológica, sísmicos, fotogramétricos) têm sido implementados em cinco sítios-piloto: Ruínas Romanas de Troia (Portugal), Conjunto Arqueológico de Mellor (Reino Unido), Fortaleza de Rethymno (Grécia), Termas de Diocleciano (Itália) e Teatro de Éfeso (Turquia). Estão em elaboração formulários-tipo para registo de dados essenciais nos procedimentos de prevenção, adaptação, resposta e avaliação de danos e recuperação em património cultural, no âmbito de desastres. Deste modo, pretende-se construir uma plataforma digital, que agregue estes dados, possibilite uma gestão integrada da informação e auxilie nos processos de decisão.

O objetivo final do STORM visa propor recomendações para futuras políticas e ou procedimentos de preparação e mitigação em património cultural, para capacitar os países e as entidades responsáveis. A DGPC, como líder do grupo de trabalho responsável pelas recomendações, assume um papel preponderante neste projeto. FN



Inventário temático
Os Castelos da Ordem do
Templo em Portugal – Um
Percurso



Património das infraestruturas
em Portugal
Um Protocolo de colaboração
para o inventário

INTERVENÇÕES

Palácio Nacional de Mafra Restauro da Sala do Trono no Palácio Nacional de Mafra

Reabriu ao público em novembro de 2017 a sala do trono do Palácio Nacional de Mafra, cujo restauro pôde ser realizado graças ao generoso patrocínio do Millennium BCP, com execução a cargo da firma INTONACO. A sala do trono (ou de audiências ou do despacho ou ainda denominada «primeira do dossel»), situada no piso nobre do Palácio Nacional de Mafra, tem paredes e teto integralmente pintados. O seu programa pictórico faz a exaltação da Casa Real e dos feitos heroicos dos Portugueses. Este trabalho, realizado entre 1796 e 1807, resultou da colaboração de vários artistas – Cirilo Volkmar Machado, Manuel Piolti e Domingos Sequeira – e foi executado por um largo grupo de pintores. A pintura figurativa, decorativa, ilusionista e de fingidos, mais ou menos elaborada, consoante se trate de perspetiva e figuras, de ornatos ou de simples imitação de materiais, resolve toda a apresentação e decoração da sala. Refiram-se não só os aspetos mais espetaculares das pinturas do teto e paredes mas também outros mais subtis, tais como a marcação da simetria dos 14 vãos existentes, dos quais 6 são apenas pinturas em *trompe-l'oeil*, ou a pintura das cantarias e guarnições em pedra, para que estas se integrem no esquema cromático da sala. O estado de degradação era resultante de infiltrações prolongadas e de intervenções de má qualidade técnica. Consequentemente verificava-se uma apresentação muito desvalorizada deste espaço notável, que agora, após o restauro, retoma o esplendor há muito perdido, realçado por uma nova iluminação, que foi igualmente possível graças à mesma ação de mecenato institucional. 16

Mosteiro dos Jerónimos

Plano de Conservação e Restauro das Abóbadas da Igreja – Fase E2

Decorreu até dezembro de 2017 a fase Exteriores 2 do Plano de Conservação e Restauro das Abóbadas da Igreja do Mosteiro dos Jerónimos (MJ-PCRAI). Trata-se da quarta fase a ser executada de um plano que compreende 10 fases (4 exteriores e 6 interiores), iniciado em 2012 e a concluir em 2022 – ano em que se completam 500 anos da conclusão das abóbadas da igreja por João de Castilho. O Plano procura dar resposta ao problema da queda aleatória de fragmentos pétreos das abóbadas e das paredes interiores, cuja causa principal radica na constituição litológica de alguns blocos associada ao sentido do seu talhe e à posição de aparelhamento. As variações térmicas sentidas no interior da igreja e em monitorização desde 2014 provocam a expansão e a contração da argila que se encontra pontualmente em alguns blocos, levando à desagregação e conseqüente expulsão de fragmentos. Para se poder intervir no interior é necessário acautelar primeiro a conservação das paredes exteriores, assegurando a estanquidade das juntas das pedras e de todas as potenciais entradas de água por via direta ou indireta, como sejam os canais de drenagem das coberturas. 15

abstracts

page 6

Heritage and tourism, challenges for the present and future – from a promising marriage to a contentious divorce

Álvaro Domingues

Heritage and tourism, a naturally acceptable association, is becoming a battlefield confronting different and often contradictory views, interests and actors. It is understandable that the exception system applicable to heritage assets contributes to amplifying this visibility and distinction. On the other hand, tourism of all sorts focuses on extraordinary places and experiences often with the sole intention of spreading evidence of the traveller's joy in social media. Heritage assets used to be few in number and so were tourists in the past. Nowadays both have multiplied, as social practices that were exclusive to specific minorities have been democratized as a result of dropping travel costs. This is the perfect tempest. As tourists surge like an alluvium over the frailty of heritage assets, these become highly coveted thereby losing their solemnity. That is the question.

page 14

Cultural landscapes: trends, risks and challenges

Nuno Ribeiro Lopes

While yesterday we would discuss rural planning, versus development, versus tourism; lack of economic competition as a result of traditional agriculture, versus heritage tourism, responsible for artificial landscapes and no operating costs; urban intervention, versus peripheralisation, versus contemporaneity; Today we discuss the tourism vocation of urban heritage and city centres based on the need to make them profitable in order to safeguard them. Today we discuss gentrification and the loss of identity of ancient neighbourhoods as a result of tourism and an increase in the value of cultural heritage. All across the country, in different territories and realities, real estate and tourism tend to take the place left vacant by the loss of residents.

page 20

Recommendation on the Historic Urban Landscapes. A model for urban resource management and efficiency achievement for the 21st century

Ana Tarrafa Silva , Isabel Valverde, Ana Pereira Roders

Rather than criticizing latent "symptoms" such as the poor state of conservation of inadequate interventions in heritage property, this article aims at dissecting the "disease" by questioning the existing model based on excessive and irresponsible resource consumption, where urban resource conservation is often restricted to the built heritage, particularly legally protected heritage. This article sheds light on the most recent UNESCO Recommendation on Historic Urban Landscapes and its pilot cities. It seeks to assess its compatibility with the urban resource management model used in Portugal in a contribution to fulfil its objectives of dissemination, adaptation, implementation and development in different Member States. Concomitantly, this document is meant to contribute to the analysis of optimization of urban resource management in this country and the means available to achieve efficiency compatible with the objectives of the 21st century.

page 30

Urban Archaeology in Portugal today

Jacinta Bugalhão

Following a number of studies that have been published on the short history of Urban Archaeology in Portugal, an analysis is made of the characteristics and trends of the period between 1970 and 2014, seen against the recent history of Portuguese archaeology. This critical analysis leads to concrete proposals for a management model for Urban Archaeology whilst also focusing on the questions raised by the production of knowledge based on the urban archaeological data.

page 40

Digital heritage as a policy in the promotion of universal access to knowledge.

José Bragança de Miranda

The digital world brings about a massive transformation in the heritage field, characterized by the virtualization of content, the establishment of networks and the use algorithmic indexing. This shift opens up new opportunities for the heritage world, allowing for the development of a wide range of new strategies in the fields of preservation, content creation and its distribution. Through the digital medium, wherein new tools are applied to our ancient heritage, our historical content gains new audiences. Far from

being a static medium, the digital world is interactive, and, diverse, with a spectrum of mediums and formats being used to enhance users' experiences. It is through the digital world, that the idea of a universal heritage gains a new meaning, that goes far beyond the loose academic underpinnings of the discipline of humanities. It is a world in dissonance with traditional national beliefs and established value-systems. To embrace the digital world is to encourage accessibility and further the belief in universal access to information.

page 48

What future do we want for our museum(s)? Some notes on contemporary museology, from the world panorama to the situation in Portugal

Graça Filipe, Clara Frayão Camacho

Museum entities and processes can be the focus of studies and laboratories relating to the future of the society they are part of. Museum professionals and users have a reflective and critical role as regards the present and future of both museums and society. This study emphasises the importance of a number of studies carried out in this area in countries such as the USA, the Netherlands and the United Kingdom, among others. It seeks to analyse trends, risks and challenges by Portuguese museums towards a change strategy as regards global issues and paradigms involving contemporary museums.

page 60

The role of Construction Associations in Safeguarding and Conserving Cultural/ Natural Heritage

João Caninas, Jorge Custódio

The 2017 Heritage Forum reopened the discussion about relationships between the political power and civil society in Heritage construction; the role of associations in safeguarding our common heritage considering that there is still a gap between the State and cultural heritage NGOs, as can be confirmed by non-observance of Article 10 of Law no. 13/2001 of 8 September. The authors shed light on the origins of heritage and environmental associations in Portugal by tracing their historical background and analysing the current situation that led to the reorganization of associations. A change in the cultural heritage paradigm requires the involvement of the association movement as well as a change in the attitude of political authorities as regards heritage ONGs bearing in mind spatial planning and the defence of natural and cultural values. As the European Year of Cultural Heritage 2018 approaches, we draw a roadmap that will call the associations for an active and inclusive participation that will combine Heritage, Citizenship and Heritage Ethics.

page 72

Museum Platforms, Virtual collections, 3-D Monuments, Renaissance Emojis and the Fabulous World of Digital Heritage

Luis Ramos Pinto

At a time when the internet offers unprecedented access to information to over 3 billion people, humanity finds itself at a turning point in its history. We are now in what has been coined as the information age. Heritage organizations, as custodians and champions of their cultural heritage content, have the opportunity to make their content and the unique histories contained therein, readily available to a global audience. Yet, despite the complexity of developing and communicating heritage content online, those who work in the cultural heritage field are fortunate because they deal with a product of universal appeal. Throughout the digital shift, there have been a number of digital heritage projects. This article sheds light on the ones that have revolutionized the field and the best practices picked up along the way.

page 78

European cultural heritage strategy for the 21st century. From principles to reality

Claire Giraud-Labalte

The present world is facing new challenges that prompt us to reconsider the role of cultural heritage in redefining our societies, as well as to reposition heritage policies at the heart of an integrated approach. To maintain and extend the efforts made by Member States and develop a sense of cooperation among them is the ambition of the European cultural heritage strategy for the 21st century, as it was launched by the Council of Europe in May 2017. Highly inspired by the Faro Convention (2005), Strategy 21 provides a framework based on the core values of the Council of Europe and on an inclusive approach where in order to achieve its goals it needs to align principles with action. Centered on the knowledge and education component, both of which strongly affect the relationship between heritage and society, this article focuses on practical experience issues.

page 84

Restoration of the Boa Nova Tea House

Jorge Figueira

Even though it blends in and pacifies the area, the Boa Nova Tea House emerges with a virtuosity that affects the time of architecture. This is a specific paradox: the integration of the building is achieved with more architecture and not with less; with more detail – ornament even – and not with less. The Tea House wants to belong, it even wants to imitate, whilst drifting away from the cubist fabulation of the modern architect in conversation with a delicate artisanal work.

“Rehabilitation” only had one way out: restoration. It was not necessary, nor was it possible, to radically change the programme. And just as architect Nuno Portas remarked in 1965, this is a “luxury” programme. Restoration however led to an upgrade of this “luxury”. The need for an enhanced management of the space and the exponential growth of tourism have already brought down the Tea House while only the restaurant was put up with a remarkable success.

page 90

The new exhibition of Portuguese paintings and sculpture at the Museu Nacional de Arte Antiga

Anísio Franco, José Alberto Seabra Carvalho, Maria João Vilhena de Carvalho

The new exhibition of Portuguese paintings and sculpture on Floor 3 of the Rebelo de Andrade Building, Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), follows a number of theoretical, museographic and technical guidelines. While combining its painting and sculpture collections according to Portuguese art history timelines, focusing on the national territory and in author productions, it managed to create a new exhibition discourse as well as guiding principles for contemporary renewal of the MNAA.

page 96

Maria Barroso School – Partial conversion of the former Boa Hora Court

Ana Lúcia Barbosa

At the origin of the former Court of Law, located in Downtown Lisbon, was the Convent of Our Lady of Boa-Hora, of the priests of the Discalced Augustinians, planned during the Pombaline reconstruction. This group of buildings has a high heritage value and a built area covering around 11.500 m². It was the object of a study meant to divide the complex into two autonomous parts where around 20 % of the total area would be allocated to the Lisbon City Council so as to establish the Maria Barroso School for kindergarten and primary school education. This project was based on the minimum intervention principle as it sought to ensure continuity and compatibility with existing materials. An unprecedented historical research facilitated contextualization of the architectural and archaeological structures that were found during the works and that were integrated in the overall project.

page 106

Safeguarding the landscape heritage: from exceptionality to typological representation of gardens

Mário Fortes, Deolinda Folgado

Conventional approaches to the assessment of the cultural value of immovable assets, based on single analyses and judgments, have been questioned as they diverge from what is to be expected and distort reality at national level. They have proved to be less efficient in the light of an integrated approach to heritage protection, specifically focusing on landscape. Being the government authority in this area, the Directorate General for Cultural Heritage has sought to bridge these gaps by encouraging information sharing, partnerships with higher education institutions, and by conducting tests and research in this sensitive and controversial area. The past three years have witnessed a revision of concepts, the development of a new theoretical corpus, the involvement of a multidisciplinary team resorting to new instruments and to statistically based comparative analyses, thereby overcoming limitations of previous merely qualitative and quantitative approaches. The methodology proposed by the Immoveable, Moveable and Intangible Heritage Division is found to be versatile and precise as it not only acknowledges heritage exceptionality but goes as far as to provide for a possible representativity within a specific typology or a singularity of a garden, for instance, as the remnant of a lost past.

page 122

Project, architectural heritage and contemporary regulation Rehabilitation practices in current built heritage

Nuno Valentim Lopes

Themes such as project, architectural heritage and contemporary regulation have spurred an unprecedented interest.

This is partly due to the number of ongoing rehabilitation interventions, particularly on non-listed buildings. These works are subject to the general building policy and to the legal framework in force for new construction.

This research synthesis confirms the absence of an adequate legal framework for this kind of intervention in Portugal. As such, heritage is put at risk with the clear conscience that the law is being observed.

This work was based on project practices meant to lead to a critical synthesis. A structure is proposed for analysing a number of projects/works that have been implemented on heritage property dating from the end of the 19th century and beginning of the 20th century. A comparison is made with pre-existing elements, values that were identified and project decisions followed by a critical interpretation of the current regulatory and procedural framework.

page 138

The future of culture, the future of cultural heritage: preliminary considerations

Pier Luigi Sacco

The concept of Heritage 3.0 addressed in this article focuses not only on the conservation and transmission of cultural and historic legacies but also on its production, as a collective objective. It appeals to the communities and individuals to have an active role in the sharing of responsibilities and in a deeper participation. The relationship with heritage becomes therefore a basic component of the active citizenship model. This shift in the structural approach calls for a deeper reflection by cultural heritage professionals as they have to learn how to define their roles and mission in this new environment. This will require a constant dialogue with civil society where the latter is not just an audience but a cultural co-operator. If this is not done, the consequence will be a dangerous social delegitimisation of the contribution of cultural heritage to the creation of cultural, social and economic value.

page 144

Historical Route of the Lines of Torres: origin, consolidation and challenges

Florbela Estêvão

The Historical Route of the Lines of Torres is an ongoing intermunicipal project focusing on one architectural and historic asset of national importance having strong links with nearby territories and communities. It is the result of local authority cooperation among six municipalities housing forts of the 1st and 2nd Lines of Defense to the North of Lisbon that were built during the Peninsular War. Considering the historical and heritage value of this set of forts and their state of disrepair as a result of neglect, the six municipalities decided to pull their efforts in order to devise a common project for studying, safeguarding and enhancing this property, that was at the origin of the Historical Route of the Lines of Torres (RHLT).

page 150

The romantic cemetery – city of the dead, heritage of the living

Sílvia Leite

19th-century monumental cemeteries were conceived as true open-air museums, a most valuable characteristic nowadays. In line with the global trend, Portuguese monumental cemeteries are increasingly sought after by tourists. This rising demand forces us to seek new ways of thinking and experiencing such spaces, while simultaneously trying to respect their emotional, cultural and touristic aspects. As regards cultural heritage, it is fundamental to seize this opportunity to reflect upon the safeguard of national cemeteries, acknowledging them as exemplary and unique artistic repositories.



INCM

O VALOR DA SEGURANÇA
AO SERVIÇO
DA CULTURA



PATRIMONIO CULTURAL

Direção-Geral do Património Cultural

N IMPRENSA NACIONAL



Q1
Without people, "heritage" has no
future